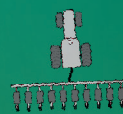
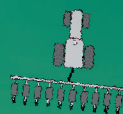
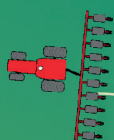


INSTITUIÇÕES, REGRAS E HÁBITOS

proposições teóricas
e aplicadas para estudos
rurais



JOÃO GARIBALDI ALMEIDA VIANA
PAULO DABDAB WAQUIL
(Organizadores)



A publicação constitui uma oportunidade de dar a conhecer os estudos e as pesquisas que estão sendo desenvolvidos no campo da economia institucional, sob perspectivas heterodoxa e evolucionária, em nosso país. Espera-se que a divulgação dessa obra ajude a compreender o campo de estudo da economia institucional, e estimule a realização de novos esforços de pesquisas acadêmicas e consequente publicação sobre a realidade contemporânea.

Prof. Silvio A. F. Cario
Programa de Pós-Graduação em
Economia - UFSC

**Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização**

João Garibaldi Almeida Viana
Paulo Dabdab Waquil
(Organizadores)

INSTITUIÇÕES, REGRAS E
HÁBITOS: proposições teóricas e
aplicadas para estudos rurais

Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2020

Copyright © da Editora CRV Ltda.

Editor-chefe: Railson Moura

Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV

Arte da Capa: shutterstock_Nattapol_Sritongcom/Openclipart public domain/
Pexels, Pixabay

Revisão: Analista de Escrita e Artes

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

IN59

Instituições, Regras e Hábitos: proposições teóricas e aplicadas para estudos rurais / João Garibaldi Almeida Viana, Paulo Dabdab Waquil (organizadores) – Curitiba : CRV, 2020. 242 p.

Bibliografia

ISBN Digital 978-65-5868-295-0

ISBN Físico 978-65-5868-278-3

DOI 10.24824/978655868278.3

1. Economia 2. Desenvolvimento rural 3. Economia institucional 4. Economia rural I. Viana, João Garibaldi Almeida. org. II. Waquil, Paulo Dabdab. org. III. Título IV. Série

CDU 338.43

CDD 333.7

Índice para catálogo sistemático

1. Economia 330

ESTA OBRA TAMBÉM ENCONTRA-SE DISPONÍVEL
EM FORMATO DIGITAL.
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2020

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: sac@editoracrv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização

Conselho Editorial: Comitê Científico:

- Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)
Carlos Federico Dominguez Avila (Unieuro)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)
Celso Conti (UFSCar)
Cesar Gerónimo Tello (Univer .Nacional
Três de Febrero – Argentina)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)
Elíone Maria Nogueira Diogenes (UFAL)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
Élsio José Corá (UFSF)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)
Gloria Fariñas León (Universidade
de La Havana – Cuba)
Guillermo Arias Beatón (Universidade
de La Havana – Cuba)
Helmuth Krüger (UCP)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)
Josania Portela (UFPI)
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)
Lidia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Lourdes Helena da Silva (UFV)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
Simone Rodrigues Pinto (UNB)
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
Sydione Santos (UEPG)
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)
- Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)
Ana Monteiro Costa (UPE)
Anderson Catapan (UTFPR)
André Nunes (UnB)
Antonio Isidro da Silva Filho (UNB)
Armando João Dalla Costa (UFPR)
Breno de Paula Andrade Cruz (UFRJ)
Carlos Alberto Ramos (UNB)
Clailton Ataídes de Freitas (UFSM)
Claudio Gontijo (UFSJ)
Daniel Arruda Coronel (UFSM)
Eduardo Armando (FIA)
Jose Carlos de Souza Santos (USP)
Luis Cláudio de Jesus Silva (UFRR)
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UnB)
Marlete Beatriz Maçaneiro (UNICENTRO)
Mauricio Sardá de Faria (UFRPE)
Renata gomes de Jesus (IFES)
Vanessa de Oliveira Menezes (UNICENTRO)
Walter Bataglia (MACKENZIE)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

**Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização**

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro ao projeto de pesquisa e publicação do livro

**Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
<i>Silvio A. F. Cario</i>	
INTRODUÇÃO.....	15
<i>João Garibaldi Almeida Viana</i> <i>Paulo Dabdab Waquil</i>	
INSTITUIÇÕES, REGRAS E HÁBITOS: reflexões sobre a interação entre instituições e a economia na agenda institucionalista	19
<i>Octavio Augusto Camargo Conceição</i>	
INSTITUIÇÕES E A ECONOMIA RURAL: elementos analíticos a partir do Institucionalismo Evolucionário	43
<i>João Garibaldi Almeida Viana</i> <i>Paulo Dabdab Waquil</i>	
A DIMENSÃO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO BRASILEIRA RECENTE (1999-2014).....	65
<i>Jonattan Rodriguez Castelli</i>	
UMA ANÁLISE INSTITUCIONALISTA PARA REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS	83
<i>Pedro Xavier da Silva</i> <i>Silvio Antonio Ferraz Cário</i>	
TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NO RIO GRANDE DO SUL – RS	105
<i>Chaiane Leal Agne</i>	
COMPONENTES INSTITUCIONAIS DA TOMADA DE DECISÃO: uma análise de investimentos “Pronaf Mais Alimentos” na Região Cealeiro/RS.....	127
<i>Patrícia Eveline dos Santos Roncato</i> <i>João Garibaldi Almeida Viana</i> <i>Marco Antônio Verardi Fialho</i>	

MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NA FUMICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL: análise da trajetória de vida das famílias produtoras	153
<i>Rafaela Vendruscolo</i>	
<i>Paulo Dabdab Waquil</i>	
MUITO ALÉM DO MARKETING: estratégias de institucionalização do agronegócio brasileiro pelo uso de celebridades da TV em exposição agropecuária	181
<i>Lívio Sérgio Dias Claudino</i>	
<i>Paulo Dabdab Waquil</i>	
<i>Jean François Tourrand</i>	
<i>Philippe Lescoat</i>	
OVINOCULTURA NO RIO GRANDE DO SUL E URUGUAI: uma análise institucional e evolucionária da trajetória econômica.....	201
<i>João Garibaldi Almeida Viana</i>	
<i>Paulo Dabdab Waquil</i>	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	231
ÍNDICE REMISSIVO	233
SOBRE OS AUTORES	239

APRESENTAÇÃO

O campo de estudo e pesquisa sobre instituições agrega várias áreas do conhecimento, desde a Economia, Psicologia, Antropologia, Sociologia, Direito, Administração, entre outras, que tratam como as pessoas, os indivíduos se comportam na sociedade. Essa abrangência de várias áreas torna difícil definir, com precisão, o que são instituições, gerando, por conseqüências, vários conceitos. Cada área do conhecimento específica agrega elementos teóricos analíticos, que, no conjunto, demonstram a riqueza do termo e aguçam o campo de investigação acadêmica. No campo da Economia, por exemplo, o termo instituições abarca várias definições, dada a abrangência de autores que tratam desse tema, sob influência das matrizes, tradicionalmente conhecidas do velho institucionalismo (Veblen, Commons e Mitchel), da nova economia institucional (Coase e Williamson) e do neoinstitucionalismo (Hodgson, Rutherford e Samuels).

Sob perspectiva analítica heterodoxa, passando por autores do velho ao neoinstitucionalismo, na área da Economia, encontram-se várias definições de instituições. Alguns resgates são feitos: em Veblen, o termo instituições significa um conjunto de hábitos ou formas de pensamento comuns à generalidade dos homens; em Commons, trata-se de ação coletiva que controla e favorece a expansão da ação individual, gerando um processo de negociação social subordinado ao conceito de transação; em Hodgson são regras sociais estabelecidas, que estruturam as interações sociais; em Aglietta, constituem formas de mediação entre conflitos e antagonismos e sua normalização, em termos de normas e regras; em Zysman, são conformações, historicamente, enraizadas que estruturam as escolhas e o comportamento dos indivíduos; e, em North, são restrições que estruturam as interações humanas, constituindo-se de restrições formais (regras, leis), restrições informais (valores, convenções, códigos de conduta), e suas respectivas características em fazer cumpri-las.

Em todos os tratamentos apontados ocorre a interação entre os indivíduos e as estruturas socioeconômicas, que são vistas não de forma estática, mas sim em perspectiva dinâmica, em movimento e em transformação. O contexto interativo realça a importância do indivíduo e o ambiente institucional, que, em processos *upward* e *downward*, reforçam e são reforçados em seus propósitos. Nessa perspectiva, o indivíduo é afetado pela estrutura institucional vigente e, ao mesmo tempo, determina, com seus hábitos e ações, o novo quadro institucional. Comportamentos habituais dos indivíduos se alteram em face da mudança material, assim como novas instituições podem alterar hábitos dos indivíduos. Verifica-se, com isso, a interação da esfera micro, indivíduo, com a esfera macro, ambiente, em um processo retroalimentador. Tais processos,

por sua vez, são marcados por antagonismos, disputas, conflitos, acordos, soluções e regulações, sem garantia de resultados ótimos e eficientes, como afirma Octavio Conceição em seus escritos.

Nesse curso, instituições formam trajetórias evolutivas, constituindo *path dependence*, onde a história importa, demonstrando caminho de evolução constante e cumulativa, cujos pressupostos, de natureza humana, organização social e estrutura econômica, seguem em processo de transformação. E essa mudança, sem definição *a priori* dos resultados a serem alcançados *a posteriori*, dado que o ambiente é marcado por incerteza em relação ao futuro, contém sistema de informação incompleto e os indivíduos se deparam com racionalidade limitada. Ainda, nessa mudança, ocorrem mecanismos de criação e destruição em processo de voo cego e sem jamais alcançar o equilíbrio. Mesmo que exista planejamento, a evolução institucional deve ser considerada resultado involuntário de processos causais, segundo dizeres de Rutherford em seus trabalhos.

Assim, os estudos e as pesquisas, que têm como centro as instituições, preocupam-se em desvendar os processos, portanto, as mudanças, que levam ao desenvolvimento. Nesse campo, busca-se explicar a causa e o efeito do fenômeno, preocupando-se em explicar as circunstâncias, os incentivos e as restrições que levam à formação de hábitos individuais, sujeitos a mudanças nas intenções, nas preferências e nas ações, em processo coletivo compartilhado, que resulta num sistema de regras socialmente arraigadas. Essas regras, levando em consideração os contextos social, histórico, econômico e cultural da qual se originam, atuam restringendo, incentivando, controlando e emulando ações. E, ainda, embora não sejam imutáveis, apresentam qualidades duráveis, persistentes e autorreforçadas, segundo as palavras de Hodgson em seus artigos.

Desse modo, através dos estudos e das pesquisas sobre instituições, pode-se compreender a impossibilidade de copiar o modelo do ambiente institucional de um país central desenvolvido e transportá-lo para um país periférico em desenvolvimento. Existem instituições que são próprias e idiossincráticas de uma sociedade. Indivíduos e estrutura social interagem, considerando fatores social, histórico, econômico e cultural, que servem para um e não servem para outros espaços societários. Os indivíduos e seus hábitos são distintos; a base material e seus fenômenos econômicos são diferentes; os caminhos percorridos são *path dependence*, cujos processos evolutivos não são passíveis de cópia. Enfim, estudo sobre desenvolvimento de matriz institucional de um país, região ou setor econômico tem suas particularidades próprias, demonstrando, com isso, possibilidades enormes de estudos nesse campo de investigação, conforme aponta Zysman em seus trabalhos.

Nessa perspectiva, com grande satisfação, professores, pesquisadores e doutores, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UNIPAMPA e aos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e Agronegócios da UFRGS, organizam e publicam o livro intitulado “Instituições, Regras e Hábitos: proposições teóricas e aplicadas para estudos rurais”. Esse compêndio contém capítulos que são resultados de pesquisa – artigos, dissertações e teses – desenvolvidos nestes Programas e próximos dele. A publicação constitui uma oportunidade de dar a conhecer os estudos e as pesquisas que estão sendo desenvolvidos no campo da economia institucional, sob perspectivas heterodoxa e evolucionária, em nosso país. Espera-se que a divulgação dessa obra ajude a compreender o campo de estudo da economia institucional, e estimule a realização de novos esforços de pesquisas acadêmicas e consequente publicação sobre a realidade contemporânea.

Prof. Silvio A. F. Cario
Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Economia
Programa de Pós-Graduação em Administração

**Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização**

INTRODUÇÃO

A Economia Institucional é uma abordagem econômica heterodoxa com importante ascensão no meio acadêmico a partir dos anos de 1980, em especial após os prêmios Nobel em Economia concedidos a Ronald Coase (1991), Douglass North (1993) e Oliver Williamson (2009). Esse crescimento está alicerçado na sistematização de um modelo de análise representado na Nova Economia Institucional (NEI), por meio da relação entre Instituições e Desenvolvimento (na abordagem macroanalítica de North) e da Economia dos Custos de Transação (na abordagem microanalítica originada em Coase e desenvolvida por Williamson).

Seus pressupostos vêm sendo amplamente aplicados em fenômenos agroindustriais no Brasil desde a década de 1990, resultando em uma diversidade de publicações nas temáticas de contratos, custos de transação, estruturas de governança, oportunismo, instituições e desenvolvimento no ambiente agrícola. Contudo, a Economia Institucional é uma corrente de pensamento econômico mais ampla, crítica e rica, composta não apenas pela NEI, mas por abordagens como o Institucionalismo Original, a partir de forte influência de autores como Thorstein Veblen e John Commons, e sua recente reconstrução em um pensamento institucionalista contemporâneo e evolucionário.

Por apresentar uma maior complexidade teórica, definir a história como um elemento central, rejeitar o individualismo metodológico e se posicionar de forma mais crítica ao *mainstream* econômico, as abordagens institucionalistas originais não determinam um modelo único de análise, sendo um desafio metodológico aproximar suas ideias de fenômenos empíricos. Mais recentemente, a partir dos anos 2010 têm crescido os esforços de pesquisa para suplantar esse desafio. O legado de Veblen e Commons e o viés evolucionário de Geoffrey Hodgson têm inspirado diversas proposições teórico-empíricas no campo da Economia Rural, contrastando com a unicidade metodológica da NEI. Porém, essas contribuições ainda são esparsas e carecem de uma melhor sistematização, resumo e divulgação científica.

Assim, a elaboração desse livro tem como objetivo central desenvolver um referencial analítico sobre instituições, regras e hábitos, a partir de pressupostos do Institucionalismo Original e Evolucionário, para aplicação em estudos rurais e apresentar experiências de pesquisas empíricas, nesta linha teórica, de distintas instituições do Brasil. Com isso, pretende-se reunir trabalhos e resultados de pesquisa, evidenciando o espaço para a ampliação desta importante agenda de pesquisa na área da Economia Rural. Cabe salientar que existem diferentes terminologias na literatura para definir o Institucionalismo oriundo do legado de Veblen e Commons, como, por exemplo,

Institucionalismo Original, Antigo Institucionalismo, Velho Institucionalismo ou, mais recentemente, Institucionalismo Evolucionário. Essas diferentes terminologias aparecem ao longo do livro, porém defendem o mesmo escopo e método para compreender o sistema econômico.

O livro está estruturado em nove capítulos. O primeiro deles é propositalmente teórico, formando a base conceitual para todos os demais capítulos, os quais têm perspectivas mais aplicadas aos diversos segmentos da agricultura, agroindústria, ou do espaço rural. Cada capítulo se debruçando sobre um objeto de estudo, cada um buscando o diálogo com outros autores e abordagens teóricas, cada um aplicando métodos distintos de análise. Mas todos seguindo estruturas similares, partindo de uma breve introdução com o contexto em questão, seguindo da apresentação dos fundamentos teóricos e metodológicos, uma maior atenção aos resultados e discussões, e encerrando com as considerações finais.

Assim, no primeiro capítulo, Octavio A. C. Conceição nos brinda com um amplo debate sobre instituições, compreendendo-as como as interações entre os indivíduos e as estruturas sociais. O autor resgata as contribuições de Veblen e de Commons, traz a centralidade dos conceitos de hábitos e comportamentos, e destaca a importância do evolucionismo, discutindo sobre as incertezas e trajetórias. Avança, também, na apresentação das contribuições de Hodgson e faz o contraponto com a NEI, fechando com comentários sobre as novas agendas de pesquisa e as perspectivas analíticas.

O segundo capítulo, de autoria dos organizadores deste livro, busca fazer a aproximação entre a base teórico-conceitual e as aplicações que vêm na sequência. Procura apontar os avanços nos estudos na área de Economia Rural ao longo das últimas décadas, as limitações analíticas do *mainstream* econômico, bem como de outras abordagens, e assim reforçar a importância da compreensão das instituições, regras e hábitos nos projetos de pesquisa que envolvem os mais distintos objetos de estudo no mundo rural.

O capítulo a seguir, terceiro, de Jonattan R. Castelli, entra na discussão sobre o processo de inovação tecnológica no Brasil e o papel das políticas de inovação, utilizando os conceitos de trajetória dependente, enraizamento e hábitos de pensamento dos empresários no país. Neste capítulo, o autor retoma os conceitos originais de Veblen, apresentados na base teórica, e faz a aproximação com a perspectiva da inovação de Schumpeter, para analisar o processo de mudanças institucionais, utilizando uma análise qualitativa do Sistema Nacional de Inovação, através da análise documental e análise de discursos.

Entrando no quarto capítulo, os autores Pedro Xavier da Silva e Sílvio A. F. Cário focam nas Redes Agroalimentares Alternativas, com a reaproximação das relações entre a produção e o consumo de alimentos, a valorização dos

aspectos ambientais e socioculturais. O capítulo é fundamentado na abordagem institucionalista evolucionária, analisando as relações entre as estruturas sociais e as ações individuais; da mesma forma que o capítulo anterior, faz o diálogo com a abordagem schumpeteriana, mas já tece comentários sobre as interfaces com alguns autores da Nova Economia Institucional. No debate sobre as RAA, os autores utilizam métodos qualitativos, através de observação participante e entrevistas semiestruturadas, para ilustrar com as práticas do Movimento *Slow Food*.

Na sequência, o capítulo de Chaiane Leal Agne, o quinto deste livro, tem como objeto de estudo as agroindústrias rurais, com as atividades de processamento de alimentos, por parte de agricultores familiares. O capítulo aborda as trajetórias das agroindústrias, analisando as mudanças institucionais à luz das políticas locais. É fundamentado nas contribuições de Veblen, com os conceitos de hábitos, trajetórias e mudanças institucionais, e dialoga com a Sociologia Econômica, entendendo as instituições como construções sociais. Utiliza pesquisa de campo realizada em quatro regiões do Rio Grande do Sul, com entrevistas realizadas numa amostra de 64 agroindústrias familiares.

O sexto capítulo, de Patrícia E. S. Roncatto, João Garibaldi A. Viana e Marco A. V. Fialho, mantém o olhar sobre a agricultura familiar, agora com um direcionamento para a tomada de decisão sobre a adesão ou não ao Pronaf Mais Alimentos, como um programa de crédito para investimentos. O capítulo busca analisar a influência dos componentes institucionais, formais e informais, na adesão ou não ao Pronaf Mais Alimentos. Parte dos elementos do institucionalismo de Veblen, e relaciona com as contribuições de North e de Herbert Simon, para analisar a racionalidade limitada e os fatores que influenciam a tomada de decisão. Um aspecto que o diferencia dos capítulos anteriores é a utilização de métodos quantitativos, aplicando modelos de regressão logística para analisar os efeitos de variáveis institucionais sobre probabilidade de adesão ao Pronaf Mais Alimentos, com aplicação na Região Celeiro do RS.

Já o sétimo capítulo aborda especificamente o contexto de um segmento produtivo, o da produção de tabaco. De autoria de Rafaela Vendruscolo e Paulo D. Waquil, o capítulo parte da discussão sobre as mudanças na produção e no consumo de tabaco em resposta a críticas e disputas, para analisar a conduta ou comportamento das famílias fumicultoras. Na busca de compreender as mudanças (ou não mudanças) institucionais, os autores resgatam os elementos teóricos de Veblen e a releitura de Hodgson, e fazem a aproximação com a Teoria das Justificações de Boltanski e Thévenot. Utilizam entrevistas com 28 famílias para compreender as trajetórias de vida e condutas, bem como as interpretações, motivações e justificações para as mudanças ou não mudanças institucionais.

O capítulo oitavo, de Lívio S. Claudino, Paulo D. Waquil, Jean F. Tourrand e Philippe Lescoat, se distingue dos anteriores por analisar como as imagens e discursos presentes em exposições agropecuárias servem para a legitimação dos modelos de produção, mais especificamente da pecuária bovina. Faz um bom resgate das contribuições de Veblen para analisar a institucionalização, como legitimação ou fortalecimento dos modos de pensar e agir, tendo como objeto de estudo a Expointer, feira agropecuária realizada no RS.

Com autoria de João Garibaldi A. Viana e Paulo D. Waquil, o nono capítulo é o que encerra a série de capítulos com aplicações da abordagem institucionalista evolucionária. É mais um capítulo com um olhar sobre um segmento produtivo específico, neste caso a ovinocultura. Parte do contexto da crise no preço da lã e busca analisar a trajetória de mudança econômica e institucional da produção ovina do Rio Grande do Sul e Uruguai. O capítulo avalia os fatores que influenciaram a reconfiguração do setor. Combinando métodos quanti e qualitativos, faz a análise de forma comparativa entre o RS e o Uruguai. Depois de um amplo resgate histórico para caracterizar as mudanças estruturais no setor; utiliza entrevistas realizadas em pesquisa de campo, para fazer a caracterização do perfil e motivações dos produtores para a permanência na atividade, reforçando a perspectiva das instituições, hábitos e trajetórias.

Por fim, as considerações finais fazem um breve fechamento, buscando sintetizar as principais contribuições dos capítulos que compõem o livro, destacando suas complementaridades. Esperamos, assim, que o livro possa contribuir para a agenda de estudos e pesquisas sobre os mais distintos temas rurais, envolvendo a agricultura, a agroindústria, os hábitos e comportamentos dos indivíduos e famílias rurais e suas relações com as estruturas sociais, e a discussão de políticas para o desenvolvimento rural. Desejamos a todos uma agradável e produtiva leitura!

*João Garibaldi Almeida Viana
Paulo Dabdab Waquil*

INSTITUIÇÕES, REGRAS E HÁBITOS: reflexões sobre a interação entre instituições e a economia na agenda institucionalista

Octavio Augusto Camargo Conceição

Economic theory takes all economic individuals in an organization as data, not subject to “influence,” and assumes that they view each other in the same way. For him, the idea of the individual with given preferences was of limited use only (KNIGHT, 1935, apud HODGSON, 2004, p. 329).

Introdução

A amplitude do termo instituição parece aplicar-se a todas as análises econômicas, quer de natureza ortodoxa, quanto heterodoxa, e em quase todas as áreas do conhecimento nas ciências sociais. A tradição sociológica do século XX empregou-a sob diversos aspectos, enfatizando-a ora como elemento central da superestrutura, como a categoriza Karl Marx, ora como conexão entre estrutura e indivíduo, como o sugere Max Weber, e também como elemento emergente da ação individual, como preconizava Émile Durkheim¹.

Apesar de todos os mencionados pensadores terem sempre presente em suas análises o nexos estrutural que envolve as relações entre os indivíduos (de maneira mais ou menos direta), essa conexão revela um amplo debate teórico sobre como se processam estas relações. Embora esses autores não possam ser designados de “institucionalistas”, nem de formuladores dos princípios básicos da referida linha de pensamento, eles não podem ser adequadamente compreendidos sem o estabelecimento do referido vínculo entre indivíduo-estrutura.

Como veremos mais adiante, o que caracteriza o institucionalismo não é o fato de utilizar o termo instituições, mas percebê-las como resultante da

1 Durkheim foi um pensador muito negligenciado no pensamento sociológico contemporâneo. Associado, no mais das vezes, às noções de “anomia” e do “funcionalismo social”, há em sua obra foco bastante acentuado no papel dos indivíduos na conformação dos ambientes sociais. Em Durkheim, instituição social é um mecanismo de organização da sociedade, é o conjunto de regras e procedimentos padronizados socialmente, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade. Tal noção se aproxima muito do conceito de instituição de John Commons. Mas, em Durkheim, as instituições têm um caráter mais conservador do que reformador, uma vez que deveriam transmitir estabilidade e segurança aos indivíduos, através das regras sociais. Para ele, uma sociedade sem regras claras (“em estado de anomia”), leva o ser humano ao desespero, que se materializaria na criminalidade, no suicídio, na violência. Tal patologia social foi chamada por ele de “anomia”, que deveria ser vencida, através da sociologia (GIDDENS, 2011).

interação entre os indivíduos e a estrutura social, que os formam e que é deles oriunda. O pioneiro do campo de conhecimento em Economia Institucional foi Thorstein Veblen. Nascido em 1857 e falecido em 1929, Veblen era economista e sociólogo, formado em filosofia, americano, filho de noruegueses, tendo publicado, no final do século XIX, “A Teoria da Classe Ociosa” (*The Theory of the Leisure Class*, 1899), precedido por seu ensaio *Why is economics not an evolutionary science?* (1898), e seguido, dentre outras obras, por *The Theory of Business Enterprise* (1904) e *The Instinct of Workmanship and the State of the Industrial Arts* (1914).

Veblen estabeleceu uma fina e original morfologia econômica e social, onde, discordando da hegemonia econômica, os indivíduos – segundo o pensamento neoclássico já de sua época – eram subentendidos como “dados”, sem preferências, gostos ou padrões diferenciados de consumo e de escolha. Para ele, os indivíduos deveriam estar no centro da teoria econômica, os quais capacitá-la-iam a assumir contornos derivados das idiossincrasias do comportamento humano. Este argumento antecipou uma série de conceitos que só foram elaborados e incorporados teoricamente a partir de meados do século XX, como as noções de imperfeições de mercado, racionalidade limitada, oportunismo e modelos mentais de comportamento.

Veblen via os hábitos dos indivíduos como elemento central da análise econômica. Isto porque estabeleceriam padrões de comportamento, normas de conduta e herança cultural, que interagindo coletivamente produziriam as instituições. Estabeleciam-se assim os princípios do que, anos mais tarde, veio a se designar “economia institucional”. Ela incorporava noções que, com o tempo, foram ganhando robustez conceitual e analítica, avançando em linha oposta ao pensamento hipotético-dedutivo do neoclassicismo. A economia institucional fundava-se não apenas na rejeição da aplicação de princípios matemáticos, como única inferência capaz de atender os quesitos de ciência econômica – a qual supunham a otimização racional das escolhas dos indivíduos hipotéticos e sem preferências –, mas na necessidade de se compreender a interação derivada da relação indivíduo-estrutura.

A revista *Journal of Economic Issues* da Association for Evolutionary Economics tem sido, nos últimos anos, a grande difusora do pensamento institucionalista. Nesse âmbito, Veblen é considerado um autor central, vinculado tanto à filosofia pragmatista de Charles Sanders Peirce², quanto à psicologia comportamental de William James. Além disso, é também o precursor do evolucionismo de Charles Darwin. Tais influências filosóficas explicitam a

2 O pragmatismo é um pensamento filosófico criado, no fim do século XIX, pelo filósofo americano Charles Sanders Peirce (1839-1914), pelo psicólogo William James (1844-1910) e pelo jurista Oliver Wendell Holmes Jr (1841-1935). Tal pensamento enfatizava o valor prático como critério da verdade. O pragmatismo

amplitude, complexidade e originalidade do seu pensamento. No presente artigo procuraremos enfatizar o legado institucionalista original e sua interface em vários aspectos da vida econômica. Em especial, reitera-se a relevância do evolucionismo na formação do institucionalismo.

Veblen, nesse sentido, foi precursor do evolucionismo na economia por reivindicar um padrão analítico em economia centrado no comportamento dos indivíduos, no estabelecimento de uma interação indissociável entre indivíduos e instituições – ou relação agente-estrutura – e no desenho de como a articulação entre ambos forma o ambiente institucional decorrente.

Vários artigos dentro da tradição institucionalista têm tratado de sistematizar a natureza do respectivo pensamento (HAMILTON, 1919; COMMONS, 1931; SAMUELS, 1995; HODGSON, 1993, 1998, 2000). Tais inserções constituem-se em tentativas de avançar no campo analítico da Economia Institucional, sob um enfoque diferente da Nova Economia Institucional (NEI). Em nossa perspectiva, Hodgson é um dos autores que mais avançou no sentido de estabelecer um diálogo entre os escritos de Veblen do início do século XX com os avanços recentes da economia evolucionária, que se consolidou após o trabalho pioneiro de Richard Nelson e Sidney Winter de 1982.

O termo *Institutional Economics* (IE) foi originalmente empregado por Walton Hamilton em seu artigo clássico de 1919. Para ele, tal noção poderia “unificar” a ciência econômica, através da sua articulação entre as partes e o todo. Neste sentido advertia que a IE não poderia assumir um caráter prescritivo em termos de proposições econômicas³. Daí sua preocupação com a “unificação” teórica, que se constituiria na base para a política (propositiva). Ou seja, as proposições deveriam estar assentadas em uma teoria econômica institucional, que, por definição, relaciona instituições e indivíduos, na forma do “comportamento humano”. Isto constituiria o legado original do institucionalismo.

Este é o ponto de discórdia de Veblen – e do institucionalismo dele decorrente - em relação ao neoclassicismo. Para esta escola, os indivíduos

centrava-se no comportamento prático, pragmático, enquanto aproximação do critério realista. Sob essa ótica, o valor prático constituiria o melhor critério de aproximação da verdade. Para os institucionalistas norte-americanos, como Marc Tool, Paul Bush, Philip Klein e outros, o institucionalismo vebleniano origina-se de Pierce, James e do filósofo John Dewey, que criou a teoria do valor instrumental (TOOL, 1993). Além de Veblen, tal teoria teve grande influência na tradição seguidora de Clarence Ayres, que se centra na noção de cerimonialismo, dando pouca ênfase nas noções de hábitos e instintos (KLEIN, 1993, p. 13 e segs.). Tal divisão exerce atualmente uma clara polarização entre os veblenianos evolucionários, seguidores de Hodgson na Europa, e os veblenianos cerimonialistas, seguidores da tradição Ayresiana nos EUA. Discutiremos esse ponto no final do artigo.

3 Para Hamilton, não cabe à economia julgar propostas práticas. Isto porque: “o objeto adequado da teoria econômica são as instituições. A teoria econômica está preocupada com questões de processo, razão pela qual ela deve estar baseada em uma teoria aceitável do comportamento humano” (HODGSON, 2000, p. 317, *apud* HAMILTON, 1919, p. 313).

são exógenos, as preferências são dadas e o comportamento é unicamente otimizador, o que afasta qualquer interação social de importância teórica. Por isso que Veblen escreveu *Why is economics not an evolutionary science* (1898). Faltava a esta “teoria”, oriunda da hegemonia neoclássica, a inclusão de indivíduos e suas idiosincrasias, o que se daria com a inclusão das instituições, enquanto resultado das ações interativas entre os homens.

Tal lacuna seria, na visão de Veblen e de Hamilton, preenchida pela constituição de uma teoria econômica das instituições, que, segundo este último, esquematicamente, deveria contemplar cinco pontos fundamentais, assim resumidos por Hodgson (2000, p. 318):

1. embora os institucionalistas estejam interessados em assegurar a suas teorias um caráter prático relevante, o institucionalismo não é definido em termos de propostas políticas;
2. há um intenso uso de idéias e de dados oriundos da interação com outras disciplinas sociais e humanas, como a sociologia, a psicologia e antropologia, de forma a desenvolver uma análise mais rica da relação instituições e comportamento humano;
3. como as instituições são um elemento-chave da economia, os economistas devem estudá-las e seus processos de conservação, inovação e mudança;
4. a economia se constitui em um processo aberto e em evolução, inserida em um meio ambiente, que é afetado pelas mudanças tecnológicas, que operam inseridas (*embedded*) em um amplo conjunto de relações sociais, políticas, culturais e de poder;
5. o indivíduo não pode ser visto como “agente racional-maximizador”, mas é influenciado cultural e socialmente, afetando e sendo afetado pelas instituições, via mecanismo de “*reconstitutive downward causation*”(causação reconstitutiva de cima para baixo), posteriormente alterado para *effects*.

Os pontos mais controversos entre os velhos e novos institucionalistas são o 1 e o 5. O 1 por suscitar rejeição de alguns institucionalistas, principalmente os mais ligados à NEI. Já o ponto 5 seria o mais ligado à visão predominante na OIE. Os pontos intermediários entre o 2 e o 4 suscitariam consenso entre as várias correntes institucionalistas. O que se pode concluir é que estes pontos congregam o *hard core* da agenda de pesquisa institucionalista, que vem se consolidando e avançando nos últimos anos.

Ela contrasta com a visão preliminar da NEI, principalmente no que tange às proposições analíticas que viam as instituições como instrumentos

de eficiência e equilíbrio ótimo. Como vários autores apontaram, não há otimalidade no ambiente institucional (MATTHEWS, 1986; NORTH, 2005; NELSON, 1995; HODGSON, 1998A). Nesse sentido, propor medidas que “garantam” eficiência seria algo teleológico, finalístico, previsível, em um ambiente permeado de incertezas, variações e possíveis mutações, que, por isso mesmo, descortinam perspectivas inusitadas e imprevisíveis. Daí a temeridade das convicções que possam levar a objetivos específicos e “teoricamente” exequíveis. Isto não implica abandonar a construção de uma “teoria econômica das instituições”, mas, pelo contrário, significa tê-la como algo não teleológico, não finalístico e que não necessariamente leve a trajetórias ótimas ou mais eficientes⁴.

Portanto, construir ou propor instituições “ideais”, como garantia de um avanço econômico e social, é meta por demais hipotética e alheia à agenda de pesquisa institucional. Não lhe cabe desenhar o futuro, senão compreender as formas de evolução que asseguraram seu funcionamento até o presente, para tecer, a partir daí, possíveis correções de rumo para se alcançar algumas metas, mas sob incerteza.

A agenda de pesquisa do institucionalismo e a proposição de políticas

A agenda de pesquisa institucionalista contém uma reflexão sobre a relação entre os indivíduos, suas interações e difusão comportamental no ambiente social, que permitem a formação e disseminação de determinados arranjos e conformações institucionais, nem sempre previsíveis e passíveis de classificação como mais ou menos adequados, eficientes ou duradouros. O processo que decorrerá destas mediações ou interações é quem explicará os êxitos ou fracassos das diferentes trajetórias escolhidas ou seguidas. Em outros termos, o que se quer argumentar é que não existe, dentro da agenda de pesquisa institucionalista, elementos que induzam o sistema a alcançar maiores e mais duradouros resultados. O ambiente de incerteza e o caráter não-ergódico da evolução da própria sociedade – trajetória esta marcada por antagonismos, disputas, conflitos e até mesmo regularidades sistêmicas – impede soluções racionais ou eficientes, oriundas do correto (ou incorreto) uso da teoria. O avanço do próprio processo é quem cria ou destrói alternativas em curso. Veblen explicitou este argumento ao caracterizar a história como “*blind drift*” (DUGGER, 1988; VELEN 1898), ou, segundo Nelson, como “cegueira do processo evolucionário” (1995).

4 A noção de lock-in de Brian Arthur (1989) avança nesse mesmo sentido.

Nesse sentido entendemos que há uma dessintonia entre a visão dos seguidores de Veblen e a tradição teórica oriunda da NEI⁵, vigente no início dos anos 90. Enquanto a versão preliminar da NEI assentava-se na proposição de medidas definidoras de um padrão de eficiência construído a partir das regras formais, na proposição de Veblen tal finalidade não pode advir de uma proposição teórica abstrata e desenraizada historicamente.

Isto sugere que não há no institucionalismo uma relação direta entre “teoria” e “prática” (HODGSON, 2007a). Isto porque não há uma relação direta entre a proposição e o desdobramento dela no âmbito de seu desenvolvimento, dada a complexidade do referido escopo analítico. Ou seja, há um amplo espectro de mediações entre elas, que são incapazes de gerar consensos e possíveis cenários de estabilidade institucional. Vale dizer: as mudanças institucionais não são previsíveis, o que não quer dizer que não contenham elementos teóricos. Isto é, as medidas de políticas a serem implementadas não asseguram resultado apriorístico. Estes resultados advirão da forma com irão interagir os indivíduos com o ambiente “institucional” local e regional, suas peculiaridades e a forma como a interação entre ambos se desdobrará. Isto Veblen chamava de *unfolding process* (VEBLEN, 1899).

Partindo das proposições originárias de Hamilton, seguidas por William Kapp (1968), a economia deve ser vista como sistema aberto, o que a atrela a uma perspectiva evolucionária e não previsível. Embora haja correntes institucionalistas favoráveis a proposições “normativas”, vários outros, mais próximos ao evolucionismo vebleniano, desconectam esta possibilidade. Tal ponto, porém, não é pacífico, nem consensual⁶.

Gunnar Myrdal enfatizava a inevitabilidade de “julgamentos de valor” nas ciências sociais. Mas, para ele, valores e fatos são noções diferentes, o que não quer dizer que afirmações positivas e normativas sejam indistinguíveis epistemologicamente. Os valores não emergem automaticamente dos fatos, nem são escolhidos de premissas arbitrárias. Segundo Gunnar Myrdal “os valores estão sempre conosco”, o que não quer dizer que “valores” sejam equivalentes aos “fatos” (MYRDAL, 1958, p. 131 *apud* HODGSON, 2000). Embora, nas ciências sociais, as afirmações a partir de fatos sejam sempre contaminadas de valores, isto não significa que sejam a mesma coisa.

5 Entendemos, contudo, que recentemente tais divergências têm diminuído, principalmente por aceitação dos princípios de não-ergodicidade do ambiente institucional (North, 2005), que tem afastado o institucionalismo de prognósticos de eficiência e otimalidade. Ao invés disso, seus estudos têm se inclinado em favor de mutações imprevisíveis e oriundas da forma de articulação dos arranjos institucionais, que lhe conferem especificidades, assincronias e imprevisibilidade, por definição.

6 Hodgson (2000, p. 319) enfatiza que: “a economia é muitas vezes percebida e julgada em termos de suas prescrições políticas. Mesmo ao se afirmar como “ciência”, há em economia questões políticas aparecendo em todos os lugares. Os que aderem à noção de uma ciência econômica “livre de valor” são muitas vezes as mesmas pessoas que estão interessadas em pronunciar políticas”.

O mesmo se aplica à “política econômica”, cuja importância é inquestionável. No entanto, o convencimento e a consequente “autoridade científica” deve se originar de uma consistente base teórica. Posições políticas, se mais de esquerda ou de direita, devem invocar proposições teóricas compatíveis com estas inclinações. A associação de uma teoria compatível com as respectivas proposições deriva de uma questão de lógica e legitimação, que gera convencimento e credibilidade. Assim, as estruturas e forças sociais, políticas e econômicas sobre as quais se assentam proposições (se mais de esquerda ou de direita) contemplam o elenco de possibilidades factíveis de política econômica. Ou seja, o nexos entre economia positiva e normativa não se coaduna com o institucionalismo. Não é lícito separar neoclássicos de institucionalistas pela simples adesão à crença no funcionamento dos mercados e aceitação dos mecanismos de intervenção. Há neoclássicos⁷, como Hahn e outros, que defendem ações que marxistas contemporâneos, como John E. Roemer (1989), concordariam e vice-versa. O divisor de águas entre institucionalismo e neoclassicismo está na ação dos indivíduos ou na relação indivíduo-estrutura⁸. Se, para os primeiros, essa relação é crucial para delimitar uma trajetória teorizável, para os últimos, ela é decorrente exclusivamente dos princípios de otimização e equilíbrio, não necessitando inferências analíticas mais específicas. Em outros termos, o institucionalismo não pode ser definido simplesmente pela posição pró-planejamento ou pró-mercado, nem em termos de maior igualdade ou de riqueza. Não é o monopólio de sentimentos igualitários que o caracteriza. Também não haveria no neoclassicismo nada que leve a conclusões favoráveis à desigualdade. O problema do neoclassicismo é estar baseado em indivíduos dados. Falta-lhes uma teoria de como funcionam os mercados, o que o torna cego neste ponto, razão pela qual fica difícil definir uma posição pró ou anti-mercado. Portanto, o critério mais razoável à análise econômica – que o *mainstream* negligencia – deveria ser, antes de posicionar-se sobre “o que deve ser”, tentar responder “o que é”.

Nesse sentido, pode-se concluir que o que caracteriza o institucionalismo mais apropriadamente são os itens 2 a 4, que podem ser agrupados nos critérios de interdisciplinaridade, sistemas abertos e evolução. Seriam critérios necessários, mas longe de serem suficientes.

7 Define-se “neoclassicismo” aqui, em termos genéricos, a partir da aceitação ou crença nos princípios de maximização, equilíbrio e racionalismo.

8 À título de ilustração, tem-se que vários autores em HPE têm posições diversas de suas proposições: Walras tinha inclinação socialista e defendia o equilíbrio geral, Marshall o contrário, não preconizava o socialismo, mas via com cautela a aproximação ao equilíbrio, preferindo conectar a economia ao ambiente evolucionário. Leontief, adepto do planejamento centralizado, via com simpatia a teoria neoclássica convencional. Vários neoclássicos propunham intervencionismo, como Irving Fisher, e outros, como Oskar Lange, defendiam instrumentos neoclássicos como avanços à planificação socialista. Da mesma forma, Kenneth Arrow e Frank Hahn, teóricos do equilíbrio geral, defendiam o intervencionismo e políticas social-democratas.

O caráter interdisciplinar decorre da interação com a antropologia, sociologia, ciência política e psicologia, sem falar na história, na estatística e na biologia. Para Gary Becker, da escola de Chicago, a associação com a política e sociologia foi invadida pela perspectiva neoclássica da escolha racional, juntamente com a antropologia e a psicologia. Julgamos, entretanto, que tal vinculação está presa a uma visão hegemônica pela noção de indivíduo como ente racional e otimizador, o que, no institucionalismo, não acontece. Entretanto, mesmo que o institucionalismo defenda o caráter multidisciplinar, não é este caráter que o define. O que o velho institucionalismo defende é a importância das instituições na vida econômica, no sentido de compreender seu papel e como evoluem, fato este negligenciado no século XX, principalmente no período 1940 a 1975. A assunção da NEI reincorporou as instituições, mas, como se verá, em uma roupagem “neoclassizada”. Ou seja, as instituições passaram a ser compreendidas como resultado de regras formais e informais, que estabeleceram decisões tomadas pelos agentes maximizadores de forma “racional”, ainda que “limitada”. Estabeleceu-se daí outro corte analítico de instituição em um ambiente teórico diferente do OIE.

A incorporação do legado “evolucionário” deu-se através da concepção de que o “processo de transformação estrutural”, as “propriedades de emergência” e a noção de “mudança”, constituem pontos fundamentais da referida análise. Estes três elementos foram omitidos da linguagem teórica do *mainstream* ao longo de todo o século XX. Apenas nos últimos dois decênios do referido século houve algum esforço analítico no sentido de incorporá-lo, principalmente no campo próximo à NEI (COLANDER *et al.*, 2004).

Contudo, seguindo Hodgson, uma definição mais precisa do termo evolucionário, diferenciando o institucionalismo de outras abordagens, ainda carece de uma melhor elaboração. Da mesma forma, o critério de sistema aberto (como o empregado por LAWSON, 2006), mesmo se constituindo em outra noção importante do OIE – reconhecendo a relevância da relação economia e meio ambiente, incorporando as relações sociais, e afetando mutuamente a tecnologia e outras mudanças estruturais – também se constitui em um critério ainda insuficiente, na medida em que a distinção entre sistema aberto e fechado fica difícil de ser delimitada em um ambiente de interação social.

Neste sentido, embora essas quatro características sejam importantes, elas são insuficientes para caracterizar o institucionalismo. O que então completaria tal quadro analítico? A resposta segue no próximo item, que exige um contraponto entre a NEI e institucionalismo original de Veblen.

O projeto teórico do novo institucionalismo *vis-à-vis* a concepção de Veblen

O projeto teórico da NEI é bastante amplo e comunga com alguns aspectos do velho institucionalismo, mas também discorda e afasta-se dele em vários outros pontos. O que os aproxima é a essência das instituições como mencionado anteriormente, principalmente nos itens 2 a 4 (conforme visto). O que os distingue é uma série de aspectos a respeito da “normatividade” das orientações a respeito do “adequado funcionamento da economia”, a força punitiva e indutora das regras formais e informais; e a certificação ou garantia de eficiência ao desenho institucional proposto. Tal proposição tem sido desconsiderada em muitos aspectos pela visão da NEI, embora, mais recentemente, ela tenha sido reiterada e incorporada em seu pensamento, como veremos na sequência. Quem mais desenvolveu avanços nesse sentido foram os estudos de Douglass North (1994, 2005, 2006), que se pautaram em proposições derivadas dos “modelos mentais compartilhados”.

Quando a NEI surgiu, no final dos anos 70, seu projeto de pesquisa visava explicar as instituições sociais, políticas e legais, tendo como referência um comportamento dado dos indivíduos, mas explicitando os efeitos oriundos da interação social, como oportunismo, racionalidade limitada e imperfeições dos mercados. Não havia nesta visão uma “teoria” sobre como se processava a evolução das instituições, mas como o ambiente se transformava a partir de um estado inicial de *institutional-free state of nature*, que se complexificava na medida em que surgiam e cresciam os custos de transação. Assim, indivíduos agiam a partir de regras de comportamento que disciplinavam a vida social e as instituições, constituindo as regras formais e informais (NORTH, 1994).

Por exemplo, a tentativa de explicar a origem das instituições através da teoria dos jogos é a presunção de existência de certas regras já no início dos jogos, bem como de *pay offs* pré-determinados. A crítica à idéia de Williamson, segundo a qual “*in the beginning there were markets*” (HODGSON, 2000 *apud* WILLIAMSON, 1975, p. 20), parte do pressuposto que os indivíduos, face à necessidade de reduzir custos de transação, passam a criar regras e hierarquias, supondo um ambiente de mercado originariamente “*institution-free*”, o que se contradiz com a própria noção de mercado como instituição. Da mesma forma, tanto a propriedade privada, quanto a linguagem são instituições que se formaram pela interação social dos indivíduos de maneira cultural, estabelecendo costumes, normas e padrões de comportamento. Ou seja, não partem de uma situação “*institution-free*”, nem apenas de regras.

Como o desenvolvimento das instituições depende minimamente de comunicação e de informações oriundas das interações entre os indivíduos,

e estas pressupõem uma série de convenções, regras, padrões de comportamento, normas, etc., surge daí um problema para a NEI. Isto porque, mesmo partindo de “indivíduos dados”, não é aceitável partir-se de *institution-free*⁹. Assim, as instituições historicamente específicas deveriam ter um início, a partir do qual iriam sendo reformuladas, através de um processo de evolução institucional, e interagindo com outras instituições. Isto é bastante diferente de partir de hipotéticas *institution-free* “*state of nature*.”

Mesmo reconhecendo o importante papel da NEI, há falhas na concepção do ponto de partida das instituições, na forma como as instituições “emergem”, e falta-lhes uma “teoria de processo” do desenvolvimento e do aprendizado. Em outros termos, falta-lhes uma perspectiva de análise evolucionária. Tal omissão é superada na medida em que se incorpora à análise institucionalista os fundamentos veblenianos originais, que, em nossa visão, sustentam, teórica e metodologicamente, a respectiva linha de pensamento. É o que discutiremos no próximo item.

O renascimento do institucionalismo de Veblen

A “Economia Institucional Vebleniana” foi hegemônica nos EUA no período entre-guerras, após o qual ela declinou e fragmentou-se, desaparecendo quase completamente do debate econômico, principalmente no campo do mainstream. Nos anos 90, institucionalismo e evolucionismo – talvez pelos avanços suscitados pela agenda neo-schumpeteriana, que redefiniu o próprio evolucionismo – reemergiram de maneira generalizada e em várias frentes, tanto no âmbito da NEI, nos trabalhos de North, Schotter e Williamson, quanto na vertente derivada dos trabalhos de Richard Nelson and Sidney Winter (1982), que reconheceram a importância de Veblen (Winter 1990; Nelson 1995).

Os avanços oriundos deste (re)descobrimto originaram-se de várias frentes: do desenvolvimento dos conceitos-chave da NEI; do desenvolvimento de alguns pontos antes omitidos pelo *mainstream*; da revisão de ideias acerca do “agente humano” e da racionalidade; da reemergência das preferências endógenas; do reconhecimento da racionalidade limitada; e do programa de pesquisa baseado no comportamento humano. A novidade trazida à tona por esta nova agenda de pesquisa é que estes pontos dialogam com a perspectiva

9 Tryge Haavelmo, em *lecture* proferida quando do recebimento do Nobel em 1989, afirma: “teorias econômicas existentes não são boas o suficiente. (...) Começam estudando o comportamento do indivíduo em várias condições de escolha. Em seguida, tentam construir um modelo da sociedade econômica em sua totalidade por um chamado processo de agregação. Acho que isso está realmente começando no lado errado. (...) Começando com alguma sociedade existente, poderíamos concebê-la como uma estrutura de regras e regulamentos dentro dos quais os membros da sociedade têm de operar. Suas respostas a essas regras, como indivíduos, obedecendo-as, produzem resultados econômicos que caracterizam a sociedade” (HAAVELMO, 1997, *apud* HODGSON, 2007a, p. 327).

analítica oriunda de Veblen. A nosso ver, três pontos caracterizam a agenda institucionalismo e sua relação com o processo de desenvolvimento econômico: a noção de indivíduo, o papel da cultura e os mecanismos de *upward* e *downward effects*. Vejamos um a um.

O indivíduo institucionalizado ou *embedded*

Como já se salientou, um elemento comum na tradição de velho institucionalismo originário de Veblen – que surgiu a partir de Escola Histórica Alemã, e atravessou todo o século XX, passando inclusive por Galbraith (HODGSON, 2000) –, é a noção de que o indivíduo não é dado, suas preferências importam e o caráter maximizador não é capaz torná-lo homogêneo. Portanto, é isto que distingue o velho institucionalismo do *mainstream* neo-clássico e da NEI, pois para estas duas últimas correntes o indivíduo é dado, e suas funções de preferências também o são.

Douglass North vem, desde pelo menos os anos 2000, afastando-se destas posições, assumindo importantes pontos de convergência com o institucionalismo original, embora não o explicita textualmente em suas obras. Em seu livro de 2005, e já em seus escritos dos anos 90, o conceito de “*shared mental model*” denota uma clara concepção do papel dos indivíduos na mudança institucional.

Tal ponto comunga com as ideias centrais de Veblen, embora este se centre no conceito de “hábito” como uma de suas noções mais fundamentais. São os hábitos que definem os comportamentos e estratégias dos indivíduos, que emergem no plano coletivo, formando as instituições, que os reforçam ou reformulam. O processo de habituação interage com várias formas de disseminação de padrões de comportamento e de cultura, que formam os ambientes de interação.

Dentre elas cabe referir, pela sua relevância, o papel da propaganda no processo de habituação que se constitui em uma das mais importantes fontes de generalização dos hábitos dos indivíduos. Galbraith sempre teve preocupação com estes aspectos, principalmente em *The New Industrial State*¹⁰. Esta ideia contempla o institucionalismo como um todo, distinguindo-o do *mainstream* e da NEI, onde, como já se viu, há certa negligência no tratamento das preferências individuais. Ali elas são tratadas como decorrentes

10 Segundo Hodgson (2000, p. 325): “A idéia de que os gostos individuais não são dados, mas são moldadas por circunstâncias institucionais e por influências particulares, como a publicidade, é um tema importante nos escritos de Galbraith. Por exemplo, em “O Novo Estado Industrial”, Galbraith [1969, 152] insistiu que os desejos dos indivíduos “podem ser sintetizado pela publicidade dos persuasores”. Sua análise coloca ênfase especial sobre os efeitos da publicidade sobre os desejos individuais. De modo geral, os institucionalistas reconhecem a influência potencial de muitas instituições em hábitos individuais, concepções e preferências.”

das regras ou da forma de transação, cuja minimização é mais importante do que sua habituação¹¹.

Embora Veblen criticasse os economistas clássicos e neoclássicos por essa omissão, muitos institucionalistas, principalmente na tradição americana herdeira de Commons, viam complementariedade entre ambos. Entre estes estão John Commons, Wesley Mitchell, J. M. Clark, Paul Douglas e Arthur F. Burns. Isto sugere que a exclusão dos economistas neoclássicos do institucionalismo eliminaria estes autores dos cânones institucionalistas¹².

A relação entre instituições e cultura: objeções ao cerimonialismo Ayresiano

Ao aprofundar as noções do velho institucionalismo, é necessário remover algumas incompreensões e refutações. A crítica mais frequente de que os gostos e preferências são moldadas pelas circunstâncias, levando ao se designa de “determinismo estrutural ou cultural”, transformando o indivíduo em uma espécie de marionete de circunstâncias sociais e culturais.

Alguns institucionalistas assumem tal visão, tal como Clarence Ayres, ao afirmar que “*there is no such thing as an individual*” (Rutherford, 1994, p. 40-41, apud Hodgson, 2000, p. 326). O problema em tal visão é ver a ordem social como primariamente “*top down*”, que tira do indivíduo qualquer autonomia em relação ao processo de decisão econômica, sendo esta atribuída unicamente às instituições. Noções como intencionalidade e decisão sob incerteza são negligenciadas ou simplesmente não aparecem nesta perspectiva. Tal visão Ayresiana foi proeminente até 1945, representando o institucionalismo como um todo (*op. cit.*, p. 326).

Veblen e Commons não sustentam esta visão. Para eles, principalmente o primeiro, as instituições são resultado do comportamento individual e da habituação, bem como de sua influência sobre os indivíduos¹³. Ambas citações

11 Complementando tem-se que: “Em vez de um alicerce baseado em indivíduos determinados, como presume o *mainstream* e a nova economia institucional (NIE), o “velho institucionalismo” (OIE) mantém a idéia de agentes interativos e parcialmente maleáveis, mutuamente entrelaçados em uma teia de instituições duradouras e que se auto-reforçam” (HODGSON, 2000, p. 325).

12 Textualmente, Hodgson (2000, p. 325) afirma que: “[...] a exclusão completa da economia neoclássica do institucionalismo descartaria Commons e outros do cânones institucionalistas.”

13 Duas citações de Veblen [1919, 243] e Commons [1965, 6-8] explicitam este argumento. Em Veblen (1919): “O crescimento e as mutações do tecido institucional são um resultado da conduta dos membros individuais do grupo, uma vez que isto está fora da experiência dos indivíduos, sendo que é através da habituação dos indivíduos que as instituições surgem; e é nessa mesma experiência que essas instituições agem para direcionar e definir os objetivos e o fim da conduta”. Commons enfatiza: “Crenças sociais [...] fornecem a base das afecções que cada pessoa, por si só, possibilita sua capacidade de resposta aos apelos daqueles com quem ele deve cooperar. A instituição em que ele se encontra é tanto a causa e o efeito de suas crenças [...] Crenças e desejos comuns são a vitalização, força ativa dentro da instituição”.

explicitam tanto a dependência das instituições dos indivíduos, quanto o contrário. Elas moldam e são moldadas pelos indivíduos. Há tanto *upward* quanto *downward causation* (ou *effects*): os indivíduos criam e modificam as instituições, quanto as instituições moldam e restringem a ação dos indivíduos. Daí que, o institucionalismo pressupõe um duplo movimento, o que invalida o “determinismo cultural e institucional” alegado por institucionalistas como Ayres, sustentado por Rutherford, como citado acima.

Segue-se daí uma importante controvérsia com outros institucionalistas fora do espectro evolucionário. É comum na citada revista JEI enfatizar aspectos próximos a Veblen, mas que omitem a interação com o evolucionismo. A famosa “dicotomia vebleniana”, proposta por Clarence Ayres, sublinha umnexo entre tecnologia e instituições. Falta-lhe, porém, uma conexão com a noção de evolução e de mudanças institucionais. Na falta de uma “teoria evolucionária”, as mudanças estruturais e comportamentais são vistas como decorrentes do ambiente cultural, desconectado das próprias instituições.

Mesmo que esses pontos mereçam ser mais bem explorados analiticamente, o que se pode inferir é que a determinação do comportamento dos indivíduos, a partir da cultura, é mais complexa do que o sugerem análises de caráter mais “deterministas”. Metodologicamente, Hodgson (2007, p. 336) enfatiza que o *approach* vebleniano adota uma ontologia social de disposições habituais e sistemas de regras institucionais, dentro de princípios evolucionários darwinianos, só que transmutados ao âmbito social. Isto está presente nos escritos de Veblen, embora autores dele derivados não destinem ênfase nesses aspectos. É o caso de institucionalistas como Wesley Mitchell, John R. Commons, John Maurice Clark e Clarence Ayres, os quais, apesar de serem simpáticos à obra vebleniana, cometem equívocos em relação aos escritos originais do autor ¹⁴.

É este o sentido do título deste capítulo. As instituições se originam mais das interações entre os homens) do que das regras, porque elas derivam do

14 Nesse sentido, Hodgson argumenta que: “Por exemplo, as idéias de que a psicologia de Veblen era behaviorista, que ele via o comportamento individual como sendo quase inteiramente explicado pela cultura ou instituições, ou que ele defendeu uma “dicotomia vebleniana” entre instituições e tecnologia, são todas elas contraditas por múltiplas declarações de seus próprios escritos (HODGSON 2004; MCFARLAND 1985; WALLER 1999). Em particular, o trabalho de Ayres representa uma continuação direta e desenvolvimento dos preceitos veblenianos? Compare-se as premissas filosóficas e psicológicas dos dois autores, ao lado de suas visões da natureza e do papel das instituições na sociedade. Por exemplo, Veblen enfatizou e nunca abandonou o conceito de instinto; mas para Ayres era um anátema. Veblen entendeu que pressupostos ontológicos ou “metafísicos”, que não poderiam ser validados por evidência, eram necessários para qualquer teoria; mas Ayres - como todos os positivistas - evitou a metafísica. Veblen enfatizou o papel do indivíduo ao lado de instituições e cultura; mas para Ayres o indivíduo era totalmente subordinado à cultura. Veblen tentou aplicar os princípios darwinianos à evolução social; mas Ayres subestimou o significado do darwinismo para as ciências sociais. Veblen via as instituições como restritivas e facilitadoras da ação humana; mas Ayres concentrou-se em seus aspectos conservadores e restritivos” (HODGSON, 2007a, p. 336).

comportamento socialmente herdado e adquirido dos indivíduos que as formam e que as reforçam. As regras reforçam este comportamento, mas devem estar amalgamadas no comportamento social e cultural do ambiente que as criam. Não basta criar regras se elas não estão conectadas ao ambiente histórico e cultural do qual se originaram. Por esta razão, não se pode “copiar” o ambiente institucional e transmutá-los de um país ou contexto social a outro.

Em contrapartida, o que deve ser salientado é que tais preocupações são pouco enfatizadas no *mainstream*. Preferências, gostos, hábitos e padrões de comportamento são negligenciados, sugerindo que basta uma “adequada” política econômica para que, de forma quase automática, o comportamento dos agentes (suas preferências e expectativas) ajustem-se rapidamente, resultando em “novas” trajetórias de crescimento auto-sustentado e duradouro. Para os defensores das “expectativas racionais”, o papel dos indivíduos, suas incertezas e heterogeneidades ajustam-se automaticamente a racionalidade do sistema. Este ponto está presente até mesmo em análises derivadas de uma equivocada incorporação da agenda de pesquisa da NEI, que vê o arranjo institucional como fruto de altos custos de transação. A importância da inovação, central para o esboço de qualquer estratégia de crescimento, tanto na visão Neo-Schumpeteriana, quanto institucionalista, não assume importância alguma no pensamento ortodoxo, sendo supostamente derivada do próprio processo de crescimento, se houver.

Efeitos de baixo para cima e de cima para baixo

O problema fundamental das análises que negligenciam a relação indivíduo-estrutura, ou interação macro-micro, é que, por omitirem o *reconstitutive downward causation (or effects)*, estão, por definição, impedidas de tratar do processo de evolução do desenvolvimento e do papel dos indivíduos nesta articulação. Assim, um fenômeno de dimensão complexa como este, que implica tratar simultaneamente questões amplas como educação, aprendizado, conhecimento tecnológico, hábitos de comportamento, estratégias empresariais, etc., ficam subordinadas a uma “adequada e compatível” política macroeconômica, nem sempre alinhadas com tais pressupostos.

Na conclusão de seu artigo, Hodgson faz importante reflexão derivada da essência do institucionalismo, às vezes, obscurecido por análises auto-intituladas de institucionalistas, mas que pouco se preocupam com suas raízes e fundamentos teóricos. Mesmo sendo dito que “questões políticas” sejam atributos da agenda econômica institucionalista, elas não aparecem em suas características fundamentais. O que aparece, isto sim, é o reconhecimento da importância do *insight* com outras disciplinas (multidisciplinariedade) e com os sistemas abertos e em evolução. A mais importante característica do

institucionalismo é a ideia de que “o indivíduo é socialmente e institucionalmente constituído. A tradição de Veblen a Galbraith sempre adotou este princípio, entendendo o indivíduo como “moldado” pelas circunstâncias culturais ou institucionais. Por conta disto, o conceito de *reconstitutive downward effects* aparece como original, já que é omitido na visão tanto do *mainstream*, quanto da NEI – que o tomam como “dado”. Para eles a ênfase está na *rational choice*, cujas preferências são dadas sob circunstâncias específicas.

O abandono das ideias institucionalistas originais gerou um grande prejuízo para o avanço da economia. Se assim não o fosse teríamos incorporado concepções sobre o papel dos indivíduos, o poder social e o aprendizado como elementos centrais à análise econômica. Daí estaríamos mais aptos a analisar questões relativas à mudança estrutural e ao desenvolvimento econômico. Mesmo “complicando” analiticamente a formalização teórica, teríamos o indivíduo como elemento central para o tratamento normativo do seu próprio *welfare*. E as necessidades humanas teriam mais elementos capazes de incorporá-las teoricamente. Poder, aprendizado e bem-estar sempre estiveram no centro do institucionalismo. Avançar nestas questões implicaria em constituir uma nova e aberta agenda para questões institucionais.

A ideia de preferências endógenas e “preferências dependentes do contexto” constituem uma interação em aberto com a abordagem evolucionária. Se, por princípio, todo o componente de um sistema pode “evoluir”, então assim também o podem as preferências dos indivíduos. Uma coisa é dizer que as instituições afetam as preferências individuais, outra é explicar suas causas e efeitos. Veblen procurou fazer isto ao examinar como as circunstâncias e restrições levaram à formação dos hábitos, os quais, por sua vez, geraram mudanças nas preferências e nas crenças. Daí a definição “clássica” de instituições para Hodgson (2007a, p. 332), segundo a qual:

As instituições sustentam os sistemas de regras socialmente arraigadas. Eles canalizam e restringem o comportamento para que os indivíduos formem novos hábitos como resultado. As pessoas não desenvolvem novas preferências, desejos ou propósitos simplesmente porque “valores” ou “forças sociais” as controlam. Em vez disso, as capacidades de enquadramento, deslocamento e restrição das instituições sociais dão origem a novas percepções e disposições dentro dos indivíduos. Com base em novos hábitos de pensamento e comportamento, surgem novas preferências e intenções. Como resultado, os hábitos compartilhados são o material constitutivo das instituições, proporcionando-lhes maior durabilidade, poder e autoridade normativa.

As regras específicas de cognição e de ação são, cultural e institucionalmente, impressas na mente humana através da formação de hábitos. Ou seja, toda razão, deliberação e cálculo depende da formação de hábitos. Eles

são formados através de pensamentos repetidos ou comportamentos em uma configuração social específica. Entretanto, para que os hábitos se estabeleçam algumas condições devem ser estabelecidas. Por exemplo, uma criança deve discernir e responder entre estímulos de forma tal que os comportamentos repetidos levem à formação de hábitos. Nesse ponto, é que aparecem os instintos. Isto porque qualquer “ação programada mentalmente” envolve herança genética que se manifesta através dos instintos, que levaram anos para se formar e evoluir. A linguagem é um exemplo disto. É isto que permite compreender o papel dual e complementar dos instintos e hábitos como elementos centrais na psicologia de William James (1890), que, como já mencionado, exerceu notável influência sobre Veblen.

A mudança de foco do *Mainstream* e sua aproximação com a agenda institucionalista

Autores contemporâneos, como Colander (2004) e Swedberg (1990), têm apontado o crescente direcionamento da economia à incorporação de “aspectos sociais”, antes negligenciado pelo *mainstream*. Tal movimento tem sido perceptível na medida em que tem havido “mudança de rumo” na própria hegemonia exercida até os anos 70/80. Em parte, isto tem sido atribuído aos crescentes problemas oriundos da “teoria do equilíbrio geral”, em geral hipotética demais para fazer frente aos distúrbios e “imperfeições” dos mercados e da própria realidade econômica e social. O revigoração da teoria dos jogos explicita esta mudança de rumo, pois incorpora algo de interação entre indivíduos e as instituições, como noções indissociáveis da economia.

Apesar da ainda limitada perspectiva de interação entre indivíduos, uma vez que se assume que todos os indivíduos são plenamente racionais, não há mecanismos de incorporação de problemas oriundos da tratabilidade social. Daí que a “interação” dos indivíduos como a contemplada pela teoria dos jogos, que assume que: as capacidades racionais passaram a ser limitadas (herança de Simon); os contratos passaram a ser incompletos; e o comportamento oportunista, antes excepcional ou negligenciado, passou a ser objeto de tratamento “regrado” ou regulamentado penalmente. Assim, surgem as instituições ou “estruturas institucionais” que passam a guiar as interações e ações dos agentes. Em outros termos, apesar de alguma incorporação do comportamento dos indivíduos através de regras, que trouxeram importantes repercussões na análise econômica, persiste uma grande lacuna a ser preenchida nesse sentido:

Em vez de a macroeconomia ser tratada a partir de um indivíduo representativo ampliado, a estrutura social tem de ser introduzida numa população de indivíduos heterogêneos. Esta é outra porta aberta para a análise institucional (HODGSON, 2007a, p. 329).

Neste contexto, o mercado não pode ser tratado como algo abstrato e etéreo, mas como resultante de um sistema de regras e/ou comportamentos adquiridos, através dos quais se erigem as estruturas institucionais, como regras procedimentais. Da mesma forma, o conceito de racionalidade não pode ser compreendido em abstrato, fora do contexto social, mas deve ser decorrente do conjunto de regras que moldam as instituições e reforçam o respectivo comportamento social:

Smith concluiu que a racionalidade não emerge apenas com base na cognição, mas apenas através da “interação social contínua com outros agentes. [...] Tanto a economia experimental moderna quanto a teoria dos jogos revelaram as limitações da racionalidade independente de todos os fins e apontaram para as influências institucionais sobre a própria racionalidade (*op.cit.*, p. 329).

O modelo *agent-based* caminha em um mesmo sentido. A especificação de regras de decisão com base em agentes artificiais torna o conceito de racionalidade pouco útil. Mais ainda, o referido modelo constitui um sistema randômico e imprevisível, com propriedades emergentes que não podem ser reduzidas às propriedades dos agentes individuais.

Por estas razões, não há um cenário otimista em relação aos atuais desenvolvimentos do *mainstream* econômico. O formalismo ofuscou a substância econômica e fragmentou em “especialidades” técnicas um maior aprofundamento metodológico nesta área de investigação. Por outro lado, há novas oportunidades de avanços conceituais e metodológicos nos recentes trabalhos em psicologia cognitiva.

A ideia de racionalidade enquanto elemento dependente do contexto está presente na análise da economia institucional, na medida em que a relação agente-estrutura também é mutuamente constitutiva, inseparável e realimentadora da referida análise institucional. Como sugere Hodgson (2007), a razão ou a forma de pensamento é impossível de ser concebida sem a inclusão do contexto institucional que a gera e dissemina.

Os avanços recentes no campo da NEI, principalmente a partir das últimas contribuições de North (1994, 2005), atentam de forma explícita para isto. Douglass North, falecido em novembro de 2015, foi um dos autores contemporâneos que incorporou preferências endógenas e situações econômicas dependentes do contexto social. Tais noções eram criticadas entre os anos 40 e 90 pelo *mainstream* então vigente. Tal abertura aproximou a economia do OIE, quando crescentemente há preocupação teórica com o processo de cognição e de conhecimento. North (2005) é um exemplo disso e o próprio conceito de capital humano também.

A crítica à insuficiência teórica e analítica da teoria da escolha racional feita por ele, abre um novo campo de pesquisa centrado no papel dos indivíduos, da cultura, de suas respectivas estruturas cognitivas e dos modelos mentais compartilhados. Esta nova agenda incorpora o contexto cultural e institucional na definição dos processos de avanço econômico, a partir dos modelos mentais ou formas de pensar dos indivíduos. É uma notável aproximação à noção de hábitos e padrões de comportamento dos indivíduos, na definição do arcabouço institucional a que se referia Veblen, na virada do século XIX para o século XX¹⁵. Nas palavras de North (1994, 363):

Um patrimônio cultural comum proporciona um meio de reduzir a divergência nos modelos mentais... e constitui os meios para a transferência intergeracional de percepções unificadoras. [...] As estruturas de crenças são transformadas em estruturas sociais e econômicas pelas instituições. [...] A relação entre modelos mentais e instituições é íntima: os modelos mentais são as representações internas que os sistemas cognitivos individuais criam para interpretar o ambiente; e instituições são [...] os mecanismos externos que os indivíduos criam para estruturar e ordenar o meio ambiente”.

Considerações finais

Como salientado, a abordagem vebleniana, apesar de muitas vezes subestimada e incompreendida, envolve uma série de pontos centrais a sua elaboração e aprofundamento. Desses pontos se constituirá uma moderna teoria institucional, que implica o aprofundamento teórico em quatro eixos: (i) desenvolver uma conceituação evolucionária de agência humana, centrada nos conceitos de hábitos e instintos, reabilitados dentro dos avanços da moderna psicologia e da moderna filosofia pragmatista; (ii) desenvolver uma teoria de múltiplos níveis da evolução socioeconômica, envolvendo a seleção das instituições, bem como dos indivíduos, baseadas em modernas e refinadas definições de conceitos chave como replicação e seleção; (iii) desenvolver uma ontologia de instituições, levando a definições e classificações mais refinadas dos tipos institucionais e uma compreensão ampliada do papel das instituições, da cultura e da tecnologia no crescimento e no desenvolvimento econômico; e

15 Segundo Hodgson (2007a, p. 331): “Este reconhecimento das influências sociais sobre os indivíduos coloca North muito próximo da tradição do institucionalismo original (GROENEWEGEN, KERSTHOLF e NAGELKERKE 1995; RUTHERFORD 1995; PÁLSSON SYLL 1992). Ele aceita que as instituições ou um “patrimônio cultural comum” podem de alguma forma reduzir as divergências entre os modelos mentais detidos por diferentes indivíduos, ou de outra forma efeito crenças ou objetivos individuais. Isso nos leva a um tema na antiga economia institucional sobre o papel das instituições na moldagem preferências. Assim, as fronteiras entre o original e o “novo” institucionalismo são agora menos claras (DEQUECH 2002)”.

(iv) desenvolver uma nova formulação das relações micro-macro, envolvendo interações entre agentes heterogêneos – ao invés de “agentes representativos” ou agregação de agentes similares – e enfocando as propriedades emergentes dessa interação no nível macroeconômico.

Esses pontos constituem potenciais de desenvolvimento, que revelam uma mudança de enfoque, a ser ampliada e fundamentada metodologicamente, frente às proposições hipotéticas-dedutivas. Mudanças institucionais, vindas de cima para baixo, não são capazes de garantir crescimento, estabilidade e distribuição de renda, mas, pelo contrário, deveriam decorrer de uma articulação micro-macro, que estabelece os nexos entre indivíduos e estruturas sociais, conformando-as analiticamente. Tais proposições não podem se originar de utopias e idealizações acerca da previsibilidade do futuro, mas deveriam dialogar com o legado histórico dos países que as fizeram emergir.

E é nesse sentido que entendemos que o desenho de novas trajetórias de crescimento e desenvolvimento econômico – especialmente no campo do desenvolvimento rural nacional e regional, como o que será discutido nos capítulos que se seguem nesse livro –, encontram nessa agenda de pesquisa novas e promissoras perspectivas analíticas.

REFERÊNCIAS

ARTHUR, W. B. Competing technologies increasing returns and lock-in by historical events. **Economic Journal**, 99, p. 116-131. mar. 1989.

BUSH, Paul D. The Methodology of Institutional Economics: A Pragmatic Instrumentalist Perspective. *In*: TOOL, Marc. **Institutional economics: theory, method, policy.** (Recent economic thought series). Kluwer Academic Publishers, USA. 1993. p. 59-107.

COLANDER, David; HOLT, Richard P. F.; ROSSER, JR. J. Barkley. The “Changing Face of Mainstream Economics”. **Review of Political Economy**. v. 16, n. 4, p. 485-499, out. 2004.

COMMONS, John R. Institutional Economics. **American Economic Review**. v. 21, n. 4, p. 648-657, 1931.

COMMONS, John R. **Institutional Economics**. Madison, University of Wisconsin Press, 1934.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. A Batalha dos Métodos (*Methodenstreit*) revisitada: convergindo em Direção ao Institucionalismo? *In*: IX ENCONTRO INTERNACIONAL DAAKB, **Anais [...]**, São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2016.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. Além da Transação: uma comparação do pensamento institucionalista com os evolucionários e pós-keynesianos. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 8, n. 3, p. 621-642, 2007.

DEQUECH, David. “Institutions, social norms, and decision-theoretic norms”, **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 72, n. 1, p. 70-78, 2009.

DEQUECH, David. “Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics”, **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007-2008.

DUGGER, William. Radical Institutionalism: Basic Concepts. **Review of Radical Political Economics**, v. 20, n. 1, p. 1-20, 1988.

DEQUECH, David. The demarcation between the “old” and the “new” institutional economics: Recent complications. **Journal of Economic Issues**, v. 36, n. 2, p. 565-572, jun. 2002.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social**: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. 2. ed. São Paulo, Unesp, 338p., 2011.

HODGSON, Geoffrey M. Evolutionary and Institutional Economics as the New Mainstream? **Evolutionary Institutional Economics Review**. v. 4, n. 1, p. 7-25, 2007b.

HODGSON, Geoffrey. **How Economics Forgot History**. London: Routledge. 2001.

HODGSON, Geoffrey M. Institutional Economics into the Twenty-First Century. **Studi e Note di Economia**, Anno XIV, n. 1, p. 03-26. Gruppo Montepaschi, 2009.

HODGSON, Geoffrey M. On the evolution of Thorstein Veblen’s evolutionary economics. **Cambridge Journal of Economics**. v. 22, n. 4, p. 415-431, 1998b.

HODGSON, Geoffrey M. The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**. v. 36, n. 1, p. 166-192, mar. 1998a.

HODGSON, Geoffrey. **The Evolution of Institutional Economics**: Agency, structure and Darwinism in American Institutionalism. Routledge, London. 559 p., 2004.

HODGSON, Geoffrey M. The Revival of Veblenian Institutional Economics **Journal of Economic Issues**, v. XLI, n. 2 p. 325-340, jun. 2007a.

HODGSON, Geoffrey M. What Are Institution? **Journal of Economic Issues**, v. XL, n. 1, p. 1-25, mar. 2006.

HODGSON, Geoffrey. What is the essence of Institutional Economics, **Journal of Economic Issues**, v. XXXIV, n. 2 p. 317 -329, jun. 2000.

KLEIN, Philip A. The institutionalist Challenge: Beyond Dissent. In: TOOL, Marc. **Institutional economics: theory, method, policy**. (Recent economic thought series). Kluwer Academic Publishers, USA. 1993. p. 13-48.

LAWSON, T. “The Nature of Institutional Economics”. **Evolutionary and Institutional Economics Review**. v. 2, n. 1, p. 7-20. 26, 2005.

LAWSON, Tony. **Ontology and Economics: Tony Lawson and his critics**. Routledge, London and New York. 359 p. 2009.

LAWSON, Tony. “The nature of heterodox economics,” **Cambridge Journal of Economics** 30, p. 483-505, 2006.

MITCHELL, Wesley C. **Os Ciclos Econômicos e suas Causas**. São Paulo, Abril Cultural, (Os Economistas). 1984.

MYRDAL, Gunnar. **Aspectos Políticos da Teoria Econômica**. São Paulo, Abril Cultural, (Os Economistas). 1984.

NELSON, Richard R.; WINTER, Sidney G. **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press. 1982.

NELSON, Richard. Recent Evolutionary Theorizing About Economic Change. **Journal of Economic Literature**. v. XXXIII, p. 48-90, mar. 1995.

NORTH, Douglass. Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**. v. 84, n. 3, jun. p. 359-368, 1994.

NORTH, Douglass C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives** v. 5, n. 1, p. 97-112, Winter. 1991.

NORTH. **Understanding the Process of Economic Change**. Celebrating 100 Years of Excellence Princeton University Press. 2005.

NORTH, WALLIS; WEINGAST. A conceptual framework for interpreting recorded human history. **NBER working paper series, nº 12795**. Cambridge, MA, 80 p. downloaded. 2006.

ROEMER, John E. O marxismo da “escolha racional”: algumas questões de método e conteúdo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 19, nov. 1989.

SALLES, Alexandre; PESSALI, Huáscar; FERNÁNDEZ, Ramón (org.). **Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: UNESP. 2017.

SAMUELS, Warren J. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**. v. 19, n. 4, p. 569-590. 1995.

SWEDBERG, Richard. Socioeconomics and the New “Battle of the Methods”: Towards a Paradigm Shift? **The Journal of Behavioral Economics**, University of Stockholm, v. 19, n. 2, p. 141-154, 1990.

THÉRET, Bruno. “As instituições entre as estruturas e as ações.”. **Lua Nova**, n. 58, p. 225-254, 2003. [Título original: “Vers une convergence intra-et interdisciplinaire des conceptions de l’institution?” Comunicação no Colóquio “Organizations et institutions: règles, coordination et evolution”, maio de 2001. Tradução: Bernardo Ricupero].

TOOL, Marc. **Institutional economics: theory, method, policy**. (Recent economic thought series). Kluwer Academic Publishers, USA. 360 p. 1993.

VEBLEN, Thorstein B. **Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times**. New York: Huebsch, 1923.

VEBLEN, Thorstein. Por que a economia não é uma ciência evolucionária? [1898] In: SALLES, Alexandre, PESSALI, Huáscar; FERNÁNDEZ, Ramón (org.). **Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: UNESP. 2017. p. 31-52.

VEBLEN, Thorstein B. **Teoria da Empresa Industrial**. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1966 (Série Universitária).

VEBLEN, Thorstein B. **The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays**. New York: Huebsch, 1919.

VEBLEN, Thorstein B. **The Instinct of Workmanship, and the State of the Industrial Arts**. New York: Macmillan, 1914.

VEBLEN, Thorstein B. **The Theory of the Leisure Class: An Economic Study in the Evolution of Institutions**. New York: Macmillan, 1899.

**Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização**

INSTITUIÇÕES E A ECONOMIA RURAL: elementos analíticos a partir do Institucionalismo Evolucionário

João Garibaldi Almeida Viana
Paulo Dabdab Waquil

A agricultura é um bom exemplo de um sistema reverberante, onde os ecos não morrem, e compõem um processo em curso de irreversíveis mudanças evolucionárias (BOULDING, 1981, p. 795).

Introdução

A economia rural é um ramo da economia que investiga as relações entre as organizações rurais, os mercados e o Estado, utilizando o método científico e a teoria econômica para encontrar respostas para os problemas agroalimentares. No entanto, esta área de pesquisa tem mantido certo conservadorismo em relação aos seus pressupostos de análise e, embora a agricultura seja um setor em transformações contínuas, a literatura especializada ainda mantém relação estreita com a economia neoclássica e seus pressupostos “imutáveis”.

A emergência da teoria neoclássica como parte do *mainstream* econômico consolidou pressupostos e métodos para a compreensão econômica das dinâmicas rurais a partir do final do século XIX, e o setor agrícola começou a ser analisado a partir de instrumentos estáticos de oferta e demanda, funções de rendimentos marginais decrescentes, modelos de maximização de lucros e otimização da utilização de recursos. Ao longo do tempo, adicionaram-se à análise agrícola pressupostos neoclássicos como racionalidade substantiva, fluxo de informações simétricas, equilíbrio e mercados competitivos.

Durante o século XX, o mundo rural sofreu intensas transformações, modificando tanto a estrutura produtiva do setor agrícola, como também os indivíduos responsáveis pelos processos de desenvolvimento. Apesar destas transformações terem originado uma nova dinâmica nos mercados agroalimentares, muito diferente da encontrada no fim do século XIX, os instrumentos dominantes de análise da economia rural permaneceram praticamente inalterados.

A maior interação do rural com o urbano, bem como o processo de industrialização da agricultura e suas consequências econômicas e sociais trouxeram novas características aos mercados agrícolas, desconectadas dos pressupostos da economia neoclássica, como: comportamento dinâmico, existência de

desequilíbrios, choques e instabilidades, assimetria de informações nos mercados, produções voltadas à tradição, cultura e sustentabilidade, a racionalidade limitada dos indivíduos, o intenso processo de inovação agroindustrial, as economias de escala e escopo, imperfeições de mercado, novos arranjos de comercialização, o aprendizado, os benefícios da interação dos indivíduos e a permanente influência de instituições.

Algumas transformações do ambiente rural estimularam a aplicação de conceitos heterodoxos, como no caso do papel das instituições (como regras formais) e das estruturas de governança na coordenação das cadeias agroindustriais, baseados no arcabouço teórico da Nova Economia Institucional (NEI) (ZYLBERSZTAJN, 1995; AZEVEDO, 2000). Porém, na NEI, permanece o viés estático de análise e não há nenhuma instituição anterior a ser explicada. As instituições importam, mas são dadas dentro de um quadro geral. Nessa perspectiva, não haveria nenhuma estrutura cultural e social anterior – não há passado (HODGSON, 1998).

Acredita-se que os pressupostos de análise da NEI e instrumentos de base neoclássica, como estimação de curvas de oferta e demanda, elasticidades, análises de transmissão de preços e construção de cenários continuam sendo elementos relevantes para o estudo da economia rural e do setor agrícola. Entretanto, podem ser conciliados com uma análise sistêmica e dinâmica, mais compatível à realidade rural.

O Institucionalismo Original nasce como corrente teórica no final do século XIX, buscando reconhecer a importância das instituições e proclamar a necessidade de uma economia evolucionária genuína. Denominou-se essa abordagem de “original” a fim de diferenciá-la da NEI, precedendo-a na história do pensamento econômico. Seus trabalhos ofereceram diferentes perspectivas sobre a natureza do indivíduo, com base no conceito de hábito, sem a preocupação com uma “teoria do tudo”, como na física, mas aproximando-se de uma teoria da mudança, como a biologia evolutiva (HODGSON, 1998). Mais recentemente, a literatura relativa aos processos de inovação (neo-schumpeterianos) e a evolução das instituições (institucionalistas originais) inspiraram ideias evolucionárias, e têm demonstrado que a perspectiva evolutiva na economia pode fornecer um arcabouço teórico útil para pesquisas aplicadas (DOSI; NELSON, 1994). Essa aproximação recente, liderada por Geoffrey Hodgson, representa os desenvolvimentos contemporâneos da teoria, culminando na proposição de um Institucionalismo Evolucionário¹⁶.

Essa perspectiva do Institucionalismo, mesmo tendo origem no século XIX, só veio a ser utilizada em estudos rurais mais recentemente, baseada em perspectivas interdisciplinares, que reconhecem a importância das instituições,

16 Conforme Rutherford (1996), as recentes contribuições institucionais e evolucionárias na economia estão representadas nas páginas do *Journal of Economic Issues*. Ainda, destacam-se os movimentos realizados pela *Association for Institutional Thought* (AFIT) e *Association for Evolutionary Economics* (AFEE).

a partir de hábitos, tradições, normas de comportamento, como parte fundamental do sistema econômico, e não apenas como um ambiente institucional dado, como determinado pela NEI.

Dessa forma, no campo da economia rural, ainda prevalece a carência de pesquisas que visem analisar problemas a partir de pressupostos do Institucionalismo Evolucionário, ou seja, que adotem como centro de análise o processo de mudança, os desequilíbrios, o indivíduo como ativo, a importância de hábitos e costumes e a compreensão das instituições e da história como fatores fundamentais para entender o presente e projetar o futuro. Portanto, esse capítulo tem por objetivo apresentar conceitos centrais do Institucionalismo Original e Evolucionário e, a partir destes, apontar elementos analíticos para estudos na área de Economia Rural.

Institucionalismo: origem, conceitos de instituições e evolução

O termo “Economia Institucional” foi apresentado pela primeira vez por Hamilton (1919), o qual reconhecia que a economia deveria ser compreendida por uma teoria do comportamento humano, tendo as instituições como elemento central para explicá-la. A origem desse corpo teórico deve-se aos estudos de Thorstein Veblen (1898), seguidos de Wesley Mitchell (1910) e John R. Commons (1931), que alicerçam a corrente denominada de Institucionalismo Original.

O conceito central do Institucionalismo Original é o caráter ativo do indivíduo, sendo determinante na evolução da vida econômica. É a partir do indivíduo, e de sua coletividade, que se originam as instituições: elemento fundamental do processo econômico. Para Veblen (1898), instituições são hábitos de pensamentos individuais estabelecidos pelo pensamento comum. Os hábitos são consequências dos processos compartilhados por um número de pessoas em uma dada sociedade.

Quanto mais antigo o hábito, mais legitimado ele se torna; e quanto mais um hábito coincidir com os costumes, mais persistentemente ele se fixará. O hábito será mais firme se as tendências especiais da natureza humana forem tendências já profundamente envolvidas no processo vital, ou intimamente ligadas à história de vida de um determinado grupo (VEBLEN, 1899). Se os hábitos de pensamentos transformam a estrutura social, os indivíduos tornam-se agentes ativos na vida econômica e a direção da sua atividade individual é determinada pelo seu temperamento, hereditariedade, experiência e tradições. Ou seja, no decorrer da ação, o agente também contribui individualmente para modificar o ambiente no qual está inserido (RUTHERFORD, 1998).

Veblen (1898) construiu uma teoria da mudança e buscou compreender os efeitos do progresso técnico na economia sob um estado estático de equilíbrio e sob um processo evolucionário (HODGSON, 1993). As ideias da Teoria

da Evolução de Darwin sempre estiveram presentes nos trabalhos de Veblen e o Darwinismo é encontrado no conceito de instituições como unidades de seleção (HODGSON, 2005), na afirmativa de que a economia é “um processo causal infinito de natureza cumulativa sem jamais alcançar o equilíbrio” (HODGSON, 1992, p. 290) e no argumento de que “com exceção do instinto de autopreservação, a propensão para a competição é provavelmente o mais forte, alerta e persistente dos motivos econômicos” (VEBLEN, 1899).

A história econômica, na ótica vebleniana, é um voo cego, em contraste aos movimentos dialéticos e o processo determinístico ou em progresso. Assim, Veblen rompe com o futuro teleológico, finalístico, do Marxismo e dos Neoclássicos e com a visão de que a economia move-se em direção a um final benevolente; a economia não é baseada no equilíbrio e o fim não é benevolente e nem malevolente, mas depende do ângulo utilizado para interpretá-lo (DUGGER, 1988).

O Institucionalismo Original é uma abordagem comportamental e analisa o comportamento dos indivíduos diante de escolhas. As escolhas são voluntárias ou involuntárias, impostas individualmente ou por princípios de ação coletiva (COMMONS, 1934). John Commons foi um importante pensador institucionalista que influenciou a Economia do Comportamento de Herbert Simon, a Nova Economia Institucional de Oliver Williamson e Douglass North, o Pós-keynesianismo e a Teoria da Regulação (HODGSON, 1998). Commons (1934) empenhou-se em encontrar uma circunstância universal, comum em todo comportamento conhecido como institucional, e então, definiu uma instituição como “uma ação coletiva que controla, libera e amplia a ação individual”.

A ação coletiva abarca desde costumes desorganizados até interesses sociais. O princípio comum a todos os elos é o maior ou menor controle, liberação, e ampliação da ação individual mediante a ação coletiva, que resulta em um ganho ou uma perda para outro indivíduo. A ação coletiva é mais universal na forma organizada de costumes do que na forma organizada de interesses. Os costumes transformam-se ao longo do tempo, conforme se modifica o ambiente econômico (COMMONS, 1934).

Para Commons (1931), as instituições determinam o que o indivíduo pode (ou não pode), deve (ou não deve) fazer, sob sanções coletivas. Assim, um mundo de instituições na forma de ações coletivas é um mundo em mudança constante, em que o futuro torna-se incerto. Destaca-se que, no pensamento de Commons (1934), o conceito de instituição forma padrões de conduta, enquanto no pensamento de Veblen (1898) a instituição é mais flexível e libertária.

O pensamento evolucionário pode ser encontrado em John Commons na forma como o autor trata o papel do indivíduo nas transações econômicas. Para que a Economia Institucional seja evolutiva, torna-se necessário, para sua

compreensão, uma psicologia institucional, uma psicologia das transações ao invés de uma psicologia individualista e hedonista. A compreensão científica da psicologia institucional requer o entendimento de mudança, da personalidade dos indivíduos e das semelhanças e diferenças das circunstâncias em que se encontram os indivíduos (COMMONS, 1934).

A obra de John Commons se destaca pela busca de uma organização teórico-metodológica a fim de estimular estudos aplicados às realidades econômicas institucionais. Os legados de seu pensamento foram: a construção de um caráter ontológico institucional, a natureza do ambiente teórico institucionalista; a consolidação de pressupostos teóricos e; a busca em formular um método de análise. Estes esforços influenciaram o pensamento de Williamson (1993), que destaca as contribuições de Commons para a Nova Economia Institucional: visão dinâmica das instituições; formulação da transação como unidade básica de análise; análise da relação entre a parte e o todo; e, apreciação histórica de como os hábitos, antecedentes legais e leis de uma sociedade evoluem para um padrão coletivo de comportamento.

Evidencia-se nas ideias de Veblen (1898) e Commons (1934) o rompimento com a concepção do indivíduo como “dado”, maximizador e hedonista, e a formulação de uma teoria institucional que posiciona o indivíduo como o agente da mudança por meio de seus hábitos de pensamento comuns e coletivos, que, ao longo do tempo, formam a estrutura institucional vigente.

O Desenvolvimento de um Institucionalismo Evolucionário

As ideias do Institucionalismo Original caíram no ostracismo após 1930 devido às mudanças ocorridas nas ciências sociais, especialmente a partir da consolidação do método matemático e da filosofia positivista. Ainda, dentro da Economia Institucional, o pensamento original foi suplantando pela crescente teorização e aplicação da NEI. Contudo, a partir da década de 1980, um grupo de acadêmicos retomam o Institucionalismo Original e o aproximam de uma teoria econômica evolucionária (HODGSON, 1998).

Liderado por Hodgson (1998), Rutherford (1998), Dugger (1988) e Samuels (1995), esse movimento resgata a importância dos conceitos centrais do Institucionalismo Original, em especial de Veblen, e os aproxima do crescente vigor teórico da tradição neo-schumpeteriana (CONCEIÇÃO, 2001; 2002), concebendo uma abordagem que pode ser denominada de Institucionalismo Evolucionário. A convergência entre as escolas institucionalista e neo-schumpeteriana reside na evolução das instituições e sua influência na mudança tecnológica. A causação circular cumulativa de Veblen nada mais é do que um sinônimo para o *path dependence* evolucionário.

Um dos principais autores desse movimento, Hodgson (1992) aponta os principais pressupostos que balizam o Institucionalismo Evolucionário e motivam pesquisadores a utilizar-se de metáforas evolucionárias no campo econômico:

- a) a ideia de um processo de causação cumulativa em oposição às descrições da economia como algo que se desenvolve rumo a uma situação de equilíbrio;
- b) a analogia entre o processo de seleção natural dos organismos biológicos e o processo seletivo no mundo social;
- c) a diversidade taxonômica da economia por meio da diversidade de indivíduos, de variações, mutações e dinamismos; e
- d) a necessidade de uma análise evolucionária abranger os três princípios darwinianos de variação, herança e seleção.

Nessa perspectiva, o corpo teórico institucional se constitui pela ênfase na evolução econômica e social. A cultura apresenta um aspecto dual, como processo cumulativo de causação e coevolução. A análise institucional é pluralística, não pode se desvincular de uma análise histórica e relaciona as instituições, a estrutura social e o comportamento dos indivíduos (SAMUELS, 1995).

Ao conceituar instituições, utiliza-se de forte influência de Veblen. As instituições são “hábitos de pensamento comuns ao ser humano de uma forma geral” (HODGSON, 1992, p. 287). Os hábitos de pensamento, que se tornam rotinizados por um determinado número de pessoas em uma sociedade, são formados a partir dos instintos, que, por sua vez, também são formados pelas instituições, em um processo de coevolução (HODGSON, 1992). Sob um sentido evolucionário, os hábitos e as instituições têm dimensões conectivas (a situação de hoje forma as instituições de amanhã) e são análogas aos genes na biologia. A evolução da estrutura social se consolida como um processo de seleção natural das instituições (HODGSON, 1993).

Constata-se a presença marcante de analogias biológicas. A ideia de evolução das instituições como um processo de variação, herança e seleção social é a o aspecto central do desenvolvimento recente da teoria. Nas palavras de Rutherford (1998), a evolução das instituições é determinada pelas condições materiais e pelas propensões inatas e persistentes da natureza humana. Os instintos são as condições iniciais para a evolução cumulativa de hábitos e de instituições. Contudo, o elemento crucial é o desenvolvimento cultural subsequente, onde o ambiente disciplina o pensamento e a ação dos indivíduos. Os hábitos de pensamento incorporados em instituições são suportados pela sanção social, e podem se estabilizar na forma de leis, tornando os esquemas institucionais mais permanentes (RUTHERFORD, 1998).

Assim, a cultura, as tradições e as normas de comportamento de um povo ou nação são tão ou mais importantes que seu sistema legal. Para Hodgson

(1992), hábitos podem ser moldados ou introduzidos pela cultura, pela prática cotidiana e pela tecnologia – uma linha habitual de conduta leva a uma linha habitual de pensamento. Os hábitos de pensamento, sob a forma de instituições, não são fundados simplesmente em instintos, mas também em cultura e ação (HODGSON, 1992), e duram mais que os indivíduos. Ao invés de buscar explicar quem veio primeiro, indivíduos ou instituições, dever-se-ia desvendar os processos que levaram ao desenvolvimento de ambos (HODGSON, 1998).

Nesse sentido, para Hodgson (1998) é possível traçar características comuns ao conceito de instituição na teoria institucional:

- a) As instituições envolvem a interação de agentes;
- b) As instituições são formadas por hábitos e rotinas comuns;
- c) As instituições sustentam e são sustentadas por hábitos compartilhados;
- d) Embora não sejam imutáveis, as instituições apresentam qualidades duráveis; persistentes e auto-reforçadas;
- e) As instituições incorporam valores de uma sociedade e reforçam sua legitimidade moral.

Nota-se que o conceito de instituição do Institucionalismo Evolucionário é mais amplo e libertário que o conceito expresso na NEI. Nessa concepção, as “regras do jogo” da NEI são apenas parte de um quadro institucional complexo e determinado pela natureza humana. Essa perspectiva ampla do conceito de instituição, expressa na importância dada as normas de comportamento da sociedade, está presente inclusive nas recentes publicações de Douglass North. North (2005) expõe ideias capazes de integrar uma abordagem “micro”, baseada no indivíduo, do Institucionalismo Evolucionário, com um esquema de mudança econômica “macro”, baseado na coevolução ente realidade empírica, crenças, tecnologias, instituições e políticas. Nessa visão, North destaca a importância das “regras informais da sociedade”, e reedita o desempenho econômico de regiões e países em função da mudança evolucionária das instituições e da tecnologia.

Outro ponto fundamental do Institucionalismo Evolucionário é a ideia de “voo cego”, ou “movimento não-teleológico”. Não há intenção, propósito e planejamento durante o processo de desenvolvimento da economia; mesmo assim os indivíduos são atores com propósitos, portanto, a evolução institucional ou cultural deve ser considerada como o resultado involuntário de processos causais, em constante mudança institucional (RUTHERFORD, 1998).

Para Rutherford (1998) a mudança institucional é um processo que segue: i) um *start*, a partir de instintos e/ou instituições sociais; ii) influência dos ambientes dos indivíduos que visam determinados objetivos; iii) alteração do padrão material de vida; iv) novos hábitos de pensamento; v) instituições anteriores tornam-se retrógradas. Dentro deste processo de mudança institucional, busca-se encontrar,

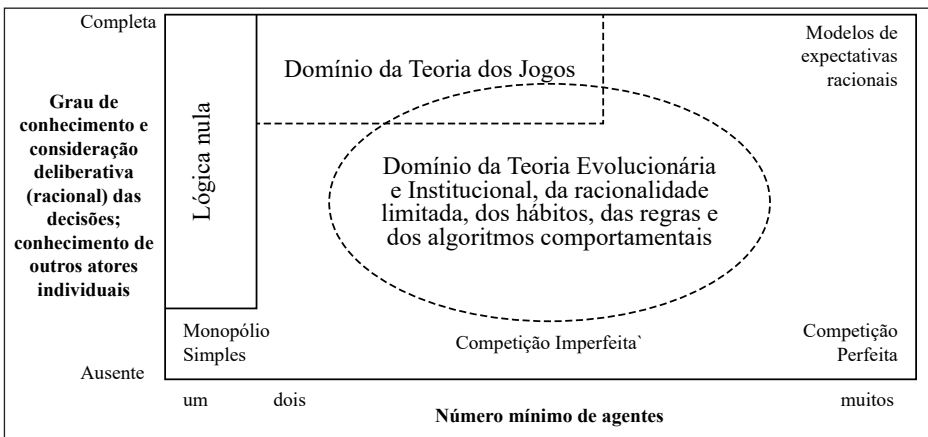
através dos padrões e regularidades do comportamento humano, uma quantidade de imitação, inércia e de “causalidade cumulativa” (HODGSON, 1998).

Neste sentido, Hodgson (1997) critica o reducionismo neoclássico que reduz o todo ao indivíduo racional, otimizador e maximizador e o ambiente “macro” resultante apenas da soma dos indivíduos. Para Hodgson (1997), romper com o reducionismo não quer dizer romper com o indivíduo, mas tratar o mesmo sem o individualismo metodológico e de forma evolucionária, onde o conceito de instituição conecta o mundo microeconômico das ações individuais, do hábito e da escolha, com a esfera macroeconômica.

Dessa crítica ao individualismo metodológico, emerge um conceito central do Institucionalismo Evolucionário. A conexão entre instituições e indivíduos resulta em propriedades emergentes, fundamentais à mudança estrutural e ao desenvolvimento econômico, que são produzidas a partir de um processo de “*upward and downward causation*” entre indivíduos e instituições, ou seja, os hábitos e as escolhas reforçam e são reforçados pelas instituições. As interações consolidam um ambiente macroeconômico que estimula a mudança em um ambiente evolucionário (HODGSON, 1997). Portanto o indivíduo é afetado pelo quadro institucional vigente e, ao mesmo tempo, determina com seus hábitos e ações o quadro institucional futuro.

Dentro do arcabouço geral da teoria econômica, Hodgson (2007) posiciona o Institucionalismo Evolucionário como apresentado na Figura 1. A dimensão horizontal refere-se ao número mínimo de atores na teoria em questão. A dimensão vertical refere-se ao grau de conhecimento assumido, a consideração deliberativa (racional) das decisões e o conhecimento de outros atores na teoria.

Figura 1 – Mapa do domínio do institucionalismo na teoria econômica



Fonte: Adaptado de Hodgson (2007).

Na região central da figura reside o domínio da teoria econômica evolucionária e institucional. Estas teorias, da mesma forma que a Teoria dos Jogos, assumem um mundo estruturado sob inter-relações limitadas e dominadas por regras. No entanto, ao contrário da Teoria dos Jogos, a teoria institucional adota uma visão mais limitada das capacidades e da deliberação de decisões por parte dos indivíduos. A tomada de decisão ocorre em um contexto de complexidade e incerteza, limitando o raciocínio lógico. O foco analítico sobre o equilíbrio se torna menos central, e seus fundamentos ontológicos incluem estruturas institucionais e processos que envolvem **hábitos e regras** (HODGSON, 2007).

Assim, Hodgson (2007) argumenta que um dos fatores que inibem o uso potencial do Institucionalismo Evolucionário na economia é o perfil da modelagem matemática utilizada nos estudos econômicos e a falta da interdisciplinaridade e do conhecimento holístico na formação econômica. Esses fatores expostos por Hodgson (2007) também podem ser utilizados para explicar o limitado uso da teoria em estudos rurais. Portanto, para melhor posicionar a aplicabilidade do Institucionalismo Evolucionário na Economia Rural, faz-se necessária uma discussão comparativa de seus principais aspectos conceituais e metodológicos com a corrente teórica dominante: a Economia Neoclássica.

Economia Neoclássica e o Institucionalismo Evolucionário: diferenças conceituais e metodológicas para a Economia Rural

O recente ressurgimento do interesse nas teorias econômicas institucional e evolucionária se deve, fundamentalmente, à insatisfação com o modo que a economia ortodoxa lida com os processos de mudança tecnológica e com qualquer tipo de transformação que altera a forma e a dinâmica do sistema econômico (SAVIOTTI; METCALFE, 1991).

As características de cada corrente econômica devem-se ao ambiente científico vivido na época de suas origens: a teoria clássica no século XVIII, sob a influência dos trabalhos de Newton, e o Institucionalismo Original, no século XIX, sob a influência da Teoria da Evolução de Darwin. A teoria econômica neoclássica e a construção de seus pressupostos de natureza humana, universo social e progresso refletem as leis mecânicas, fixas e repetitivas newtonianas. Em contraste, o Institucionalismo está baseado numa evolução constante e cumulativa, onde seus pressupostos de natureza humana, organização social e progresso fazem parte de um processo de mudança evolucionária de origem darwiniana (HAMILTON, 1990).

Stanfield (1999) argumenta que o Institucionalismo difere-se do *mainstream* econômico em escopo, método e significância. O escopo do *mainstream* econômico baseia-se em uma ciência da escolha, que consiste em examinar a alocação de recursos, a fim de atingir o máximo rendimento real. Os desejos

dos indivíduos são infinitos, os recursos são finitos, mas ambos são dados. Para o Institucionalismo, os desejos individuais e os recursos estão disponíveis e são parte das variáveis a serem explicadas. Os desejos humanos e a tecnologia se modificam, redefinindo o escopo de recursos disponíveis. Estas mudanças emergem do exercício do poder e do hábito. O método do Institucionalismo difere-se do *mainstream* econômico na ênfase dada aos testes econométricos para generalizações. A econometria faz parte do escopo metodológico do Institucionalismo, porém agrega-se, a estes métodos, informações empíricas qualitativas de natureza histórica e cultural, observação participante e estudos comparativos. A significância do Institucionalismo está baseada na ênfase evolucionária da mudança social e na inclusão do poder e da cultura em seu campo de análise. Desejos, tecnologias e recursos são endógenos, ao contrário da tradição econômica.

A principal diferença entre as correntes econômicas neoclássica e evolucionária reside no **conceito de mudança**. Os economistas neoclássicos visualizam a mudança de forma descontínua, e a tratam como um processo de restabelecimento do equilíbrio ou estado de quiescência. A causa da mudança é independente da economia e causada por distúrbios gerados fora do sistema. Assim, um novo ajustamento deve ser feito em resposta aos distúrbios para rearranjar o equilíbrio. Por outro lado, o Institucionalismo Evolucionário considera a mudança como parte do processo econômico. O sistema econômico está constantemente submetido a um processo de mudança cumulativa; e o estudo da economia se torna um estudo deste processo (HAMILTON, 1990).

Nessa perspectiva, institucionalistas como Veblen (1898), Commons (1934), North (1990) e Hodgson (1998) realizaram críticas aos pressupostos do *mainstream* econômico. Para Commons (1934) a economia ortodoxa é uma escola hedonista, que busca compreender a relação homem–natureza, onde o comportamento de troca de mercadorias se dá de forma individualista e a unidade de análise é a mercadoria produzida por trabalho. Em contraste, para Commons (1934), a economia deveria se preocupar com as transações e as regras de funcionamento da ação coletiva, buscando compreender a relação homem–homem, onde a unidade de análise é a transação. O institucionalismo determina o controle legal das coisas, enquanto o neoclassicismo determina o controle físico das coisas (COMMONS, 1931).

Para Veblen (1898), o problema da economia neoclássica é que a natureza humana é concebida unicamente de forma hedonista, passiva, inerte e imutável. A concepção hedonista do homem é aquela calculadora de prazeres e dores, que oscilam como um glóbulo homogêneo de desejos. Este homem não tem antecedentes e nem consequências. É um dado humano em equilíbrio estável, exceto por forças que o chocam e o movem em uma direção à outra.

Quando o impacto da força diminui, descansa como um glóbulo de desejo. O homem hedonista não é um promotor de nada, é apenas um homem sujeito às circunstâncias externas (VEBLEN, 1898).

Como pontuado, a Economia Neoclássica assume indivíduos dados, ou seja, fixa direitos e liberdades. Mas se direitos e liberdades são regras mutáveis, a partir de instituições, não há como prever um quadro futuro. Não há nada predestinado pelo equilíbrio ou pelas leis da natureza (COMMONS, 1931). Nesta linha, para Hodgson (1998) um indivíduo governado por preferências dadas é um prisioneiro do seu ambiente social, é um robô programado por uma função utilidade. Não há nenhum livre arbítrio e possibilidade de escolha nessa forma de ser. Portanto, para Veblen (1898), a ação econômica deve ser a razão de ser da economia, ou seja, é no material humano, e não nos recursos, que o processo de desenvolvimento deve ser estudado.

Por sua vez, para North (1990), em uma perspectiva macro analítica, a Economia Neoclássica é uma teoria inapropriada para analisar e prescrever políticas que induzam ao desenvolvimento econômico de países e regiões. O *mainstream* econômico se consolidou com a precisão matemática e a elegância de modelos considerando um mundo estático. Na análise do desempenho econômico através do tempo, a Economia Neoclássica apresenta duas falhas fundamentais: as instituições não importam e o tempo não importa (NORTH, 1990).

O desejo de North (1990) de compreender estas interações está presente na ideia evolucionária da mudança econômica. Para Metcalfe (2001), em uma teoria do equilíbrio o tempo passaria sem mudanças e sem um processo de causa e efeito. Neste sentido, a ideia neoclássica de “equilíbrio” não é nada mais que um modo formal para evitar problemas com os fatos reais. A abordagem evolucionária rejeita a “previsão perfeita” e o subjetivismo radical, o futuro pode ser imaginado e orientado. A perturbação do equilíbrio é a natureza evolucionária do capitalismo, o desafio está em capturar registros históricos, identificar a emergência de mudanças quantitativas e qualitativas para compreender o desenvolvimento de longo prazo (METCALFE, 2001). Em resumo, no argumento de Dopfer & Potts (2009), a economia neoclássica está voltada ao estudo do crescimento econômico por meio da maximização dos lucros e da otimização dos usos dos recursos, e uma abordagem evolucionária vincula-se ao estudo da evolução econômica, baseada numa análise das mudanças estruturais, institucionais e de conhecimento.

Sob este contexto comparativo, o Quadro 1 apresenta uma síntese das principais diferenças teórico-metodológicas da Economia Neoclássica e Institucionalismo Evolucionário, indicando os autores que teorizam sobre as distinções apresentadas.

Quadro 1 – Síntese das diferenças teórico-metodológicas entre a Economia Neoclássica e o Institucionalismo Evolucionário

Economia Neoclássica	Institucionalismo Evolucionário	Literatura
Influência Newtoniana	Influência Darwiniana	Hamilton (1990); Hodgson (1998; 2005); Nelson (2006)
Convergência ao equilíbrio	Desequilíbrios, choques, instabilidades, evolução.	Hodgson (1992); Nelson & Winter (2005)
Análise estática	Análise histórica e dinâmica.	Veblen (1898; 1899); Hodgson (1992); Nelson & Winter (2005); Dopfer (2005)
Indivíduo passivo e maximizador	Indivíduo ativo, não-maximizador: Influência de hábitos, tradição/ cultura, ações coletivas	Alchian (1950); Commons (1934); Nelson & Winter (2005); Van den Bergh et al. (2007)
Análise disciplinar	Análise interdisciplinar	Nelson (2006); Hodgson (1998)
Modelos matemáticos formam a teoria	Modelos matemáticos auxiliam na compreensão da realidade empírica.	Stanfield (1999)
Mercado como meio para alocação de recursos	Mercado como instituição, como filtro de adaptação e seleção; construção social.	Magnuson (1994); Dopfer (2005).
Instituições não importam	Instituições importam; Permanente influência das instituições na economia	Veblen (1898; 1899); Metcalfe (2001); Dugger (1990); Hodgson (2004); Rutherford (1998); Nelson (2002)
Tecnologia exógena	Tecnologia endógena: imitação, aprendizado, inovação e P&D industrial.	Nelson & Winter (1974; 2002; 2005), Winter (2005), Nelson (1995); Freeman (1995); Freeman & Soete (2008)
O agregado (macro) é a soma dos indivíduos (micro)	O agregado é a soma e a interação entre os indivíduos. Propriedades emergentes e <i>"reconstitutive downward causation"</i>	Hodgson (1997; 2007); Samuels (1995)
Individualismo metodológico; hedonismo	Indivíduo como agente da mudança; variação, diversidade e rotinas.	Veblen (1898); Commons (1934); Nelson & Winter (2002; 2005); Hodgson (1993; 1997); Metcalfe (2001)
Irreversibilidade econômica	Causação circular cumulativa e <i>path dependence</i>	Veblen (1898, 1899); Nelson & Winter (2005); Van den Bergh et al. (2007)
Racionalidade substantiva	Falhas cognitivas; Racionalidade limitada	Simon (1955; 2005); Nelson (2008); Van den Bergh et al. (2007)
Futuro finalístico	Futuro não-projetado; voo cego; não-teleológico	Veblen (1898); Dugger (1988); Rutherford (1998)
Método de análise matemático	Métodos de análise quantitativos e qualitativos, observação participante, estudos comparativos, analogias biológicas, contextualização histórica e cultural.	Stanfield (1999); Dopfer & Potts (2009); Hodgson (2007); Frenken & Idenburg (2006)

Portanto, verifica-se no Institucionalismo um amplo quadro teórico-metodológico para estudos de economia rural. O item a seguir destaca os elementos analíticos para aplicações em estudos e projetos sobre as transformações no mundo rural, os processos de mudanças tecnológicas, as dinâmicas nos mercados agrícolas e agroindustriais. Os capítulos que vêm na sequência são frutos de trabalhos de pesquisa aplicada, utilizando esses elementos analíticos para a compreensão de diversos objetos de estudo.

Elementos Analíticos do Institucionalismo Evolucionário para o Estudo da Economia Rural

A principal contribuição analítica do Institucionalismo Evolucionário para a economia rural reside em entender as relações econômicas a partir do **comportamento humano**. Como enfatizado por Commons (1931), a abordagem sustenta sua teoria na relação homem-homem, ao invés da relação homem-natureza do *mainstream*. Partindo dessa premissa, os **indivíduos** tornam-se centrais na análise do mundo rural, visto que estabelecem hábitos, padrões de comportamento e regras de conduta que, interagindo coletivamente, produzem as instituições. Dessa forma, é a partir do papel ativo do indivíduo que as dinâmicas rurais emergem e consolidam um ambiente institucional e uma estrutura social vigente.

Para o Institucionalismo Evolucionário, o homem não é um simples punhado de desejos. Ele é uma estrutura ativa de propensões e **hábitos** que buscam realização e expressão. As circunstâncias são elementos constitutivos da estrutura cerebral do homem e são resultados de seus antecedentes, da sua história de vida, das suas características hereditárias, forjadas por tradições e convenções (VEBLEN, 1898). Dessa forma, o hábito é definido como uma propensão não-deliberativa e auto atuante envolvida em um padrão de comportamento geral. As crenças e o conhecimento prévio são a essência do estabelecimento do hábito (HODGSON, 1998). Os hábitos determinam as escolhas, que por sua vez, materializam uma rotina de ações, que repetidas e generalizadas, dão forma às **instituições**.

Ao pensar dessa forma, verifica-se que os sistemas produtivos são formados por uma complexidade de instituições, moldadas ao longo do tempo pelo compartilhamento de hábitos, tradições e culturas. Essas, por sua vez, não podem ser negligenciadas como um fator exógeno na análise econômica rural, e sim como um elemento constituinte do próprio sistema de produção. São as instituições elementos determinantes do desempenho econômico e produtivo das organizações rurais. Para Hodgson (1998), as organizações podem ser definidas como um subconjunto especial de instituições. Assim, ao pensarmos as organizações rurais como instituições, determinamos o próprio produtor rural, a partir de seus hábitos, tradições e culturas, como o elemento central dessa vida econômica.

Deste entendimento, uma contribuição do institucionalismo para os estudos rurais é a visão do indivíduo não mais com o objetivo de maximização. O produtor rural não pode ser visto exclusivamente como um ser otimizador, alocando recursos a partir da sinalização de um sistema de preços “eficiente”. O produtor rural é fruto da natureza humana, é um ser repleto de certezas e incertezas, de acertos e erros, limitado racionalmente e, ao mesmo tempo, com lampejos lógicos. Seu comportamento é determinado por seus hábitos e pelas suas experiências prévias. Portanto, ao estudar fenômenos socioeconômicos rurais, compreender essas instituições, formadas por hábitos e normas de comportamento do produtor rural, é tão ou mais importante do que compreender o ambiente institucional legal e/ou normativo que a organização agroindustrial está inserida. Corrobora essa perspectiva a afirmação de Commons (1931) de que a instituição é mais universal na forma de costumes desorganizados do que em interesses organizados, e os costumes que mudam as condições econômicas podem ser mais imprescindíveis do que o decreto de um ditador.

Aliada à posição central do indivíduo, destaca-se a importância do tempo na análise rural. As condições econômicas e sociais do presente são fruto das suas condições prévias. O quadro econômico não pode analisado exclusivamente de forma estática. A história importa. Ou seja, deve-se estudar o processo, numa perspectiva não-determinística, em um caráter eminentemente evolucionário. Assim, a **noção de *path dependence*** deve ser integrada aos estudos da economia rural, e a perspectiva de análise da mudança torna-se central.

Assim, para entender qualquer problemática do mundo rural é necessário entender o comportamento humano, expresso nos hábitos, ações e regras estabelecidos pela generalidade dos indivíduos, e sua relação com o tempo. O indivíduo não pode ser entendido como dado e maximizador, seu comportamento é fruto da sua história e do seu meio, sob uma racionalidade não-substantiva. É nessa integração entre o conceito de indivíduo ativo e *path dependence* que emerge a perspectiva de **mudança institucional**, seja como um processo de causação circular cumulativa de instituições, na visão de Veblen (1898), ou na noção de *reconstitutive downward causation* de Hodgson (2007). Portanto, a ideia de progresso está alicerçada na ideia de mudança institucional. Pode-se também utilizar conceitos evolucionários para entender esse processo de mudança, a partir dos elementos de variação, herança e seleção.

Como as instituições afetam as escolhas e motivações de produtores? De que forma o tempo moldou os ambientes institucionais de diferentes setores agroindustriais? Qual o papel de instituições nos mercados alimentares? Como regras formais (ex. leis, normas, etc.) são reconhecidas e legitimadas pelas instituições de comportamento individual? Ou ainda, por que algumas políticas públicas voltadas à agricultura não são efetivadas ou incorporadas em seu público alvo? Esses são alguns exemplos de questionamentos na área

de economia rural com forte influência dos conceitos de **indivíduo** e *path dependence* da abordagem institucionalista.

Outros dois elementos centrais na economia rural podem ser entendidos como instituições: a tecnologia e os mercados. A tecnologia não pode ser entendida como exógena. Ela tem sua origem em entidade públicas e privadas ou dentro das próprias organizações, a partir do desenvolvimento de um ambiente de P&D. Porém, a tecnologia não pode ser caracterizada como dada, pois a aplicação dela em sistemas produtivos passa, exclusivamente, pela decisão dos produtores em aderirem ou apropriar-se de pacotes tecnológicos. E como já visto, o processo de decisão individual é alicerçado em hábitos e experiências prévias, determinados pelas instituições.

Nessa linha, o Institucionalismo Evolucionário pode contribuir em estudos rurais em duas frentes: a) na análise dos condicionantes institucionais da apropriação de tecnologias por parte dos produtores, a partir da relação entre hábitos de pensamento e as políticas de crédito e assistência técnica disponíveis. A análise de “modelos mentais” dos produtores é uma potencialidade de pesquisa, integrando as contribuições de North (1990) com o institucionalismo evolucionário; e b) no estudo da evolução da mudança tecnológica na agricultura e seu impacto na dinâmica agroindustrial, determinando a tecnologia como elemento de transformação das rotinas das firmas. A questão do aprendizado toma importância. Essa frente tem forte influência neo-schumpeteriana, tendo como referência o trabalho de Nelson e Winter (2015).

Ainda, na economia rural, os estudos sobre mercados tomam posição de destaque. Na abordagem institucional, o sistema de preços é uma convenção e depende de hábitos. Portanto, o mercado é fruto da interação humana, e o institucionalismo é a teoria que examina as instituições na qual os preços estão sendo formados (HODGSON, 1998). Assim, os mercados são instituições, pois refletem o comportamento coletivo e as relações de poder. Na visão institucionalista, não são os mercados que determinam as escolhas dos indivíduos, são os hábitos e ações dos indivíduos que determinam os mercados. E suas condições são dadas pela estrutura social na qual os agentes interagem. Uma estrutura que não é guiada pela benevolência. Como já afirmava Commons (1931), as relações econômicas não são guiadas pela harmonia, mas sim por regulares conflitos de interesses em função do princípio universal de escassez.

Ao invés de enxergarmos um sistema de preços onipresente e onipotente, há de se desenvolver teorias de preços específicas que refletissem as estruturas institucionais do mundo real (HODGSON, 1998). Portanto, é possível estudar as especificidades dos mercados agroalimentares a partir do viés das instituições, onde um mercado pode ser modificado ou até construído pela ação humana, sob uma permanente relação de conflito e poder entre as partes.

Foi nesta visão de “falsa harmonia”, de constante conflito nas relações de mercado, que Commons (1931) determinou as **transações** como principal

unidade de análise na economia. As transações não são a “troca de mercadorias”, mas a alienação e a aquisição de liberdades e direitos de propriedade entre indivíduos, negociados antes que o trabalho possa produzir, ou os consumidores possam consumir, ou até mesmo antes que as mercadorias sejam trocadas (COMMONS, 1931). Não há troca nem consumo antes de uma transação. Essa visão de Commons (1931) associada a natureza da firma de Coase (1937) inspiraram a NEI na formulação da Economia dos Custos de Transação de Williamson (1993).

A partir de 1990, a NEI como corrente teórica dominou os estudos sobre mercados agroalimentares no Brasil. Nesse movimento, a análise dos custos de transação e determinação de estruturas e governança mais eficientes foram os pontos centrais de aplicação. Porém, pouco se avançou nessa corrente na análise das relações de poder em transações agroindustriais. Ponto que a corrente do Institucionalismo Evolucionário pode contribuir, ao dar menos foco para a estrutura de governança e mais atenção às relações sociais presentes nas transações econômicas, especialmente aquelas determinadas por Commons (1931): conflito, dependência e ordem. Um estado ou uma organização podem estabelecer e fortalecer regras que determinam as relações econômicas entre indivíduos em um mercado. Porém, as ações coletivas nas organizações econômicas são mais poderosas que as ações coletivas políticas (COMMONS, 1931), o que pode ajudar a explicar diferentes tipos de conflitos em relações entre produtores e indústrias em cadeias agroindustriais.

Busca-se aqui determinar alguns elementos analíticos do institucionalismo úteis para aplicação em fenômenos da economia rural. Por ser uma abordagem interdisciplinar, outros elementos devem ser adicionados, em especial com a aproximação de outras correntes teóricas. Contudo, Hodgson (1998) destaca algumas questões contemporâneas do institucionalismo que, na perspectiva do capítulo, sintetizam sua importância para os estudos da economia rural:

- a) O institucionalismo não busca ser uma teoria de tudo;
- b) O institucionalismo busca um quadro conceitual coerente com a análise da realidade e viável metodologicamente a partir da interdisciplinaridade;
- c) Estudos com foco no comportamento econômico individual;
- d) Conceito de regras e hábitos como centro da teoria, aproximando-se de conceitos de outras abordagens, como as rotinas neo-schumpeterianas;
- e) Aprendizado e modelos mentais emergem como novas temáticas de estudo.

A partir destes itens, conclui-se que o Institucionalismo Evolucionário apresenta diversos elementos analíticos úteis para compreender o mundo rural. Agora, cabe pontuar alguns temas específicos emergentes nessa linha como:

- a) A análise da trajetória e das mudanças institucionais de diferentes setores rurais;
- b) O papel de hábitos, tradições e normas de comportamento em sistemas produtivos e no processo de desenvolvimento rural,
- c) As relações de poder nos mercados agrícolas;
- d) A avaliação de políticas públicas para agricultura com o foco na capacidade de sua apropriação por produtores rurais;
- e) A inovação e a tecnologia como determinantes da evolução das rotinas das firmas agroindustriais;
- f) As instituições por “de trás” das novas relações de produção e consumo de alimentos,

O institucionalismo fornece a esses temas emergentes uma abordagem interdisciplinar, que suporta métodos de análise quantitativos e qualitativos, estudos comparativos, analogias biológicas e uma contextualização histórica e cultural. É apenas partir dessa pluralidade metodológica, do entendimento de mudança, da exposição do indivíduo e da história como centrais, que poderemos nos aproximar das realidades da economia rural.

Considerações finais

Como fechamento do presente capítulo, é importante destacar que o conteúdo apresentado tem a ideia de fazer a ligação entre o capítulo de abertura deste livro, que traz as contribuições teóricas sistematizadas por Octávio Conceição sobre as instituições, regras e hábitos, e os capítulos subsequentes de aplicações desses elementos teóricos em estudos rurais. Neste sentido, reforça os elementos teóricos e metodológicos do institucionalismo, fazendo o contraponto com a economia neoclássica, mas, ao final, destaca os elementos analíticos do institucionalismo para aplicação em estudos de economia rural.

Resultantes de dissertações e teses em diversas instituições do sul do Brasil, os capítulos a seguir não visam rerepresentar os elementos teóricos, mas aplicá-los em diferentes contextos e utilizando diferentes abordagens metodológicas e analíticas. Em comum, todos os capítulos buscam compreender mudanças no mundo rural, reconhecendo o papel das instituições e dos processos evolucionários, considerando tecnologias e inovações, políticas direcionadas a segmentos específicos da agricultura, ou as dinâmicas dos mercados agrícolas e agroindustriais.

Espera-se que tanto os elementos analíticos sintetizados nesse capítulo, como as análises aplicadas dos capítulos subsequentes, estimulem novos estudos na economia rural a partir dessa abordagem, consolidando uma agenda de pesquisa institucional em diferentes centros voltados ao ensino e a pesquisa da socioeconomia rural.

REFERÊNCIAS

ALCHIAN, A. A. Uncertainty, Evolution, and Economic Theory. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 58, n. 3, p. 211-221, 1950.

AZEVEDO, P. F. de. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.

BOULDING, K. E. Agricultural economics in an evolutionary perspective. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 63, n. 5, p. 788-795, 1981.

COMMONS, J. R. **Institutional economics**. Madison: University of Wisconsin Press, 1934.

COMMONS, J. R. Institutional economics. **The American Economic Review**, p. 648-657, 1931.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, 2002.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 19, n. 36, p. 25-45, 2001.

DOPFER, K. (org.). **The evolutionary foundations of economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

DOPFER, K.; POTTS, J. On the Theory of Economic Evolution. **Evolutionary and Institutional Economic Review**, Japan, v. 6, n. 1, p. 23- 44, 2009.

DOSI, G.; NELSON, R. R. An introduction to evolutionary theories in economics. **Journal of Evolutionary Economics**, Heidelberg, v. 4, p. 153-172, 1994.

DUGGER, W. Radical institutionalism: basics concepts. **Review of Radical Political Economics**, New York, v. 20, n. 1, p. 1-20, 1988.

DUGGER, W. The new institutionalism: new but not institutionalist. **Journal of Economic Issues**, v. 24, n.2, p. 423-431, 1990.

FRENKEN, A. F. K.; IDENBURG, A. M. (coord.). **Environmental policy and modelling in evolutionary economics**. Utrecht: Netherlands Environmental Assessment Agency, 2006.

FREEMAN, C. The “National System of Innovation” in historical perspective. **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 19, p. 5-24, 1995.

FREEMAN, C.; SOETE, L. **A economia da inovação industrial**. Campinas: UNICAMP, 2008.

HAMILTON, D. B. **Evolutionary economics**: a study of change in economic thought. New Jersey: Transaction Publishers, 1990.

HAMILTON, W. The institutional approach to economic theory. **The American Economic Review**, v. 9, n. 1, p. 309-318, 1919.

HODGSON, G. M. Evolutionary and institutional economics as the new mainstream? **Evolutionary and Institutional Economics Review**, Japan, v. 4, n. 1, p. 7- 25, 2007.

HODGSON, G. M. From micro to macro: the concept of emergence and the role of institutions. *In*: INTERNATIONAL SEMINAR “INSTITUTIONS AND ECONOMIC DEVELOPMENT: Towards a Comparative Perspective on State Reform”, Rio de Janeiro. **Anais [...]**, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HODGSON, G. M. Generalizing darwinism to social evolution: some early attempts. **Journal of Economic Issues**, v. 39, n. 4, p. 899-914, 2005.

HODGSON, G. M. Institutional economics: surveying the “old” and the “new”. **Metroeconomica**, v. 44, n. 1, p. 1-28, 1993.

HODGSON, G. M. Reclaiming habit for institutional economics. **Journal of Economic Psychology**, Bolton, v. 25, p. 651-660, 2004.

HODGSON, G. M. The approach of institutional economics. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 36, p. 166-192, 1998.

HODGSON, G. M. Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 16, n. 3, p. 285-301, 1992.

MAGNUSON, L. **Evolutionary and neo-schumpeterian approaches to economics**. Norwell: Kluwer Academic Publishers, 1994.

METCALFE, J. S. Institution and progress. **Industrial and Corporate Change**, Oxford, v.10, n. 3, p. 561-586, 2001.

MITCHELL, W. The rationality of economic activity: II. **The Journal of Political Economy**, v. 18, n. 3, p. 197-216, 1910.

NELSON, R. R. Bounded rationality, cognitive maps, and trial and error learning. **Journal of Economic Behavior & Organization**, Amsterdam, v. 67, n. 1, p. 78-89, 2008.

NELSON, R. R. Bringing institutions into evolutionary growth theory. **Journal of Evolutionary Economics**, Heidelberg, v. 12, p. 17-28, 2002.

NELSON, R. R. Evolutionary social science and universal Darwinism. **Journal of Evolutionary Economics**, Heidelberg, v. 16, p. 491-510, 2006.

NELSON, R. R. Recent evolutionary theorizing about economic change. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 33, n. 1, p. 48-90, 1995.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. Evolutionary theorizing in economics. **The Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 16, n. 2, p. 23-46, 2002.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. Neoclassical vs. evolutionary theories of economic growth: critique and prospectus. **The Economic Journal**, London, v. 84, n. 336, p. 886-905, 1974.

NELSON, R.; WINTER, S. G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas: UNICAMP, 2005.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. C. **Understanding the process of economic change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

RUTHERFORD, M. **Institutions in economics**: the old and new institutionalism. New York: Cambridge University Press, 1996.

RUTHERFORD, M. Veblen's evolutionary programme: a promise unfulfilled. **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 22, p. 463-477, 1998.

SAMUELS, W. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 19, p. 569-590, 1995.

SIMON, H. A. A behavioral model of rational choice. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 49, p. 99-118, 1955.

SIMON, H. A. Darwinism, altruism and economics. *In*: DOPFER, K. (org.). **The evolutionary foundations of economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

STANFIELD, J. R. The scope, method, and significance of original institutional economics. **Journal of Economic Issues**, v. 33, n. 2, p. 231-255, 1999.

SAVIOTTI, P. P.; METCALFE, J. S. Present developments and trends in evolutionary economics. *In*: SAVIOTTI, P.; METCALFE, J. S. **Evolutionary theories of economic change**: present status and future prospects. Chur: Harwood Academic, 1991.

VAN DEN BERGH *et al.* **Evolutionary economics and environmental policy**: survival of the greenest. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2007.

VEBLEN, T. **The theory of the leisure class**: an economic study in the evolution of institutions. New York: Macmillan, 1899.

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? **The Quarterly Journal of Economics**, v. 12, n. 4, p. 373-397, 1898.

WILLIAMSON, O. E. Transaction costs economics and organization theory. **Industrial and Corporate Change**, v. 2, n. 2, p. 107-156, 1993.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness**: uma aplicação da nova economia das instituições. 1995. 238 f. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

**Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização**

A DIMENSÃO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO BRASILEIRA RECENTE (1999-2014)

Jonattan Rodriguez Castelli

Introdução

Em seu clássico, *As veias abertas da América Latina*, Eduardo Galeano busca explicar o atraso histórico do continente latino-americano ante os países europeus e aos EUA, revelando o longo processo de expropriação de riquezas que o primeiro sofreu pelos segundos. Ao se deter sobre as razões da continuidade desse atraso ainda nos 1970, enquanto outros países nesse ponto haviam conseguido ascender economicamente e romper com sua condição de dependência – caso da Coreia do Sul e do Japão – esse autor afirma que um dos grandes obstáculos para a América Latina era de *a deusa tecnologia não falar espanhol*. Deve-se, no entanto, complementar a frase desse autor: essa divindade também não fala português.

Ao longo dos séculos o Brasil aparenta estar sempre um passo atrás da fronteira tecnológica mundial. De tal forma, que este País ocupa uma perpetua condição de vir a ser o país do futuro, sem, contudo, sê-lo de fato. Isso por sua vez, se apresenta como um entrave ao seu desenvolvimento à medida que a mudança tecnológica é o principal motor do crescimento econômico, como é enfatizado na teoria econômica desde Adam Smith, passando por Marx e Schumpeter.

A geração, incorporação e difusão de novas tecnologias têm sido um dos principais fatores para explicar a mudança estrutural das economias, os ganhos de produtividade da indústria e a melhoria do padrão de vida da população no longo prazo (SCHUMPETER, 1982). De tal modo que como assinalaram Freeman e Soete (2008), Nelson (2006), Rosenberg (2006) e Dosi e Nelson (2010), as nações que mais cresceram ao longo do século XX foram aquelas que tiveram uma elevação da complexidade de suas estruturas produtivas a partir da criação e incorporação de novas tecnologias.

O avanço tecnológico desses países, sem embargo, não se deu como uma mera consequência das forças de mercado ou da atuação heroica de empresários arrojados schumpeterianos. Pelo contrário. Como observa Mariana Mazzucato (2014) o Estado tem exercido um papel fundamental para atingir este fim, reduzindo riscos e financiando projetos que o setor privado não estaria disposto a assumir. Tanto os EUA quanto Japão, Coreia do Sul e Alemanha

se utilizaram de políticas de inovação com o intuito de aumentar o grau de intensidade tecnológica, produtividade e competitividade de suas indústrias.

No caso do Brasil, desde os anos 1950 se tem buscado construir um arranjo institucional favorável à ciência, tecnologia e inovação, inicialmente inspirado no modelo linear de Bush e mais tarde, a partir do final dos anos 1990, no modelo sistêmico da escola neo-schumpeteriana. Todavia, apesar de todo esforço empreendido pelo Estado brasileiro, tais políticas, aparentemente, surtiram pouco efeito para transformar a estrutura produtiva nacional no longo prazo, mantendo-se a nossa condição de dependência criativa.

Nesse sentido a problemática da tese na qual este capítulo é baseado foi responder a seguinte pergunta: por que as políticas de inovação fracassaram para romper com o atraso tecnológico brasileiro? Para responder essa questão se elaborou duas hipóteses de trabalho: i) a razão para o fracasso da política de inovação brasileira reside em ela apresentar uma trajetória dependente, marcada pelo enraizamento do modelo linear de inovação em seu cerne; ii) a institucionalização da política de inovação nacional se dá por ela se assentar nos hábitos de pensamento do grande empresariado industrial, o qual – a partir dos seus órgãos e entidades representativas – consegue ter suas demandas refletidas na política pública e cuja visão do processo de inovação é linear e ofertista.

Decorrente das hipóteses assumidas para responder o problema da pesquisa se definiu como objetivo geral: analisar, a partir de uma ótica evolucionária-institucionalista, a natureza da política de inovação praticada no Brasil entre os anos de 1995 e 2012, e com isso tentar compreender o porquê de ela não ter sido capaz de impulsionar o desenvolvimento tecnológico do País.

Já como objetivos específicos tem-se: estudar o processo de construção da política de inovação praticada no Brasil entre os anos de 1995 e 2012, tentando verificar se essa possui traços lineares ou sistêmicos; trazer à baila os hábitos de pensamento do grande empresariado industrial brasileiro em relação à inovação tecnológica; e compreender de que forma os hábitos de pensamento do empresariado industrial estão relacionados com a natureza da política de inovação praticada no Brasil e se esses conseguem explicar o caráter *path-dependence* dela.

Como base teórica da pesquisa se adotou uma abordagem evolucionária calcada na aproximação entre as teorias neo-schumpeteriana e institucionalista de inspiração vebleniana. Na teoria institucionalista de Thorstein Veblen (1965) é enfatizado que o processo de mudança das estruturas socio econômicas é reflexo da evolução das instituições; enquanto essas, por sua vez, resultam da seleção de hábitos de pensamento e comportamento dentro de uma sociedade. Deste modo, buscou-se identificar os hábitos atrelados ao ambiente inovativo brasileiro e que serviriam de sustentáculo das políticas de inovação nacional.

Ademais, aplicou-se os conceitos de “*Reconstitutive Downward Causation*”, desenvolvido por Hodgson (2006), e de “mitos autorizados”, teorizados por

Dugger e Sherman (2000). O primeiro conceito se refere a uma sistematização do processo de mudança institucional, inspirada em uma perspectiva evolucionária de caráter vebleniano, no qual o móvel da mudança são as interações entre os ambientes micro e macro. Nesse esquema o processo de transformação institucional das estruturas socioeconômicas se principia, como aventado por Veblen (1965), na mudança dos hábitos de pensamento e ação dos agentes econômicos que se adaptam às novas condições ambientais e materiais de uma sociedade. A mudança institucional pode ocorrer tanto a partir de os hábitos dos indivíduos se alterarem decorrente de uma mudança na base material da sociedade. E após esses se tornam crenças e essas são convencionadas como instituições.

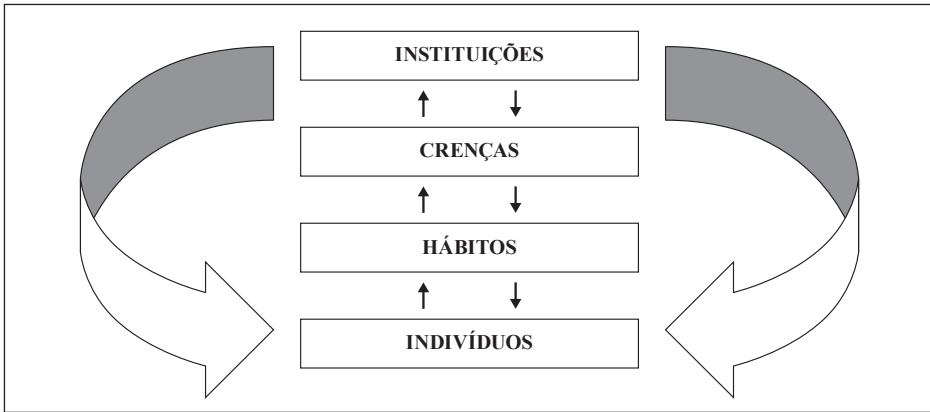
Sem embargo movimento contrário também é possível, as novas instituições podem alterar as crenças e hábitos dos indivíduos, delimitando um processo de causação circular da transformação do arranjo institucional, denominado por Hodgson (2006) como *Reconstitutive Downward Causation*, que pode ser observado na Figura 1. As setas apontadas para cima representam os estímulos geradores do nível superior e as setas apontadas para baixo, assim como as duas grandes setas laterais, representam o *feedback* de cada nível superior para o inferior.

Já o segundo conceito, de mito autorizado, se refere ao processo de formação da base ideológica da sociedade e como a mentalidade e crenças de uma parte da população pode ser influenciada pela classe dominante através da ação de controle do simbólico. Assim como os hábitos originam e dão legitimidade às instituições sociais, o poder exercido pelos estratos socioeconômicos mais elevados (as elites) nasce de sua capacidade de criar e difundir mitos autorizados. O mito autorizado, em si, não chega a se constituir como instituição, propriamente dita, mas sim um conjunto de crenças que sustenta o arranjo institucional estabelecido. Os mitos autorizados se assemelham à propaganda, transmitidos das classes superiores aos estratos mais baixos e aceitos pelos últimos por apresentarem um invólucro de fato indiscutível. Por esse motivo, o mito autorizado é muito mais poderoso e tem uma maior penetrabilidade na estrutura social e na cultura de um povo.

De tal forma que os mitos autorizados constituem parte da ideologia social dominante e dão suporte às divisões de uma sociedade estratificada e são formados por estereótipos, pontos-cegos e padrões duplos que se relacionam a alguns tipos de desigualdades como: classe; raça; gênero; nacionalidade; religião e orientação sexual. Eles trazem em si uma significativa carga emocional para aqueles que os assumem como verdadeiros, podendo essa carga ser tanto positiva quanto negativa (DUGGER; SHERMAN, 2000). A matéria emocional que os constitui confere aos mitos um poderoso conjunto de mecanismos para o controle social que, por sua vez, fortalecem as relações econômicas do *status quo* e o poder de influência dos interesses da elite.

Destarte, a partir desses conceitos se buscou na pesquisa da tese se identificar a dimensão institucional que sustenta e limita as políticas de inovação brasileiras adotadas no período analisado.

Figura 1 – Reconstitutive downward causation



Fonte: Elaborado a partir de Hodgson (2006).

Metodologia

A metodologia utilizada na pesquisa foi uma análise qualitativa, a partir da teoria institucionalista de caráter vebleniano, a fim de identificar um esquema de reconstitutive downward causation da política de inovação brasileira recente. Para tanto, primeiramente, fez-se uma análise das políticas públicas de inovação à luz de uma abordagem evolucionária, combinando conceitos da teoria neo-schumpeteriana aos da teoria institucionalista.

O objetivo dessa primeira etapa foi identificar a natureza dessas políticas, isto é, se elas seriam de caráter linear ou sistêmico. O modelo linear de inovação, desenvolvido a partir do trabalho de Vannevar Bush (1945), concebe esse fenômeno como exógeno ao sistema econômico. As inovações surgiriam a partir da busca por respostas para questões científicas, dentro de laboratórios, seguindo uma sequência estanque e linear: i) pesquisa básica; ii) pesquisa aplicada; iii) desenvolvimento experimental; iii) produção; iv) e comercialização. O modelo sistêmico é inspirado no conceito neo-schumpeteriano de Sistemas Nacionais de Inovação, no qual as inovações surgiriam de um processo interativo entre os diferentes agentes econômicos (universidades, empresas, estado, consumidores etc.) e as instituições exerceriam um papel central nessa dinâmica.

O modelo linear predominou dos anos 1950 até meados dos anos 1980, caracterizando as políticas dos países desenvolvidos, como EUA, Alemanha, França e Japão, assim como as do Brasil. Contudo, ele possui limitações que

o tornam inadequado para um país em desenvolvimento. à medida que esse possui uma falha grave, pois apresenta o mesmo caráter unidimensional – isto é, de que a relação entre ciência e tecnologia se dá sempre num mesmo e único sentido, da descoberta científica para a inovação tecnológica, nunca o contrário – da teoria ortodoxa no tocante às fontes da mudança técnica das empresas, ignorando o caráter sistêmico desse processo. Dessa maneira, ao se assentar na ideia de exogenidade da tecnologia ele acaba por omitir os canais de interação entre os diferentes agentes econômicos e seus efeitos no progresso tecnológico. A centralidade das empresas na introdução de inovações tecnológicas é sumariamente ignorada, com essas passando a ocupar um papel de meras receptoras do que a comunidade científica lhes ofertar.

Na realidade esse processo é muito mais complexo, onde a introdução de inovações técnicas pode ocorrer em qualquer uma das etapas, seja no laboratório de pesquisa, seja dentro das firmas. A relação dialética existente entre o que se é pesquisado pelos cientistas e as demandas empresariais – um dos aspectos mais ricos da atividade inovadora – é escamoteado nessa abordagem. E devido a isso o modelo linear apresenta uma grande dificuldade em ser uma estratégia transformadora das forças produtivas, principalmente naqueles países que se encontram em uma posição atrasada ao paradigma tecnológico vigente. Se utilizar de uma política de inovação baseada em tal esquema, com o objetivo de se realizar o *catching-up*, é um desafio quase intransponível, por essa não ser capaz de reconhecer todos os canais de transmissão de conhecimento necessários à geração e, mais importante, à difusão de inovações.

A abordagem dos Sistemas Nacionais de Inovação, por seu turno, tem exercido uma grande influência no debate sobre crescimento econômico baseado na mudança tecnológica. Consoante Lundvall (2005) o conceito sistema de inovações foi desenvolvido durante meados da década de 1980 paralelamente em diferentes lugares na Europa e nos EUA. Soete *et al.* (2010) asseveram que um aspecto comum a todos conceitos apresentados é a compreensão de que as firmas raramente inovam sozinhas. As inovações emergem da interação e cooperação entre diferentes agentes econômicos, entre a firma inovadora e o ambiente que a cerca, que levam a um ciclo virtuoso de um melhor aproveitamento do conhecimento disponível. Mais do que isso, esses autores ressaltam que a criação de um ambiente macroeconômico propício ao desenvolvimento tecnológico perpassa pelo nível microeconômico e do processo interativo criado nele que se refletirá nos níveis superiores.

Um aspecto fundamental dos Sistemas Nacionais de Inovação é que eles refletem as especificidades e o arranjo institucional construído historicamente das suas respectivas regiões geográficas. O SNI é formado pela interação entre os indivíduos (com suas preferências e hábitos), empresas, Estado e instituições, não podendo ser meramente planejado. Consequentemente, não

se pode assumir o SNI de um país, em particular, como o único modelo de desenvolvimento tecnológico a ser seguido pelos demais.

A fim de verificar a natureza da política inovação brasileira buscou-se realizar uma análise qualitativa, a partir dos documentos e diretrizes oficiais do governo.¹⁷ Dessa maneira, elencando as medidas adotadas nos governos FHC, Lula e Dilma, seus principais objetivos e a intencionalidade por trás dessas, a partir da análise de suas diretrizes apresentadas nos seus documentos oficiais. Com isso se pretende compreender a natureza dessas políticas, averiguando se elas possuíam uma inspiração mais próxima ao modelo linear ou ao sistêmico (de caráter evolucionário).

Isto posto, caberia verificar se: i) o empresariado industrial participara da construção da política de inovação nacional explícita, levando suas demandas para servirem de base para a sua construção; ii) e se haveria uma sinergia entre os hábitos de pensamento desse grupo com a política supracitada.

Para responder o primeiro ponto, fez-se uma análise dos documentos e atas de participação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e das reuniões do Movimento Empresarial pela Inovação (MEI), um órgão ligado à Confederação Nacional de Indústrias. A avaliação do CNDI e da MEI couberam aos objetivos da pesquisa por se tratarem de arenas-políticas que serviam para aproximar o empresariado industrial ao governo federal a fim de discutir e propor novas políticas e legislação de fomento à indústria nacional e à ampliação da capacidade inovativa das empresas brasileiras. Tomou-se como marco temporal o período entre 2005 e 2007, para a análise das reuniões da CNDI, e de 2010 a 2012 para a MEI.

A respeito do CNDI, ele se tornou nos Governo Lula a principal arena público-privada da política industrial, legitimando-se como *locus* em que as demandas da sociedade civil, especialmente da classe empresarial, eram trazidas ao Executivo. Afora que, como observou De Toni (2013), boa parte das pautas discutidas no CNDI foram propostas e articuladas pela Confederação Nacional de Indústrias. Por esse motivo, durante os anos dos governos do PT, mas especialmente entre 2005 e 2007, período de maior ocorrência de reuniões desse conselho (16 de um total de 19, entre reuniões ordinárias e extraordinárias) o empresariado industrial teve uma maior influência na construção da política de inovação.

No tocante ao segundo ponto, delimitou-se conceitualmente o que se denominou de “hábito tecnológico”, o qual não se restringe unicamente às capacidades e aptidões das firmas para inovar. Ele é um elemento institucional que está alicerçado no *animal spirits* dos agentes econômicos e na cultura de uma sociedade. Ele, em parte, explica o costume de se buscar por novas soluções e tecnologias e aplicá-las às operações rotineiras das firmas. O hábito

17 Para verificar todos documentos oficiais utilizados na pesquisa ver capítulo 4 de Castelli (2017).

tecnológico abarcaria a própria compreensão dos agentes econômicos sobre o que é a inovação tecnológica, a importância que conferem a ela para seu modelo de concorrência e seu entendimento de como elas surgem, considerando nesse ponto a dimensão institucional desse processo. Desta forma, o hábito tecnológico serve de guia para as práticas empresariais, inclusive nas demandas do empresariado industrial ante o Estado para a construção de POLIN que os favoreçam.

Outrossim, o hábito tecnológico, como instituição é resultado das interações sociais entre os diferentes agentes econômicos, carregando em si não apenas as rotinas de uma única empresa ou indivíduo específico, mas práticas e mentalidades compartilhadas socialmente. De modo que sua construção não passa apenas pelo comportamento individual, mas por um processo de seleção de ideias e comportamentos, os quais seguem uma trajetória *path-dependence* e sofrem de efeitos de enraizamentos, e servem de base para o estabelecimento de instituições específicas que conformam o Sistema Nacional de Inovações de um país.

Para tanto, a construção do núcleo duro do hábito tecnológico do empresariado industrial brasileiro será realizada a partir da análise de discurso de declarações de empresários e dirigentes de entidades empresariais à PAEDI e de documentos oficiais desses órgãos representativos da elite industrial¹⁸, por se considerar que a atuação deles é fundamental no processo de elaboração de leis e regras que conformam o marco legal da POLIN brasileira.

A análise de discurso seguiu um guia de cinco questões a serem respondidas de modo a agrupar as diferentes mentalidades integrantes do que se convencionou de hábito tecnológico: i) o que é a inovação?; ii) qual é a importância da inovação para o crescimento econômico e para a competitividade da empresa/indústria?; iii) como surge a inovação?; iv) qual é o papel do Estado para a inovação tecnológicas e quais políticas ele pode se utilizar para esse fim? v) quais são os obstáculos/entraves para que se amplie a inovação tecnológica nas empresas brasileiras?

Resultados

Nesta seção serão discutidos os resultados encontrados a respeito da participação do empresariado industrial na construção da POLIN nacional e a identificação dos elementos centrais do hábito tecnológico compartilhado por essa classe.

Desta forma, no tocante à participação do empresariado na construção da política de inovação, a primeira observação que se pode fazer é que durante o período analisado tivemos a participação de 15 representantes

18 As entidades representativas analisadas no estudo são a CNI, FIRJAN, ANPEI, MEI, FIESP. Para verificar todo rol de documentos analisados ver o capítulo 4 de Castelli 2017.

da sociedade civil, sendo 11 da classe empresarial e 4 da trabalhadora. Logo, 73,33% de representantes empresariais e 26,67% de trabalhadores, mostrando com isso que o CNDI foi, sobretudo, uma arena de interação com o empresariado industrial¹⁹.

O segundo ponto que se pode observar é que dentre os representantes empresariais que mais participaram das reuniões, i.e, com mais de 50% de participação, foram: Walquiria Aires (100%), diretora da Federação de Indústrias de Brasília; Armando de Queiroz Monteiro (91,67%), presidente da CNI; Osmar Elias Zogbi (83,33%), presidente da Ripasa S.A. – empresa do setor de celulose e papel – e diretor da FIESP; Paulo Godoy (75%), Presidente da ABDIB; Amarílio Proença de Macedo (75%), da J.A. Macedo – maior empresa de moagem de trigo do País; Jorge Gerdau Johannpeter (66,67%), presidente do grupo Gerdau – gigante do setor siderúrgico; e Luiz Carlos Delben Leite (58,33%), presidente da ABIMAQ.

Destaca-se que dentro do CNDI, e da interação entre estado e empresariado, emergiram quatro políticas de inovação de caráter nacional: a lei de inovação, a lei do bem, a PDP e o PACTI (esse último foi apresentado pelo MCTI e discutido em reuniões). O que evidencia o papel destacado que o empresariado industrial ocupou na formulação da POLIN brasileira (CASTELLI, 2017).

Não obstante, entre meados de 2007 e 2010 o CNDI deixa de operar, com as reuniões só sendo retomadas em 2011, no governo Dilma. Assim, a atuação do empresariado industrial retorna a sua estratégia de, a partir da CNI, estabelecer suas Agendas Legislativas, mas principalmente, no que diz respeito à inovação tecnológica, cria-se um novo espaço para se debater tal tema, onde se verifica uma interação com ministros e representantes do governo: a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), capitaneada pela CNI.

Entre os anos de 2010 e 2012 a MEI realizou 12 reuniões a fim de discutir questões relativas ao fomento à inovação no País, nas quais discutiu-se a PDP, a Lei do Bem, o PBM, a ENCTI, o PACTI, os fundos setoriais, a Lei de patentes e propriedade intelectual, o Marco Legal de Inovação. Durante as reuniões contou-se com a presença, além de representantes da própria MEI e da CNI, do MCT, FINEP, Ministério da Fazenda, MDIC/BNDES, MEC, ABDI e MPOG.

19 “Em linhas gerais, o CNDI incorporava e processava agendas que estavam definidas no âmbito mais geral da política industrial brasileira (ARAÚJO, 2015) e, em muitos casos cabia a esse espaço mais trabalhar sobre as propostas previamente formuladas, dentro da lógica de “correção de rumos” (PERES e VAS, 2012; 2014), do que definir as agendas e encaminhar temas significativamente novos. **Contudo, dentro da agenda estabelecida, era um espaço que possuía autonomia e efetivamente incidia sobre as diretrizes estratégicas.** Vale salientar que se caráter não era passivo. **Não era um simples meio de o governo comunicar decisões ao empresariado, pelo contrário, havia debates efetivos, participação ativa da sociedade civil e muitas das proposições foram incorporadas às políticas**” (STEIN, 2016; p. 111, grifos nossos)

Já em relação ao hábito tecnológico do empresariado industrial, a partir da análise de discurso, estabeleceu-se o seguinte núcleo duro:

- a) *o que é a inovação*: a inovação vai além do mero esforço em P&D, incorporando um sentido amplo, de caráter schumpeteriano, no qual se enfatiza tanto introdução de produtos quanto de processos;
- b) *qual é a importância da inovação para o crescimento econômico e para a competitividade da empresa/indústria*: nota-se uma percepção schumpeteriana, conferindo à inovação a importância de propiciar ganhos de produtividade industrial e servir de motor para o crescimento no longo prazo e do desenvolvimento sustentável;
- c) *como surge a inovação*: aqui se tem uma visão parcialmente sistêmica. Por um lado, entende-se que a inovação tecnológica é um resultado coletivo, a partir do processo interativo entre os agentes econômicos. Por outro lado, o empresariado se mostrou avesso à intensificação das interações entre os agentes brasileiros, mostrando-se desconfiando em relação às universidades, ao Estado e, inclusive, a outras empresas;
- d) *qual é o papel do Estado para a inovação tecnológica e quais políticas ele pode se utilizar para esse fim*: a principal política para a inovação é o estímulo à elevação dos gastos empresariais e públicos em P&D. Além disso, defende-se a atração de centros de PD&I estrangeiros e melhoria do sistema educacional. Revelando, portanto, uma visão linear quanto à POLIN.
- e) *quais são os obstáculos para que se amplie a inovação tecnológica nas empresas brasileiras*: falta de cultura de inovação, por parte do empresário, e conjuntura macroeconômica desfavorável, alicerçada em elevadas taxas de juros.

Em suma, no que se refere ao hábito tecnológico do empresariado industrial evidencia-se a partir da análise de discurso de entidades representativas desse grupo uma concepção sistêmica do processo de inovação. Contudo, ao mesmo tempo, ela está combinada a uma defesa de políticas de inovação de caráter linear. Desta maneira, existe uma sintonia entre a percepção do grande empresariado sobre esse tema com a apresentada pelo Estado desde os Fundos Setoriais e o Livro Branco de 2002 até 2012. Idealmente, entende-se a inovação como um resultado coletivo complexo que emerge das interações entre os agentes econômicos. Sem embargo quando se tenta materializar essa visão em políticas, ela acaba assumindo uma instrumentalização que enfatiza a linearidade, especialmente o aumento dos gastos em P&D e investimentos em educação.

Discussão

Ao longo deste capítulo se procurou mostrar que a construção da POLIN brasileira, entre 1999 e 2014, sofreu a influência do grande empresariado industrial, mediante atuação de suas entidades representativas dialogando com o Executivo ou dentro do Legislativo. Essa influência se torna ainda mais explícita a partir do governo Lula e da criação de arenas específicas para o diálogo entre Estado e setor produtivo, como o CNDI. Dentro desse conselho o empresariado industrial pôde levar suas demandas a respeito da implementação de políticas públicas e fazer sugestões sobre a forma e objetivos que elas assumiriam. Mais tarde, após 2009, as reuniões ocorridas no âmbito da MEI/CNI passaram a servir de lócus para esse diálogo.

Em razão disso, fez-se necessário compreender quem era o empresariado industrial e, particularmente, qual é sua percepção sobre o processo inovativo, à medida que suas demandas para a política de inovação partiriam de sua mentalidade, construída tanto a partir do plano das ideias, quanto de sua realidade concreta e trajetória histórica. Mais do que isso, como asseverou Veblen (1965), a base de um arranjo institucional são os hábitos de pensamento e de comportamento compartilhados socialmente, de modo, que a alteração de um arranjo institucional deve passar pela substituição de velhos hábitos por novos.

Logo, políticas públicas que visem incentivar o desenvolvimento endógeno de tecnologia e sua incorporação à cadeia produtiva surtam efeito, elas devem estar alicerçadas em instituições que tenham esse mesmo fim. Por sua vez, as instituições devem ser estabelecidas e convencionadas a partir das crenças e hábitos individuais, para então conseguirem legitimar-se. Neste sentido, a construção de um ambiente institucional que favoreça a inovação perpassa por estarem sintonizados com o hábito tecnológico do empresariado industrial.

No caso da POLIN brasileira, mostrou-se anteriormente que ela possui enraizada em seu âmago uma lógica linear que se reflete em seus instrumentos que priorizam a elevação de gastos em P&D e pesquisa básica, onde a academia, universidades e ICTs, assumem um papel de servir ao setor produtivo ofertando a tecnologia que esse aplicará no processo de produção. A despeito, de nos últimos anos os policymakers terem incorporado em seu discurso uma visão sistêmica, enfatizando o caráter coletivo do processo de inovação, isso não se refletiu nos instrumentos da política pública.

Sugeriu-se que a razão disso se daria tanto pela dificuldade em se prescrever políticas baseadas no modelo sistêmico, assim como na trajetória dependente da POLIN nacional. O arranjo institucional – e o SNI – de um país não é construído a partir do zero. A mão morta restritiva do passado costuma atuar de maneira ativa nesse processo, moldando o presente e o futuro, porém tendo como matéria-prima as instituições que historicamente sustentaram as relações socioeconômicas.

Como historicamente se construiu mecanismos inspirados no modelo linear eles passaram a ser incorporados à própria racionalidade do aparato estatal.

Por essa razão, há um descompasso entre intenção sistêmica e evolucionária e execução linear. Contudo, isso não explica totalmente o enraizamento social desse modelo de política de inovação no Brasil, à medida que as políticas públicas não são construídas apenas a partir da vontade do Estado, como um Leviatã que controla a sociedade. As políticas públicas – mesmo no período da ditadura civil-militar – refletiram, em algum nível, os interesses e demandas da sociedade, ou da parte dela que possuía maior capacidade de se organizar politicamente e poder para influenciar o governo.

Até porque, como assinalou Hodgson (1998, 2006), leis, normas, regras formais e políticas econômicas construídas de maneira top-down sem estarem assentadas nos hábitos de pensamento e comportamento socialmente compartilhados não funcionam nem se perenizam. Um arranjo institucional sem ligação com os hábitos de uma sociedade é como um corpo esvaziado de seus órgãos. Existe, porém não vive.

Destarte, o que se argumenta é que o enraizamento do modelo linear na POLIN nacional se deu por ele encontrar correspondência nos hábitos do empresariado industrial, parcela da sociedade que teve penetrabilidade no Estado para poder refletir suas demandas nas políticas públicas, sobre inovação tecnológica.

A partir da análise das principais entidades representativas do empresariado industrial e dos resultados da PAEDI, delimitou-se o núcleo duro desse hábito tecnológico. Ele seria composto por uma percepção sistêmica sobre o que é a inovação, como ela surge e sua importância. Sem embargo, no que diz respeito aos mecanismos e políticas capazes de impulsionar a inovação tecnológica encontrou-se uma predileção por instrumentos de caráter linear.

Deste modo, verificou-se uma sinergia entre o hábito tecnológico do empresariado industrial e a POLIN nacional construída no período analisado. Essa sintonia entre os ambientes micro – os hábitos e crenças individuais da classe empresarial – e macro – as políticas e leis implementadas – explica, a partir da abordagem evolucionária institucionalista, o enraizamento do modelo linear no cerne da POLIN. Indicando, portanto, a solidez teórica das duas hipóteses aventadas na introdução desta tese.

Todavia, apesar disso, deve-se ressaltar que, como indicado por Bagatolli e Dagnino (2014) – a partir das PINTECs – cada vez menos os dispêndios em P&D têm sido considerados relevantes para a estratégia tecnológica das empresas brasileiras. O que indicaria uma possível contradição da tese. Sem embargo, como se observou, as empresas que foram beneficiadas pela POLIN tiveram ganhos em produtividade, gasto em P&D e em inovação (ROCHA, 2015; CALZOLAIO, 2015). Consequentemente, a política de

inovação, mesmo nessa formatação linear, aparentou ser efetiva, porém muito restrita, à medida que contempla um grupo limitado de empresas, de grande capital, e que já realizavam atividades inovativas anteriormente.

O que também mostra uma base material para a perpetuação do hábito tecnológico do empresariado industrial brasileiro, considerando-se que são principalmente as empresas de grande capital que têm influência dentro de entidades como a CNI e a FIESP e conseguem se articular com o Legislativo e o Executivo.

Apesar disso, como destacou a Anpei (2004), o País está caminhando em direção a um grande consenso sobre a necessidade de se inovar e se investir em P&D, como se pode observar em reportagens de revistas de grande circulação.

Em reportagem de 13 de março de 2014, a revista Exame, por exemplo, faz alerta para o fato de que o Brasil não se encontra os 15 países que mais investem em P&D do mundo, ocupando apenas a 36ª posição. A edição da Folha de São Paulo de 22 de outubro de 2013, por sua vez, e indo em confluência à Exame, apresentou em uma de suas manchetes o seguinte texto: “Brasil vai na contramão do mundo e corta investimento em pesquisa e inovação”. Já a revista Pequenas Empresas e Grandes Negócios, no dia 19 de junho de 2017 publicou reportagem argumentando que em períodos de crise econômica a inovação e investimentos em pesquisa e desenvolvimento seriam caminhos para se reerguer.

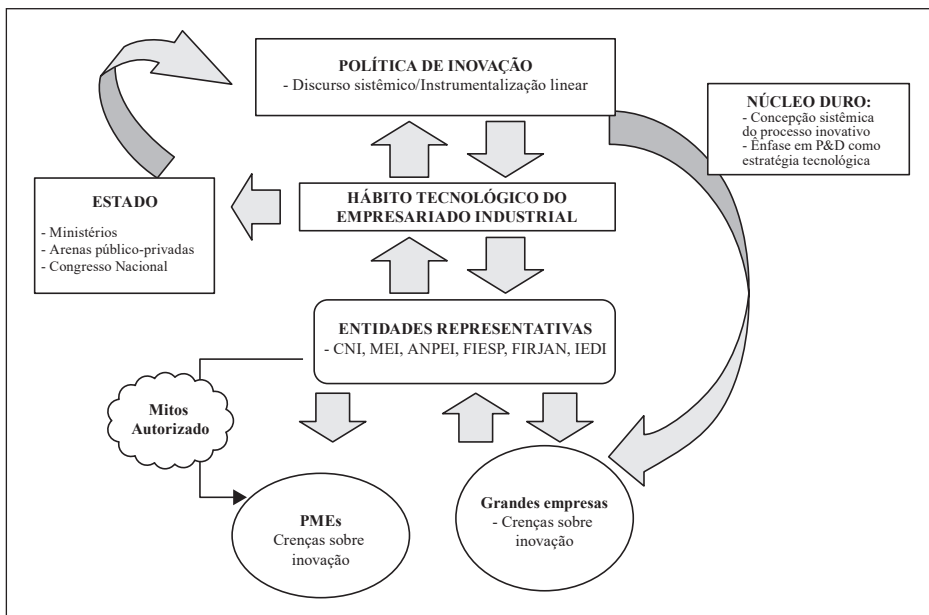
Apesar de ser uma amostra pequena, as manchetes e abordagem dessas revistas ligadas a grandes grupos do setor de comunicação brasileira se apresentam representativas no discurso hegemônico na sociedade, especialmente a última delas, destinada ao micro, pequenas e médias empresas, servindo assim para solidificar um consenso em torno dos interesses do grande empresariado industrial. Essas revistas, no que se sugere nesta tese, disseminam o mito autorizado construído pela elite industrial de que a estratégia de crescimento e desenvolvimento tecnológico das indústrias passa pelos investimentos em P&D. Possibilitando que a visão linear se enraíze socialmente, e não apenas nos hábitos do empresariado industrial e do Estado, o que lhe dá mais robustez para se perpetuar historicamente.

Assim sendo, a POLIN nacional, de discurso sistêmico e práticas lineares, está alicerçada em um processo de reconstitutive downward causation. Como pode ser visto na figura 2.

No nível mais inferior tem-se as empresas que compõem a estrutura produtiva brasileira, as PMEs e as grandes empresas. Dentro de cada empresa há rotinas próprias, baseadas em suas trajetórias individuais e realidade concreta, das quais se conformam suas crenças sobre inovação tecnológica e seu hábito tecnológico individual. Das grandes empresas há uma seta maior (cinza) indo

em direção às entidades representativas da classe industrial, enquanto das PMEs uma seta menor (azul) em direção a essas mesmas organizações. A diferença de tamanho das setas indica que os interesses das grandes empresas, em geral, conseguem ser incorporadas nas agendas de trabalho e de geração de consenso dentro dessas entidades. Enquanto a seta menor das PMEs indica que, apesar de suas demandas serem trazidas para as entidades representativas elas não têm força para se imporem como principais objetivos dessas ou de produzir um consenso em torno delas.

Figura 2 – O reconstitutive downward causation da POLIN brasileira



Fonte: Castelli (2017, p. 273).

Dentro das entidades representativas se sintetizam as demandas e crenças individuais do empresariado industrial resultando no hábito tecnológico, e que serve de guia para a ação política dessas organizações – tendo como núcleo duro uma concepção sistêmica de inovação e uma visão linear de POLIN, enfatizando gastos em P&D. O hábito tecnológico, sem embargo, não se reflete diretamente na POLIN nacional, pois essa é construída dentro de diferentes instâncias estatais. Ao invés disso, o hábito tecnológico serve de base para o diálogo dessas entidades, e de algumas lideranças empresariais, com o setor público dentro de espaços específicos.

O setor público também possui sua própria mentalidade construída a partir de sua longa trajetória de construção de instrumentos de fomento à

inovação e da incorporação de novas ideias e conceitos a partir dos anos 1990 e da virada de caráter mais desenvolvimentista dos anos do PT. Desta forma, entre os policymakers predomina o discurso sistêmico, no entanto ainda não existe uma estratégia capaz de construir medidas sistêmicas.

A interação dos representantes do setor produtivo com o setor público resulta na construção de leis e instrumentos a fim de criar um arranjo favorável à inovação tecnológica dentro das empresas. Havendo uma confluência entre a mentalidade do governo com a das entidades empresariais e da elite empresarial sobre o tema. Cria-se, portanto, uma POLIN que incorpora os hábitos de pensamento e comportamento desses dois agentes. A qual traz em seu cerne uma dualidade entre o discurso sistêmico e a instrumentalização linear.

Como se observou ao longo da tese de Castelli (2017) e deste capítulo, o modelo linear para funcionar exige uma indústria que esteja na fronteira tecnológica – composta por setores intensos tecnologicamente que tenham como principal estratégia concorrencial gastos em P&D – além de uma comunidade acadêmica capaz de interagir com o setor produtivo de maneira sinérgica, o que não é o caso do Brasil. De modo que a POLIN não consegue contemplar ganhos de produtividade a todos setores e empresas, somente àquelas que já realizavam este tipo de investimento – caso das grandes corporações e PMEs de base tecnológica.

Assim, na figura 2, há uma seta que sai da Política de Inovação indo diretamente às grandes empresas, representando que esse marco legal é capaz de afetar as condições de produção desses agentes. Além disso, outra seta parte da POLIN para o hábito tecnológico, reforçando-o. Enquanto uma seta parte do hábito tecnológico para a política de inovação, indicando que ao reforçá-lo a POLIN encontra uma base habitual para se sustentar. Dessa maneira, pode-se dizer que a política de inovação, apesar de suas limitações, conseguiu se institucionalizar por se assentar em hábitos de pensamento e comportamento compartilhados socialmente dentro do setor produtivo, o qual ela pretende afetar.

Do hábito tecnológico desce uma seta em direção às entidades representativas indicando esse mesmo processo de realimentação de tal mentalidade dentro dessas instituições, à medida que essa se consubstanciou na construção de um arranjo institucional.

Por fim, das entidades representativas descem três setas. As duas primeiras, maiores (cinzas), representam o feedback institucional delas para as empresas que elas representam. A seta menor e azul, que vai em direção às PMEs, representa a construção de um discurso das entidades representativas em conjunto às grandes corporações de que a formatação da POLIN nacional

também as contempla e que a elevação dos gastos em P&D e do esforço inovativo podem propiciar ganhos de competitividades a elas. Este discurso, como não necessariamente encontra uma correspondência na realidade dessas empresas se manifesta na forma de mito autorizado.

Deve-se destacar que nesse ponto o mito autorizado é reforçado pela atuação da grande mídia, como forma de legitimá-lo socialmente. Contudo, esse caminho tem se mostrado cada vez menos eficiente, dado que, como revelado pelas PINTECs, as empresas, na média, têm dado menos importância para P&D, priorizando outros meios de adquirir inovações, como tecnologia incorporada em bens de capital.

Não obstante, apesar da baixa efetividade do mito autorizado nesta questão, por serem as grandes empresas que mais influenciam o discurso e mentalidade das entidades representativas no período recente e como elas têm conseguido atingir bons resultados a partir dos instrumentos apresentados pela POLIN, esse arranjo institucional encontra base de sustentação não só na mentalidade coletiva, mas na concretude.

Considerações finais

Em suma, o que se evidencia é que a POLIN nacional é uma política enraizada institucionalmente por se assentar em hábitos compartilhados socialmente pelo setor da sociedade que tem maior influência na conformação de discursos e mitos autorizados, devido a seu poder econômico. Se o caráter dual dela, com discurso sistêmico e prática linear, se mantém é por isso favorecer as grandes corporações que ajudaram na construção da POLIN a partir do diálogo do Estado.

Não obstante, isso faz com que a política de inovação não tenha capacidade de transformar a estrutura produtiva como um todo, à medida que essa é muito heterogênea e as necessidades materiais das grandes empresas não representam a da maioria das firmas brasileiras. Deste modo, se se quiser romper com a condição de dependência criativa da indústria nacional e, talvez, até se reverter o processo de desindustrialização pela qual ela passa, torna-se mister romper com a trajetória dependente do arranjo institucional construído.

Evidentemente, isso não é uma empreitada fácil de ser feita, pois só será bem-sucedida se se conseguir estruturar uma nova base habitual que sustente esse novo arranjo institucional. Isso, por seu turno, passaria por um dos dois movimentos: ou se altera os hábitos de pensamento e comportamento do grande empresariado industrial ou passa-se a incorporar nas políticas públicas

os hábitos das empresas menores em poder econômico e político, mas que representam a maior parte da estrutura produtiva nacional.

A primeira opção esbarra no fato de que os hábitos não são construídos a partir do nada, mas da relação desses agentes com as condições materiais de seu modo de produção. Portanto, são muito difíceis de serem alterados.

A segunda opção, por sua vez, necessitaria uma democratização da construção das políticas públicas. Contudo, ao se observar o funcionamento das arenas de diálogo público-privadas dentro do governo do Partido dos Trabalhadores, percebe-se que a classe trabalhadora teve pouca participação na elaboração da POLIN. Do mesmo modo, as micros, pequenas e médias empresas não participaram desse processo decisório.

Assim, se nem mesmo o Partido dos Trabalhadores teve forças políticas para implementar essa mudança, questiona-se se no atual cenário político – onde o desrespeito aos interesses da maior parte da população é a norma do dia – há espaço para esse tipo de estratégia mais democrática.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E ENGENHARIA DAS EMPRESAS INOVADORAS - ANPEI. **Como alavancar a inovação tecnológica nas empresas**. São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras, 2004.

BUSH, V. **Science – the endless frontier**: a report to the presidente on program for postwar scientific research. Washington, D.C.: Office of Scientific Research and Development, 1945. Disponível em: <http://www.nsf.gov/od/lpa/nsf50/vbush1945.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012.

CALZOLAIO, A. E. **Política Industrial e Produtividade na Indústria de Transformação do Brasil na Década de 2000**. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CASTELLI, J. R. **A Trajetória Dependente da Política de Inovação Brasileira (1995-2012)**: Hábitos de Pensamento e Enraizamento Institucional. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

DE TONI, J. Estado e empresários na política industrial brasileira recente: processos de cooperação e mudança institucional. *In*: I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS DO IPEA. **Anais [...]**, Brasília: Ipea, 2011.

DE TONI, J. **Novos Arranjos Institucionais na Política Industrial do Governo Lula**: a força das novas ideias e dos empreendedores políticos. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DOSI, G.; NELSON, R. R. Technical Change and Industrial Dynamics as Evolutionary Processes. *In*: HALL, B. H.; ROSENBERG, N. (eds.). **Handbook of The Economics of Innovation**. Oxford: Elsevier, p. 52-114, 2010.

DUGGER, W. The New Institutionalism: New but Not Institutional. **Journal of Economic Issues**, Oxfordshire, v. 24, n. 2, p. 423- 431, abr./jun. 1990.

FREEMAN, C.; SOETE, L. **A Economia da Inovação Industrial**. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

HODGSON, G. M. The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economics Literature**, v. 36, n. 1, p. 166-192, mar. 1998.

HODGSON, G. M. **What are Institutions?** Journal of Economic Issues, Oxfordshire, v. 40, n. 1, p. 1-25, mar. 2006.

LUNDVALL, B.A. **National Innovation Systems – Analytical Concept and Development Tool.** DRUID 10^o Anniversary of Summer Conference on Dynamics of Industry and Innovation: Organizations, Networks and Systems. Copenhagen, Dinamarca, jun. 27-29, 2005.

MAZZUCATO, M. **O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs setor privado.** São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

NELSON, R. **As Fontes do Crescimento Econômico.** Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

ROCHA, F. Does governmental support to innovation have positive effect on R&D investments? Evidence from Brazil. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 14, n.esp., p. 37-60, jul. 2015.

ROSEMBERG, N. **Por dentro da caixa-preta: tecnologia e economia.** Campinas: Unicamp, 2006.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Abril Cultura, 1982.

SOETE, L.; VERSPAGEN, B.; WELL, B. T. Systems of Innovation 2010 *In*: HALL, B.; ROSENBERG, N. **The Handbook of the Economics of Innovation, Volume 1.** Oxford: Elsevier, 2010. p. 1160-1178.

VEBLÉN, T. B. **A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições.** São Paulo: Pioneira, 1965.

UMA ANÁLISE INSTITUCIONALISTA PARA REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS

Pedro Xavier da Silva
Silvio Antonio Ferraz Cário

Introdução

Este capítulo se insere no contexto do livro a partir do desenvolvimento de um quadro teórico-analítico que se sustenta no arcabouço institucionalista para avaliar manifestações rurais que se contrapõem ao modelo agronegocial majoritariamente desenvolvido no Brasil. Embora o país tenha se consolidado enquanto protagonista nos mercados globais de commodities a partir do final da década de 1990, um grupo significativo de produtores rurais se coloca à margem do padrão produtivo hegemônico, tanto no que se refere à capacidade produtiva quanto à capacidade de absorção do pacote tecnológico eleito como ideal (BUANAIN *et al.*, 2013).

A busca por alternativas ao *mainstream* da produção agropecuária nacional denota um caráter social heterogêneo, no qual um imenso número de produtores engendra formas organizativas específicas e substantivas a cada território. Esse grupo resiste à incorporação densa dos padrões agroindustriais e persiste em lógicas diferenciadas de produção e abastecimento de alimentos, desenvolvendo – e/ou aprimorando – campos de interação socioeconômica aderentes à dinâmica cultural e territorial.

Trata-se de um grupo de produtores com evidências de aproximação das relações entre produção e consumo, valorização dos produtos com ênfase em aspectos ambientais e socioculturais, apelo à sustentabilidade e rejeição à padronização da produção alimentar de alta escala. Este grupo pode ser compreendido enquanto objeto empírico para a evolução do conceito de Redes Agroalimentares Alternativas (RAA), apontada como uma alternativa organizativa de produtores agrícolas, cujos padrões tecno-produtivos não são aderentes às cadeias produtivas agroindustriais globais.

Nesse estudo específico, as RAA fazem referência a coletivos de agricultores vinculados ao Movimento *Slow Food* (MSF), um movimento social que manifesta como pressupostos estruturantes a valorização aos produtos alimentares artesanais e de qualidade especial, além do prazer à alimentação, o respeito às pessoas envolvidas na produção e ao meio ambiente (GENTILE, 2016). O MSF foi oficialmente lançado em 1989, em evento na cidade de Paris (França),

contando com delegados de 15 distintos países. Atualmente, o *Slow Food* se caracteriza como um movimento social internacional presente em 150 países e com cerca de 100 mil associados (SLOW FOOD, 2013).

Dentro do portfólio de atuação do movimento, o Projeto Fortalezas *Slow Food* (FSF) promove a consolidação de redes que configuram estruturas relacionais conectadas por pequenos grupos de produtores de um determinado território, que utilizam práticas tradicionais de produção. Existem FSF nos cinco continentes, totalizando 535 empreendimentos. Grande parte desses projetos, 291, está na Itália. São manifestações que valorizam a utilização sustentável de biomas e espécies nativas ameaçados de extinção, saberes e práticas com forte identidade com o território de produção e/ou o uso de técnicas e conhecimentos tradicionais.

No Brasil realizou-se, recentemente, projeto de abrangência nacional concebido e executado por SEAD (Secretaria de Especial de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar), UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e o próprio MSF. O projeto foi intitulado “Projeto Alimentos bons, limpos e justos: ampliação e qualificação da participação da Agricultura Familiar brasileira no movimento Slow Food” (PABLJ). O presente estudo lança mão de informações referentes a 19 FSF brasileiras consolidadas durante o PABLJ, constituindo a base empírica da pesquisa a partir da compreensão de suas dinâmicas institucionais, enquanto RAA.

Com base teórica integradora das abordagens institucionalista, evolucionária e sociológica, buscamos compreender que fatores interferem na condução desses empreendimentos e de que forma os agentes membros das FSF brasileiras se relacionam consigo e com o ambiente institucional no qual estão inseridos.

Para tanto, o presente texto encontra-se dividido em cinco seções. Nesta primeira seção traçamos o objetivo; na segunda demonstramos o arcabouço teórico que sustenta o estudo; na terceira seção faz-se a descrição metodológica; na quarta seção se analisam os resultados das entrevistas realizadas nas FSF selecionadas; na quinta seção, apresentam-se as considerações.

Referencial teórico-analítico: um esquema de análise integrado das abordagens institucionalista, evolucionária e sociológica

A Causalidade Reconstitutiva Descendente

O Institucionalismo, no âmbito das Ciências Econômicas, é definido como uma linha de pensamento teórico que possui sua matriz inicial em obras de pensadores do final do Século XIX e início do XX, considerado como o Velho Institucionalismo (ou Institucionalismo Original), com destaque para Veblen (1899). Faz a crítica aos pressupostos neoclássicos do

mercado, enquanto mecanismo alocador e com tendência ao equilíbrio e o individualismo metodológico que põe o agente econômico como tomador de decisões atomizadas, alheias aos seus pares. Em posição contrária, o processo econômico decorre de rede de relações socioculturais cujos comportamentos influenciam – e são influenciados – por hábitos e rotinas, em causalidade contínua e *path dependence* (CONCEIÇÃO, 2007).

Para Veblen, embora as análises não devessem considerar a estrutura social como determinante para as ações individuais, era fundamental considerá-la como fator influenciador, a partir de uma tríade categórica composta por instintos-hábitos-instituições (VEBLEN, 1989; 1914). Nesse sentido, tanto a estrutura (representada pelas instituições – expressões culturais, códigos de conduta, leis, contratos, etc.) quanto a própria individualidade dos agentes (chamado de instintos) são conectadas por processos de habituação (hábitos de vida que se consolidariam em hábitos de pensamento).

A dialética presente neste tripé analítico composto por “instintos-hábitos-instituições”, coloca os hábitos como formas de conexão da dinâmica que se desenvolve entre a natureza humana e as instituições. Trata-se da base teórica que inspira a proposta de Geoffrey Hodgson para a Causalidade Reconstitutiva Descendente. Hodgson (1998; 2000) se contrapõe ao fato de que os comportamentos sejam exógenos à estrutura, assim como a própria estrutura não pode ser amplamente compreendida a partir de um ponto de vista unilateral da ação.

Indivíduos não são meramente constrangidos ou incentivados por instituições; os indivíduos são constituídos por instituições e, de forma reconstitutiva, suas ações interferem na mudança institucional. Instituições seriam regras estabelecidas que estruturam as interações sociais, atuando como constrangimentos ou incentivos institucionais, controlando e amplificando a emulação das ações. Elas explicam as restrições comportamentais impostas (*external enforcement*) e os comportamentos governados por hábitos (*self enforcement*) inferidos (HODGSON, 2006).

Hodgson (2003; 2010) se aproxima de Veblen em uma proposta evolucionária de construção de análises econômicas, demandando a consideração de que o contexto histórico-institucional possa reconstituir de forma dinâmica os processos de tomada de decisão econômica dos indivíduos. Esses hábitos, portanto, são passíveis de institucionalização uma vez que possam ser codificáveis, assimiláveis e fazerem sentido a um determinado coletivo frente a determinado contexto (HODGSON, 2007b).

Nesse sentido, os hábitos são os *links* cruciais e ocultos nessa cadeia causal (HODGSON, 2003, p. 171). É a sua formação e repetição em ambientes sociais específicos que possibilitam que regras culturais e institucionais sejam realmente assimiladas, incorporadas à cognição humana e elementos

para deliberações futuras. É este processo que, embora individual, parte da estrutura social por meio da emulação de hábitos que caracteriza a causalidade reconstitutiva descendente. Embora instituições possam interferir no comportamento dos indivíduos (sanções ou recompensas, por ex.), elas se perpetuam quando isso ocorre de forma indireta - por meio da formação e/ou propagação de hábitos – modificando o próprio ambiente institucional de outrora.

A Tecnologia Social

A construção do conceito de Tecnologia Social, nesse caso, provém de abordagens Neo-Schumpeterianas, demonstrando a importância dada às inovações tecnológicas para os processos desenvolvimentistas. Para Joseph Schumpeter (1984; 1989) o desenvolvimento é um processo que ocorre por meio de rupturas, instabilidade, desequilíbrios e descontinuidades, sendo a inovação o principal motor de tal fenômeno. Daí surge o conceito de “destruição criadora”, no qual o indivíduo capitalista desconstrói algo pré-existente ao apresentar o novo, interferindo no padrão tecnológico e concorrencial.

Inserido no corpo teórico no qual se enraíza esta discussão, autores avançaram para a discussão sobre a forma como a evolução das tecnologias avança na dinâmica de desenvolvimento dos mercados. Embora não exclusivamente, com frequência significativa essa evolução ocorre a partir de experiência e rotina (*learning-by-doing*) ou por meio de pesquisas efetivas e direcionadas (*learning-by-searching*) (NIOSI, 2002). O primeiro tende a ser contínuo, lento e mais barato, o segundo requer maiores investimentos e produz resultados mais específicos, de forma ativa, incremental ou radical. Pressupõe-se que o aprendizado é um processo evolutivo, não é passivo ou espontâneo, e dependente do conhecimento externo e/ou interno a partir das interações entre atores incorporados aos ambientes institucionais (DATHEIN; PEREIRA, 2012).

Ainda com referência a este contexto, surge o conceito de “tecnologia social” que inclui aspectos relacionados aos pressupostos que direcionam a forma de fazer tarefas, adaptando as ações daqueles que as fazem e influenciando as reações dos demais (NELSON; NELSON, 2002). Richard Nelson faz questão de demonstrar que o termo Tecnologia Social evolui a partir da ideia de “padrão em fazer as coisas” (SAMPAT; NELSON, 2001) e está conectada aos termos institucionalistas veblenianos “hábitos de ação e pensamento” (NELSON, 2003).

Habilidade Social

Proposta por Fligstein (1997), a Habilidade Social possui suas raízes nos constructos da Nova Sociologia Econômica (NSE) que busca um aprofundamento sociológico diante de fenômenos de natureza econômica. Resgata pressupostos clássicos de Durkheim, Weber e Veblen que elaboram análises

sobre os fenômenos socioeconômicos a partir das categorias analíticas “Fato Social”, “Ação Social” e “Hábitos de Vida e Pensamento”, respectivamente. Embora tais categorias possuam diferenças, configuram modos de fazer as coisas, maneiras que as sociedades encontram para lidar com seus problemas, bons sentidos consolidados. Em suma, instituições em suas diversas formas.

Posteriormente, Mark Granovetter (1985) sugere uma abordagem que comungue os conceitos da Sociologia Econômica com a proposta adaptada de incrustação ou incrustação social (*embedness*) na construção dos mercados, primeiramente abordada por Karl Polanyi ([1944] 2000). A construção social do mercado, incorporada do contexto político-institucional, leva em conta expressões de satisfação e interesse dos agentes, não significando que sejam mais adequadas ou eficientes. Afirma ainda Granovetter (1973), nas relações firmam-se laços fracos e fortes entre os agentes, postos como fundamentais para a construção dos cenários nos quais as atividades econômicas ocorrem.

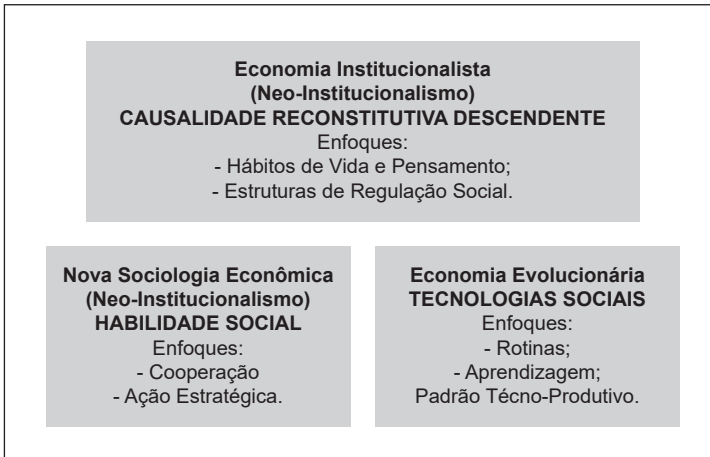
Com a evolução da análise sobre as relações entre atores de um mesmo campo, Neil Fligstein (1997) busca enquadrar uma proposta de ação, sob os pressupostos sociológicos, entre a estrutura social e o indivíduo. Conceitua, então a Habilidade Social enquanto a capacidade que determinados indivíduos possuem para induzir a cooperação dos demais em prol de objetivos comuns.

Considerada de abordagem institucional, com inclinação macroanalítica, aponta a construção dos cenários econômicos, levando em consideração a trajetória institucional e os caminhos seguidos em decorrência de decisões político-econômicas passadas (FLIGSTEIN, 2001). Nesta linha, enquadra-se uma proposta de ação, sob os pressupostos sociológicos, entre a estrutura social e o indivíduo. Desenvolve o conceito de Habilidade Social, enquanto a capacidade de atores em promover cooperação entre membros de um mesmo e/ou entre diferentes campos de atuação. Dois fatores sociais são fundamentais para o entendimento desta relação: condições organizacionais do campo de atuação e posicionamento dos grupos nesses campos (FLIGSTEIN, 2008).

Arcabouço teórico integrado

O presente artigo se encaixa no movimento que procura demonstrar múltipla determinação teórica-analítica na explicação de um fenômeno, não restrito só e somente só a dimensão econômica. Nessa perspectiva, aspectos institucionais e sociais, também importam. Para tanto, considera a integração dos conceitos de Causalidade Reconstitutiva Descendente, Tecnologia Social e de Habilidade Social. Conforme a Figura 1, a guia da investigação ocorre partir da Causalidade Reconstitutiva Descendente pela modulação institucional via hábitos, a partir da interação entre instituições e indivíduos. Como estruturas analítico-metodológicas complementares utilizam-se os conceitos de Habilidade Social com destaque para cooperação e ação estratégica; e Tecnologia Social com foco nas rotinas, aprendizagem e padrão tecno-produtivo.

Figura 1 – Arcabouço teórico, estruturas teórico-analíticas e enfoques



Fonte: Elaborado pelos autores.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma investigação do tipo descritiva e de natureza qualitativa que foi realizada por meio de abordagem teórico-empírica. Realizamos observação participante e entrevistas semi-estruturadas com indivíduos que possuíam capital social significativo em seus coletivos, líderes ou empreendedores institucionais, sob a lente institucionalista (DiMAGGIO, 1988).

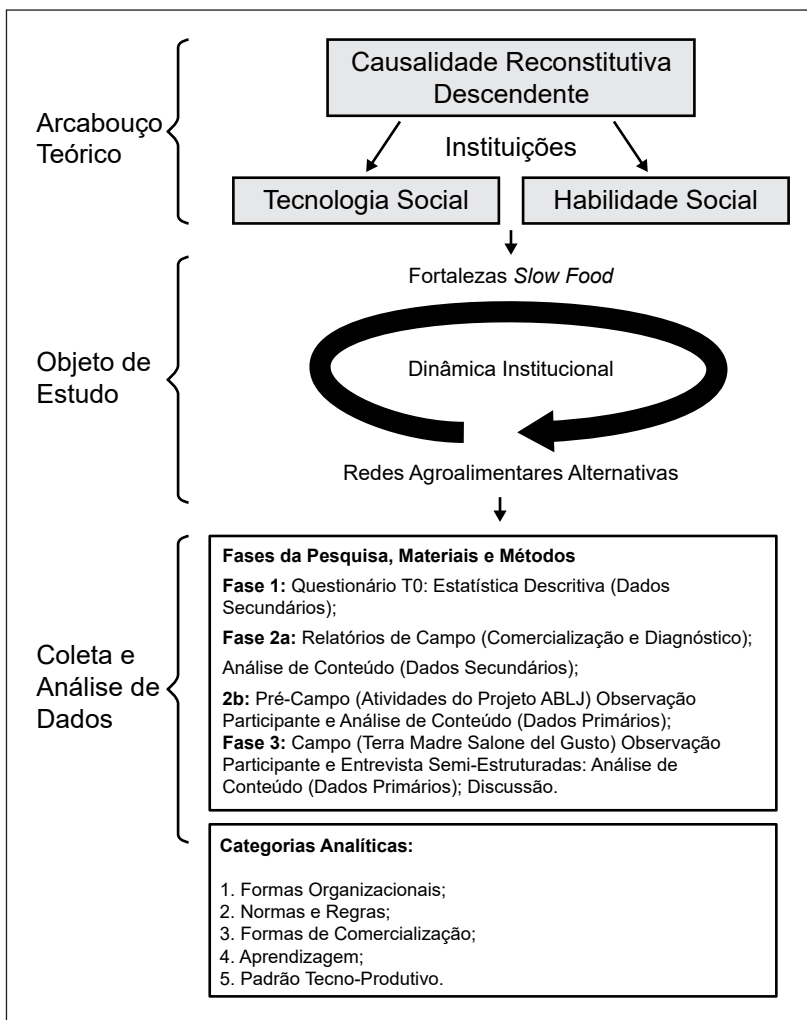
As entrevistas visaram acessar três grandes temas: Sociocultural, Agroambiental e Econômico. Com um total de 22 entrevistados, optamos por entrevistar dois tipos de empreendedores institucionais: membros das Fortalezas – MP (agricultores e representantes de instituições parceiras componentes das redes articuladas) e técnicos facilitadores – FS – contratados pelo “Projeto Alimentos Bons, Limpos e Justos: ampliação e qualificação da participação da agricultura familiar brasileira no movimento Slow Food” (PABLJ). Enquanto os membros das Fortalezas puderam passar noções íntimas aos coletivos, os técnicos facilitadores contribuíram com visões mais holísticas dos processos que envolveram a consolidação dos coletivos. Esses segundos foram os últimos agentes entrevistados, uma vez que também possibilitaram a evidenciação de informações que haviam ficado pouco claras nas manifestações.

A transcrição das entrevistas e os relatórios de observação participante nos permitiram a condução do processo de Análise de Conteúdo, utilizando cinco categorias analíticas como conectoras teórico-empíricas: Aprendizagem, Formas de Organização, Formas de Comercialização, Leis e normas e Padrão Tecno-Produtivo.

Por fim, a síntese desse material coletado possibilitou a interpretação dessas manifestações encontradas nas RAA a partir de três principais hábitos: Hábito

de Valorização do Tradicional, o Hábito de Reivindicação, e o Hábito de Coletivismo. A figura (2) permite-nos identificar, de forma sintética, o Esquema de Análise elaborado, no qual a parte superior apresenta o arcabouço teórico. Conectado ao arcabouço está o objeto de estudo: o fluxo institucional das RAA analisadas, em que os hábitos de vida e pensamento dos agentes envolvidos em cada sistema configuram comportamentos diante do próprio processo de consolidação das instituições. Já o terceiro nível descreve os processos de coleta e análise dos dados, expostos em três fases distintas, e as categorias analíticas estabelecidas.

Figura 2 – Esquema de Análise Institucional para Redes Agroalimentares Alternativas



Fonte: Elaborada pelos autores.

As redes agroalimentares alternativas e o movimento *Slow Food*

Consideramos as Fortalezas *Slow Food* brasileiras como exemplos empíricos de RAA por manifestarem contestação ao modelo convencional de produção e distribuição alimentar. Tais coletivos atuam na construção de significados alternativos para a qualidade dos alimentos, contrapondo-se à forma como o modelo convencional de produção, distribuição e consumo promove a padronização e deslocalização desses produtos (BRUNORI, 2007). Trata-se de estruturas relacionais, inseridas em sistemas de produção de alimento, que possuem como características produtos e métodos de produção alternativos, estruturas de governança não convencionais e proximidade entre consumidores e produtores respectivamente (MARSDEN, BANKS E BRISTOW, 2000; RENTING *et al.*, 2003; SAGE, 2013; WHATMORE *et al.*, 2003; ILBERY; MAYE, 2005; SONNINO; MARSDEN, 2006; MORGAN *et al.*, 2006; JAROSZ, 2008).

Para Ploeg *et al.* (2000), as RAA são fenômenos que escancaram um genuíno contra-movimento com potencial para gerar impactos positivos para o desenvolvimento rural. São estruturas chave no processo de desenvolvimento dessas comunidades envolvidas, engendrando distintas formas de relação entre produtores e consumidores a partir de diferentes convenções e construções de qualidade de produtos (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003). Denotam uma crítica, sobretudo, às cadeias agroalimentares convencionais, principalmente no que se refere aos impactos ambientais e ao desenraizamento dos alimentos (GOODMAN, 2003; SAGE, 2013). Tal crítica se contrapõe ao modelo agronegocial convencional a partir do enraizamento, da realocação e da inclusão como atributos de qualidade de aspectos culturais (tradições e modo de vida, por exemplo) e ambientais – além da valorização das pessoas envolvidas e de seu “saber fazer” (ALLEN *et al.*, 2003).

E o Movimento *Slow Food* entra nesse contexto a partir do endosso dessas cadeias e redes alternativas, promovendo experiências “*glocais*”, comungando valores locais e globais em seus projetos (PASCUCCI, 2010). Nessa matriz de pressupostos que norteiam as ações do MSF, que transcendem a alimentação propriamente dita, adentrando de forma interdisciplinar às dimensões cultural, social, política e econômica, pauta-se a proposta dos “alimentos bons, limpos e justos” (OLIVEIRA, 2014; GENTILE, 2016). Os objetivos do movimento sempre cursam com preservar a biodiversidade à medida que aproxima os produtores e os consumidores mais conscientes, tendo como um de seus principais projetos o projeto Fortalezas *Slow Food*. Esse projeto teve início em 1999 e promove a consolidação de redes que configuram estruturas relacionais conectadas por pequenos grupos de produtores de um determinado território, que utilizam práticas tradicionais de produção.

Aprendizagem, organização, técnicas de produção, leis e normas, formas de comercialização

A categoria “aprendizagem” abre esta seção com intuito de tornar evidente a coexistência de um conhecimento tradicional, culturalmente enraizado nessas populações, e um tipo de conhecimento científico intrínseco aos padrões tecnoprodutivos da agricultura convencional. Tal fato se aproxima a apontamentos de autores como Wilkinson (2008) e Dorigon (2008), indicando um processo de transformação do tradicional para valores de mercado em que estes produtores atuam. A própria relação estabelecida entre estas comunidades tradicionais e o MSF possui essa natureza dicotômica, ao passo que *“nosso produto tem sua história e origem, mas a conexão com Slow Food agrega valor ao nosso território”* conforme fala de MF6.

Contudo, também se evidenciou certa resistência à abertura de experiências para aprendizagem a partir de conhecimentos não tradicionais, como no caso de PCMF1:

“Nós temos a missão de orientar os jovens; É importante trazer conhecimento externo, das universidades e institutos, mas deve estar em acordo com nossas demandas”.

O conhecimento se manifesta nessa RAA a partir de um arcabouço que comunga construções socioculturais e históricas enraizadas em complementaridade a capacidades técnicas adquiridas. A valorização da identidade cultural, o conhecimento tácito e o respeito pelos alimentos e recursos naturais são elementos chave para essas RAA. Contudo, a operacionalização de produções que contemplem esses valores passa por um processo de reinvenção e incremento de práticas novas que as avalizem diante das características dos mercados (WILKINSON, 2008).

A ancestralidade e o vínculo com os territórios no conhecimento são componentes da estrutura institucional das RAA e, por conseguinte, tal vínculo é incorporado nas formas de aprendizagem. Observações e falas indicam que, embora capacitações, cursos e oficinas tenham importância para a apreensão de questões técnicas, particularidades daqueles coletivos e seus territórios estão culturalmente enraizados nas suas ações sociais e econômicas (ZELTZER, 1992). A forma como a produção transcende os aspectos agrícolas e corresponde a questões míticas e folclóricas foi identificada na pesquisa, como pode ser verificado em extração de MF5:

“A origem do pequi é um jacaré, que virou um ser humano espiritual e namorou com uma mulher; a cutia contou pro marido que o jacaré estava o

traíndo; a cutia demonstrou o lugar e eles apareceram (eram duas mulheres dele, na verdade); o homem matou o jacaré e enterrou; nasceu o pequi. Ela [a fruta] tem formas dos ovinhos do homem e o cheiro é da mulher”.

O pequi foi domesticado pelas tribos indígenas originárias do Parque Nacional do Xingu e o conhecimento acerca de produção e uso se institucionalizou entre os povos que ali habitam a partir de agentes capazes de assimilação e transferência daquele saber fazer. Nesse sentido, nota-se que o aprendizado acerca da produção do Pequi do Xingu ocorre por experiência e rotina (*learning-by-doing*), consolidando tecnologias sociais que aproximam a prática agrícola de suas crenças étnicas. A existência de agentes internos a essas RAA e que com habilidade social (HS) que possibilitem a interação de novas tecnologias com tecnologias sociais tradicionais a partir da indução da cooperação entre os membros do campo (FLIGSTEIN, 1997) é elemento fundamental para tal condução. Para Fligstein (1997) agentes hábeis institucionalmente e capazes de conduzir mudanças na dinâmica institucional de um campo são empreendedores institucionais.

Por meio de empreendedores institucionais, processos inovativos puderam ser compreendidos como positivos pelas comunidades e incorporados às suas rotinas. Nas FSF *Sateré-Mawé*, cuja desconfiança com a “*ciência do homem branco*” foi bastante mencionada, a identificação de características vantajosas em aproximações com sistemas de certificação orgânica, comércio justo e sistemas agroflorestais trouxeram ganhos positivos em seus hábitos produtivos milenares (FSF1). De alguma forma esse padrão foi identificado em diversas outras RAA analisadas. A introdução de inovações em determinado campo produtivo rompe com os padrões tecnológicos estabelecidos, interferindo no comportamento dos coletivos e na dinâmica dos mercados em que estes coletivos se articulam (NELSON; WINTER, 1988).

Tal inferência parte da análise de que o emprego de inovações sobre processos produtivos tradicionais reconfigura as TS das RAA, tornando-as atrativas à medida que seus benefícios são percebidos (SAMPAT; NELSON, 2001). Alterar padrões de hábitos em um campo incomoda e demanda esforço na busca de novos padrões comportamentais (LOPES; CONCEIÇÃO, 2018) e essa mudança torna-se facilitada a partir da identificação de benefício, que ocorre com a assimilação dessas técnicas pelo coletivo e forja uma nova forma de lidar com seus afazeres, reconfigurando o ambiente institucional por meio de hábitos.

Existe entendimento de que a interferência no supracitado ambiente institucional interfere na “forma de organização” de cada campo, uma vez que o objeto central dessa categoria é a natureza das relações estabelecidas nas RAA. Organizações, como a família e a empresa, interagem e afetam a condução da vida em sociedade por carregarem um complexo repertório de mecanismos de

manutenção e criação de hábitos. Essa estrutura se estabelece visto que as organizações dependem desse complexo de hábitos relativos às regras e normas sociais para suas próprias conduções internas (HODGSON, 2007a) e a transcendência desses padrões para além do escopo econômico pode ser compreendido em relação à importância dessa área da vida para o desenvolvimento dos coletivos.

Contudo, o inverso pode ser bastante visualizado em nossa amostra, ou seja, as construções que dependiam de critérios econômicos eram diretamente impactadas pela organização social das comunidades, sobretudo naquelas cujos coletivos se identificavam como povos e comunidades tradicionais. Por exemplo, um líder comunitário da FSF do Pequi do Xingu, indicou que a organização social das aldeias reflete na organização produtiva, uma vez que as famílias indicam representantes coordenadores de colheita, coordenadores de extração de óleo e coordenadores políticos. Outra contribuição que nos permite inferir sobre o impacto da organização social nas relações produtivas é a divisão de trabalho entre homens e mulheres, com funções distintas dependentes do gênero.

De forma geral, RAA possuem estruturas de governança alternativas àquelas comuns em sistemas agroalimentares convencionais, possuindo traços de descentralização na tomada de decisão e aumento na proximidade entre produtores e consumidores (GOODMAN, 2003; RENTING, 2012; HASSANEIN, 2008). Neste escopo organizativo, as análises demandam maior atenção sobre o papel exercido por organizações da sociedade civil (sobretudo associações, cooperativas e ONGs) e órgãos públicos em um fenômeno de compartilhamento de responsabilidades entre os agentes, chamado de democracia alimentar.

Nesse sentido, o próprio MSF (de forma conjunta com outras organizações não governamentais parceiras) pode ser identificado enquanto elemento chave na estrutura de governança de algumas RAA. Para FSF3 e FSF1, o MSF age solidificando relações já existentes ou promovendo novas interações. Para uma das entrevistadas, o Projeto Fortalezas permitiu que os agentes do campo identificassem objetivos comuns e conduzissem um plano de ação com foco neles. Os comportamentos não são exógenos à estrutura, assim como o entendimento amplo acerca da estrutura não pode ocorrer a partir de uma abordagem unilateral sobre a ação (HODGSON, 1998; 2000). Sob a ótica da CRD, acreditamos que os hábitos cooperativos dessas RAA fazem com que esses agentes conduzam suas ações econômicas de forma coletiva, muitas vezes trazendo outras dimensões do campo social que não somente a eficiência econômica (HODGSON, 2006).

A relevância dessas organizações (ONGs, cooperativas e associações) foi identificada em RAA de todas as regiões do país e sua inserção nesses campos pode estar relacionada a incentivos que se consolidaram ao longo de anos, como políticas públicas para o desenvolvimento rural brasileiro. Entretanto, percebe-se que ainda existem falhas significativas na gerência

dessas organizações e na construção da relação entre elas e os agricultores. Se, por um lado, novas TS se tornam atrativas à medida que seus benefícios são percebidos (SAMPAT; NELSON, 2001), por outro, a não percepção dos benefícios cursa com o desinteresse por esses processos específicos.

O fomento ao cooperativismo, além do caráter de agente central na organização do campo, possui um importante fim comercial e de escoamento de produção, interferindo na categoria “formas de comercialização”. Analisando a partir desse foco obtivemos informações que corroboram aos escritos estruturantes de RAA: mercados regionalizados e cadeias agroalimentares curtas são relevantes. Socialmente enraizados no âmbito local, tais mercados são configurados por meio de relações de proximidade entre compradores e vendedores e enaltecem o território em que a troca ocorre (PLÖEG, 2008; SCHNEIDER; FERRARI, 2015). Grande parte das trocas encontrava-se ancorada em hábitos de consumo local, seja pela perspectiva de soberania alimentar do território, pela falta de conhecimento dos consumidores, pela limitada escala de produção, ou ainda, pela dificuldade de regulamentação da produção conforme legislações vigentes.

Vale ressaltar que, conforme já mencionado, a operacionalização das RAA não ocorre exclusivamente por motivos econômicos. MF4 relata que a construção do engenho instalado na sede da associação local de produtores de farinha de mandioca teve como objetivo principal suprir uma demanda das famílias da região, uma vez que “*os antigos engenhos de farinha estavam sendo extintos*”.

O patrimônio agroalimentar construído e enraizado em cada território é o grande objeto de análise inicial desses empreendimentos, fazendo com que a comercialização busque apoio e se desenvolva fora dos mercados convencionais. Em nossa amostra foi notório o papel das redes de agroecologia (coletivos de organizações de agricultores e apoio) no suporte e desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização, conforme sintetiza MF3:

“Para participar de nosso projeto, primeiro os produtores precisam produzir para alimentar sua família, depois trocar entre as famílias, depois articularem-se em feiras livres e em entrega de cestas. Essas formas têm custos ambientais e econômicos mais baixos. Consumidor não é mero consumidor, ele faz parte do sistema e precisa conhecer a realidade do campo. A gente luta por uma economia nova, mais justa, que nos ajude no desenvolvimento local e regional”.

A dificuldade de regularização da produção e comercialização destas RAA torna-se um bom encaixe com as questões de uma próxima categoria analítica: “leis e normas”. As dificuldades para adaptação destes coletivos às legislações vigentes foram apontadas em todas as 19 Fortalezas estudadas. No Brasil a relação entre as instituições formais e a realidade de parte significativa dos produtores rurais, apresenta incompatibilidades, criando barreiras para

a formalização do comércio de alimentos e desenvolvimento dos pequenos produtores (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2015).

Para FSF2, existem “*dificuldades imensas em comungar as normas técnicas demandadas pela legislação com as questões tradicionais das comunidades trabalhadas*”, demonstrando um legítimo caso de incompatibilidade dessas comunidades em assimilar o conjunto de TS (SAMPAT; NELSON, 2001) demandadas para a condução dos sistemas produtivos convencionais brasileiros.

Essa leitura se consolidou a partir de extrações de diversas entrevistas de membros das FSF presente em nossa amostragem, indicando, entre outras questões, que a impossibilidade de adequação às normas sanitárias impede a participação desses agricultores em mercados institucionais e feiras de venda direta, referindo-se às demandas técnicas presentes nas legislações sanitárias e sua dificuldade em compatibilização com as formas tradicionais de produção. No caso da FSF do Queijo de Leite Cru de Seara a situação é simbólica:

“[...] o queijo artesanal, produzido com leite não pasteurizado, por exemplo, existe um mercado informal bastante aquecido justamente porque o queijo é feito daquela forma, sem pasteurização, respeitando os costumes dos colonos, o saber-fazer. Se o produtor se adequar a todas as normas sanitárias, o queijo não será mais o mesmo e o consumidor que busca aquele queijo produzido naquelas condições não mais será atendido²⁰(FSF3)”.

O mesmo argumento poderia ser adaptado ao tratarmos de outros produtos, em que a contemplação de todos os requisitos para regularização impediria a manutenção da produção de determinado produto e a salvaguarda de determinado patrimônio agroalimentar. O saber fazer de um produto está diretamente conectado ao padrão tecno-produtivo de cada uma destas RAA e estas técnicas, por sua vez, são transversais às demais categorias analíticas.

Segundo Gazolla e Schneider (2017), as RAA configuram contramovimentos às instituições estabelecidas pelo agronegócio convencional, manter ativas e resgatar rotinas produtivas tradicionais torna-se um aspecto de resistência. Conforme MF9, ao tratar da relevância da identidade *sateré-mawé* nos processos produtivos vinculados à FSF do *Waraná*, é necessário uma constante resistência a incentivos externos. Para FSF1, sobre a mesma questão, essa etnia resiste à pressão de Embrapa²¹ e Inbev²² durante anos, diante do avanço de

20 Existe uma lei estadual, 17.486/2018, no estado de Santa Catarina, que permite a produção de queijo produzido com queijo não pasteurizado. Entretanto, até a data final da escrita deste documento, ela não havia sido regulamentada. O envolvimento do MSF e da FSF do Queijo Artesanal de Leite Cru de Seara no processo de aprovação desta lei está registrado a seguir.

21 Empresa Brasileira de Agropecuária.

22 Empresa multinacional belgo-brasileira do ramo de bebidas e cervejas.

áreas de produção de variedades clonadas de guaraná, de alta produtividade, que podem avançar sobre os guaranazais nativos.

Nesse caso específico, a cidade na qual está instalada a terra indígena da FSF da etnia *Sateré-Mawé*, Maués, existe um projeto de Identificação Geográfica de Origem ao qual os indígenas buscam, por meio jurídico, não incorporar o que chamam de “seus guaranazais sagrados”. Em outra Fortaleza, também estabelecida em comunidade indígena (FSF do Pequi do Xingu) existe um processo semelhante de identidade da comunidade no padrão tecno-produtivo. Ali, a comunidade vem operacionalizando um processo de reflorestamento a partir de mudas nativas selecionadas e manejadas de forma tradicional e ancestral. Beber do passado para estabelecer seus processos corrobora com o corpo teórico institucionalista original, qual seja, a maneira como os indivíduos institucionalizam a forma de fazer as coisas é lenta, gradual e forjada em hábitos (AGNE; CONCEIÇÃO, 2018).

Com posse da análise acerca das categorias analíticas inferimos que, nessa amostra de RAA, três principais hábitos representam repertórios de comportamento e ferramentas para responder à estrutura institucional: o Hábito de Valorização do Tradicional, o Hábito de Reivindicação, e o Hábito de Coletivismo.

A identificação dos hábitos

Hábito de valorização do tradicional, o hábito de reivindicação, e o hábito de coletivismo são repertórios de comportamento que, embora variem conforme as condições de cada uma das RAA estudadas, são comuns a todos os coletivos e possuem origens próximas. Surgem em diferentes contextos e a partir de diferentes incentivos. Essas manifestações podem ser codificadas e assimiladas pelos indivíduos de mesmo campo e esse processo de assimilação e geração de consenso é o caminho percorrido para a sua institucionalização (HODGSON, 2007). Os conceitos de CRD, TS e HS corroboram a essa constatação.

O hábito de reivindicação é identificado ao passo que o padrão competitivo dos sistemas agronegociais não é assimilado por uma imensa parte de produtores rurais brasileiros (WILKINSON, 2008; BUAINAIN *et al.*, 2013). Essas RAA reivindicam por inclusão e compatibilidade de tratamento. Já o hábito de valorização do tradicional se expressa na busca por resistência desses coletivos diante das instituições convencionais. O hábito de coletivismo se institucionaliza por meio da identificação de que a ação coletiva de pequenos produtores contribui na qualificação de seus campos. (MAGALHÃES, 2007; WILKINSON, 2008; SCHNEIDER; FERRAI, 2015). A interação entre esses hábitos e as categorias estudadas pode ser compreendido no Quadro 2.

Por meio da leitura do quadro intencionamos gerar inferências que sumariem a dinâmica institucional compreendida nas RAA analisadas. Sendo assim, quando um entrevistado, representante de comunidade indígena, explana sobre a interação entre comunidades indígenas e mercados/tecnologias do “homem branco”, com a justificativa de que este fenômeno fortalece suas condutas de luta por território e salvaguarda cultural, identificamos os três hábitos em ação. Ao analisarmos a dinâmica das FSF, verificamos a emergência do hábito da reivindicação, pelo direito ancestral da permanência e uso do seu território ou pela regularização dos seus processos produtivos tradicionais. Deste hábito, deriva o hábito do coletivismo, institucionalizado na forma organizacional em que os indivíduos mantêm seus laços territoriais e/ou étnicos unidos. E o hábito da valorização do tradicional reflete na forma como estes agentes interagem com novas tecnologias sem abolir seus costumes.

Quadro 2 – Categorias analíticas e a identificação dos hábitos nas FSF brasileiras

Categorias Analíticas	HÁBITO DE VALORIZAÇÃO DO TRADICIONAL	HÁBITO DE REIVINDICAÇÃO	HÁBITO DE COLETIVISMO
Aprendizagem	Conhecimento tácito, ancestral, tradicional; Importância da transmissão entre gerações; Transmissão não formalizada e de forma permanente.	Respeito e resgate ao conhecimento tradicional Resistência a novos conhecimentos.	Importância dos jovens como elo entre o tradicional e o moderno; Reuniões/encontros informais.
Formas de Organização	Organização social refletida nas organizações produtivas.	Fortalecimento de pautas, desenvolvimento de alianças.	Famílias, grupos informais, laços culturais, associações.
Formas de Comercialização	Feiras, relações de proximidade, cadeias curtas.	Busca por percepção dos valores tradicionais; Demanda por abertura/manutenção de mercados institucionais.	Cooperativas, associações, consórcios.
Leis e Normas	Patrimônio Agroalimentar	Normas sanitárias; Questão fundiária/agrária.	Composição de parcerias com outros grupos de produtores e entidades da sociedade civil.
Padrão Tecno-Produtivo	Comunhão entre técnicas tradicionais e hodiernas.	Resistência às novas tecnologias.	Cooperativismo, associativismo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Hábitos são replicadores institucionais (HODGSON; KNUDSEN, 2010), sua importância na transmissão para novas gerações e manutenção de seus arcabouços culturais torna-se fundamental para a compreensão da dinâmica institucional das FSF. Sendo assim, chegamos a esses repertórios bastante

evidentes, quais sejam os hábitos evidenciados que mais se reproduzem nessas comunidades, sendo assimilados ao longo de anos a partir do contexto histórico-cultural de cada coletivo. Destaca-se o fato de que, a parte das diferenças nas trajetórias dessas RAA, os três hábitos se mantêm vigentes em suas dinâmicas institucionais.

Considerações finais

Os três hábitos identificados são espécies de “pacotes” de comportamento, formas de reação diante dos incentivos e constrangimentos institucionais enfrentados pelo campo. Transcendendo tais evidências empíricas com o referencial teórico utilizado, sua emergência está relacionada à interação entre aspectos próprios dos indivíduos reagindo aos contextos institucionais (HODGSON, 2010).

RAA representam movimentos críticos aos sistemas agroalimentares convencionais e a triangulação desses hábitos com o arcabouço teórico das RAA permitiu-nos contribuir para o entendimento da dinâmica institucional dessas redes. A identificação de organizações de apoio a essas redes, na maior parte provindos da sociedade civil, estão amplamente caracterizadas na literatura das RAA. O próprio MSF, ao se contrapor à ascensão do *fast food*, está repetindo uma informação que visa valorizar aspectos tradicionais de sistemas agroalimentares.

Operacionalizando nosso esquema analítico que se sustenta na CRD (HODGSON, 2003), a partir de incentivos externos os agentes reagem. Neste cenário fica evidente que os incentivos externos cursam com a ascensão da padronização agroalimentar industrializante, a redução dos ganhos dos pequenos agricultores, e a necessidade de buscar novas formas de qualidade nos alimentos (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000). Essa reação vem sendo suficientemente potente para ser repetida de forma habitual, configurando a institucionalização das RAA como resposta desses coletivos.

Encontramos compatibilidade entre o quadro teórico-conceitual proposto para a realização de uma análise institucionalista em RAA e o próprio objeto de análise (sua dinâmica institucional). Acreditamos que TS e HS serviram enquanto ferramentas operacionais de uma análise institucional amparada no conceito de CRD. Tendo os hábitos enquanto replicadores institucionais que carregam informações ao longo do tempo (SAMPAT; NELSON, 2001) e sabendo que rotinas produtivas também o são, uma vez que replicam informações e guiam comportamentos, podemos incorporar tais conceitos no contexto das RAA, estruturas complexas e inseridas em lógicas produtivas. O conceito de TS foi fundamental pois permitiu-nos abordar o conjunto de ações ou procedimentos demandados para as atividades produtivas (SAMPAT;

NELSON, 2001). Hodgson (2010) indica que para o entendimento de sistemas complexos de interação seria profícuo compreender como as informações são passadas de uma entidade para outra e porque algumas entidades são mais bem sucedidas nesses processos. O uso da HS se deu nesse sentido, a fim de compreender os processos de cooperação e liderança das ações.

Colocamos este estudo à disposição no intuito de contribuir à formação de uma nova ontologia sobre as mudanças institucionais, com enfoque em desenvolvimento, e atualizando a análise institucional Vebleniana. De mesma sorte, nossa amostra representa um grupo específico de RAA, conectadas ao MSF pelo Projeto Fortalezas. Sendo assim, novas investigações acerca dessas estruturas relacionais podem utilizar o esquema analítico proposto, adaptando-o ao objeto em questão.

REFERÊNCIAS

AGNE, C. L. ; CONCEIÇÃO, O. A. C. . Dos hábitos às instituições: proposições analíticas e metodológicas na Economia Institucional de Thostein Veblen. **REDES** (SANTA CRUZ DO SUL. ONLINE), v. 23, p. 358-385, 2018.

ALLEN, P; FITZSIMMONS, M.; GOODMAN, M.; WARNER, K. Shifting plates in the agrifood landscape: the tectonics of alternative food initiatives in California. **Journal of Rural Studies**, 19, 61-75. 2003

BRUNORI G. **Local food and alternative food networks**: a communication perspective. *Anthropology of food* [Online], S2, 2007.

BUAINAIN, A. *et al.* Sete teses sobre o mundo rural brasileiro, **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano 22, n. 2, p. 105-121, abr./jun. 2013.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 85-105, abr. 2007.

DATHEIN, R.; PEREIRA, A. J.; Processo de aprendizado, acumulação de conhecimento e sistemas de inovação: a “co-evolução das tecnologias físicas e sociais” como fonte de desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 11, n. 1 jan./jun. p. 137-166, 2012.

DIMAGGIO, P. “Interest and agency in institutional theory”. *In*: ZUCKER, L. (Ed.). **Institutional patterns and organizations**: Culture and environment Ballinger Publishing, Massachusetts. 1988. p. 3-21.

DORIGON, C. **Mercados de produtos coloniais da região oeste de Santa Catarina**: em construção. 2008. 437 f. Tese (Doutorado - Ciências em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FLIGSTEIN, N. **Fields, Power and Social Skill**: A critical analysis of the New Institutionalisms. *International Public Management Network*, v. 9, p. 227-253, 2008.

FLIGSTEIN, N. **Social Skills and Theory of Fields**. Conference of Power and Organization, University of Hamburg, Hamburg, out. de 1997.

FLIGSTEIN, N. **The Architecture of Markets**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas**: Negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre, UFRGS, 2017.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Conhecimentos, produção de novidades e transições sociotécnicas nas agroindústrias familiares. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, p. 179-194, 2015.

GENTILE, C. **Slow Food na Itália e no Brasil, projetos e processos de valorização cultural**. Tese (doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Brasília. Brasília 2016.

GOODMAN, D. Editorial: the quality turn and alternative food practices: reflections and agenda, **Journal of rural studies** 19, p. 1-7, 2003.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**. v. 91, n. 3, p. 481-510, nov. 1985.

GRANOVETTER, M. The streight of weak ties. **The American Journal of Sociology**. v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

HASSANEIN, N. Locating food democracy: Theoretical and practical ingredients. **Journal of Hunger and Environmental Nutrition**, n. 3, p. 286-308, 2008.

HODGSON, G. M. Choice, habit and evolution. **Journal of Evolutionary Economics**. 2010.

HODGSON, G. M. **Institutions and Individuals**: interaction and evolution. European Group for Organization Studies. February, 2007b.

HODGSON, G. M. On the evolution of Thorstein Veblen's evolutionary economics. **Cambridge journal of economics**, v. 22, n. 4, p. 415-431, 1998.

HODGSON, G. M. Reconstitutive Downard Causation: Social structure and the development of individual agency. *In*: FULBROOK, E. **Intersubjectivity in Economics**: agents and structures. Routledge. London and New York, 2003.

HODGSON, G. M. The revival of Veblenian Institutional Economics. **Journal of Economic Issues**. v. XLI. n. 2, June, 2007a.

HODGSON, G. M. What are institutions? **Journal of Economic Issues**. v. XL, n. 1, marc. 2006.

HODGSON, G. M. What is the essence of institutional economics? **Journal of economic issues**, v. 34, n. 2, p. 317-329, 2000.

HODGSON, G. M.; KNUDSEN, T. **Darwin's conjecture**: The search for general principles of social and economic evolution. University of Chicago Press, 2010.

ILBERY B.; MAYE D. Alternative (shorter) supply chains and specialist livestock products in the Scottish-English border. **Environment and Planning A** 37, p. 823-944, 2005.

JAROSZ, L. The city in the country: Growing alternative food networks in Metropolitan areas. **Journal of rural studies**, v. 24, n. 3, p. 231-244, 2008.

LOPES, H. C. ; CONCEIÇÃO, O. A. C. . A inflação e os Planos Cruzado e Real: uma interpretação institucionalista. **Economia e Sociedade** (UNICAMP. Impresso), v. 25, p. 147-172, 2016.

MAGALHÃES, R. S. Habilidades sociais no mercado de leite. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 2, p. 1-11, 2007.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MORGAN, K.; MARSDEN, T.; MURDOCH, J. **Worlds of food**: Place, power and provenance in the food chain. Oxford: Oxford University Press, 2006.

NELSON, R. R. On the uneven evolution of human know-how. **Research Policy**, v. 32, n. 6, p. 909-922, 2003.

NELSON, R. R.; NELSON, K. Technology, institutions, and innovation systems. **Research Policy**. 31, 265-272, 2002.

NELSON, R. WINTER, S. G. **An evolutionary theory of economic change.** Cambridge, Mass.: Harvard University, 1980.

NIOSI, J. **National System of innovations are “x-efficient” (and x-effective).** Why some are slow learners. *Research Policy*, 2002.

OLIVEIRA, D. C. **Comida, carisma e prazer:** um estudo sobre a constituição do Slow Food no Brasil. Tese (doutorado no Instituto de Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

PASCUCCI S, S. Governance structure, perception and innovation in credence food transactions: The role of food community networks. *Int. J. Food System Dynamics, Naples*, v. 3, p. 224-236, 2010.

PLOEG, J.D. van der. *et al.* Rural Development: From Practices and Policies Towards Theory,” *Sociologia Ruralis*, v. 40, p. 391-408, 2000.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares.** Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

POLANYI, K. **A grande transformação – as origens da nossa época.** Rj: Campus, [1944] 2000.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning*. v. 35, p. 393-410, 2003.

RENTING, H.; et al, A. Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, v. 19, n. 3, p. 289-307, 2012.

SAGE, C. The interconnected challenges for food security from a food regimes perspective: Energy, climate and malconsumption. *Journal of Rural Studies*, v. 29, p. 71-80, 2013.

SAMPAT, B.; NELSON, R. R. Las instituciones como factor que regula el desempeño económico. *Revista de Economía Institucional*, n. 5, Segundo Semestre, 2001.

SCHNEIDER, S. D. L. FERRARI. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o Processo de Relocalização da Produção Agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras**, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.

SCHUMPETER, J. A. O Processo da Destruição Criadora. *In*: SCHUMPETER, J.A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1984.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1989.

SLOW FOOD. **Bem-vindos ao nosso mundo**. O manual. Bra (Cn): Slow Food, 2013.

SONNINO, R.; MARSDEN, T. 'Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe', **Journal of Economic Geography** 6, p. 181-199, 2006.

VEBLEN, T. B. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. (1. ed. 1899). São Paulo: Pioneira, 1965.

VEBLEN, T. B. **The instinct of workmanship and the state of industrial arts**. (1. ed. 1914) New York: Viking Press, reimp. 1937.

VEBLEN, T. B. Why is economics not an evolutionary science. (1. ed. 1898). **Cambridge Journal of Economics**, v. 22, p. 403-414, 1998.

WHATMORE, S; STASSART, P; RENTING, H. What's alternative about alternative food networks?., **Journals Sagepub**, p. 389-391. 2003.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Série Estudos Rurais, 2008.

ZELIZER, V.A. Human values and the market: the case of life insurance and death in 19th-century America. *In*: GRANOVERTER, M.; SWEDBERG, R. **The sociology of economic life**. Boulder/San Francisco/Oxford: Westview Press, 1992, p. 285-304.

TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS ATIVIDADES DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NO RIO GRANDE DO SUL - RS

Chaiane Leal Agne

Introdução

Apesar de se constituírem como práticas tradicionais relacionadas à história e à cultura da agricultura familiar, as atividades de processamento de alimentos tiveram repercussão nos âmbitos acadêmico e político somente a partir da década de 1990. Neste período, destaca-se a emergência de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, dentre elas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Tal política pública sofreu mudanças ao longo do tempo, incluindo outras linhas e objetivos para viabilizar atividades e construir alternativas de renda para os agricultores.

No conjunto das evoluções, o incentivo às atividades de processamento de alimentos era uma das opções que consistia no fomento à agregação de valor, por meio do estímulo à compra de equipamentos, máquinas e investimentos na estrutura física. Posteriormente, na década de 2000, outras políticas públicas foram construídas com a ideia de ir além do acesso ao crédito, com a criação de canais de comercialização, e, sobretudo, com a oferta de suporte técnico às famílias, especialmente nas etapas de fabricação desses alimentos. Dentre elas destacam-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No Rio Grande do Sul, o Programa Sabor Gaúcho é um dos principais exemplos, desenvolvido com a finalidade de viabilizar o registro sanitário das agroindústrias da agricultura familiar.

Apesar dos avanços, a discussão acadêmica indica limitações da agricultura familiar em produzir de acordo com os regramentos constantes nas legislações agroindustriais. Os autores também destacam o acesso desigual das famílias nos programas e políticas públicas (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007, WESZ JÚNIOR, 2000, GAZOLLA, 2012, CRUZ, 2012). Tais limitações estão relacionadas às características das atividades de processamento da agricultura familiar, cuja produção é desenvolvida em pequena

escala, muitas vezes na própria cozinha, com a reprodução de práticas industriais tradicionais. Nesse sentido, o investimento na “agroindústria” exige uma série de mudanças no âmbito organizacional e familiar, podendo deixar de ser um atrativo para alguns agricultores, especialmente para o público que comercializa apenas o excedente da produção. Assim, muitas famílias ainda produzem em pequena escala e sem registro nas normas formais de sanidade (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007, WESZ JÚNIOR, 2009, AGNE, 2010, GUIMARÃES, 2011, CRUZ, 2012). No ano de 2012, a estimativa do número total de agroindústrias informais era de 8.610, sendo que apenas 560 estavam formalizadas. Atualmente, o Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) conta com mais de 3.629 cadastros, com 1.419 certidões ativas (RIO GRANDE DO SUL, 2020). No que se refere aos canais de comercialização, os alimentos são escoados para o mercado local, cuja produção relaciona atributos como cultura, história e artesanato (AGNE, 2010, GAZOLLA, 2012, CRUZ, 2012).

É importante mencionar que os programas e as políticas públicas de Desenvolvimento Rural são instrumentos dependentes de um conjunto de ações e interações locais, as quais dinamizam e condicionam o acesso e a participação. Nesse contexto, os agricultores familiares recebem orientações dos agentes locais, responsáveis pelo papel de articulação das políticas públicas. Nesse sentido, embora os estímulos à transformação nas atividades de processamento de alimentos estejam ancorados nos regramentos dos programas e das políticas públicas, as formas como as ações locais são construídas e influenciam tais mudanças ganham destaque como foco para investigação.

No Rio Grande do Sul, uma série de famílias realizou investimentos na área da produção, obteve registros para a fabricação dos alimentos, inseriu-se nos mercados institucionais, especializou as suas atividades produtivas. Os agricultores ainda adotaram inovações, transformaram o ambiente da produção de alimentos e modificaram as receitas do processamento. No entanto, tais mudanças não foram uniformes à realidade de todas as famílias, especialmente daquelas que mantiveram as suas produções e mercados de maneira informal. Além disso, questiona-se em que medida tais regras e mudanças condicionam ou determinam novos hábitos de comportamento e pensamento na realidade da agricultura familiar. Assim, há lacunas para compreender as mudanças institucionais, especialmente identificar quais são os fatores que orientam às famílias a modificarem a maneira como elas interpretam e conduzem as atividades de processamento de alimentos.

No âmbito do Desenvolvimento Rural, esse foco permite compreender a própria heterogeneidade da agricultura familiar, incluindo a análise sobre as trajetórias, as quais permitem entender a história e projetar os rumos que

orientam as mudanças. Dentre as possibilidades teóricas no escopo da economia institucional, a *Original Institutional Economy (OIE)* aproxima-se, epistemologicamente, da proposta analítica do presente artigo. Para a OIE, as instituições são interpretadas pelo conjunto de pensamentos e comportamentos dos indivíduos, e, são transformadas pelas ações humanas, por meio de mecanismos de herança, seleção e variação (VEBLEN, 1987). As instituições são interpretadas por meio de um processo em evolução, pois elas são modificadas pelos indivíduos ao longo do tempo. A evolução nem sempre é um resultado eficiente, podendo ser, inclusive, uma mudança para uma condição ineficiente. Portanto, envolvem tanto os hábitos humanos que são formalizados em políticas, leis e contratos quanto os comportamentos guiados pela cultura, tradição e costumes. Além disso, não há uma divisão entre instituições formais e informais, uma vez que a análise comportamental considera que os indivíduos são motivados por diferentes regramentos, especialmente quando eles são ou estão cristalizados socialmente. As instituições são, portanto, resultados de construções sociais, que ordenam, selecionam e reproduzem ações coletivas. Quanto às mudanças institucionais, os indivíduos as transformam no plano coletivo, utilizando mecanismos de herança para selecionar hábitos que se adaptam aos diferentes contextos e necessidades, condicionados pela sua natureza multifacetada. Neste processo, os hábitos são as próprias instituições, pois elas formam e caracterizam os indivíduos nas suas interações e vice-versa (HODGSON, 1993).

O presente artigo está estruturado em cinco partes, contando desta introdução. Na próxima seção será apresentada a metodologia da pesquisa, com uma breve contextualização da região do estudo. Os resultados e discussões serão apresentados na terceira e na quarta seção. Na quinta seção serão apresentadas as considerações finais.

Metodologia

Quanto à característica, a pesquisa é quali-quantitativa, sendo que foram utilizados diferentes técnicas e instrumentos descritivo-analíticos, tanto para a coleta quanto para a organização e análise dos dados. Foram entrevistadas 64 famílias consideradas como agricultores familiares e que processam alimentos no período de Agosto a Novembro de 2012. Tendo em vista captar a diversidade institucional, foram selecionadas quatro regiões distintas do Rio Grande do Sul, a saber: Hortênsias, Metropolitana, Sul e Jacuí Centro, pertencentes aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), conforme as informações constantes na Tabela 1, apresentadas a seguir. Tais regiões foram escolhidas porque apresentam características diversas referentes aos perfis das

famílias nas atividades de processamento de alimentos, especialmente sobre os aspectos históricos, sociais e econômicos.

Tabela 1 – Características das regiões e dos municípios selecionados para a pesquisa

Região	Municípios selecionados	Características
Corede Jacuí Centro	Cachoeira do Sul e Restinga Seca	Baixo número de organizações sociais rurais Atividade desenvolvida de maneira informal
Hortênsias	Gramado e Nova Petrópolis	Atividades turísticas, políticas locais para promover as atividades de processamento de alimentos Atividade desenvolvida de maneira formal e informal
Metropolitana	Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul e São Leopoldo	Proximidade entre governo local e agricultores familiares, favorecendo o acesso às políticas Atividade desenvolvida de maneira formal e informal
Sul	Morro Redondo, Pelotas e São Lourenço do Sul	Número expressivo de organizações sociais específicas de agricultores familiares Atividade desenvolvida de maneira formal e informal

Fonte: Elaborado pelos autores, informações da pesquisa (2012).

Além dos estudos exploratórios nas regiões e localidades pesquisadas, foram utilizadas entrevistas testes, semiestruturadas e em profundidade, observações e diários de campo como técnicas de coleta de dados. As informações sobre as famílias foram obtidas através dos contatos com órgãos públicos e lideranças locais ligadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural. Ademais, foram realizadas visitas às feiras de comercialização dos municípios e em organizações sociais, especialmente em cooperativas e associações. As famílias foram selecionadas de forma dirigida, não aleatória, respeitando a captação da diversidade social. Não foi definido, *a priori*, o número de famílias que seriam entrevistadas. No entanto, foi utilizada a técnica de saturação, onde o número de informantes depende da profundidade das respostas, qualidade, recorrência e divergência das informações.

Tendo em vista preservar a identidade dos entrevistados, cada família foi identificada com um número, de acordo com a ordem em que aconteciam as entrevistas. As famílias foram selecionadas mediante a adoção de critério de conveniência, que objetivou identificar o público-alvo que participaria da pesquisa, que deveria apresentar as seguintes características: a) o desenvolvimento

de, no mínimo, um tipo de produto/alimento industrializado e b) a vinculação com a definição de agricultura familiar, ou seja, gestão das atividades de produção, processamento e comercialização coordenadas pela família.

Com o auxílio de um formulário semiestruturado, foram realizadas entrevistas com os componentes que poderiam representar a família (unidade de análise), especificamente aqueles envolvidos nas atividades de processamento de alimentos. O formulário semiestruturado foi composto de três partes, que contemplou a caracterização socioeconômica da família, o perfil e a trajetória das famílias nas atividades de processamento e as políticas públicas: acesso, informação, interpretação e expectativas.

Para a análise dos dados, foram utilizadas duas ferramentas qualitativas (análise de conteúdo e tipologia) e uma quantitativa: escala *Likert*. A análise de conteúdo é caracterizada, segundo Rey (2002, p. 143), como “uma técnica que se apóia na codificação da informação em categorias para dar sentido ao material estudado”. Tem o objetivo de descrever e analisar as mensagens, a partir das etapas: categorização, inferência, descrição e interpretação. Como unidade de análise, optou-se pelo uso da unidade de registro, que correspondeu às frases geradas nas entrevistas. Outra ferramenta utilizada foi caracterizada pela construção de tipologias, que teve o objetivo de diferenciar os diferentes perfis (grupos) de famílias. Tal técnica consistiu no emprego de 4 fases distintas (KLUGE, 2000, p. 5): a) desenvolvimento de dimensões analíticas relevantes; b) agrupamento de casos e análise de regularidades empíricas; c) análise das relações significantes e construção dos tipos; e d) caracterização dos tipos construídos. A escala *Likert* foi utilizada como uma ferramenta complementar à análise dos dados, tendo em vista quantificar as interpretações das famílias sobre as políticas públicas. Para a análise institucional, foi necessário realizar o cruzamento das respostas, com a finalidade de encontrar semelhanças quanto às interpretações, portanto, coletiva.

Os métodos foram utilizados conjuntamente, por meio de técnicas de triangulação, complementando as lacunas de análise sobre os objetivos da pesquisa.

Tipologia de trajetórias: perfis da agricultura familiar nas atividades de processamento de alimentos

Com a finalidade de retratar a diversidade das trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos, foi elaborada uma tipologia, tendo como base 5 características: início das famílias na atividade (origem

do saber), as mudanças técnicas²³ ao longo do tempo e os aspectos atuais (frequência da atividade, objetivos e uso de matéria prima).

A Figura 1, a seguir, sintetiza as diferenças nas trajetórias dos diferentes grupos de famílias que estão envolvidos nas atividades de processamento de alimentos no RS. As famílias identificadas como pertencentes à “**Trajatória I**” são agricultores que herdaram os conhecimentos técnicos dos pais e/ou avós, aperfeiçoando os saberes por meio da realização de cursos de capacitação na área produtiva e sanitária. Também fizeram mudanças nos locais de processamento (estrutura física), com a aquisição e/ou substituição de equipamentos. Atualmente, as famílias desse grupo utilizam a produção agropecuária própria e/ou de terceiros para processar alimentos, ao longo de todo o ano, sem interrupções. O espaço físico utilizado para a atividade é delimitado e o objetivo principal do grupo é a geração de renda. Os agricultores do grupo identificado como “**Trajatória II**” têm as mesmas características do grupo anterior, com exceção da origem do saber fazer e os objetivos atuais das famílias na atividade. As famílias pertencentes a esse grupo iniciaram as suas atividades após a realização de cursos técnicos, aperfeiçoando, ao longo do tempo, os aprendizados sobre as etapas produtivas. Os cursos técnicos de capacitação foram oferecidos pelos agentes técnicos e de extensão rural, da localidade e da região. Atualmente, os principais objetivos dessas famílias é diversificar o portfólio de produtos e de renda.

Sobre a “**Trajatória III**”, as famílias desse grupo iniciaram da mesma forma que os agricultores que compõem o grupo Trajetória I, ou seja, por meio de conhecimentos herdados de antepassados. No entanto, esse grupo de famílias desenvolveu mudanças significativas, tanto nos saberes técnicos herdados quanto nos locais de processamento. Atualmente, a atividade de processamento de alimentos é realizada no ambiente da cozinha, com a matéria-prima própria e/ou terceirizada, desenvolvida ao longo de todo o ano, sem interrupções. As famílias percebem a atividade de processamento como uma oportunidade de diversificar e agregar valor à matéria-prima ou apenas agregar valor.

As famílias do grupo denominado “**Trajatória IV**” iniciaram a atividade de processamento de alimentos da mesma forma que os agricultores pertencentes aos grupos I e III, com os conhecimentos herdados de antepassados. Sobre os aspectos evolutivos, não há mudanças técnicas nos saberes herdados e nem no local físico de processamento (características semelhantes às do grupo anterior). Atualmente, as famílias processam os alimentos na cozinha. Um dos aspectos que diferencia esse grupo dos demais se refere ao uso da

23 As mudanças técnicas correspondem às modificações na organização da produção e no espaço físico utilizado pela família para processar alimentos.

matéria-prima e à frequência do processamento de alimentos. Os agricultores desse grupo processam alimentos somente quando há excedente da produção agropecuária própria. Tais características estão relacionadas aos principais objetivos atuais das famílias, que são: conservar os alimentos e disponibilizá-los ao consumo familiar.

Figura 1 – Características das trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos (Trajetórias I, II, III e IV)

Trajetória I	Trajetória II	Trajetória III	Trajetória IV	
Gerar renda	Diversificar	Agregar valor	Conservar os alimentos, consumo familiar	Características atuais
Matéria prima própria e terceirizada, produção ao longo do ano			Matéria prima própria - excedente	
Espaço físico delimitado		Não há delimitação espaço físico		Evolução (tempo)
Incorporação de outros saberes e mudanças nos locais de processamento		Não há mudanças significativas nos saberes herdados e nos locais de processamento		
Saber antepassados	Saber técnico	Saber antepassados		Início

Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Os perfis das famílias ao longo das suas trajetórias nas atividades de processamento de alimentos, especialmente as suas escolhas em conjunto com a agricultura e pecuária são aspectos que influenciam nas mudanças institucionais. Essas mesmas características tanto podem constituir elementos que favorecem a ocorrência de mudanças institucionais (nos casos, por exemplo, em que as

famílias dão prioridade às atividades de processamento de alimentos) como podem refletir na inércia das instituições (quando o foco das famílias é desenvolver atividades da agricultura, pecuária e/ou outras ocupações). Esses elementos devem ser considerados na análise sobre as mudanças institucionais, uma vez que explicam a resistência ou tendência de algumas famílias em modificar suas interpretações e condutas na atividade de processamento de alimentos.

Sobre a herança, é conveniente destacar que, em alguns casos, as famílias herdaram de pais e avós os conhecimentos para uma determinada produção, na agricultura e/ou pecuária. Nesse sentido, algumas famílias inseridas nessa situação optam pelo foco em desenvolver a (s) atividade (s) que foi herdada (s) pelos antepassados. Essa opção, em alguns casos, também está sendo reproduzida para as próximas gerações. Além disso, essa herança está relacionada com a decisão de não priorizar as atividades de processamento de alimentos, que por sua vez, também é elemento parte do processo de resistência às mudanças institucionais.

Como acontecem as mudanças institucionais nas atividades de processamento de alimentos? A influência das políticas locais

A Tabela 2, a seguir, apresenta as principais características das mudanças institucionais desenvolvidas no âmbito das atividades de processamento de alimentos. Nesse contexto, observa-se o papel das políticas locais, que marcaram a transformação de hábitos dos agricultores. Considera-se política local toda ação planejada e executada tendo em vista modificar as atividades de processamento de alimentos, especificamente que incluem a participação dos órgãos públicos ligados à agricultura, de forma direta ou indireta. Nesse sentido, não necessariamente uma política local é caracterizada pela formalização de leis, normativas ou decretos, mas sinaliza interpretações, impõe ou negocia novos comportamentos e condutas.

Com base nas informações da Tabela 2, é possível inferir que há diversas formas pelas quais os atores interagem entre si na construção das políticas locais que orientam as mudanças institucionais. Considerando a realidade das quatro regiões estudadas, elas podem ser de três tipos: repressivas, negociadas e mercadológicas.

No entanto, na maioria dos casos, as políticas locais provocaram, primeiramente, mudanças de conduta, que levaram, posteriormente, à legitimidade, reflexão das famílias sobre essas propostas. Isso significa que as etapas de desenvolvimento das mudanças institucionais nem sempre ocorrem de forma linear e seqüencial. As mudanças podem acontecer,

primeiramente, com uma mudança de pensamento e, depois, de comportamento ou vice-versa.

Tabela 1 – Mudanças institucionais: processos e características nas atividades de processamento de alimentos, a partir da influência de ações políticas locais

Características das políticas locais	Mudanças institucionais: Situações (a), (b) e (c) (Etapas: 1, 2, 3)		
	Situações	Mudanças de conduta	Mudanças de interpretação
Políticas locais impositivas (10 famílias)	(a)	1) Modificação do local processamento e regramento dos ambientes das feiras	2) Legitimação das mudanças, reprodução do regramento, mesmo após a troca do governo local 3) Legitimação da padronização: construção da imagem, identificação do grupo e dos produtos frente aos consumidores
	(b)	1) Modificação do ambiente produtivo, de acordo com as normas formais sanitárias	2) Legitimação das mudanças após o crescimento e maior inserção dos produtos nos mercados 3) Retorno aos antigos hábitos de produção e comercialização, pela inviabilidade do investimento
Políticas locais negociadas (24 famílias)	(a)	1) Modificação do local de processamento, organização produtiva	2) Legitimação dessas mudanças, já que elas foram construídas, adaptadas e “negociadas” às realidades, especificidades locais
	(b)	1) Organização e apresentação da propriedade, processo produtivo e produtos (grupo rural turístico) 3) Rupturas das relações e das mudanças institucionais, término do projeto da rota turística	2) Emergência de hábitos diferenciados na negociação e na recepção aos clientes
	(c)	2) Construção/adaptação de espaços produtivos e ambiente processamento, padronização, apresentação dos produtos 3) Certificação coletiva/participativa/consolidação da imagem do grupo aos consumidores.	1) Reflexão sobre mudanças na atividade, investimento na atividade de processamento de alimentos - construção de uma identificação comum do grupo

continua...

Características das políticas locais	Mudanças institucionais: Situações (a), (b) e (c) (Etapas: 1, 2, 3)		
	Situações	Mudanças de conduta	Mudanças de interpretação
Políticas locais mercadológicas (17 famílias)	(a)	2) Mudanças no ambiente produtivo e comercial: especialização de produtos, horário da feira e recepção aos clientes	1) Reflexão sobre os mercados: preferências, horários de compra, ambiente produtivo e práticas de negociação

Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Notas: Considerando as três formas de políticas locais, 10 famílias modificaram as suas instituições por meio de políticas repressivas, enquanto 24 famílias transformaram seus hábitos por meio de políticas negociadas e 17 famílias por meio de ações coletivas. As demais famílias entrevistadas (13) não modificaram as suas instituições.

Políticas locais impositivas e as regras nos processos de mudanças institucionais

As mudanças institucionais desenvolvidas a partir da construção e legitimação de regras formais constituem a principal característica das políticas locais impositivas. Em algumas localidades, os órgãos locais e agentes técnicos e de extensão rural impuseram às famílias a modificação de suas instalações e a maneira como desenvolviam as suas atividades de processamento de alimentos. Algumas, não aceitando essa repressão, interromperam as suas produções e passaram a dedicar-se a outras atividades. Outras, na ausência de opções para conduzir a “agroindústria”, passaram a incorporar uma série de medidas, tendo em vista adequar os seus modos de produção aos regramentos de sanidade. Tal regramento foi proposto pelos governantes locais e consistia no emprego de técnicas e modos de produção, que fossem, no mínimo, mais próximos às normas sanitárias de higiene do município e região.

Na época, os agricultores relataram que não haviam entendido a proposta conduzida pelos governantes locais, especialmente representados pelo secretário de agricultura na época (1999). Muitos deles incorporaram algumas mudanças de forma insegura, de maneira obrigatória. No entanto, o secretário de agricultura era um professor universitário, com histórico de pesquisas realizadas na comunidade rural. Durante algum tempo, o professor realizava visitas à zona rural do município, com o objetivo de coletar dados e informações para desenvolver trabalhos científicos.

Desde o primeiro ano de mandato, o “novo” secretário promoveu reuniões com os agricultores, nas quais desenvolveu uma série de regramentos para as famílias, especialmente para formalizar a atividade de processamento de

alimentos e produtos, incluindo os ambientes produtivo e comercial. Dentre as mudanças no ambiente produtivo, estavam incluídas as modificações das instalações, cujas estruturas físicas deveriam estar registradas ou mais próximas dos parâmetros exigidos pela vigilância sanitária. Quanto ao ambiente comercial, foram construídas regras formais coletivas, que tiveram como objetivo padronizar as feiras locais: as bancas (mesas onde são expostos os produtos) deveriam ser fabricadas de acordo com um modelo, com medidas pré-definidas. As cores das bancas, o uso de uniformes e crachás eram outros elementos que constavam nas regras, que tinham como objetivo diferenciar os agricultores dos demais feirantes, especialmente os feirantes que não produzem, apenas comercializam produtos da agricultura e pecuária mediante relações com terceiros (Figura 2). As embalagens dos produtos, o uso de telas protetoras nos alimentos e o horário de abertura da feira foram os outros aspectos definidos.

Todas essas modificações foram acompanhadas de um processo de modificação institucional, uma vez que houve a reflexão, por parte das famílias, sobre a maneira como estas estavam produzindo e comercializando seus produtos. Atualmente, por exemplo, o secretário de agricultura não faz mais parte do governo atual, mas as famílias ainda consideram importante manter o regramento na organização das feiras. O reconhecimento da padronização também é operacionalizado pelo uso do mesmo veículo de transporte, uma Kombi de cor branca (Figura 2). Os agricultores entendem que a padronização na apresentação de seus produtos constitui uma maneira de construir uma boa imagem para o consumidor, além de ser uma forma como as famílias identificam-se uma com as outras, reproduzindo hábitos de identificação coletivos, como pode ser observado no depoimento:

[...] o secretário de agricultura era exigente, na qualidade, na apresentação. Isso abriu até mais oportunidades para a venda, até ficou melhor. [...] quando ele foi visitar a feira ele disse que a feira parecia mais um circo do que uma feira. Ele foi quem padronizou tudo, tamanho da banca, crachás, jalecos. [...] e ele fiscalizava as feiras, cobrava muito. E foi bem melhor assim” (Família 2, Trajetória I).

Figura 2 – Feiras dos municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo: padronização da apresentação



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

O não entendimento das famílias (no período inicial), por sua vez, está relacionado ao próprio processo pelo qual as instituições podem influenciar as condutas humanas (FLIGSTEIN, 2007, p. 64, grifo nosso), uma vez que “as instituições podem afetar as situações dos atores com ou sem consentimento ou compreensão”. Contudo, essa não legitimidade, no período inicial, não pode ser caracterizada como mudança institucional. As mudanças institucionais só acontecem quando os atores sociais dão legitimidade às formas de comportamento, tal como enfatiza DACIN *et al.*, 2002, p. 47 (tradução nossa): “a criação, a transformação e a reprodução das instituições requerem legitimidade. A legitimidade é o elemento central para compreender porque instituições alternativas são mais ou menos apropriadas, desejáveis ou viáveis”. Nesses casos, as famílias legitimaram as regras formalizadas no estatuto da associação de feirantes, embora tivessem a opção de não legitimá-las, mas optaram, coletivamente, por dar continuidade aos novos hábitos.

Relacionando as informações quantitativas da escala *Likert*, o grupo de famílias (pertencentes à Trajetória I) que modificou as suas instituições a partir dessa política local interpretou positivamente a atuação dos governantes locais atuais. Para 4 das 6 famílias desse grupo, os agentes técnicos e/ou de extensão rural e os atores sociais ligados aos governos locais são importantes (4) e muito importantes (5) para a atividade de processamento de alimentos. No entanto, duas visões mais críticas podem ser visualizadas nas famílias 2 e 9, as quais afirmaram que os atores sociais ligados aos governos locais eram mais importantes comparados com os atuais. Essa interpretação é justificada pela troca de governo, já que ambas as famílias preferiram a atuação do “antigo” secretário de agricultura.

Em outras situações (3 famílias), são revelados casos diferentes quanto às formas como as instituições foram modificadas, uma vez que as famílias optaram pela organização das suas estruturas produtivas conforme o regramento

sanitário, mas modificaram as suas interpretações posteriormente. As famílias retornaram aos hábitos “antigos” de produção e comercialização, optando em desenvolver formas de fabricar e vender os alimentos de maneiras similares aos que eram anteriormente realizados no início da atividade. As informações quantitativas da escala *Likert* complementam essas análises, uma vez as famílias 58 e 63 interpretaram como “razoavelmente importantes” as suas interações com agente técnico e/ou governantes locais, cuja avaliação está relacionada à perda de contato com tais atores.

Políticas locais negociadas e a proximidade social nos processos de mudanças institucionais

Nem sempre as políticas locais são desenvolvidas e operacionalizadas a partir de um “modelo de regramento formal da produção agroalimentar”. No caso das políticas locais negociadas, estas foram marcadas pela relação entre as ações técnicas e a proximidade/amizade dos agentes de extensão rural com as famílias. Outra característica referiu-se às palavras utilizadas nos discursos desses atores, especialmente quando eles se reportaram às formas como os agricultores estavam produzindo e/ou deveriam produzir os alimentos industrializados. Segundo Grillo²⁴ (1989) apud Shore e Wright (1997), os discursos tanto podem reforçar a conexão das pessoas com as outras como também podem “fechar” os indivíduos para interiorizar/entender maneiras de pensamento que são diferentes das suas. Nesses casos específicos, quando os agentes técnicos e/ou de extensão rural propuseram às famílias que realizassem mudanças nos locais de processamento dos alimentos, as frases utilizadas por eles não tiveram conotação negativa, ou seja, não foram encontradas situações marcadas pelo julgamento, tais como certo/errado; sujo/limpo. Esses elementos são aspectos-chave nos processos de mudanças institucionais, uma vez que é comum o uso de palavras que possam “desqualificar” a forma como as famílias processam os alimentos e produtos, especialmente quando elas se referem ao uso de expressões do senso comum.

Ao mesmo tempo em que os agentes técnicos e de extensão rural realizavam as propostas de mudanças, também permitiam que as famílias pudessem refletir e avaliar a relevância dessas transformações. Essas negociações podem ser compreendidas, com mais clareza, nos seguintes depoimentos: [...] aqui era uma casa velha e foi adaptada. Eu cheguei na primeira vez estava tudo numa salinha. Aí eu disse pra ela, quem sabe a gente não modifica? Tá muito apertado pra ti trabalhar nesta salinha, quem sabe não melhoramos teu local de trabalho? (**Extensionista**). [...] eu sentia falta do registro. Eles não impuseram, só perguntaram se podia legalizar, arrumar a estrutura. E, disseram

24 GRILLO, RALPH. *Social Anthropology and the Politics of Language*. London: Routledge, 1989.

que a gente podia pensar. [...] deram a ideia de transferir, adaptar e arrumar a outra peça. Eles explicaram (**Família 33**).

As mudanças institucionais que tiveram origem nessas políticas são diferentes das mudanças que foram originadas pela repressão de órgãos públicos locais (comparando com o exemplo da padronização das feiras). Embora o resultado seja muito similar, os meios foram diferentes. Essas situações revelam as formas como tais políticas influenciaram a ocorrência de mudanças institucionais no contexto de 20 famílias, que pertencem aos grupos de Trajetórias I, II, III e IV. Nessas realidades específicas, observou-se que as transformações nas interpretações e condutas das famílias na atividade de processamento de alimentos caracterizaram-se por um processo contínuo, identificado pela estabilidade da característica das interações construídas. Considerando as interpretações desse grupo de famílias segundo a escala *Likert*, as respostas variaram de 4 (Importante) a 5 (Muito Importante).

Outras políticas locais caracterizadas pela negociação foram desenvolvidas por meio da interação das famílias com as igrejas católica e luterana e também com o Centro de Atendimento ao Pequeno Agricultor (CAPA). As famílias frequentavam as igrejas com o objetivo de participar das atividades religiosas. Com o passar do tempo, em um grupo formado por 4 famílias, essas atividades foram ampliadas. Os grupos que frequentavam as igrejas eram aconselhados pelo CAPA a modificarem as suas atividades produtivas, especialmente as famílias que estavam desenvolvendo a agricultura e pecuária com o uso de insumos químicos e/ou integrados às cadeias produtivas agroindustriais (especialmente o cultivo de tabaco).

A evolução da participação das famílias nessas organizações sociais refletiu no desenvolvimento de mudanças institucionais nas atividades de processamento de alimentos. Essas mudanças estão atreladas à realização de investimentos em tais atividades, as quais, por sua vez, redirecionaram a alocação de trabalho nesse e em outros setores, já que, para 3 dessas famílias, essa atividade começou a ocupar um tempo maior e, para outras, ela tornou-se a principal fonte de renda e de trabalho.

Essas organizações e a forma como tais políticas locais foram construídas deram origem à criação de associações de famílias, as quais foram desenvolvidas com o objetivo de identificar o grupo. Esses hábitos coletivos identificam o grupo frente aos consumidores e também ao governo local, já que as famílias utilizam o nome do grupo para reivindicações. Uma das mais recentes reivindicações caracterizou-se pelo estabelecimento de um local específico para realizar a feira de comercialização dos produtos.

Desse modo, as famílias construíram os próprios espaços de comercialização dos seus produtos (Figura 3), e as mudanças de interpretação e comportamento nessa atividade foram relacionadas ao reconhecimento de identificar esses produtos e fazer investimentos na estrutura física. Outros elementos

que identificam coletivamente o grupo caracterizam-se pela utilização de rótulos padronizados e pelo compartilhamento de produtos entre as famílias (já que elas vendem os seus produtos e também os dos outros agricultores que pertencem ao grupo).

Nesse sentido, a construção das novas instituições foi caracterizada pelo desenvolvimento de regramentos que identificam as famílias entre si e as diferenciam-se ante as demais. Essas construções coletivas, que tiveram suporte da Igreja e do CAPA, deram fundamento à reflexão sobre a forma como as famílias pensam as suas atividades, especialmente a atividade de processamento de alimentos. Modificar suas estruturas produtivas, a forma como organizam seus trabalhos nessa atividade e a maneira como elas se apresentam para o público consumidor são elementos emergentes nas “novas” instituições. Além disso, essas mudanças também tiveram o suporte de um sistema de certificação orgânica de forma participativa (Figura 3). Considerando os dados quantitativos da escala *Likert*, as interpretações das famílias nesse grupo variaram de 4 (Importante) a 5 (Muito Importante). Essas interpretações estão condizentes com os dados qualitativos, pois estão relacionadas ao processo de continuidade da forma como as políticas locais foram negociadas – por intermédio da Igreja e de organizações sociais com as famílias.

Figura 3 – Identificação do suco de uva de uma família associada e a organização da feira ecológica



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Políticas locais mercadológicas: processos de mudanças institucionais interpretativos do consumo

Nessa forma de política local as intervenções de agentes governamentais e não-governamentais não influenciaram a ocorrência de mudanças institucionais de forma direta, mas, sim, de maneira indireta. Desse modo, as universidades, as igrejas, os agentes técnicos e/ou de extensão rural e as organizações forneceram

suportes para a realização de pesquisas mercadológicas, espaços de comercialização para os produtos da agricultura familiar e cursos técnicos de qualificação para o turismo rural. Essas intervenções oportunizaram as famílias pertencentes às Trajetórias I, II, III e IV obter conhecimento sobre os consumidores e realizar mudanças institucionais. Em um grupo de 4 famílias, por exemplo, os dados sobre as tendências de consumo de alimentos foram obtidos por meio do contato com universidades, organizações sociais de certificação orgânica de forma coletiva (Rede Ecovida) e organizações não-governamentais (CAPA). Assim, as famílias redirecionaram as suas produções, como, por exemplo, no que diz respeito a um investimento maior em sucos e derivados do leite:

[...] eu estou atento ao que acontece no mercado, para as gerações futuras. O mercado quer coisas prontas, não querem descascar, espremer laranja. [...] começou com a pesquisa de mercado. Chamamos a Unisinos para fazer pesquisa, para ver o que estavam consumindo. [...] o que foi visto é que tava diminuindo o consumo de citros [frutas] e tinha muitas pessoas consumindo laticínios. [...] porque tem cada vez menos pessoas vivendo em uma casa, as famílias estão pequenas (**Família 5, Trajetória II**).

Em um grupo formado por 6 famílias, houve um processo de mudança institucional oportunizado pela realização de cursos de qualificação, por meio dos agentes técnicos e/ou de extensão rural. As famílias adquiriram qualificação para preparar as suas propriedades para o recebimento de turistas e na medida em que os recebiam em suas residências, os seus hábitos foram sendo modificados. Em alguns casos, a responsabilidade de desenvolver alimentos que estivessem de acordo com os critérios básicos de higiene destacou-se como uma das principais preocupações. Outras investiram em espaços especiais de atendimento aos clientes, como quiosques, escritórios, mesas para refeições, etc. Algumas famílias ainda estão participando de parques de visitação, o que oportuniza a interação com pessoas residentes em vários locais do país e do mundo. Em algumas propriedades, há espaços também para a exposição de objetos, móveis antigos e produtos industrializados, como pode ser observado na Figura 4, a seguir.

Figura 4 – Veículo de transporte dos turistas até as propriedades rurais; interior da residência: local de refeições e degustações de produtos industrializados



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Os agricultores, inseridos nessas realidades, ao mesmo tempo em que preservam elementos históricos das famílias, também modificaram os seus hábitos ao longo do tempo, resultantes do processo de interação com os consumidores e turistas. Os depoimentos das famílias 21 e 23 retratam bem como essas mudanças aconteceram: [...] estamos acostumados com os turistas. Temos bastante contato com as pessoas. [...] meu esposo fez treinamento, um curso do SEBRAE para saber como lidar com as pessoas. [...] e ele aprendeu que em primeiro lugar são os clientes, os hóspedes **(Família 21, Trajetória III)**.

Nesse sentido, as políticas locais, inicialmente formuladas a partir de projetos governamentais locais, podem adquirir outras facetas. Quando iniciaram nesse projeto, os agricultores precisavam maior assistência. Com o passar dos anos, alguns deles “conseguiam se virar sozinhos”. Por outro lado, das 40 famílias cadastradas, somente 5 estão participando atualmente desse projeto. Essa situação pode revelar dificuldades das famílias em adequar-se às regras impostas pela política local, especialmente sobre as modificações das propriedades rurais.

Outras situações refletem a forma como os ambientes de comercialização foram modificados, acompanhados do processo de mudança institucional. O espaço de comercialização (feira local) foi cedido pelo governo local para que os agricultores comercializassem seus produtos. Porém, com o passar dos anos, as famílias se reuniram e construíram uma associação. No início, a feira funcionava no período da manhã, porém, ao longo do tempo, as famílias observaram que os consumidores tinham preferência por adquirir alimentos ao anoitecer, modificando o horário de atendimento no ano de 2007. [...] a gente percebeu que era melhor vender depois que o pessoal sai do trabalho. Tem

mais movimento, [...] e já levam os produtos para casa, aproveita o caminho do trabalho para casa (**Família 45, Trajetória III**). O grupo de feirantes ainda construiu uma imagem diferenciada da feira, utilizando identificação, uniformes e cores padronizados, conforme a Figura 5.

Figura 5 – Feira do Entardecer, mudança institucional originária de um processo de interação e observação das famílias sobre os mercados locais



Fonte: Informações da pesquisa (2012).

Os elementos que influenciam o desenvolvimento de ações coletivas e, conseqüentemente, a reprodução de um conjunto de hábitos comuns é que darão suporte para o entendimento sobre as instituições. Nessas famílias, apesar de os agentes ligados aos governos locais, órgãos de extensão rural e organizações sociais estarem presentes no desenvolvimento das atividades de processamento, foi por meio das informações e interações com os comércios que as mudanças institucionais ocorreram. Portanto, essas interações também incluem elementos de observação sobre as preferências do público consumidor. Dessa maneira, essas mudanças podem ter origem na capacidade de as famílias identificarem as vias alternativas, “as novas instituições”.

Considerações finais

Por meio das políticas locais que pode se explicar grande parte das transformações institucionais no contexto das atividades de processamento de alimentos. As mudanças mais significativas receberam influência das formas como esses agentes intervieram nessa atividade, especificamente por meio de planejamentos, ações e intervenções locais. Não há um único modelo de ação política local. Enquanto algumas intervenções foram caracterizadas pela proximidade entre as famílias e os agentes, também podem-se descrever casos em que as famílias receberam as propostas de mudanças de forma impositiva.

As atividades de processamento de alimentos estão inseridas em um conjunto de regras formais, que estão constantes no regramento da legislação

sanitária (em diferentes níveis). Essas regras da legislação sanitária, por sua vez, estimulam as formas como as políticas locais são construídas. No entanto, as leituras que os atores sociais fazem dessa atividade (especialmente os governantes locais e os agentes técnicos e/ou extensão rural) revela que há uma dificuldade em perceber as diferenças nos perfis dos agricultores que trabalham nessas atividades. Essa dificuldade, por sua vez, refletiu na exclusão de algumas famílias das políticas locais. Em algumas situações, essa exclusão significou ainda a saída de alguns agricultores dessa atividade, especialmente daqueles que não concordavam com a direção das ações tomadas pelos agentes supracitados.

Todavia, nem sempre as famílias participaram das mudanças institucionais. No caso da política “repressiva”, por exemplo, observou-se que as famílias legitimaram, *a posteriori*, as decisões tomadas pelos antigos governantes. As famílias transformaram seus olhares nessa atividade a partir do momento em que puderam visualizar o líder local como uma própria expressão da “identidade” coletiva do grupo.

Em muitas situações, as formas como os agricultores familiares produzem esses alimentos não estão relacionadas estritamente com as maneiras formais que regem a produção agroalimentar. Essa heterogeneidade nas formas de produzir e comercializar, que pode mesclar regramentos formais e elementos informais, exige dos agentes técnicos e/ou de extensão rural uma visão diferenciada, abrangente e “enraizada” nos contextos das diferentes “agriculturas familiares”.

Essa visão diferenciada está mais próxima das relações caracterizadas nas políticas locais “negociadas”, uma vez que, ao visitarem os locais onde as famílias estavam desenvolvendo as suas agroindústrias, os agentes técnicos e de extensão rural propuseram algumas mudanças de forma processual, compreendendo que as modificações nas instalações produtivas exigem tempo para que as famílias possam adaptá-las.

Nesse sentido, surgem algumas lacunas para as novas pesquisas. A primeira delas corresponde ao processo de legitimação de lideranças que conduzem as decisões para as novas instituições. As lideranças assumem posições privilegiadas de decisão e organização das atividades de processamento de alimentos, indicando possibilidades de pesquisas para compreender as diferenças de participação e a forma como influenciam na heterogeneidade institucional.

Por fim, as novas investigações que se propõem a estudar as políticas locais poderão incluir, também, as relações de poder na análise, especialmente discutindo sobre como tais interações são construídas, destruídas, preservadas e/ou legitimadas. As análises sobre esses processos podem revelar, por exemplo, as características excludentes dos processos de transformações de ideias e comportamentos nessa realidade.

REFERÊNCIAS

AGNE, C. L. **Agroindústrias rurais familiares e a rede de relações sociais nos mercados de proximidade na região Corede Jacuí Centro/RS**. 2010. 164f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CRUZ, F. T. da. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais**: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra – RS. 2012. 292f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/doutorado/PGDR_D_049_FABIANA_THOME.pdf. Acesso em: 26 jun. 2013.

DACIN, M. T.; GOODSTEIN, J.; SCOTT, W. R. Institutional theory and institutional change: introduction to the special research forum. **The Academy of Management Journal**, New York, v. 45, n. 1, p. 43-56, Feb. 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3069284>. Acesso em: 27 maio 2013.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 47 n. 2, p. 61-80, apr./jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902007000200013&script=sci_arttext. Acesso em: 11 maio 2013.

GAZOLLA, M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais**: cadeias curtas das agroindústrias familiares. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/doutorado/PGDR_D_056_MARCIO_GAZOLLA.pdf. Acesso em: 26 jun. 2013.

GUIMARAES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. da. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais** [...], Fortaleza, 3 a 6 setembro

de 2007. 1 CD-ROM. Disponível em: http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/99.pdf. Acesso em: 20 abr. 2010.

HODGSON, M. G. Institutional Economics: surveying the old and the new. **Metroeconomica**, Malden, v. 44, n. 1, p. 1-28, 1993.

KLUGE, S. Empirically grounded construction of types and typologies in qualitative social research. **Forum: qualitative social research**, Berlin, 2000. Disponível em: <http://www.qualitative-research.net/fqs/>. Acesso em: 24 jan. 2013.

REY, F. L. G. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira, 2002.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Departamento de Agroindústria familiar, Comercialização e Abastecimento. **Programas e Projetos: Política Estadual de Agroindústria Familiar**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/>. Acesso em: 2 fev. 2013.

SHORE, C.; WRIGHT, S. **Anthropology of policy: critical perspectives on governance and policy**. New York: Psychology Press, 1997.

VEBLEN, T. **A teoria da Classe Ociosa**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

WESZ JUNIOR, V. J. **As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira**. 2009. 236 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

WESZ JUNIOR, V. J. Políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: uma análise do Pronaf Agroindústria. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais [...]**, Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009. 1 CD-ROM.

**Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização**

COMPONENTES INSTITUCIONAIS DA TOMADA DE DECISÃO: uma análise de investimentos “Pronaf Mais Alimentos” na Região Celeiro/RS

*Patrícia Eveline dos Santos Roncato
João Garibaldi Almeida Viana
Marco Antônio Verardi Fialho*

Introdução

Desde o surgimento, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) promoveu diversos efeitos no desenvolvimento rural brasileiro. Contribuições como: a melhoria das condições de produção e a permanência dos agricultores no campo; aumento da oferta de alimentos; aumento da produtividade de alguns produtos; ocupação e empregos; dentre outros. Resultados esses que corroboram com o objetivo do programa e refletem positivamente em alguns indicadores econômicos e sociais de estabelecimentos rurais.

Com o propósito de uma política de crédito agrícola direcionada para o investimento da agricultura familiar, o estado inseriu, o “Pronaf Mais Alimentos”, com objetivo de fomentar a produção de alimentos e incrementar a produtividade da agricultura familiar, além de garantir produção, tecnologia e assistência técnica para os produtores. As ações desse programa se dão por meio da linha de crédito direcionada à modernização da infraestrutura das unidades produtivas e da realização de parceria com a indústria nacional, visando ofertar produtos de qualidade a preços mais acessíveis (SAF/MDA, 2017).

Referindo-se a adesão a uma política de crédito agrícola, estudos como de Zezza e Llambí (2002), Mundo Neto e Souza Filho (2005), Agne (2014), entre outros, tem buscado explicações sobre as restrições institucionais, ou ainda, como essas políticas alteram a conduta dos indivíduos. Essas análises de maneira geral identificaram que existem um conjunto de elementos que não permitem a transmissão plena dos incentivos das políticas públicas, no caso agrícolas, aos atores interessados, comprometendo também o alcance dos agricultores potenciais beneficiários.

Essas abordagens, a nível de tomada de decisão dos agricultores, observaram que muitas vezes, a adesão depende do comportamento dos atores, que pertencem ao universo do público-alvo da política. Essas restrições estariam

relacionadas à formação educacional dos atores, seus valores culturais como tradições, costumes e crenças, entre outros elementos. Com isso, a identificação dessas restrições institucionais relacionadas à política de crédito rural auxilia a compreensão do desempenho dessa política e subsidia os formuladores no sentido de torná-la mais abrangente e eficaz. Os regramentos formais, componentes dos programas e políticas públicas, são considerados insuficientes para entender as mudanças institucionais, uma vez que, a implementação e gestão das políticas públicas perpassam pelas relações informais. Dessa forma, os regramentos, quais sejam, formal e informal, devem ser considerados para compreender as instituições e a atuação dos agentes.

Por conseguinte, ao se observar o acesso ao Pronaf, as restrições institucionais formais podem ser identificadas na exigência de enquadramento na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) conforme a Lei da Agricultura Familiar, adicionado a um projeto técnico de investimento que demonstre características da propriedade, faturamento e capacidade de pagamento. Além disso, as organizações financeiras avaliam os níveis de endividamento, viabilidade de tal empréstimo e as garantias necessárias para liberação dos recursos.

Outros critérios informais estão influenciando a decisão dos agricultores, uma vez que, a partir de alguns estudos como de Machado e Miguel (2010), juntamente com observações empíricas, a maioria dos agricultores familiares não realizam formalmente um controle de custos ou um cálculo de viabilidade econômica, e dificilmente utilizam como principal critério a racionalidade econômica antes de realizar novos investimentos na propriedade. Nessa realidade da dinâmica da agricultura familiar, os pressupostos da economia neoclássica parecem insuficientes para explicar a tomada de decisão desses agentes.

Nesse sentido, identifica-se possíveis influenciadores na decisão de investir no estabelecimento, que representam componentes institucionais, como: história dos agricultores; costumes; padrões de comportamento; processos de aprendizagem e orientações de valores, analisados também por Wives (2013), Panno (2016), entre outros. Pelo aspecto produtivo, a decisão tomada é influenciada também pela possibilidade de aumento de produtividade, redução de mão de obra, tempo e penosidade do trabalho. Por outro lado, situa-se a preocupação com o endividamento, continuação da atividade pelo período financiado e a sucessão rural. São elementos relevantes no contexto de uma política pública de acesso a novos investimentos no setor agrícola.

Sobretudo, ocorre uma influência de um conjunto de componentes institucionais na tomada de decisão de adquirir ou não, novas máquinas e equipamentos, que possibilitam melhorias de infraestrutura e se revertem em investimentos de longo prazo para esses produtores rurais. Essa análise se aproxima de autores que afirmam que a decisão não se dá por

irracionalidade ou racionalidade maximizadora, mas por uma racionalidade limitada (SIMON, 1959), ou ainda, por diversos componentes institucionais que influenciam os indivíduos como as experiências cumulativas, suas normas de comportamento, suas ambições e suas tradições.

Os elementos teóricos para compreender as decisões dos agentes parte de uma abordagem da tomada de decisão conforme Simon (1959), relacionando com a teoria institucional do Antigo Institucionalismo de Veblen (1898, 1899), Neoinstitucionalismo na abordagem de Hodgson (1998) e a Nova Economia Institucional com evidência para os estudos de North (1991, 1994). Esses estudos da Economia Institucional remetem ao entendimento do ambiente econômico e social dos agentes que é permeado de incertezas, necessitando das instituições para coordenar as atividades humanas para evolução e desempenho econômico das sociedades ao longo do tempo.

Na análise de North (1999) sobre os pressupostos da teoria neoclássica as preferências são estáveis e as escolhas são feitas dentro de algumas restrições. Essas restrições incluem as impostas pela renda e dificuldade de acesso à tecnologia, e não consideram as impostas pelas instituições de uma sociedade. Supõe-se que o tomador de decisão possui informações perfeitas e, portanto, certeza de alternativas, e seja capaz de realizar os cálculos necessários para discriminar decisões alternativas.

Entretanto, a construção de um quadro institucional tem sido um elemento fundamental de entendimento da civilização. Nas atividades diárias, nos deparamos com um conjunto de restrições que normalmente estão apresentadas na forma de leis ou de regras informais. Elas provêm de informações transmitidas socialmente, são parte da nossa cultura e interferem na forma como interpretamos o ambiente. Por isso, influenciam na conduta dos indivíduos e das organizações (NORTH, 2003).

Nessa perspectiva, é praticamente impossível conhecer toda informação necessária para a tomada de decisões ótimas, por diferentes fatores como a própria complexidade e falta de capacidade computacional, pobreza informacional ou por questões de realidades. Defende-se, assim, a utilização de uma racionalidade processual como Simon (1979) frisou, de referência para sua teoria de evolução institucional. A partir do momento em que os agentes não conhecem o mundo sobre o qual devem decidir, passam a construir “realidades subjetivas” e a atuar sob estas (NORTH, 1999).

Douglass North, em várias obras, observa que o pressuposto da racionalidade substantiva não se aplica quando se deseja analisar as decisões dos agentes em um ambiente complexo e, portanto, impregnado de incerteza em relação ao futuro. Reforça, então, a importância dos modelos mentais, das crenças e da aprendizagem no processo de decisão.

Os estudos sobre o desenvolvimento rural têm avançado na perspectiva institucional e nesse sentido buscou-se elementos convergentes entre a Economia Institucional e a Teoria da Decisão para identificar as variáveis que têm influenciado os agricultores no processo decisório. Entende-se que a decisão do agricultor é complexa e que esses agentes possuem limitações, inclusive cognitivas e por isso, possivelmente se apoiam em regras postas pelo sistema social e suas próprias restrições já internalizadas, para servirem de apoio a suas escolhas e ações num contexto de incertezas.

Assim, o aspecto central desse artigo está na influência dos componentes institucionais informais, tanto quanto ou mais que os aspectos formais na tomada de decisão dos agricultores. A interação entre esses componentes reforça a proeminência dos hábitos de pensamentos e padrões de comportamento na escolha dos indivíduos sob aspectos econômicos e estruturais. Em vista disso, com a persistência desse conjunto de variáveis ao longo dos anos é preciso um repensar sobre o estímulo ao acesso de políticas públicas aos agricultores familiares.

Contudo, ao observar a complexidade da agricultura familiar e suas relações com a Economia Institucional, o questionamento do presente artigo é como os componentes institucionais influenciam a tomada de decisão dos agricultores familiares em um investimento agrícola, tendo como caso o Pronaf Mais Alimentos. Assim, o objetivo geral é analisar a influência dos componentes institucionais formais e informais na tomada de decisão de quem aderiu, ou não, ao investimento agrícola do Pronaf Mais Alimentos na agricultura familiar da região Celeiro do Rio Grande do Sul.

A relevância do presente estudo apresenta-se pela ótica da abordagem institucionalista e de tomada de decisão, reconhecendo um ambiente econômico do setor agrícola que envolve muitas diferenças, conflitos e incertezas. Cabe salientar sobre a importância de se debater sobre as contribuições de variáveis financeiras, fatores psicológicos e sociais, ainda mais relacionados com a complexidade das condições atuais do rural brasileiro. Com isso, entende-se que a teoria ortodoxa, com seus pressupostos de equilíbrio, otimização e racionalidade substantiva, não permite explicar a complexidade das relações entre os agentes econômicos do setor agrícola em questão.

Em termos metodológicos, a busca pela utilização de métodos de quantificação permitiu identificar alguns componentes institucionais que influenciaram na tomada de decisão dos agricultores familiares. Assim sendo, a possibilidade de um estudo comparativo conduziu uma melhor compreensão do comportamento dessas variáveis, com a finalidade de verificar semelhanças e divergências na forma de influência de componentes formais e informais sobre quem aderiu ou não ao Pronaf Investimento.

Elementos integrados entre instituições, tomada de decisão e agricultura familiar

Ao analisar a composição das instituições é mais comum encontrar na literatura o uso do termo características institucionais, que remete a qualidades, particularidades, traços e propriedades. Entretanto, optou-se por utilizar o termo componentes, que corresponde a partes, elementos, associados, membros, integrantes ou constituintes. Entende-se que os componentes incluiriam também as características, e esse conjunto de elementos permite compreender como se estrutura o comportamento dos indivíduos e as interações sociais, além de manter as instituições. Nessa interpretação é importante salientar que o termo instituições possui uma complexidade e dificuldade de ser avaliado empiricamente, e que mesmo optando por componentes, compreende-se que instituição como um todo é superior que a soma de todas as partes.

Nesse sentido, destaca-se a importância de discutir uma integração entre os temas instituições, tomada de decisão e agricultura familiar. Para isso, buscou-se construir um modelo teórico para testar a tese da influência dos componentes institucionais formais e informais na tomada de decisão dos agricultores da região estudada.

Em termos de componentes formais, considera-se primeiramente que, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) representa a legitimação, por parte do Estado brasileiro, da nova categoria social conhecida como agricultores familiares. O marco legal ocorreu em 24/07/2006, quando o governo promulgou a Lei nº 11.326, conhecida como Lei da Agricultura Familiar (MATTEI, 2014).

Embora exista a lei, as discussões sobre esse conceito são amplas e Wanderley (2009) salienta que, essa abordagem vai além, já que a agricultura familiar pode ser entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Acrescenta-se, que o fato de uma estrutura produtiva somar a família, a produção e o trabalho, e com isso ter consequências fundamentais para a forma como ela age tanto economicamente como socialmente.

Dentre várias linhas, o Pronaf Mais Alimentos é uma linha de crédito que financia investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade familiar. Contempla a produção de arroz, feijão, mandioca, milho, soja, trigo, erva-mate, apicultura, aquicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, entre outros. Por meio desta linha de crédito estavam sendo financiados (2017) projetos individuais de até R\$ 165 mil, e projetos coletivos de até R\$ 800 mil, com juros de 2,5% ao ano, até três anos de carência e até dez anos para pagar. Para acessar o financiamento é necessária emissão e enquadramento na Declaração de Aptidão

ao Pronaf (DAP), instrumento expedido por parceiros públicos e por representações dos beneficiários, com amplo conhecimento local (SAF/MDA, 2017).

No entanto, observa-se que apesar da elevada adesão de agricultores ao Pronaf para custeio e comercialização agrícola, muitos optam por não acessar o Pronaf Investimento, mesmo apresentando DAP, potencial de produção e necessidade de investimentos na infraestrutura geral das propriedades. O agricultor com interesse na linha do Pronaf Mais Alimentos deve solicitar a DAP, passar por uma avaliação técnica e econômica feita pelas instituições parceiras do programa, e por fim é aprovado ou não pela instituição financeira responsável pelas contratações. Acrescenta-se que organizações financeiras consideram determinante para a adesão ao Pronaf Investimento Mais Alimentos, a situação financeira dos beneficiários, necessária para liberar o investimento e suas condições de pagamento ou formas de garantias. Esses elementos formais que compõem a aptidão ao Pronaf, o projeto técnico e as exigências das organizações financeiras, já formam um conjunto de componentes que limitam o acesso a novos investimentos por muitos agricultores.

Para compreensão das demais variáveis que influenciam na tomada de decisão dos agricultores, buscou-se diversos estudos que incluem abordagens analíticas sobre questões culturais, tecnológicas, educacionais, acesso à informação, entre outros. Assim, percebe-se que a literatura nacional e internacional vem reconhecendo nos estudos que o comportamento dos agricultores não é conduzido apenas pela maximização do lucro, existindo uma variedade de elementos influenciadores.

O comportamento dos agricultores, resultantes de processos complexos influenciados por uma série de variáveis sociais e psicológicas, são analisados por um conjunto de estudos. Sobretudo, em algumas análises o processo de tomada de decisão dos agricultores não deve ser modelado facilmente. Ocorre então, uma necessidade de compreender e modelar os processos e as consequências da tomada de decisões dos agricultores (WILLOCK *et al.*, 1999).

Edwards Jones (2007), numa pesquisa sobre a tomada de decisão dos agricultores, identificou pelo menos cinco conjuntos de variáveis não financeiras que afetam a decisão de adoção por novos produtos, políticas e tecnologias. São elas: características do agricultor, características do conjunto familiar, estrutura da fazenda, meio social mais amplo e características da inovação a ser adotada. As características do agricultor, que se sabe serem importantes nas decisões de adoção, incluem idade, personalidade, educação, gênero, e propensão ao risco.

Já as características do conjunto familiar incluem estágio no ciclo familiar, nível de pluriatividade, e padrões de trabalho do cônjuge. Vários elementos relacionados à estrutura da propriedade agrícola, como o tipo de atividade, o tamanho da propriedade, o nível de endividamento e a estrutura do meio social, também influenciam as decisões de adoção. Neste conjunto de fatores

incluem-se nível de extensão, fluxos de informação, cultura local, capital social, atitude de amigos confiáveis, ambiente político, e estrutura e impacto de uma série de instituições (JONES, 2007).

Similarmente, Llambí e Zezza (2003) se concentraram nos papéis dos fatores estruturais e institucionais para avaliar uma política de crédito rural, e classificaram as restrições identificadas em três filtros institucionais. Os filtros de primeiro nível, também denominado nível macroanalítico, estão relacionados ao desenho e concepção do programa, que aparecem no momento do lançamento de determinada política. Eles podem surgir pelo fato de aspectos estruturais da economia terem sido desconsiderados, ou por influência de alguma outra medida. Os filtros de segundo nível, ou nível mesoanalítico, estão vinculados ao comportamento e às regras criadas pelos agentes que participam do ambiente de operacionalização da política. Eles são denominados filtros de “transmissão do incentivo”, pois, geralmente, estão relacionados a problemas de divulgação de informação sobre o programa, seus objetivos e incentivos ao público-alvo. O terceiro tipo de filtro institucional atua no nível microanalítico, ou nível de “tomada de decisão”, e estão relacionados à formação educacional dos atores e a seus valores culturais como tradições, costumes, crenças, etc.

Na agricultura, as restrições informais estão presentes das mais variadas formas e, para estudar estímulos e/ou restrições às decisões individuais e coletivas baseados na economia institucional, reuniu-se um conjunto de variáveis já observadas em outras pesquisas. Como exemplo, Capellesso (2016) caracterizou como “Três Is” as variáveis de ideias, interesses e instituições. Mobilizadas na análise de políticas públicas, as instituições (formais e informais) representam a mediação entre ideias e interesses. Os interesses se evidenciam na busca pela efetivação de ideias, podendo haver confluências e conflitos em um mesmo discurso e entre atores diferentes. Nessa interface de ideias e interesses com as instituições, encontra-se um conjunto mais amplo de elementos explicativos sobre as dinâmicas das políticas públicas.

Panno (2016) analisou as decisões dos agricultores familiares com relação à sucessão geracional nas suas propriedades, sob a ótica da teoria da decisão e orientações de valor, elencando os diferentes fatores que influenciam sucessores e sucedidos nesse processo. Além de delinear e analisar fatores influenciadores das decisões dos atores, o estudo de Panno classificou potenciais sucessores e sucedidos dentro das orientações de valor de Gasson (1973). Contudo, comparando as orientações de pais e filhos, tem-se uma importante diferença de percepção. Observou-se que as variáveis que influenciam o processo decisório dos atores e suas percepções e orientações de valor, atrelados à importância da agricultura familiar, funcionam como base de sustentação econômica e social local, além de estruturarem alternativas viáveis em prol da manutenção do jovem no campo.

O trabalho de Capellesso (2016), também teve contribuições importantes referentes aos padrões de comportamento de terceirização de serviços, utilizados de forma crescente por muitos agricultores para otimizar seus resultados econômicos. Eles acabam mesclando o uso de tração animal com serviços de máquinas contratados, e devido à grande disponibilidade de máquinas, reduz-se o problema da espera. São poucos estabelecimentos que utilizam exclusivamente máquinas próprias, sendo que alguns deles prestam serviços externos de forma significativa. Esses elementos são compatíveis com a proposição de Hodgson (2006), que identifica o hábito com um importante papel de reforçar padrões de comportamento cristalizados em instituições.

De maneira geral, no Brasil, os estudos têm avançado na discussão institucional em relação ao desenvolvimento rural. São estudos crescentes que comprovam a importância das instituições e reconhecem a relevância de elementos informais nas decisões tomadas pelos agricultores. Corroboram com trabalhos mais recentes de North (2005), entendendo as instituições como complementos cognitivos para indivíduos incapazes de processar todas as informações necessárias à escolha ótima. Destarte, as regras postas pelo sistema social e as regras internalizadas servem de apoio para a tomada de decisão do indivíduo, permitindo ao agente cognitivamente limitado fazer escolhas, tomar decisões e agir no mundo social.

Metodologia

Para realização dessa pesquisa utilizou-se de um levantamento de dados bibliográficos e uma pesquisa de métodos mistos, aplicados em uma amostra estratificada de agricultores familiares que atuam em atividades agropecuárias. Os grupos que foram comparados correspondem: aos agricultores familiares que se utilizaram do Pronaf Investimento Mais Alimentos e financiaram algum item por meio do crédito de investimento de longo prazo; e os agricultores familiares que possuem potencial para investimento pelo programa, com Carta de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa, mas que optaram por não aderir ao programa.

O método misto de pesquisa apresentou a abordagem estratégica de triangulação concomitante, onde o pesquisador coleta concomitantemente os dados quantitativos e os qualitativos e depois compara os dois bancos de dados para determinar se há convergências ou alguma combinação. Esse modelo geralmente utiliza os métodos quantitativos e qualitativos separadamente, como meio de compensar os pontos fracos inerentes a um método com os pontos fortes do outro. Nesse caso, os resultados quantitativos foram priorizados, seguidos de citações que corroboram ou desmentem os resultados quantitativos (CRESWELL, 2010).

Os instrumentos utilizados foram: um questionário semiestruturado e entrevista em formato de depoimento pessoal, ou seja, uma entrevista livre,

sem roteiro pré-definido, permitindo aos agricultores interagirem sobre questões pertencentes ao questionário. As aplicações dos questionários foram realizadas de setembro a novembro de 2017.

Os municípios de Santo Augusto, São Martinho e São Valério do Sul se localizam na região Ceileiro do Rio Grande do Sul, e foram selecionados por apresentarem uma participação no Pronaf Mais Alimentos, em média, de cerca de 17% em relação ao número de DAPs ativas. Na Tabela 1 apresenta-se a estratificação por município e modalidade.

Tabela 1 – Estratificação da amostra dos três municípios e do nº de contratos do Pronaf

Municípios	Nº de DAPs (ativas)	Nº de contratos Pronaf Mais Alimentos	Amostra proporcional ao nº de DAPs (ativas)	Amostra de agricultores que aderiram	Amostra de agricultores que não aderiram
Santo Augusto	551	98	33	17	16
São Martinho	685	147	40	20	20
São Valério do Sul	360	41	21	10	11
Total	1.596	286	94	47	47

Fonte: DAPWEB (2017), SAF/MDA (2017) e BACEN (2017).

Modelo de Análise da Pesquisa

As técnicas de análise de dados, da parte quantitativa, foram baseadas na estatística descritiva, Testes de Hipóteses Não Paramétricos e Regressão Logística. O tratamento estatístico foi feito com o apoio do software SPSS 22 (*Statistical Package for the Social Sciences*) e do software Excel para investigação das relações entre as variáveis identificadas.

Elaborou-se quatro modelos buscando relacionar a teoria com as evidências empíricas por meio da técnica de regressão logística, ou modelo *logit* que é uma regressão múltipla, mas com uma variável de saída categórica dicotômica e variáveis predictoras contínuas ou categóricas. Ou seja, pode-se prever qual das duas categorias é provável que uma pessoa pertença, dada certas informações (FIELD, 2009).

As hipóteses testadas pelo teste do Qui-Quadrado (X^2), a um nível de significância de 5%, foram:

- hipótese nula (H_0): não há influência das variáveis independentes que compõem os componentes institucionais (formais e informais) sobre a variável dependente (adesão ao Pronaf Investimento Mais Alimentos);

- b) hipótese alternativa (H1): há influência de pelo menos uma variável que compõem os componentes institucionais (formais e informais) sobre a variável dependente (adesão ao Pronaf Investimento Mais Alimentos).

O Quadro 1 apresenta como foram organizados os componentes institucionais para análise.

Quadro 1 – Componentes Institucionais para Tomada de Decisão de Investimento

TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR					
COMPONENTES INSTITUCIONAIS	FORMAIS	Regras da agricultura familiar para Aptidão ao Pronaf (DAP)		Direitos de propriedade, contratos e mercados	
		<ul style="list-style-type: none"> • Área (ha). • Renda agropecuária. • Renda não agropecuária. • Nº membros estabelecimento. • Nº empregados temporários. • Nº empregados permanentes. • Atividade principal. 	DAP (2017).	<ul style="list-style-type: none"> • Nº do rebanho. • Nº de automotrizes e implementos. • Nº de benfeitorias. • Nível de tecnologia. • Controle Financeiro. • Documentação e burocracia. • Contratos Futuros. • Variação Preços. 	Projeto técnico (2017). Viana (2012). Winck (2012).
	INFORMAIS	História, costumes, rotinas e padrões de comportamento		Aprendizagem, informações, valores e perspectivas futuras	
		<ul style="list-style-type: none"> • Idade. • Anos na atividade. • Terceirização/ Contratação serviços plantio. • Terceirização/ Contratação serviços silagem. • Presta serviços. • Tempo para lazer. • Satisfação pessoal. • Perfil do investidor. 	Reichter (2012). Viana (2012). Dalcin (2013). Wives (2013). Agne (2014). Capellesso (2016). Panno (2016).	<ul style="list-style-type: none"> • Escolaridade. • Participação de dias de campo. • Participação feiras exposições. • Pesquisam na <i>internet</i>. • Expansão da produção. • Reconhecimento e prestígio. • Crescimento pessoal. • Qualidade de vida no campo. 	Gasson (1973). Reichter (2012). Viana (2012). Dalcin (2013). Wives (2013). Agne (2014). Panno (2016).

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

A estimação do modelo dos Componentes Formais (DAP) seguiu o modelo logístico apresentado na equação (2).

$$\begin{aligned}
 Y_i = & \beta_0 + \beta_1 AREA + \beta_2 RENDAA + \beta_3 RENDANA + \beta_4 MPROPR \\
 & + \beta_5 TEMPOR + \beta_6 PREMAN + \beta_7 Dummy1 + \beta_8 Dummy2 + \varepsilon_1 \quad (2)
 \end{aligned}$$

Onde: Y_i = variável dependente – Pronaf Mais Alimentos (Y: 1 – Aderiu; 0 – Não Aderiu); β_0 = intercepto; β_1 = coeficientes angulares; ε_1 = resíduo.

A estimação do segundo modelo dos Componentes Formais (Direitos de Propriedade; contratos e mercados) seguiu o modelo logístico apresentado na equação (3).

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1REBAN + \beta_2AUTIMP + \beta_3BENFEIT + \beta_4CONFUT \\ + \beta_5VARIAP + \beta_6NTECNO + \beta_7BUROC + \beta_8CONTRF + \varepsilon_1 \quad (3)$$

Onde: Y_i = variável dependente – Pronaf Mais Alimentos (Y: 1 – Aderiu; 0 – Não Aderiu); β_0 = intercepto; β_1 = coeficientes angulares; ε_1 = resíduo.

A estimação do modelo dos Componentes Informais (História; costumes; rotinas e padrões de comportamento) seguiu o modelo apresentado na equação (4).

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1IDADE + \beta_2ANOSA + \beta_3CONTPA + \beta_4CONTSI \\ + \beta_5PRESSE + \beta_6TEMPLA + \beta_7SATISPE + \beta_8INVEST + \varepsilon_1 \quad (4)$$

Onde: Y_i = variável dependente – Pronaf Mais Alimentos (Y: 1 – Aderiu; 0 – Não Aderiu); β_0 = intercepto; β_1 = coeficientes angulares; ε_1 = resíduo.

A estimação do segundo modelo dos Componentes Informais (Aprendizagem; informações; valores e perspectivas futuras) seguiu o modelo apresentado na equação (5).

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1ESCOLAR + \beta_2PARTCA + \beta_3PARTFE + \beta_4APESINT \\ + \beta_5EXPPRO + \beta_6PRESTIG + \beta_7CRESCPE + \beta_8QUALVI + \varepsilon_1 \quad (5)$$

Onde: Y_i = variável dependente – Pronaf Mais Alimentos (Y: 1 – Aderiu; 0 – Não Aderiu); β_0 = intercepto; β_1 = coeficientes angulares; ε_1 = resíduo.

Com as variáveis dos quatro modelos significativas a um nível de significância de 5%, verificou-se quais variáveis independentes afetam a probabilidade de adesão ou não ao Pronaf Investimento Mais Alimentos. Gujarati e Porter (2011) apresentam as características do modelo *logit* que permitem compreender seu procedimento. Nesse sentido, a partir dos

coeficientes estimados nos modelos analisados com significância estatística foi possível identificar quais seriam incluídos para medir as variações na proporção das probabilidades. A partir da identificação desses, a razão de desigualdades são expressas em logaritmo ($\ln = \Delta Y / \Delta X$) e para facilitar tal interpretação, utilizou-se a estatística exponencial do coeficiente angular (*odds ratio*).

Assim, para verificar e estimar a probabilidade de adesão (ou não) ao Pronaf Investimento Mais Alimentos, em função do conjunto de variáveis independentes significativas pela estatística Wald, realizou-se a transformação *logit*. Nessa transformação foi estimado um modelo logístico com as variáveis significativas dos dois modelos formais (DAP e Direitos de propriedade, contratos e mercados) e dois modelos informais (história, costumes, rotinas e padrões de comportamento; aprendizagem, informações, valores e perspectivas futuras).

Essa função *logit* possibilitou construir cenários ou simulações para diferentes variáveis. Nesse caso, os cenários foram construídos com as variáveis significativas dessa última regressão para os componentes formais e informais significativos. A probabilidade de um agricultor familiar aderir ao Pronaf Mais Alimentos foi simulada a partir da identificação das variáveis independentes que impactaram a variável binária dependente (aderiu ou não aderiu).

Probabilidade de adesão ao investimento em função dos componentes institucionais

Relações dos Componentes Institucionais com a Tomada de Decisão

A análise da influência dos componentes institucionais na tomada de decisão pode ser observada pela Tabela 2 onde demonstra as variáveis identificadas pela estimação logística de adesão ao Pronaf Investimento em função dos componentes formais nos dois modelos. Verifica-se que a estatística Qui-Quadrado (X^2) é significativa para os dois modelos dos componentes formais, tanto para os componentes da DAP ($P < 0,01$), como para os componentes de direitos de propriedade, contratos e mercados ($P < 0,01$), a um nível estabelecido de significância de 5%. Essa relação indica a aceitação da hipótese alternativa, de que há influência de variáveis independentes formais (DAP e direitos de propriedade, contratos e mercados) sobre a variável binária de adesão ou não ao Pronaf Investimento.

Tabela 2 – Modelos Ajustados de Regressão Logística dos Componentes Formais de Adesão ao Pronaf Investimento

Variável ²⁵	Regras da agricultura familiar para Aptidão ao Pronaf (DAP)				Variável	Direitos de propriedade, contratos e mercados			
	Coef.	Wald	Valor p	Expo (β)		Coef.	Wald	Valor p	Expo (β)
AREA	0,043	2,796	0,095	1,044	REBAN	0,027	3,153	0,076	1,027
RENDANA	0,000	0,008	0,930	1,000	AUTIMP	0,130	2,260	0,133	1,138
MPROPR	0,668	2,525	0,112	1,950	BENFEIT	-0,222	0,321	0,571	0,801
TEMPOR	1,325	1,682	0,195	3,764	CONFUT	0,950	1,651	0,199	2,587
PERMAN	0,127	0,009	0,925	1,136	VARIAP	0,443	0,321	0,571	0,642
Dummy 1	-0,536	0,563	0,453	0,585	NTECNO	0,980	5,065	0,024	2,664
Dummy 2	-0,023	0,000	0,987	0,978	BUROC	0,193	0,101	0,750	1,213
					CONTRF	0,527	0,720	0,396	1,695
B	-2,840	2,378	0,123	0,058	B	-4,688	10,344	0,001	0,009
X ²	23,311		0,002		X ²	46,739		0,000	
R ² Nagelkerke	0,406				R ² Nagelkerke	0,522			

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das estimações logísticas.

Como resultado, acrescenta-se que o R² de Nagelkerke, de 40,6% para os componentes da DAP e de 52,2% para os componentes dos Direitos de propriedade, contratos e mercados, demonstra um bom poder explicativo para os modelos formais. Isso indica que a adesão ao Pronaf Investimento apresenta influência desses componentes na decisão de investir.

Paralelamente, observando as variáveis individualmente, constata-se que apenas os componentes nível de tecnologia demonstrou significância nos coeficientes angulares das variáveis independentes, testadas por meio do Teste de Wald a um nível máximo de 5%. Ao flexibilizar o nível máximo de significância para 10%, as variáveis área (hectares) e número do rebanho também apresentam significância. Com isso, os resultados indicam que os dois modelos em conjunto apresentam significância, mas as variáveis individualmente possuem pouca diferença estatística para os componentes formais de adesão ao Pronaf. O expoente (β) do nível de tecnologia indica as razões de chance (*odds ratio*), ou seja, o agricultor que possui médio ou alto nível de tecnologia apresenta 2,66 vezes mais chances de aderir ao programa do que produtores com muito baixo

25 A variável Renda Agropecuária Bruta Anual (RENDAA) foi retirada do modelo devido a detecção de multicolinearidade com a variável ÁREA.

ou baixo nível tecnológico. Ainda, quanto maior a área do estabelecimento e seu rebanho bovino, maior será a probabilidade de aderir ao investimento.

Já na Tabela 3, demonstra-se os resultados da estimação logística de adesão ao Pronaf Investimento em função de componentes institucionais considerados informais. Ambos os modelos, dos componentes da história, costumes, rotinas e padrões de comportamento e dos componentes aprendizagem, informações, valores e perspectivas futuras, apresentaram significância estatística ($P < 0,01$). Essa relação indica a aceitação da hipótese alternativa, de que há influência de variáveis independentes informais sobre a variável binária de adesão ao Pronaf Investimento Mais Alimentos.

Com efeito, os quatro modelos de estimação logística dos componentes institucionais apresentaram relevância, ambos a um nível de significância de 1%, demonstrando que as variáveis identificadas apresentam importância na tomada de decisão de um novo investimento agrícola.

Tabela 3 – Modelos Ajustados de Regressão Logística dos Componentes Informais de Adesão ao Pronaf Investimento

Variável	História, costumes, rotinas e padrões de comportamento				Variável	Aprendizagem, informações, valores e perspectivas futuras			
	Coef.	Wald	Valor p	Expo (β)		Coef.	Wald	Valor p	Expo (β)
IDADE	-0,104	4,369	0,037	0,902	ESCOLAR	1,106	3,710	0,054	3,023
ANOSA	0,080	3,868	0,049	1,084	PARTCA	0,483	0,588	0,443	1,620
CONTPA	-2,627	16,181	0,000	0,072	PARTFE	1,282	3,685	0,055	3,603
CONTSI	1,531	6,103	0,013	4,621	PESINT	-0,103	0,028	0,867	0,902
PRESSE	1,157	2,011	0,156	3,180	EXPPRO	0,959	8,747	0,003	2,609
TEMPLA	-0,630	3,468	0,063	0,533	PRESTIG	0,379	2,469	0,116	0,968
SATISPE	-0,631	2,445	0,118	0,532	CRESCPE	-0,033	0,008	0,929	0,968
INVEST	0,278	1,075	0,300	1,320	QUALVI	-0,718	2,887	0,089	0,488
B	6,696	5,375	0,020	809,022	B	-3,209	2,943	0,086	0,040
X ²	49,839		0,000		X ²	37,379		0,000	
R ² Nagelkerke	0,549				R ² Nagelkerke	0,437			

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das estimações logísticas.

Em virtude disso, ao se observar o poder de explicação da estimação referente ao modelo de história, costumes, rotinas e padrões de comportamento com valor percentual do R² de Nagelkerke de 54,9%, e da estimação

do modelo de aprendizagem, informações, valores e perspectivas futuras no valor de R^2 de Nagelkerke de 43,7%. Esses percentuais demonstram que além da importância dos componentes formais, cabe observar a relevância dos componentes informais influenciadores na tomada de decisão desses agricultores.

Analisando de forma individual as variáveis independentes, constata-se quatro coeficientes angulares, significativos para o modelo de história, costumes, rotinas e padrões de comportamento, verificados pelo teste de Wald a um nível máximo de 5% de significância. Destacou-se as variáveis idade ($p = 0,037$), anos de atividade ($p = 0,049$), terceirização/contratação de plantio ($p = 0,001$) e terceirização/contratação de silagem ($p = 0,013$).

Conforme os resultados dos componentes individuais, a variável idade demonstrou um coeficiente angular negativo, ou seja, quanto maior a idade, menor a probabilidade de adesão ao programa. Por outro lado, em termos de anos de atividade, mais tempo de atuação no setor pode proporcionar mais segurança para busca de investimentos de longo prazo e por isso, maior será a probabilidade de adesão ao Pronaf Investimento.

Observa-se que, no caso do agricultor realizar a terceirização/contratação de silagem, sua probabilidade de aderir ao programa é 4,62 vezes maior do que quem não terceiriza. No caso da variável terceirização/contratação serviços de plantio a influência é negativa, pois quanto mais os agricultores adotam a rotina de terceirização/contratação, menores são as chances de aderir ao Pronaf Investimento Mais Alimentos.

Ao se analisar as variáveis independentes do modelo de aprendizagem, informações, valores e perspectivas futuras, observou-se quatro variáveis com coeficientes angulares significativos a um nível de 5% e 10% de significância: as variáveis escolaridade ($p = 0,054$), participação de feiras e exposições ($p = 0,055$) e os valores de expansão da produção e dos lucros ($p = 0,003$) e qualidade de vida no campo ($p = 0,089$).

Em vista disso, quanto maior o grau de aprendizagem, maior a probabilidade de aderir, demonstrado também pelo expoente (β) que indica as razões de chance de 3,02 vezes mais chances de aderir quem tem Ensino Médio incompleto ou mais, do que quem tem Ensino Fundamental incompleto ou completo. Da mesma maneira, quem participa de feiras, treinamentos e exposições agropecuárias, tem 3,60 vezes mais chances de aderir ao Pronaf Investimento Mais Alimentos do que quem não participa.

Por sua vez, a cada nível adicional de importância atribuída a necessidade de expansão da produção e dos lucros, aumenta-se 2,60 vezes a chance do agricultor aderir ao programa. Por outro lado, os agricultores que apresentam uma percepção do campo relacionado a qualidade de vida, a influência é negativa, ou ainda, quanto mais importante a qualidade de vida no campo, menor é a probabilidade deles aderirem ao programa.

Contudo, é possível perceber a contribuição dos componentes institucionais, tanto formais como os informais, na decisão de aderir ou não ao Pronaf Investimento, ao avaliar o conjunto das relações e algumas variáveis individualmente. Tanto o modelo de história, costumes, rotinas e padrões de comportamento, quanto o de aprendizagem, informações, valores e perspectivas futuras estão inter-relacionados e contribuem para a elaboração de modelos mentais dos agricultores familiares em questão, assim como os auxiliam em diferentes situações, inclusive na tomada de decisões em investimentos de longo prazo.

Mesmo que esses agricultores estejam inseridos no mercado, organizados para atender as exigências legais das organizações financeiras e seguir requisitos de aptidão ao Pronaf, outros elementos caracterizados como informais demonstram possuir influência determinante na sua decisão. Essa influência pode ser igual, ou até mesmo superior, devido a significância das variáveis individuais na decisão desses agentes em investir na propriedade pelo Pronaf Mais Alimentos.

Complementa-se essas análises com as ideias de Denzau e North (1994), que relatam a importância dos modelos mentais compartilhados. As pessoas são influenciadas por seus mitos, dogmas, teorias, costumes, tradições, aprendizagem e compartilhamento de informações, principalmente em decisões tomadas em condições de incerteza. Assim, agentes com formas de aprendizagem heterogêneas apresentam modelos mentais diferentes para interpretar as informações e tomar decisões. Isso foi demonstrado quando avaliado as diferenças de nível de aprendizagem e busca de informações diferentes entre quem aderiu e quem não aderiu ao Pronaf Mais Alimentos.

Hodgson (2006) afirma também que os hábitos compartilhados aqui observados, por exemplo pela terceirização/contratação da produção, são fundamentais para as instituições e funcionam porque as regras são incorporadas aos hábitos predominantes de pensamento e de comportamento. Os hábitos são as matérias que constituem as instituições, proporcionando-lhes maior durabilidade, poder e autoridade normativa. Ao se reproduzir hábitos de pensamento compartilhados, criam-se instituições fortes, mecanismos de conformismo e acordos de caráter normativo. Elementos esses que parecem compor e interagirem com as instituições da agricultura familiar analisadas neste estudo.

Os componentes institucionais informais que tem organizado esses agricultores familiares, construindo modelos mentais, auxiliando nas rotinas e compondo as regras de decisões podem ser observados como: terceirização/contratação de plantio; nível de aprendizagem; busca de informações e participação em treinamentos e feiras; e orientações de valores de boas perspectivas futuras de vida no campo. Esse conjunto de elementos resulta de modelos mentais constituídos pela capacidade cognitiva e reflexiva desses agricultores, resultantes também das alterações em função de inserções de tecnologias, concentração de capital, e do contexto dessas propriedades estudadas.

Ainda de acordo com Hodgson (2010), a evolução institucional e a decisão dos agentes devem ser observadas a partir da interação entre instintos, hábitos, crenças e ações humanas. Os hábitos representam os meios a serem utilizados para a satisfação dos desejos instintivos e interagem no sentido de influenciar o comportamento porque estão muito relacionados ao processo de evolução social dos agentes. Apesar da importância dos instintos, os hábitos tendem a assumir um papel importante nas decisões humanas porque afetam as crenças e o processo de deliberação, que não podem ser tratados como resultado da racionalidade econômica individual.

Esse conjunto de hábitos e padrões de comportamento, identificados nessa pesquisa, são componentes importantes para a tomada de decisão desses agentes e fundamentais para ações de extensão rural mais abrangentes. Contudo, os extensionistas rurais devem reconhecer essa diversidade entre quem aderiu ou não ao programa, e promover estímulos conforme as necessidades e particularidades.

Observando a relação conjunta das variáveis formais e informais e as variáveis identificadas como influenciadoras na tomada de decisão, pode-se perceber que as evidências empíricas da pesquisa corroboram com os elementos teóricos da Economia Institucional, apresentados tanto por North, quanto por abordagens de Hodgson.

Probabilidade de adesão dos Agricultores Familiares ao Pronaf Mais Alimentos em Função dos Componentes Institucionais

Os resultados da regressão logística, que identificam tanto as variáveis formais como as informais com coeficientes angulares significativos a um nível de 5%, demonstram sua influência na decisão de investir na propriedade pelo Pronaf Investimento Mais Alimentos. Foi estimado um último modelo com as variáveis significativas dos quatro modelos anteriores a fim de realizar a transformação *logit*. Essa função *logit* possibilita construir simulações para diferentes variáveis, nesse caso, os cenários foram construídos com as variáveis significativas dessa última regressão para os componentes formais e informais significativos.

Tabela 4 – Modelo Ajustado dos Componentes Formais e Informais Significativos na Decisão de Aderir (ou Não) ao Pronaf Investimento Mais Alimentos

Variável	Componentes formais e informais			
	Coef.	Wald	Valor p	Expo (β)
NTECNO	0,877	4,089	0,043	2,403
IDADE	-0,063	1,912	0,167	0,939

continua...

Variável	Componentes formais e informais			
	Coef.	Wald	Valor p	Expo (β)
ANOSA	0,061	2,319	0,128	1,063
CONTPA	-1,760	7,546	0,006	0,172
CONTSI	1,081	3,266	0,071	2,947
EXPPRO	0,597	3,237	0,072	1,817
B	-3,035	1,275	0,259	0,048
χ^2	52,002		0,000	
R ² Nagelkerke	0,567			

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das estimações logísticas.

O resultado do modelo ajustado dos componentes formais e informais possui um bom poder explicativo, com valor percentual do R² de Nagelkerke de 56,7%. O modelo desses componentes apresentou um Qui-Quadrado (χ^2) com significância estatística ($P < 0,01$). As variáveis independentes que destacam-se com coeficientes angulares significativos a um nível máximo de 10% de significância estatística são: nível de tecnologia ($p = 0,043$); terceirização/contratação de serviços de plantio ($p = 0,006$); terceirização/contratação de silagem ($p = 0,071$); e necessidade de expansão da produção e dos lucros ($p = 0,072$).

A avaliação da variável terceirização/contratação de silagem ocorre de maneira diferenciada, porque nesse caso a atividade faz diferença apenas para quem trabalha com a bovinocultura leiteira de forma mais intensiva. Ocorre, diante disso, uma especialização produtiva, e mesmo que alguns produtores optem por aderir ao Pronaf Investimento, eles não necessariamente investem na produção desse insumo, mas sim em outras questões que também são importantes para a atividade. Nesse caso, seria preciso detalhar mais sobre a atividade específica para incluir nessa análise e por isso, não será considerada na estimação de adesão do Pronaf Mais Alimentos realizada nesse estudo.

A partir dessas variáveis independentes com coeficientes significativos, e de suas relações com a teoria, cabe a verificação de probabilidade de adesão ao Pronaf Investimento Mais Alimentos, numa perspectiva relacionada à necessidade de novos investimentos devido ao nível de tecnologia e perspectivas futuras. Para essa estimação utilizou-se da transformação *logit* para indicar a ocorrência ou não do evento. Assim, foram construídos seis cenários com as variáveis nível de tecnologia, terceirização/contratação de serviços de plantio e os valores de importância da expansão da produção e dos lucros conforme o quadro 2.

Quadro 2 – Probabilidade de Adesão ao Pronaf Investimento em Diferentes Cenários com Componentes Institucionais Significativos

Cenário	Nível de tecnologia	Terceirização/ contratação de Plantio	Expansão da produção e dos lucros	Probabilidade de aderir ao Pronaf Investimento
1	Muito Baixo	Sim	Sem importância	3,49%
2	Baixo	Sim	Pouco Importante	13,62%
3	Intermediário	Sim	Indiferente	40,78%
4	Intermediário	Não	Indiferente	80,01%
5	Alto	Não	Importante	94,59%
6	Muito Alto	Não	Muito Importante	98,71%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das estimações logísticas.

Analisando os cenários de probabilidade de adesão percebe-se que quanto maior o nível de tecnologia, aumenta-se a possibilidade de aderir. Na comparação do cenário 1, 2 e 3, mantendo-se a rotina de terceirização e contratação de plantio, ao ocorrer a alteração do nível de tecnologia e também das percepções e valores de expansão da produção e dos lucros, aumenta-se a probabilidade de aderir ao Pronaf Investimento.

Quando o agricultor se considerou com um nível intermediário de tecnologia e indiferente a expansão da produção e dos lucros, e também optou por não terceirizar ou contratar alguém para plantar, a probabilidade de aderir ao Pronaf Investimento aumentou para 80%. Essa probabilidade de adesão aumenta ainda mais, conforme ocorre um avanço no nível de tecnologia e perspectiva da vida no campo com possibilidades de expansão da produção e dos lucros. Esses componentes identificados representam restrições institucionais para a agricultura familiar.

Relacionando esses resultados com evidências empíricas, é relevante destacar que alguns agricultores que continuam investindo se observam dentro de uma espiral de tecnologia, em outras palavras, se o agricultor já investiu um pouco, deverá continuar para acompanhar a evolução da atividade e para alcançar uma boa rentabilidade. Do contrário, se não investir e não se atualizar às novas necessidades tecnológicas da atividade, com o tempo terá menor retorno financeiro e conseqüentemente aumentará a possibilidade de desistência de tal atividade.

Considerações finais

O presente estudo buscou relacionar os componentes institucionais com os efeitos na tomada de decisão dos que acessaram e não acessaram a linha

de investimento Pronaf Mais Alimentos. Ao relacionar os componentes formais da DAP e dos Direitos de propriedade, contratos e mercados e obter um resultado do R^2 de Nalgekerke de 40,6% e 52,2% respectivamente, além de um Qui-quadrado com significância estatística, pode-se afirmar que a adesão ao Pronaf Investimento apresenta importante influência desses componentes formais na decisão de investir. Quando observados individualmente a relação de significância se deu para o nível de tecnologia dos agricultores, área e número de rebanho se considerar um nível máximo de significância de 10%.

Por outro lado, ao se analisar os componentes informais, o poder de explicação da estimação referente ao modelo de história, costumes, rotinas e padrões de comportamento e ao modelo de aprendizagem, informações, valores e perspectivas futuras, apresentaram o valor percentual do R^2 de Nagelkerke foi de 54,9% e de 43,7% respectivamente. Nesse caso, cerca de sete variáveis apresentaram importância estatística significativa: idade; anos de atividade; padrão de comportamento da terceirização/contratação de serviços para plantio e silagem; escolaridade; participação em feiras e percepção de valores de vida no campo de expansão da produção e dos lucros.

Em síntese, os componentes institucionais tanto formais quanto informais identificados demonstram sua influência nas decisões desses agentes analisados. Os componentes como área e nível de tecnologia, em conjunto com rotinas e padrões de comportamento como terceirização/contratação de plantio, nível de aprendizagem, busca de informações e participação em treinamentos e feiras e orientações de valores de boas perspectivas futuras de vida no campo formam uma base fundamental para organizar as regras de decisões dos agricultores. Esse conjunto de elementos resultam de modelos mentais constituídos pela capacidade cognitiva e reflexiva desses agricultores, consequentes também das alterações tecnológicas, concentração de capital, e de realidades individuais dessas propriedades estudadas.

Os cenários de probabilidade de adesão permitem perceber que quanto maior o nível de tecnologia, maior a possibilidade de aderir. Outra influência relevante é sobre a terceirização/contratação de plantio e colheita, sendo que para quem terceiriza, a probabilidade de adesão a um novo investimento é baixa, porque este dificilmente alteraria sua rotina de trabalho adotada já a algum tempo.

Quando os agricultores possuem um nível intermediário de tecnologia, não precisam terceirizar o plantio porque possuem a maioria dos implementos necessários para o processo de produção. Mesmo indiferentes a expansão da produção e dos lucros, a probabilidade de aderir ao Pronaf Investimento é de cerca de 80%. Essa probabilidade de adesão aumenta ainda mais conforme ocorre um avanço no nível de tecnologia e perspectiva da vida no campo com possibilidades de expansão da produção e dos lucros.

Contudo, é possível perceber que a mecanização e a inserção da tecnologia geraram, ao longo dos anos, uma mudança institucional nessas propriedades. Pois, de certa forma quem aderiu a novos investimentos vem mudando suas propriedades e apresentam características bem distintas de quem tem optado por não investir mais. Nesse sentido, é possível relacionar a mudança institucional em função da tecnologia com a adesão do crédito rural nessas propriedades.

Mesmo que esses agricultores estejam inseridos ao mercado, já organizados para atender as exigências legais das organizações financeiras e seguir requisitos de Aptidão ao Pronaf, outros elementos caracterizados por informais demonstram possuir um poder influenciador mais significativo na decisão desses agentes de investir na propriedade. Nesse sentido, quando se analisa os cenários, também pode-se perceber que quem aumenta o nível de tecnologia e valores de expansão da produção e dos lucros tem uma maior probabilidade de adesão ao Pronaf Investimento.

Como já observado por North (1990), somente as regras formais nos dá uma noção inadequada e muitas vezes equivocada sobre a relação entre as restrições formais e o desempenho econômico. Isto é, um conjunto de normas informais, regulamentos e características da imposição de cumprimento simultaneamente define o conjunto de escolhas e contribui para os resultados. A implicação de longo prazo do processamento cultural de informações que compõem as restrições informais cumpre um papel importante no modo incremental pelo qual as instituições evoluem, de maneira que constitui uma fonte de dependência de trajetória.

Por fim, os resultados do presente estudo determinam que os componentes institucionais informais são tão ou mais importantes que os componentes formais na tomada de decisão de quem aderiu, ou não, ao Pronaf Mais Alimentos na agricultura familiar. Essas observações corroboram com o desenvolvimento das abordagens teóricas apresentadas.

REFERÊNCIAS

AGNE, C. L. **Mudanças institucionais na agricultura familiar**: as políticas locais e as políticas públicas nas trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos no Rio Grande do Sul. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), UFRGS, Porto Alegre, 2014.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de dados do crédito rural**. 2017. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>. Acesso em: 05/07/2017.

CAPELLESSO, A. J. **Crédito e seguro da agricultura familiar**: políticas públicas de apoio à sustentabilidade ou de subsídio a sistemas produtivos de baixa eficiência? 2016. Tese (Doutorado em Agroecossistemas), UFSC, Florianópolis, 2016.

DALCIN, D. **Os estilos de tomada de decisão e o desempenho econômico das propriedades rurais de Palmeira das Missões/RS**. 2013. Tese (Doutorado em Agronegócio), UFRGS, Porto Alegre, 2013.

DAPWEB. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Extrato DAP**: pessoa física, municípios. 2017. Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP>. Acesso em: 06 mar.2017.

DENZAU, A.; NORTH, D. Shared mental models: ideologies and institutions. **KYKLOS**, v. 47, fasc. I, p. 3-31. 1994.

FIELD, A. **Descobrendo a estatística usando SPSS**. Trad. Lori Viali. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GASSON, R. Goals and values of farmers. **Journal of Agricultural Economics**, v. 24, p. 521-538, 1973.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5. ed. São Paulo: AMGH Editora Ltda, 2011.

HAIR JR, J. *et al.* **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HAIR JR, J. *et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

HODGSON, G. M. Evolutionary and institutional economics as the new mainstream? **Evolutionary and Institutional Economics Review**, v. 4, n. 1, p. 7-25, 2007.

HODGSON, G. M. Reclaiming habit for institutional economics. **Journal of Economic Psychology**, v. 25, p. 651-660, 2004.

HODGSON, G. M. The approach of institutional economics. **Journal of Economic Literature**, v. 36, p. 166-192, 1998.

HODGSON, G. M. **The evolution of institutional economics:** agency, structure and darwinism in american institutionalism. New York: Routledge, 2004.

HODGSON, G. M. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, v. 40, n. 1, p. 1-25, 2006.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo.** 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades.** 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

JONES, G. E. Modelling farmer decision making: concepts, progress and challenges. **Animal Science**, v. 82, p. 783-790. 2007. Disponível em: http://journals.cambridge.org/abstract_S1357729806000944. Acesso em: 05 jul. 2017.

LLAMBÍ, L.; ZEZZA, A. **Identifying and quatifying critical links along the policy and commodity chains.** Project proposal. Sub-theme: making markets work for the poor. Draft for discussion. Roma e Caracas, 2003.

MACHADO, J. A. D.; MIGUEL, L. A. Elementos do processo de tomada de decisão. *In:* WAGNER, S. A. *et al.* **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, v. 45, supl. especial, out./dez. 2014.

MUNDO NETO, M.; SOUZA FILHO, H. M. Problemas do crédito rural sob a ótica da nova economia institucional. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. IX, p. 92-99, 2005.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas: UNICAMP, 2005. (Original em 1982).

NORTH, D. C. Economic performance through time. **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, p. 359-368, 1994.

NORTH, D. C. **Five propositions about institutional change**. 2003. Disponível em: <http://129.3.20.41/eps/eh/papers/9309/9309001.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

NORTH, D. C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. Tradução: Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NORTH, D. C. **Institutional change: a framework of analyses**. 1999. Disponível em: <http://ecsocman.hse.ru/data/853/760/1216/9412001.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance (political economy of institutions and decisions)**. Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

NORTH, D. C. **Understanding the process of economic change**. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.

PANNO, F. **Sucessão geracional na agricultura familiar: valores, motivações e influências que orientam as decisões dos atores**. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), UFRGS, Porto Alegre, 2016.

SAF/MDA. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Sobre o programa**. 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-mais/sobre-o-programa>. Acesso em: 10 fev. 2017.

SAF/MDA. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha Pronaf Mais Alimentos**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-mais/sobre-o-programa>. Acesso em: 04 dez. 2016.

SIMON, H. A. A behavioral model of rational choice. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 49, p. 99-118, 1955.

SIMON, H. A. **Comportamento administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. Trad. Aluizio Loureiro Pinto. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

SIMON, H. A. Darwinism, altruism and economics. In: DOPFER, K. (org.). **The evolutionary foundations of economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

SIMON, H. A. Theories of decision-making in economics and behavioral science. **The American Economic Review**, v. 49, n. 3, p. 253-283, 1959.

SIMON, H. A. **The sciences of the artificial**. 3rd ed. Cambridge: The MIT Press, 1999.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Original em 1899).

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? **Cambridge Journal of Economics**, v. 22, p. 403-414, 1998. (Original em 1898).

VIANA, J. G. A. **Evolução da produção ovina no Rio Grande do Sul e Uruguai**: análise comparada do impacto da crise da lã na configuração do setor. 2012. Tese (Doutorado em Agronegócio), UFRGS, Porto Alegre, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WILLOCK, J. *et al.* Farmers' attitudes, objectives, behaviors, and personality traits: the edinburgh study of decision making on farms. **Journal of Vocational Behavior**, v. 54, n. 1, p. 5-36, 1999.

WINCK, C. A. **Impactos do pagamento pela qualidade na cadeia produtiva do leite na região oeste de Santa Catarina**. 2012. Tese (Doutorado em Agronegócio), UFRGS, Porto Alegre, 2012.

WIVES, D. G. **Fatores influentes na tomada de decisão e organização dos sistemas de produção de base ecológica da banana no litoral Norte do Rio Grande do Sul**. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), UFRGS, Porto Alegre, 2013.

ZEZZA, A; LLAMBÍ, L. Meso-economic filters along the policy chain: understanding the links between policy reforms and rural poverty in Latin America. **World Development**, v. 30, n. 11, p. 1865-1884, 2002. Disponível em: www.elsevier.com/locate/worlddev. Acesso em: 06 mar. 2018.

MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NA FUMICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL: análise da trajetória de vida das famílias produtoras

*Rafaela Vendruscolo
Paulo Dabdab Waquil*

Introdução

O tabaco, enquanto uma planta nativa das Américas e consumida por povos nativos difundiu-se por todo o mundo, adquirindo contornos diversos ao longo da história. Transformações no processo de produção e no consumo do tabaco marcam eventos acompanhados por momentos críticos e disputas em torno dos benefícios e malefícios da sua produção e de seu consumo. Apesar de disputas existirem desde o processo colonizador das Américas pela Europa, foi nos últimos 30 anos que a disputa entre os favoráveis e os contrários ao tabaco travou-se de forma intensa. Aliado a isso, transformações no mercado do tabaco, seja pelos aspectos concorrenciais do mercado internacional, seja pelas transformações no comportamento de consumo da população, acarretaram necessidade de adaptação dos atores envolvidos com essa cadeia produtiva. Com maior foco para esse artigo, observou-se que as transformações no cenário da fumicultura afetaram a vida e a realidade dos agricultores familiares produtores de tabaco, ao mesmo tempo em que são afetadas por eles. Nesse sentido, busca-se analisar como as transformações na fumicultura vêm afetando as interpretações e condutas das famílias produtoras de tabaco ao ponto de promover mudanças na realidade.

O processo de produção do tabaco assume contornos diferenciados em todos os países produtores. No Brasil, apesar de inicialmente ser produzido essencialmente em estados do nordeste e processado pelos próprios agricultores ou em indústrias locais, a produção ganhou escala com o processo de colonização alemã e italiana no sul do Brasil. Nesse espaço também começam a instalarem-se as indústrias de processamento dos fumos claros produzidos no sul do Brasil, constituindo fonte de renda para os colonos que aos poucos se instalavam nas novas terras. Desde então, diversas transformações ocorreram nas relações de trabalho, de comercialização, no processo produtivo, na vida e nas relações dos agricultores e das empresas fumageiras. Ao longo do século XX consolida-se um forte sistema agroindustrial, a partir de relações

integradas de produção e comercialização. Apesar disso, a produção de tabaco continua sendo produzida essencialmente por agricultores familiares, atrelados à agroindústria fumageira nos três estados do sul do Brasil, onde se concentra a maior parte da produção de tabaco brasileiro. Assim, compreende-se que a produção de tabaco no sul do Brasil consolidou-se sobre uma rede de atores engajados a partir de uma rede de compromissos convencionados, de interpretações e condutas compartilhadas, as quais são entendidas como instituições (VEBLEN, 1983; HODGSON, 2004, 2005, 2006; BOLTANSKI, 2011; BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

Contudo, como parte da vida social, diversos eventos ocorreram ao longo da história da fumicultura e da região estudada, colocando à prova as instituições vigentes. Assim, as classificações, as formas de julgamento, as qualificações já estabelecidas são questionadas conformando o que Boltanski e Thévenot (2006) chamam de “momentos críticos”. No cenário da fumicultura, principalmente nos últimos 30 anos, momentos críticos tornaram-se mobilizações de disputas, os quais, apesar de terem especificidades em relação ao tabaco, fazem parte de eventos mais amplos em torno da saúde humana e do meio ambiente, das relações trabalhistas, do desenvolvimento e da agricultura familiar.

De forma mais intensa a partir da década de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em suas conferências, passou a tratar o tabaco como uma pandemia global, a qual se tornou um dos focos de preocupação principais dessa organização. Como consequência, criou-se o acordo internacional chamado Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, ratificado pelo governo brasileiro em 2005, a partir do qual, diversas ações vêm sendo pensadas no sentido da diminuição do consumo de cigarros no mundo, bem como o suporte governamental para os produtores de tabaco que seriam afetados pela diminuição da necessidade de matéria-prima. Esse acordo está fundamentado nos movimentos de críticas intensificados nos últimos 30 anos, protagonizados por órgãos internacionais, ONGs, órgãos governamentais, etc., os quais se fundamentam, por vezes de forma fragmentada, por vezes, conjunta, em grandezas como a saúde pública, o desenvolvimento sustentável, a proteção da criança e do adolescente, a relação de trabalho justa, dentre outras que fundamenta as ações críticas contrárias ao consumo e à produção do tabaco. Com bases nessas grandezas, a rede antitabaco denuncia o Sistema Integrado de Produção de Tabaco²⁶ pelo alto uso de agrotóxicos que prejudicam a saúde dos trabalhadores, bem como do meio ambiente, como responsável pelo desmatamento já que consiste em um sistema produtivo que necessita de muita lenha para a secagem das folhas de tabaco, pela utilização de mão de obra infantil nas atividades na lavoura, comprometendo o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, bem como pelo que consideram uma relação de exploração das

26 O foco dessa análise está na produção de tabaco e não no consumo.

empresas fumageiras com os agricultores familiares integrados sendo, por tudo isso, uma cadeia produtiva que não gera desenvolvimento para as famílias e para as regiões envolvidas. Nessa direção, alguns estudos buscam fundamentar as perspectivas críticas (SCHNEIDER, 2010), bem como compreender as transformações ocorridas a partir desses movimentos (SCHEIBLER, 2006; SILVA, 2008, dentre outros).

Apesar de não se utilizarem exatamente dessas narrativas críticas, os agricultores familiares produtores de tabaco construíram ao longo dos mais de 100 anos de integração, denúncias próprias que são por eles acionados a partir de operações de mobilização contrárias as empresas fumageiras e, por vezes, aos governos. Um dos itens principais das denúncias dos agricultores está nas relações de comercialização do tabaco, o que gera insegurança e ansiedade dos produtores visto que não há garantias de preço e de lucratividade. Assim, a maioria dos agricultores reclama da forma como as empresas classificam a sua produção, sob a qual fundamentam o preço do produto. Por outro lado, denunciam a penosidade do trabalho braçal na fumicultura, bem como o desgaste por ele desenvolvido na medida em que o sol tem se tornado cada vez mais intenso, principalmente na hora da colheita, que, associado ao uso de agrotóxicos, vem prejudicando a saúde dos agricultores. Assim, reivindicam mais atenção dos governos para a agricultura familiar, criticando, ao mesmo tempo, as ações dos governos sobre a produção de tabaco no sentido de gerar mais insegurança do que auxílio a eles.

Os movimentos de crítica internacionais, associados às críticas locais, mobilizaram a emergência de ações governamentais no sentido de restrições ao consumo de cigarros e de aumento nas taxações sobre a produção desses, bem como, no que tange a produção do tabaco, atores governamentais criaram restrições de fiscalizações quanto a alguns aspectos das relações de integração, como o envolvimento de crianças e adolescentes na produção, o desmatamento para a secagem das folhas de tabaco, além da criação de políticas públicas de apoio a gradativa diminuição da produção de tabaco entre os agricultores familiares como, por exemplo, o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT). Ações governamentais brasileiras em resposta às exigências da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Associado a isso e aos movimentos concorrenciais do mercado internacional, muitos países consumidores do tabaco brasileiro passaram a exigir matéria-prima produzida sem trabalho infantil, sem prejuízos ao meio ambiente e com relações de trabalho consideradas justas, bem como, exigem um produto de qualidade na medida em que o tabaco brasileiro se sustenta no mercado internacional sob essas características.

Nos espaços de disputa configurados nos momentos críticos, a rede de atores se desestabiliza, assim como a de instituições. Dessa forma, na medida

em que a disputa ocorre, por meio de críticas, denúncias e seus aportes de justificação, outros atores respondem às críticas, fortalecendo ou aprimorando os argumentos. Nesse momento em que as instituições são colocadas à prova, os atores em disputa justificam suas posições a ponto de remodelar ou criar novos engajamentos. A mudança, portanto, ocorre a partir dos novos engajamentos e novos quadros valorativos comuns que justificam esses engajamentos, quando a crítica possui força necessária para esse movimento. São esses impulsos que, na análise da realidade dos agricultores fumicultores, pode mudar a forma como interpretam e conduzem as suas atividades, identificando se os enraizamentos e os acordos foram afetados (BOLTANSKI, 2011).

Como resposta às críticas em relação ao tabaco, as quais construíram um sentido de desmoralização dessa cadeia produtiva, as empresas fumageiras, articuladas às suas representantes e outras organizações em torno da rede em defesa do tabaco, criaram estratégias de requalificação do tabaco, transformando as críticas em oportunidades. Seja por meio de operações midiáticas ou de mudanças nas suas condutas, a rede em defesa do tabaco vem promovendo um processo de reafirmação da fumicultura. Isso ocorre por meio de ações de conscientização dos produtores de tabaco quanto a não utilização do trabalho infantil nas lavouras, por meio de cartilhas e de projetos articulados com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como ações de conscientização sobre a segurança do trabalho com o tabaco, desenvolvendo e fornecendo equipamentos apropriados para a sua colheita e a manipulação dos agrotóxicos, além da conscientização da não utilização de mata nativa para a secagem do tabaco Virgínia. Além disso, possuem projetos de incentivo ao reflorestamento, como forma de combater o desmatamento, diminuir os custos de produção para o agricultor e ofertar outra fonte de renda. Nesse sentido, as empresas incentivam a diversificação produtiva, tendo o tabaco como uma das opções de diversificação. Assim, utilizando-se de argumentos científico e de operações midiáticas, as empresas apresentam a cadeia produtiva como a mais sustentável, que menos utiliza agrotóxico e que gera o desenvolvimento de muitas regiões, trazendo os termos utilizados na mobilização das críticas no sentido de potencializar a qualificação do tabaco.

Ainda nesse cenário de transformações, observam-se mudanças nos rumos das estratégias das empresas fumageiras, as quais estão promovendo algumas modificações na operacionalização do Sistema Integrado de Produção de Tabaco. As mudanças direcionam a cadeia produtiva para um processo de seleção gradativa dos agricultores familiares “mais aptos” a concretização das novas exigências, sejam legais, sejam do mercado consumidor. Assim, observou-se no trabalho de campo que as empresas fumageiras dão privilégios aos agricultores que cumprem as exigências legais de não utilização de mão de obra infantil, não desmatamento e que, principalmente, produzam

a matéria prima de acordo com as exigências de qualidade propostas pelas empresas. Dessa forma, conferem maior atenção e valorizam financeiramente os produtores fidelizados às empresas tanto no sentido da comercialização, quanto no sentido de seguirem os padrões de qualidade do tabaco em folha. Além disso, destacam-se as recentes iniciativas de promoção da agricultura mecanizada e da produção em larga escala do tabaco no nordeste brasileiro, o que vem gerando especulações sobre o futuro da atividade na região sul do Brasil. Esse processo acarreta exclusão de grande parte dos agricultores familiares produtores de tabaco, visto que apenas os fumicultores que atenderem as exigências permanecerão integrados à cadeia produtiva. Fato que ocorrerá gradativamente, principalmente a partir da estratégia de compra a baixos preços do tabaco de produtores integrados que não cumprem com a qualidade exigida, bem como a exclusão de quem não cumpre com as regras legais. Assim, o foco das empresas fumageiras têm sido investimentos em variedades e maquinários que permitam aumento de produtividade e qualidade do produtor. Com isso, o objetivo vem sendo diminuir o número de produtores, mantendo o volume de produção e, principalmente, a qualidade do produto.

Fato que vem sendo corroborado por produtores que buscam atender as exigências e, dessa forma, que não estão descontentes com a produção de tabaco, buscando aprimorarem-se cada vez mais no sentido de diminuir a penosidade do trabalho e atender às exigências das empresas, as quais recompensam de forma a valorizar o produto na hora da comercialização, bem como o produtor, por meio de acompanhamento e desenvolvimento de novas soluções para a produção. Essa narrativa é condizente com as narrativas das empresas fumageiras, perpetuando a produção fumageira a partir de mudanças nas estratégias da cadeia produtiva. Do grupo de agricultores entrevistados, 04 das 28 famílias entrevistadas compartilham essa narrativa e conduzem suas vidas nessa direção. Apesar de não ser uma pesquisa quantitativa, observou-se que o maior número de famílias está seguindo outras trajetórias de vida, sendo que algumas indicam mudanças institucionais para o futuro da produção de tabaco.

Diante do que se considera um novo direcionamento da cadeia produtiva do tabaco, o qual conduz a exclusão de grande parte dos agricultores familiares produtores de tabaco, objetivou-se analisar quais as trajetórias das famílias fumicultoras, tendo como fundamento metodológico a compreensão de mudança institucional a partir das ferramentas apresentadas por Veblen (1983), Hodgson (2004, 2005, 2006), Boltanski e Thévenot (2006) e Boltanski (2011). Para tal, em um primeiro momento, são apresentados os elementos teóricos da ideia de mudança institucional que orienta a posterior análise das trajetórias de pensamento e comportamento seguidas pelas 24 famílias entrevistadas que não seguem o padrão exigido pelas empresas na mesma

direção das anteriores e que apresentam constantes reclamações em relação à cadeia produtiva do tabaco.

Elementos para a análise da mudança institucional

Partindo de olhares complementares do institucionalismo, levando em consideração o que Thérét (2003), inspirado na discussão de Hall e Taylor (2003), aponta como necessidade de aproximação das correntes, parece frutífero o encontro entre o Antigo Institucionalismo (VEBLEN, 1983), bem como de sua releitura (HODGSON, 2004, 2005, 2006, 2007), com a Teoria das Justificações de Boltanski e Thévenot (2006), Boltanski e Chiapello (2009) e Boltanski (2011), para compreender os processos de mudança no cenário pesquisado. A relevância de compreender instituições a partir desta abordagem está em olhar a sociedade a partir da forma como os indivíduos pensam e se comportam e assim pode-se afirmar que determinada regra ou norma é uma instituição na medida em que for legitimada pelos atores envolvidos, ou ainda, interpretada da mesma forma pelos atores que a compartilham. Para tal, as instituições são compreendidas como interpretações e condutas compartilhadas, as quais se fundamentam em justificações, princípios valorativos de equivalência que podem mudar a partir das dinâmicas de disputas, críticas ou demais situações cotidianas que permitam a emergências de novas interpretações e condutas.

A concepção teórico-metodológica para compreender a mudança institucional ou a não mudança constrói-se a partir do aporte evolucionário do antigo institucionalismo, a partir da releitura de Hodgson²⁷, associado aos elementos e ao processo de mudança proposto por Boltanski e Chiapello (2009) ao analisarem as transformações no capitalismo, bem como de Boltanski e Thévenot (2006), ao construírem uma teoria das justificações, além da obra de Boltanski (2011), *De La Critique*. Os pontos de convergência são apresentados nesta seção conformando a linha de raciocínio teórica que fundamenta o objetivo que visa analisar as trajetórias das famílias fumicultoras nos últimos 30 anos, com vistas a identificar mudanças nas suas formas de interpretar o tabaco e conduzir suas vidas, diante das transformações no cenário da fumicultura.

A pesquisa pressupõe a análise conjunta das transformações nos espaços micro²⁸ e macro, envolvendo o social, cultural, econômico e político em dimensões integradas, ou seja, deixando de lado as estratificações analíticas

27 Hodgson (2004, 2005, 2006) faz releituras da teoria de Veblen ao final do século XX, identificando a ausência de clareza no aporte teórico e metodológico da mudança institucional em Veblen. Tanto que Veblen (1983) compreende que a importância em analisar a mudança institucional está em afirmar e identificar que as instituições mudam com a evolução das sociedades, e não analisar em que momento elas mudam.

28 Contudo, destaca-se que o foco desse artigo está nas mudanças que se processam entre os agricultores familiares produtores de tabaco.

recorrentes nas ciências sociais. Enquanto categoria analítica, as instituições, conforme o conceito exposto, permitem analisar a vida e a sociedade em todas as suas dimensões. Dessa forma, a complementação entre algumas noções da Teoria das Convenções e das Justificações de Boltanski e Thévenot e o Antigo Institucionalismo norte americano de Veblen, como parte do institucionalismo histórico²⁹, está na busca por compreender o comportamento e as justificações tanto no espaço micro quanto macro das relações sociais.

Em seu livro mais recente, Boltanski (2011) relata o poder das instituições como instâncias de confirmação, responsáveis pelo trabalho de manutenção e solidificação da realidade, conferindo a ela uma estabilidade mínima. Estas confirmações são orientadas no sentido da qualificação, compreendendo o processo de justificação construído por Boltanski e Thévenot (2006). Dessa forma, o objetivo principal, tanto na obra de Veblen, quanto na percepção de Boltanski (2011) não é um processo de denúncia da dominação das instituições aos indivíduos que a desconhecem, nem a percepção das mudanças institucionais em direção as mais eficientes, mas a compreensão da realidade a partir das percepções dos atores, as quais se situam em interpretações coletivas.

A análise Vebleniana das instituições é desenvolvida a partir de sua natureza evolucionária, a partir de um processo de evolução oriundo das interações sociais, as quais são imprevisíveis e influenciadas pelas instituições sociais existentes, além de hábitos de comportamentos e pensamentos que podem evoluir para sua institucionalização³⁰. A perspectiva evolucionária desenvolvida por Veblen busca analisar o processo de mudança em curso. As instituições estão em constante processo de transformação, sendo este constitutivo do processo de evolução da estrutura social, sem caracterização valorativa em termos de instituições mais ou menos eficientes. Segundo Veblen (1983, p.88), “as instituições tendem a mudar com a mudança das circunstâncias, uma vez que é de natureza do seu método habitual corresponder aos estímulos que estas circunstâncias variáveis lhes proporcionam. O desenvolvimento dessas instituições é o próprio desenvolvimento da sociedade”.

29 Segundo tipologia de Théret (2003) inspirada em Hall e Taylor (2003).

30 Entretanto, a perspectiva evolucionária vai além do evolucionismo antropológico, da evolução histórica das instituições weberianas e da abordagem da Nova Economia Institucional. Destaca-se que o processo evolucionário de Veblen não estigmatiza grupos sociais a partir de uma escala evolutiva de desenvolvimento do mais primitivo ao civilizado, pois a evolução institucional não levará a sociedade ao melhor estágio de desenvolvimento. Além disso, a evolução institucional não é um resultado eficiente como pressupõe a Nova Economia Institucional. A eficiência ou não das instituições não é o foco da análise do Velho Institucionalismo, pois estas sendo originárias das interações sociais, os resultados serão imprevisíveis. Além disso, as interações sociais não são compreendidas como ações sociais, nem as instituições como resultado da conduta racional dos indivíduos, bem como o foco de análise ultrapassa o individualismo metodológico presente nos estudos de Weber.

Assim, a percepção sobre mudanças na sociedade apenas ocorre a partir da mudança nos hábitos mentais dos indivíduos que compõe um determinado grupo social. Para Veblen (1983) um determinado padrão de vida constitui um hábito na sociedade, o qual constitui uma reação a determinado estímulo. Novos estímulos ou novas circunstâncias sociais ou ambientais podem gerar novos hábitos, os quais podem institucionalizar-se na medida em que passam a ser compartilhados por um determinado grupo. Da mesma forma, “a dificuldade em abandonar um padrão estabelecido consiste na dificuldade em quebrar um hábito já formado” (VEBLEN, 1983, p. 51). As mudanças institucionais dependem das características históricas do grupo social e de sua trajetória, tendo, deste modo, as categorias tempo e espaço como aspectos relevantes para a análise evolucionária das instituições. Logo, a formação de novas instituições não é percebida em um curto espaço de tempo, acarretando na análise de trajetórias de uma comunidade ou de um grupo social. Ainda, a mudança institucional é paradoxal na análise Vebleniana, pois a herança institucional influencia na resistência dos indivíduos à mudança, como exposto por Veblen (1983) sobre os hábitos mais antigos, bem como influencia na formação de novas instituições.

Para analisar o processo de emergência de novas instituições, tendo em vista a necessidade de maior clareza metodológica da perspectiva vebleniana, Hodgson (2001) propõe a compreensão da emergência de novas instituições a partir de um processo de causação reconstitutiva de cima para baixo (*reconstitutive downward causation*). Analisar as instituições sob este aspecto significa considerar a agência e a estrutura de forma integrada. Nas palavras de Hodgson (2006, p.146), “ator e estrutura institucional, embora distintos, estão conectados num círculo de interação mútua e interdependência”. Este processo é definido por Hodgson (2006) como *reconstitutive downward causation*, ou seja, das interações entre os indivíduos e destes com a sociedade surgem propriedades específicas, denominadas de propriedades emergentes, as quais emergem somente na ação coletiva. O processo de *reconstitutive downward causation* é diferente e mais complexo do que meramente uma mudança temporária de um hábito (HODGSON, 2006). Contudo, é necessário destacar, conforme Veblen, que “a situação de hoje modela as instituições de amanhã mediante um processo seletivo e coercitivo, atuando na habitual opinião humana sobre as coisas, e assim alterando ou revigorando um ponto de vista ou uma atitude mental herdada do passado” (1983, p.88).

Essas noções são fundamentais para a compreensão da mudança, na medida em que somente ocorre a mudança institucional se na interação social os indivíduos mudarem seus hábitos de pensamento e de comportamento e não de forma temporária apenas sob a pressão fiscalizadora de uma lei, por exemplo. Assim, a evolução e mudança institucional dependem da compreensão

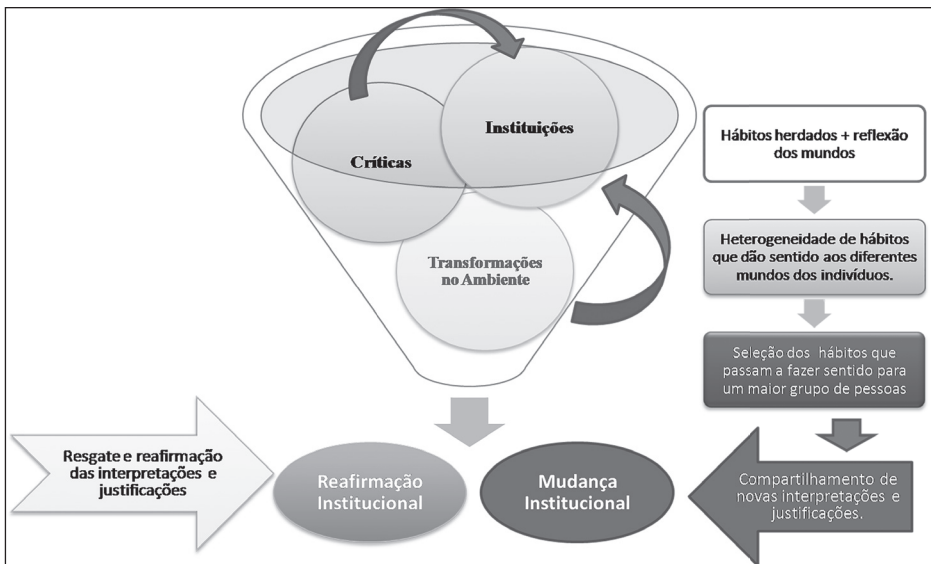
de conceitos como a herança, a variação e a seleção. A herança constitui o processo pelo qual os hábitos e instintos são adquiridos, não de forma genética (biológico), o que significa que a evolução das instituições depende de um processo histórico e geracional (HODGSON, 2005). Por sua vez, a seleção das instituições decorre de uma variabilidade de hábitos que mesclam as características herdadas e emergentes das interações sociais. Assim, a seleção ocorre tanto de forma intencional, como escolhas dos indivíduos, como de forma não intencional, quando estes agem diante de elementos imprevisíveis nas relações sociais (HODGSON, 2005). Assim, no processo de evolução ocorre a seleção de uma série de hábitos a partir de processos que envolvem escolha a partir do contexto social ou a adaptação dos indivíduos a diversas circunstâncias e mudanças no ambiente institucional. A emergência de uma instituição perpassa um processo de transformação de um hábito em uma regra de conduta do grupo social, o qual passa a comportar-se de acordo com o pensamento compartilhado pelo grupo sobre determinada situação. Ou seja, primeiro se estabelece como tradição, como hábito de pensamento e depois como regra de conduta, assim toda a comunidade passa a agir desta forma, pois primeiro passaram a pensar desta forma (convencionaram).

Quanto ao processo de mudança, a noção de Hodgson é complementada pela análise da crítica e das disputas como mecanismos de mudança de Boltanski e Thévenot (2006) e Boltanski e Chiapello (2009), visto que a releitura de Veblen assenta-se sobre o processo de adaptação a partir de transformações na sociedade, como motivação para a mudança. Boltanski (2011), em *De La Critiqué*, ao reconhecer o poder das instituições, reconhece que ao mesmo tempo elas desempenham a função de segurança semântica e de violência simbólica, sendo a crítica uma categoria importante para compreender as destabilizações na realidade. Assim, a crítica gera instabilidades na segurança institucional, sendo um potencial para a mudança, apesar de ela não poder se tornar uma instituição (BOLTANSKI, 2011).

Com base nisso, elencou-se as ferramentas analíticas, como resultado da soma de noções aqui apresentadas, para analisar as mudanças ou as propensões a mudanças na realidade das famílias fumicultoras a partir das transformações no cenário da fumicultura, muitas oriundas das críticas. Entender a mudança institucional, com esse objetivo, consiste em compreender como os diferentes indivíduos interpretam, conduzem e formalizam hábitos, que são, por natureza, heterogêneos e que ocorrem de forma não linear, o que demonstra o dinamismo e a complexidade com que as instituições mudam (AGNE, 2014). Aliado a essa compreensão, compreende-se, ainda, que o ambiente de incerteza, seja pela emergência de momentos críticos, seja por transformações no ambiente, exigem que os atores reflitam e mobilizem justificações que confirmem a sua realidade, ou transformem as suas condutas a partir de novas interpretações e

justificações que emergem de hábitos oriundos dos mundos de algum ator que passa a ser imitado, fazendo sentido para mais atores e, assim, institucionalizam-se conformando novas realidades. A retomada do neoinstitucionalismo de Hodgson (2006), a partir da concepção de *reconstitutive downward causation*, clareia a concepção Vebleniana, a qual apresenta a interação mútua e interdependente entre ator e estrutura institucional, como germen do processo de mudança. O processo de institucionalização ocorre a partir da interação entre atores e destes com a estrutura institucional herdada, as quais, aliadas a processos de crítica e de transformações no ambiente podem provocar mudanças institucionais.

Figura 1 – Quadro analítico sobre mudança institucional que orienta esta pesquisa



Fonte: elaborado pela autora (2017).

As mudanças institucionais ocorrem a partir da interação entre processos de crítica, transformações no ambiente, as quais ocorrem em um ciclo envolvendo o ambiente macro e microinstitucional. Esses gatilhos podem provocar a mudança institucional, observada a partir da mudança na forma como os atores interpretam, conduzem e justificam as suas atividades. Ou ainda, podem afirmar as instituições já existentes, dando novos contornos, mas sem provocar mudanças na forma como os atores conduzem suas atividades e interpretam e justificam suas condutas.

No cenário posto em análise, compreende-se que com as manifestações críticas promovidas pela OMS e por outros órgãos baseados em pesquisas científicas, as quais geraram instabilidades nas interpretações acerca do tabaco

em torno da Convenção-Quadro para o controle do Tabaco, as críticas internas às relações entre os agricultores e as empresas integradoras, aliadas às transformações no comércio internacional e no ambiente concorrencial com outros países produtores de tabaco, bem como demais transformações em espaços locais, como a problemática de mão de obra no rural, entre outras, criou um ambiente de incerteza na qual os atores viram-se compelidos a justificar as suas ações. Ao mesmo tempo, alguns atores mobilizaram reflexões as quais, oriundas dos mundos em regimes metapragmáticos, passaram a questionar as suas realidades, as suas ações, e, assim, remodelaram as suas interpretações sobre a produção de tabaco, adaptando-se a hábitos que passaram a emergir no entorno e, assim, selecionando novas condutas, novas interpretações e novas formas de justificar as suas ações. Aspecto, principalmente verificados entre alguns agricultores familiares fumicultores, revelando a heterogeneidade de trajetórias selecionadas a partir da variação de hábitos. Entre o universo de agricultores entrevistados, portanto, observou-se diferentes agrupamentos que, compartilham diferentes interpretações, seja para manter as instituições vigentes, seja para justificar as suas novas condutas.

A heterogeneidade das trajetórias das famílias produtoras de tabaco na direção de mudanças institucionais

Ao analisar as trajetórias de vida dos agricultores familiares foram encontradas famílias que manifestam descontentamento com a produção de tabaco, desestabilizando as instituições que davam sentido às suas ações e, assim, construindo novas interpretações e justificações para condutas que vêm sendo visualizadas como norteadoras de suas vidas. Dentre essas famílias, categorizou-se, para melhor análise, em três subgrupos de acordo com as novas interpretações e condutas: famílias que substituíram a produção de tabaco por outras formas de sobrevivência como a produção de hortigranjeiros ou carne de gado ou adentraram em outras cadeias produtivas como a do leite de vaca; famílias que almejam substituir a produção de tabaco, mas não encontraram alternativas viáveis que lhes permitissem deixar de produzir tabaco; e, famílias que vêm substituindo a produção de tabaco a qual era a fonte principal de renda, pela produção de soja como atividade principal, a qual vem acompanhada da diversificação da propriedade. Destaca-se que essas famílias mudaram as suas interpretações, principalmente focadas nos vínculos tradicionais com o tabaco e na compreensão dessa produção como única alternativa de renda nessas áreas, bem como geradora de desenvolvimento, na medida em que, somando os riscos à saúde, os baixos preços pagos pelo produto e a penosidade do trabalho, compreendem que essas instituições estão relacionadas ao passado da cadeia produtiva do tabaco, considerado como

“tempos de vacas gordas”. Com isso, identifica-se que esse é um processo de mudança da rede de instituições que sustentam a produção de tabaco, a qual, apesar de ainda ser usada para justificar a cadeia produtiva, vem sendo substituída por novas interpretações, justificações e condutas.

Primeiramente, destaca-se a direção seguida por agricultores familiares fumicultores de conversão do modelo produtivo da propriedade e, portanto, o abandono da produção de tabaco. Conduta e interpretação que vai ao encontro das propostas teóricas e governamentais da diversificação das áreas cultivadas com tabaco. A troca produtiva acarretou mudança significativa no modo de vida das famílias, impulsionadas por desilusões com a produção de tabaco, bem como pelo encontro de alternativas economicamente viáveis e mais satisfatórias, de acordo com suas justificativas. Nesse processo, as famílias não se dispuseram ao processo de mudança exigido pelas empresas, buscando novos rumos produtivos. Esses, por sua vez, são fruto de uma postura dos agricultores que se dispuseram a buscar e construir novos mercados, alguns trocando para outras cadeias produtivas, enquanto outros se aventuram na construção de mercados de proximidade, de cadeias curtas, venda direta e etc. Esse processo de mudança, por vezes, tem o apoio de órgão de assistência técnica e extensão rural, de atores locais e de políticas públicas, o que por vezes não acontece, sendo uma iniciativa solitária da família.

Seis, das 28 famílias entrevistadas, deixaram de produzir tabaco, buscando novas alternativas produtivas para a sobrevivência no meio rural. Assim, são seis famílias que realizaram a conversão da propriedade, substituindo a produção de tabaco por outras fontes de renda como: produção de leite, gado de corte e hortifrutigranjeiros, principalmente. A mudança de mentalidade apresentada pelas famílias consiste em uma trajetória que compreende e existência de outra ou de outras atividades como capazes de sustentar a família e, principalmente, com menos mão de obra, trabalho penoso e insegurança climática. Assim, apesar de continuar acreditando que a produção de tabaco garante boa rentabilidade aos pequenos produtores rurais, consideram que, atualmente, podem optar por atividades que não lhes garanta tanta rentabilidade, mas outros ganhos. Esse processo de mudança reforça a compreensão de que não é uma instituição que justifica a conduta dos atores, mas uma rede, um emaranhado de interpretações que mobilizam a realidade social.

Finalizar a produção de tabaco consistiu em uma decisão em médio prazo, visto que outras possibilidades de renda vinham sendo planejadas e executadas. Com isso, observa-se que deixar de produzir tabaco não é uma conduta concomitante a uma ou mais novas produções e sim posterior. A trajetória das famílias analisadas não é homogênea, sendo alguns aspectos comuns e outros que merecem destaque pela sua diversidade, compreendendo que não há homogeneidade entre os produtores de tabaco, bem como na agricultura

familiar de modo geral. Dessa forma, trata-se aqui de uma conduta que levou à busca por outra atividade produtiva que, inclusive, põe fim a sua identidade de fumicultor para situar-se em outra identificação profissional. Essas famílias, portanto, não são apenas ex-fumicultoras, mas produtores de hortaliças, feirantes, produtores de leite e criadores de gado, dentre outras classificações que acompanham a identificação de agricultor familiar ou colono. A mudança institucional, nesse sentido, passa, portanto, por uma mudança identitária, em que a família rompe com o vínculo com uma planta, com uma rotina, com um modo de vida e uma série de conhecimentos desenvolvidos e herdados. E, além disso, está disposta a construir uma nova identidade, novos conhecimentos e novos vínculos, ou estreitar os já existentes em outra atividade produtiva, com a qual possui outras relações.

As motivações para isso, não são diferentes das demais famílias que estão descontentes com a produção de tabaco, ou alguns problemas bem corriqueiros na agricultura familiar contemporânea. Dificuldade de mão de obra, de sucessão, trabalho penoso com o tabaco, pouca valorização das empresas na hora da venda, riscos agrícolas como granizo – o que mais gera insegurança na produção de tabaco – dentre outras que motivam as famílias a construir suas críticas e exporem suas denúncias. Por essas denúncias, essas famílias passaram a investir em outra atividade. Cada qual com seu processo e sua trajetória, as famílias buscaram diferentes atividades de acordo com a interação de critérios como: oportunidade, aptidão, preferências, necessidade de mão de obra, disponibilidade e característica das terras, mercado e disposição para construir mercado, apoio de políticas públicas e assistência técnica e extensão rural.

Para as seis famílias analisadas, a busca pelas novas atividades não tiveram uma influência direta de políticas públicas ou entidades. As atividades foram escolhidas pelos próprios agricultores, bem como, buscaram ou construíram os mercados individualmente. Contudo, ao longo do desenvolvimento da trajetória de vida e das atividades, as famílias vêm buscando e tendo o apoio de políticas públicas e de entidades envolvidas com o rural. É o caso do apoio dos escritórios municipais da EMATER-RS, seja com orientações técnico-produtivas, seja com informações e a inserção em políticas públicas. Contudo, os agricultores buscam referências também em outros lugares como, por exemplo, troca de informação entre produtores, internet e agropecuárias, além de todos destacarem a construção do conhecimento por meio da prática, das experiências na propriedade e nas experiências dos vizinhos.

Os técnicos da EMATER-RS também possuem um papel fundamental na inserção de alguns desses agricultores no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Duas das famílias entrevistadas comercializam ou já comercializaram suas hortaliças e frutas para a alimentação escolar no próprio município. Apesar de ser um importante canal de comercialização da agricultura

familiar brasileira na atualidade, o papel do PNAE não é significativo nas narrativas das famílias entrevistadas, mesmo as que estão inseridas nessa política pública. Em um dos municípios pesquisados, destaca-se, ainda o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco e o Programa de Promoção da Agricultura Familiar Sustentável, chamadas pelos seus atores, respectivamente, como chamada da diversificação e chamada da sustentabilidade.

Quanto a políticas de financiamento, os agricultores reclamam da falta de apoio governamental para aquisição, por exemplo, de materiais para a construção de estufas para plantio das hortaliças. Destaca-se, ainda, que desde o momento da migração para outra atividade, cinco das seis famílias não têm mais acionado programas como o PRONAF e, assim, as atividades vêm sendo custeadas pelos próprios agricultores com recursos, em sua maioria, advindos da produção de tabaco que lhes permitiram investir em novas atividades. No caso da família produtora de leite, os financiamentos não são mais possíveis em virtude do endividamento da família por conta de frustrações de outras atividades como a criação de suínos e aves, as quais foram derivadas de financiamentos ainda em débitos.

As trajetórias das famílias, acima descritas, possuem, portanto, um ponto de ruptura com a produção de tabaco, a qual varia de famílias que romperam o vínculo há 08 anos até famílias que romperam há 01 safra do ano das entrevistas (2015). Entretanto, as seis famílias analisadas são agricultores que, ao mudarem as suas trajetórias de vida e suas interpretações sobre a produção de tabaco e alternativas de geração de renda no meio rural, foram estigmatizados por vizinhos e familiares. A percepção do grupo, o qual os agricultores fazem parte, consiste em um dos critérios importantes para as escolhas sobre o que pensar e o que fazer. Conforme expôs Hodgson (2006), a coerção do grupo social pode ser um dos fatores importantes para a dificuldade das mudanças institucionais. Sendo seres sociais, a identidade, as relações e a aceitação são componentes de uma moral, a qual constitui cada sujeito e, dessa forma, interfere nas suas escolhas, assim como suas escolhas interferirão nesses componentes da vida social.

Por fim, as seis famílias agricultoras são unânimes em afirmar que a mudança e, principalmente a decisão de parar com a produção de tabaco não é tarefa fácil. Além disso, em suas narrativas não criticam os produtores que continuam a cultivar o tabaco, pois justificam que é difícil encontrar alternativas de geração de renda nessas regiões. Assim, consideram como uma escolha possibilitada pelo encontro de uma ou mais atividades que lhes dessem satisfações e rendimentos. Mesmo que os rendimentos não sejam os mesmos da produção de tabaco, o momento da vida da família, a qual possui determinada estrutura e realização de sonhos como casa, carro, permitiu escolher por um modo de vida que é qualificado por eles como menos trabalhoso.

Como afirma a agricultora de 54 anos: “a gente vê que nós temos outra opção de sobrevivência, né. Agora podemos escolher” (FAMÍLIA 04, 2015). Esses agricultores salientam que a estrutura atual é oriunda da produção de tabaco, o que permitiu não precisar mais dos vínculos com esse actante.

Com isso, destaca-se que o processo de mudança na forma como os agricultores familiares fumicultores interpretam e conduzem a produção de tabaco é compreendido pelo ferramental teórico e metodológico da mudança institucional. Ao encontro do que propõe a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, os agricultores aqui categorizados reagiram às reflexões em torno dos movimentos internos e externos de crítica, encontrando alternativas que demandassem menos mão de obra, menos penosidade de trabalho, e menor utilização de agrotóxicos. Como aspectos necessários para que essa mudança encontre mais adeptos, a partir da observação dos próprios agricultores, é necessária uma política pública de efetivo apoio para que os agricultores possam ter maior segurança de ganho financeiro enquanto as novas alternativas não se efetivem já que compreendem que o processo não é rápido, mas exige a construção de conhecimento e de estruturação de um novo modo de vida, novas relações cotidianas de trabalho. Um dos pontos fundamentais, também destacados, é a necessidade de assistência principalmente no que tange a busca por mercados que não estejam estruturados em uma cadeia produtiva, o que também será destacado pelo grupo que será analisado no próximo item.

Como segundo grupo analisado como representativo de uma mudança institucional, destacam-se famílias descontentes com a produção de tabaco, que apesar de terem encontrado possibilidades de renda, as quais gostariam de realizar e transformar a propriedade, ainda possuem resistências em converter totalmente a propriedade. Portanto, observa-se que as famílias mudaram a forma de pensar, as suas interpretações e vínculos com a produção de tabaco, mas consideram difícil a ação de conversão. Compreende-se que, nesse sentido, a mudança institucional ocorre na direção de interpretações que não considerem o tabaco como a única possibilidade de renda e de modo de vida das famílias dessa região. Com isso, torna-se mais propícia a mudança da conduta desses agricultores que já justificam e manifestam novas vontades e novas compreensões em torno do seu modo de vida e do tabaco. Contudo, esses agricultores precisam de apoio que é por eles reivindicado ao manifestar as justificativas de ainda não conversão.

Essas são as interpretações e condutas encontradas nas narrativas de seis famílias entrevistadas, as quais têm, ao longo dos anos, buscado alternativas à produção de tabaco. A mudança de pensamento ocorre a partir dos descontentamentos com a produção nos últimos anos, passando a observar a atividade produtiva como penosa e degradante em relação à saúde. São famílias, portanto, que não vêm seguindo as orientações das empresas fumageiras

na direção da modernização produtiva e da busca pela qualidade do tabaco. Ao invés disso, rumam na tentativa de encontrar uma nova identidade para a família e para a propriedade. Entretanto, os vínculos com o tabaco ainda os permitem a continuidade da atividade, seja porque algumas famílias ainda não encontraram uma ou mais fontes de renda viáveis para a conversão, seja porque a atividade ainda não se desenvolveu de acordo com o esperado, ou necessitam de maior apoio para tal.

Entretanto, compreende-se que as antigas instituições e pactos em relação à produção de tabaco foram abalados na trajetória dessas famílias. Emerge a interpretação de que, unindo o trabalho penoso, a necessidade de maiores investimentos e a saúde da família, o tabaco não seria mais a única alternativa para a propriedade. Além disso, essas famílias estão revendo os vínculos familiares e identitários com a produção, dispondo-se a construir novos vínculos e novas identidades e, assim, rompendo o pacto familiar. Essas percepções e mudanças são influenciadas pelas transformações contemporâneas no rural e as novas dinâmicas que vêm construindo novos significados entre o rural e o urbano. E, por fim, apesar de perceberem o tabaco como fonte de renda e desenvolvimento da propriedade na conquista de terra, casa e sustento da família, apontam como aspectos relacionados a um período histórico de valorização do tabaco, o que não percebem para o futuro.

Os investimentos para começar uma nova atividade ou, ainda, legalizar uma atividade já em andamento são os principais entraves para a mudança de conduta das famílias que já mudaram a sua interpretação sobre a produção de tabaco. Apesar de reconhecerem que, atualmente, há maior facilidade no financiamento das atividades rurais, todas as famílias dessa categoria reivindicam maior apoio governamental, o qual não condiz com as políticas atuais. Os investimentos na produção de tabaco realizadas nas propriedades ao longo dos anos são desqualificados por esses agricultores que são alheios ao risco de novos compromissos financeiros que os mantenham presos a outra atividade. A garantia de mercado, de preço, de recurso sem necessidade de pagamento e a diminuição da burocracia são algumas das reivindicações, por eles acionadas, que os permitiriam mudar de conduta.

Aspectos levantados pela família 07, a qual possui tradição na produção de derivados de cana-de-açúcar, tais como melado e açúcar mascavo, bem como na participação de uma pequena feira na cidade há 30 anos. A falta de recurso e as exigências sanitárias são os principais entraves da mudança nesse caso. Aspectos também compartilhados pelas famílias 25 e 27, as quais, mais recentemente, também vêm testando alternativas de produção e fonte de renda. Nesses casos, a produção de tabaco Virgínia foi aumentando e ocupando todo o tempo de trabalho das famílias que, apesar de continuarem a produção de alimentos para o consumo familiar, não possuíam outra fonte de renda, assim

como destacado pela família 06. Nos últimos 03 anos, as famílias 25 e 27 iniciaram pequenas atividades de produção e venda informal de derivados de cana-de-açúcar, milho, frango e ovos. Beneficiários do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, as famílias 25 e 27 vêm buscando, juntamente com a EMATER-RS (executora do programa), pensar em atividades que possam diversificar a propriedade e diminuir a produção de tabaco. Além dos fatores já apresentados pelas demais famílias analisadas nessa categoria, as famílias 25 e 27 reclamam da escassez e dos altos custos com a mão de obra necessária para a produção de tabaco Virgínia, diminuindo a lucratividade, o que torna o tabaco menos atrativo para essas famílias que, por ter pouca mão de obra familiar, necessitam contratar prestadores de serviço, principalmente, na época de colheita do tabaco.

Analisando a trajetória de vida dessas duas famílias, a partir de suas narrativas, observa-se o papel importante da EMATER-RS por meio do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, visto que constituem famílias que não eram assistidas pela entidade antes do Programa. As famílias possuíam vínculos e assistência do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), bastante atuante no município na direção da diversificação das lavouras de tabaco e da sustentabilidade. Os cálculos financeiros e a oportunidade de mercado, aliado à influência dos meios de comunicação e a participação da família no Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco formam a complexa interação que permite a reflexão e as mudanças de interpretação na vida social.

A formalização de uma agroindústria nem sempre é uma alternativa viável para a agricultura familiar em virtude de fatores que merecem análise. Aspecto visualizado na trajetória de vida da família 12, a qual mudou suas interpretações em relação ao tabaco, buscando formalizar a produção de cachaça realizada tradicionalmente no município. A influência e o apoio partiram dos irmãos que moram e trabalham em outro Estado, o que motivou a construção de uma estrutura para a produção de cachaça. O investimento foi financiado com recursos do BNDES, o que possibilitou a formalização da agroindústria. Os altos investimentos, os altos impostos sobre a cachaça e os baixos rendimentos mobilizaram o agricultor a retornar ao cultivo do tabaco, mesmo descontente com a atividade fumageira. A família voltou a produzir tabaco como forma de pagamento dos investimentos, conjuntamente com a atividade produtiva de cachaça. Entretanto, pela disposição a mudanças, a família optou também pela produção de fumo orgânico, sendo uma das primeiras famílias a aceitar o desafio proposto pela empresa Souza Cruz no município.

Ao analisar as trajetórias de vida dessas 06 famílias produtoras de tabaco, observam-se as dificuldades na mudança de conduta mesmo após novas interpretações emergirem das reflexões dos agricultores. O descontentamento com

a produção de tabaco é compartilhado por todos que, ao buscarem abandonar a produção, deparam-se com o que consideram: falta de apoio governamental, dificuldades burocráticas, falta de recursos e mercado para as atividades escolhidas, conforme denunciam as famílias. Observa-se, portanto, que apesar dos avanços na criação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT), as demandas dos agricultores ainda não são atendidas, principalmente no que tange à diversificação dos produtores de tabaco. Políticas mais efetivas para o apoio à produção em menor escala como: desburocratização, acesso a tecnologias para produção em pequena escala, oferta de recurso a fundo perdido para novas atividades, diminuição dos custos de produção, são algumas das possibilidades que atenderiam a demanda dos agricultores. Em detrimento disso, as políticas públicas para a agricultura familiar vêm incentivando, principalmente, a produção de soja, interpretação mencionada por muitos agricultores, e que tem levado a outra mudança institucional encontrada no setor da fumicultura: a migração dos fumicultores descontentes com a produção de tabaco para a produção de soja.

Como terceira categoria de mudança, observou-se as condutas e interpretações de alguns agricultores que direcionam a trajetória de vida para investimentos e mudança de identidade produtiva no sentido da sojicultura. Justificados pela facilidade de crédito para a compra de maquinários, facilidade de mercado e preços altos, bem como menor necessidade de mão de obra, quatro famílias entrevistadas vêm investindo na produção de soja. Fato que corrobora com a mudança de paisagem nas zonas fumicultoras, em que a soja tem possibilidade de expansão. Terras que antes eram consideradas dobradas e dificultavam a entrada de maquinários para a produção de soja, agora são adaptadas para a expansão agrícola sojicultora em fase de crescimento. Ou, ainda, os produtores de tabaco, por falta de terras, buscam arrendamento em terras vizinhas que possibilitam adentrar ou expandir essa produção. Apostas realizadas por agricultores que possuem a característica de diversificar a propriedade, não apenas pelo descontentamento com a produção de tabaco, mas tendo, desde sempre, identidades diversas vinculadas aos sistemas produtivos. Com isso, salienta-se que há uma direção que mostra a mudança institucional dos produtores de tabaco e de zonas produtoras de tabaco no sentido da expansão da sojicultura, acompanhando as políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, interpretadas pelos agricultores como de incentivo a algumas cadeias produtivas, e o contexto brasileiro de expansão da produção de soja.

Uma das características que unem 03 das 04 famílias entrevistadas e que se enquadram nessa direção consiste na sucessão da propriedade. Possuem, portanto, um dos filhos que já dão continuidade ao desenvolvimento da propriedade

dos pais, tendo um bom entendimento no sentido de inovações, diversificação, investimentos e, portanto, mudanças. Nessas famílias, portanto, a opinião e os sonhos dos filhos vêm sendo levados em consideração na direção escolhida para a propriedade. Outra característica destacada nas 04 famílias é a diversidade produtiva, não apenas na produção para autoconsumo, mas na diversidade de fontes de renda, as quais sempre ocorreram na trajetória da família. Com isso, justificam a emergência de novas interpretações que apontam o tabaco como uma renda extra, a qual, anteriormente era a renda principal, para famílias que ampliaram a diversificação da propriedade, principalmente na direção da produção de soja. Emerge, portanto, a construção de uma identidade de sojicultor na medida em que, segundo a interpretação dos agricultores, são ampliadas as políticas de incentivo à produção de soja, as oportunidades de mercado e o preço atrativo, bem como se reforça o desejo de diminuição da penosidade do trabalho, principalmente por parte dos jovens sucessores. Dessa forma, observa-se uma nova trajetória em direção à diminuição ou ao término da produção de tabaco para essas famílias que vêm apostando na diversificação, mas principalmente, na soja como substituição da renda do tabaco.

Com isso, apresentou-se as três direções encontradas nas trajetórias das famílias fumicultoras como indícios de mudanças na forma como elas interpretam e conduzem suas vidas vinculadas à produção de tabaco. Retomando, de forma geral, a rede de instituições que sustentam a fumiicultura no Rio Grande do Sul, observou-se que a lógica tradicional, de vínculo histórico e geracional com o tabaco, somado à lógica industrial de eficiência produtiva e rentabilidade do tabaco em áreas pequenas e dobradas, além da reivindicação de sentido do tabaco com o desenvolvimento, vem sendo rompida na trajetória dessas famílias, dando lugar a novas interpretações e significações com relação à produção de tabaco. Assim, novas interpretações emergem na relação com o actante tabaco e o Sistema Integrado de Produção na medida em que os grupos passam a desqualificar o tabaco quando o percebem como uma atividade que pode trazer malefícios à saúde da família, que somado ao trabalho penoso e a intensa necessidade de mão de obra, aliado aos baixos preços e a insegurança quanto à lucratividade. Esses grupos passam a justificar a produção de hortaliças, de gado de corte, de leite de vaca, de soja, derivados de cana-de-açúcar, dentre outras, como possibilidades rentáveis, menos trabalhosas e com menor necessidade de mão de obra que, somadas, podem transformar a vida das famílias fumicultoras.

Destaca-se que, apesar de metodologicamente, categorizar as famílias com vistas a identificar as interpretações e condutas compartilhadas nos seus direcionamentos de vida, a trajetória das famílias é bastante heterogênea. Isso porque, analisam-se aqui apenas as instituições vinculadas com a atividade produtiva, mas compreende-se que a realidade social é conformada por demais

instâncias da vida, não apenas, uma atividade profissional. Dando continuidade a análise das trajetórias das famílias, destaca-se também a heterogeneidade de famílias que, na análise, categorizamos como famílias que não demonstraram movimentos de mudança na forma como interpretam e conduzem a realidade, assim como, famílias que vem mudando as suas condutas na direção do que as empresas fumageiras almejam e orientam, conformando o que categorizamos, no capítulo anterior, como processo de reafirmação das instituições que sustentam a fumicultura.

A não mudança: manutenção dos vínculos com o tabaco até a aposentadoria ou o fim dos compromissos financeiros

Por fim, na análise realizada, destaca-se um grupo de agricultores que categorizamos como um processo de não mudança institucional. Nesse grupo, os agricultores manifestaram o seu descontentamento não apenas com a cadeia produtiva do tabaco, mas com a agricultura de maneira geral. Manifestaram inúmeras denúncias sobre as dificuldades do meio rural, encontrando na cadeia produtiva do tabaco, já estruturada, a única possibilidade de sobrevivência. Contudo, não fazem investimentos na direção de melhorias da produção de tabaco, bem como não seguem as mudanças exigidas pelas empresas. Esses, por sua vez, produzem o tabaco ano após ano visualizando o dia em que não terão mais empréstimos a pagar, estarão assegurados pela previdência social, possuindo uma renda mensal a qual poderão dar continuidade ao seu modo de vida camponês, tendo seus filhos, migrado para atividades não rurais. Desejos e planejamentos que manifestam um contexto futuro de muitas das propriedades familiares das regiões estudadas, bem como da diminuição do número de propriedades fumicultoras e de hectares cultivados com tabaco. Aspectos já demonstrados pelos dados dos últimos anos e pela interpretação de muitos agricultores e de seus representantes. Assim, não só a fumicultura, mas a produção agrícola está ameaçada pelo contexto do êxodo rural dos jovens e do envelhecimento da população rural, o que pode ser sentido pelas justificações das famílias analisadas nessa categoria (o que também é percebido nas narrativas das famílias em outras categorias).

Assim, das 28 famílias entrevistadas, 08 apostam na continuidade da produção de tabaco apesar dos descontentamentos com o excesso de trabalho e os pequenos rendimentos. Mesmo assim, continuam afirmando o tabaco como única possibilidade para pagar suas dívidas ou sustentar a família até a aposentadoria ou o fim dos compromissos financeiros. Entretanto, diferentemente das famílias que tem investido e adequado a produção de acordo com as exigências de qualidade das empresas, as famílias aqui relacionadas não querem investir mais na produção, mantendo-se até que o tabaco possa ser

cultivado ou dê rendimentos, assim, reclamam constantemente dos preços pagos pela produção. Estima-se que isso ocorra porque a qualidade do produto não condiz com a esperada pelas empresas, ou os agricultores não estão adequados aos novos padrões exigidos por elas e, dessa forma, dão andamento ao processo de seleção dos produtores “mais aptos” à produção de tabaco. Com diferentes trajetórias de vida, como parte da complexidade e heterogeneidade da vida social, as 08 famílias possuem produção diversificada conforme suas compreensões, principalmente para a segurança alimentar da família, o que é comercializado quando tem excedente, em grande parte, informalmente.

A aposentadoria rural é um dos focos dos agricultores que permite ou permitirá deixar de produzir o tabaco e, assim, viver a partir do modo de vida camponês de produção para o autoconsumo e venda do excedente. Marco apresentado pelas famílias de nº 02, 03, 16, 17, 20 e 21. Contudo, antes da aposentadoria, o marco para o fim do tabaco na propriedade da família nº 17 é o fim dos compromissos financeiros com a terra. A trajetória da família nº 17 na propriedade atual data de 2005, quando a família decidiu sair da cidade para morar no rural. O casal nasceu no rural e suas famílias trabalhavam como prestadores de serviço em atividades agrícolas como a soja e a cana-de-açúcar. Após viver um tempo no pequeno centro urbano, como trabalhador assalariado, o agricultor de 49 anos realizou o sonho de comprar terra a qual foi adquirida por meio do Banco da Terra e paga anualmente com os rendimentos da produção de tabaco. De acordo com a trajetória relatada pela família, os recursos advindos do tabaco têm garantido o pagamento da terra, sendo o Programa Bolsa Família, a produção para o consumo familiar e a venda de algumas coisas excedentes para familiares que moram na pequena cidade, que garantiram a sobrevivência da família na propriedade. Assim, com o pagamento do investimento com a terra, a família poderá pensar na possibilidade ou não de parar de produzir o tabaco, o que, segundo o agricultor de 50 anos, é um desejo se conseguir produzir outras coisas que garantam a sobrevivência da família.

Longe da aposentadoria, o jovem agricultor de 36 anos e presidente do Sindicato Rural que sucede a propriedade da sogra, defende a produção de tabaco como necessária para sua propriedade e afirma a interpretação de que é a única atividade que pode ser cultivada na área em que possui. Contudo, o excesso de trabalho penoso e o futuro incerto do tabaco é um determinante para pensar na aquisição de mais terras que lhe permitirão investir na produção de leite e, assim, possibilitar o futuro sem a produção de tabaco. As justificações do agricultor de 36 anos apontam para a necessidade de mais terra para a garantia da renda necessária que possa substituir a produção de tabaco. Interpretações que o fazem conduzir suas atividades rumo à aquisição de mais terra por meio do rendimento advindo da produção de tabaco. Apesar do agricultor de 36 anos (FAMÍLIA Nº08, 2015) apresentar o planejamento

futuro de investimentos que darão a possibilidade de finalizar a produção de tabaco, compreende-se que não houve mudança de pensamento em relação às qualidades do tabaco na mesma direção das famílias que apresentam mudanças na forma de interpretar a produção de tabaco. Em virtude disso, categoriza-se como integrante da perspectiva de manutenção das instituições que sustentam a fumicultura, sem mudanças de requalificação do tabaco no mesmo sentido das famílias que atendem as exigências das empresas. Assim, a família nº08 mantém a compreensão de que é o apenas o fumo que torna possível a sobrevivências nas condições de terra da sua propriedade, bem como é ele que traz o desenvolvimento para a sua região, o que não exclui os descontentamentos e que, assim, permite uma reflexão e um planejamento para o futuro.

Dessa forma, assim como os agricultores anteriormente citados, a produção de tabaco está ameaçada pela interpretação das famílias de que o tabaco será mantido até um marco estabelecido no planejamento da família, que vai da aposentadoria, ao pagamento dos compromissos financeiros e a aquisição de mais terras. A aposentadoria também é citada pelo representante da AFU-BRA como o principal motivador da diminuição da produção de tabaco ou de agricultores que produzem tabaco no futuro. Assim, diferentemente dos agricultores que apresentam o desejo de investir em outras formas de produção, conforme categorizado como processo de mudança institucional, observa-se que essas famílias, apesar de diversificar a propriedade, não apresentam as propriedades emergentes para a construção de novas instituições e novas identidades de produção. Dessa forma, ou ficarão com a produção de tabaco de forma marginal, conforme nossa compreensão, ou manterão um modo de vida camponês baseado na produção para o consumo e venda do excedente, atrelados a outros rendimentos como a aposentadoria.

Considerações finais

Fundamentado na análise do cenário local e global da fumicultura a partir do conjunto de críticas que desmoralizam a produção de tabaco, bem como transformações no ambiente, como relações comerciais, políticas públicas de ações de diversificação, esse artigo buscou analisar as transformações na vida dos agricultores familiares produtores de tabaco, com vistas a verificar se o contexto anteriormente apresentado vem afetando a forma como eles interpretam a produção de tabaco e conduzem as suas vidas. Compreende-se, portanto, que as críticas internas e externas às relações do Sistema Integrado de Produção de Tabaco mobilizam cotidianamente incertezas na vida dos atores envolvidos e, assim, exigem desses, processos de reflexão e respostas a ela, bem como transformações no ambiente que exigem adaptações. Dessa forma, foi possível identificar nas entrevistas com os agricultores, como, a

partir desse cenário, eles estão conduzindo suas vidas e, principalmente, quais as interpretações que dão sentido as suas realidades sociais atualmente.

Diante da análise focada nas entrevistas com 28 famílias produtoras de tabaco, observou-se que as interações entre as críticas externas e internas ao SIPT, construídas a partir de diferentes significados e qualidades, principalmente em relação ao tabaco, as transformações no ambiente concorrencial, produtivo, etc. promoveram variações nos hábitos de pensamento e comportamento dos agricultores produtores de tabaco. Diante dessa variação, grupos diferentes passaram a compartilhar justificações e condutas em resposta às incertezas que vêm abalando a realidade dessas famílias. As seleções ocorreram de acordo com suas histórias de vida, aptidões, diferentes interações, oportunidades, etc., um conjunto complexo de relações que não foi possível abarcar nesse estudo.

De forma mais específica, conseguiu-se identificar que esse movimento acarretou mudanças na forma como os agricultores interpretam e justificam a relação com o tabaco, mudando, muitas vezes suas condutas. Nessa categorização, três trajetórias distintas demonstram o que compreendemos como mudanças institucionais, em virtude de mudarem suas interpretações em relação ao tabaco como a única possibilidade de produção para as suas sobrevivências no contexto das terras que possuem, bem como, que é a única possibilidade de geração de desenvolvimento, abandonando, assim, seus vínculos históricos e geracionais com o tabaco e o conhecimento e a rotina em torno dele, dispostos a construir novos vínculos e novas identidades.

Primeiramente, destacou-se as famílias que, diante dessa mudança de pensamento, buscaram alternativas de produção em direção ao que as políticas públicas de diversificação vêm promovendo, conseguindo, dessa forma, finalizar os vínculos com a produção de tabaco. Destaca-se que, apesar de receberem assistência técnica de entidades locais e participarem de alguns programas governamentais, as mudanças foram possíveis a partir de iniciativas individuais, sem o apoio direto de entidades locais ou políticas públicas, destacando os rendimentos com o tabaco como possíveis para chegar nessa possibilidade de mudança.

Em segundo lugar, identificou-se o grupo de famílias que mudaram esse pensamento na mesma direção, mas ainda não conseguiram mudar suas condutas, visto que não tiveram, ainda, a possibilidade de encontrar em outras formas de produção, a sobrevivência da família. Essas reclamam da falta de apoio governamental e de entidades de assistência técnica que, principalmente, atuem com o auxílio na construção e busca de mercados. Destacam a necessidade de desburocratização de atividades que são incentivadas pelas políticas de diversificação, como criação de agroindústrias, produção de hortigranjeiros, bem como políticas públicas de financiamento a fundo perdido para iniciar uma nova atividade e acesso a tecnologias para a pequena produção.

Por fim, outra mudança institucional na direção da mudança na relação com o tabaco, orienta algumas famílias na direção dos investimentos para a produção de soja, transformando sua identidade de fumicultora em sojicultora. São famílias que se destacam pela diversificação da propriedade, seja para subsistência família, seja para a comercialização, mas tinham no tabaco a principal fonte de renda, pelo menos em suas justificativas. A aquisição de mais terras, ou a transformação das suas em terras próprias para o cultivo de soja, ou, ainda, o arrendamento dessas, aliado ao que consideram como incentivos das políticas públicas governamentais para a aquisição de maquinários para o cultivo de soja e o cenário comercial e políticas brasileiro de incentivo a essa produção, vem permitindo a migração do tabaco como renda principal, para a produção de soja. Isso está aliado ao descontentamento também manifestado em relação à produção de tabaco, seja pela saúde da família, seja pelo trabalho penoso, falta de mão de obra e baixa lucratividade, conforme também exposto pelas outras famílias categorizadas nos processos de mudança institucional. Destaca-se que, esse movimento, é principalmente promovido pelos jovens que vêm na produção de soja a possibilidade de permanência no rural.

Em outra direção, identificou-se dois grupos de famílias que compreendemos como trajetórias em direção a manutenção da produção de tabaco. Os dois grupos diferenciam-se pelas críticas em relação ao tabaco, bem como pela disposição em realizar investimentos em direção às novas exigências apresentadas pelas empresas fumageiras. O primeiro grupo apresentado refere-se a famílias que estão satisfeitos com a produção de tabaco, visto que possuem assistência das empresas, seguindo as suas orientações e, dessa forma, justificam que recebem dessas um valor condizente com a sua produção, o que por vezes não ocorre em virtude de frustrações da safra seja por intempéries, seja por relações comerciais internacionais. Ao conduzir as atividades da produção de tabaco em direção às exigências das empresas com a qualidade do tabaco, o não desmatamento, não utilização de mão de obra infantil, dentre outras ações, promovem, juntamente com as operações midiáticas da rede ABIFUMO, a requalificação do setor fumageiro e, dessa forma, reafirmam as instituições que sustentam a cadeia produtiva do tabaco. São analisadas nessa tese, como famílias consideradas mais “aptas” a continuidade da produção de tabaco, a qual tem como estimativa de futuro, a diminuição de produtores com maior qualidade de produção e manutenção da produção necessária para as empresas.

Por outro lado, salienta-se um grupo de produtores que mesmo construindo críticas em relação ao tabaco e a relação com o Sistema Integrado de Produção de Tabaco, não mudaram as suas interpretações, mantendo a produção até o alcance de alguns objetivos, por elas construídos, como marcos que são estipulados para o fim da produção de tabaco. Apesar das críticas, essas famílias continuam a justificar a produção de tabaco, na mesma direção

das famílias anteriormente apresentadas, de que o tabaco é a salvação para as suas propriedades, o qual gerou a sobrevivência e o desenvolvimento da propriedade até então. Contudo, consideram um trabalho penoso, bem como reclamam da lucratividade e da relação com as empresas fumageiras. Assim, planejam continuar a produção de tabaco até a aposentadoria, o fim dos compromissos financeiros ou, ainda, a aquisição de mais terras que permitirão pensar em outra atividade. Em grande parte, essas famílias almejam continuar o seu modo de vida camponês de produção para a subsistência e venda do excedente, desde que tenham uma renda fixa que os mantém. Essas são alheias a novos compromissos financeiros, visto que são os investimentos com a produção de tabaco que os mantêm atrelados a ele, por isso, em grande parte das famílias, os investimentos em uma nova atividade não são bem vindos.

Em uma visão geral das regiões analisadas, com foco na trajetória de vida dessas famílias, somado à análise da conduta das empresas fumageiras, estima-se que o setor fumageiro no Brasil tomará o rumo de outras produções baseadas no Sistema Integrado de Produção, as quais focaram na diminuição do número de produtores e na qualidade do produto, selecionando os produtores mais “aptos” ao sistema e às novas exigências legais e do mercado. Conduta que é confirmada por um grupo de agricultores que apostam nessa perspectiva de futuro. Como consequência disso, produtores estão sendo excluídos do sistema os quais necessitam de um apoio governamental para a mudança de suas realidades. Por um lado, alguns agricultores conseguem adaptar-se a novas condições, buscando mercados de proximidade para a produção de hortigranjeiros, a criação de agroindústrias ou criação de gado de corte, ou ainda, adentrando em outras cadeias produtivas como a do leite e da soja. Contudo, nesse universo, observa-se muitos agricultores que não visualizam novas possibilidades e estão atrelados a uma condição que eles não consideram favorável, mas que, diante das possibilidades, ainda é a condição que os permite viver no rural. Nesse universo, observa-se o crescente êxodo rural, principalmente dos jovens, fator que os entrevistados consideram a causa para o possível fim ou a diminuição do tabaco nessas regiões, bem como da produção de alimentos.

REFERÊNCIAS

AGNE, C. L. **Mudanças institucionais na agricultura familiar**: as políticas locais e as políticas públicas nas trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos no Rio Grande do Sul. 2014. 260f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BOLTANSKI, L. **On Critique**: a sociology of emancipation. (translated by Gregory Elliott). Cambridge, UK: Polity Press, 2011.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **On Justification**: Economies of Worth (translated by Catherine Porter) Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2006, 400 pp.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003.

HODGSON, G. Generalizing darwinism to social evolution: some early attempts. **Journal of Economic Issues**, Salisbery, v. 34, n. 4, p. 899-914, Dec. 2005.

HODGSON, G. **The evolution of institutional economics**: agency, structure and darwinism un-American institutionalism. New York: Routledge, 2004. 534 p.

HODGSON, G. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, Salisbury, v. 40, n. 1, p. 1-25, Mar. 2006.

SCHEIBLER, J. L. A emergência de fóruns reguladores globais: relações e conflitos entre atores locais no processo de regulação do tabaco. 2006. 149f. Dissertação (**Mestrado em Desenvolvimento Rural**) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SCHNEIDER, S. Diversificação como estratégia de desenvolvimento rural: referências teóricas para construção de alternativas economicamente sustentáveis de diversificação da produção e renda em áreas de cultivo de tabaco

no Brasil – subsídios à implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para Controle do Tabaco. **Relatório**. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Porto Alegre: OMS (Organização Mundial da Saúde), 2010.

SILVA, L. X. A cadeia agroindustrial de fumos claros do sul do Brasil e a “Convenção-Quadro para o controle do Tabaco”: estratégias e perspectivas. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de economia, administração e sociologia rural (SOBER). **Anais** [...], Rio Branco – Acre, Universidade Federal do Acre, 2008.

THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 225- 254, 2003.

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

**Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização**

MUITO ALÉM DO MARKETING: estratégias de institucionalização do agronegócio brasileiro pelo uso de celebridades da TV em exposição agropecuária

*Livio Sergio Dias Claudino
Paulo Dabdab Waquil
Jean François Tourrand
Philippe Lescoat*

Introdução

As exposições agropecuárias passaram por muitas transformações desde a primeira metade do século XX até os nossos dias. Oriundas dos modelos das Exposições Universais do século XIX, as específicas da agropecuária foram ganhando cada vez mais espaço, se multiplicando nos interiores do país, e ganhando novas configurações, incluindo, além dos produtos apresentados, uma multiplicidade de atrações. Pululam configurações de bom e belo, de avançado, eficiente e tecnológico, tornando tais eventos um excelente espaço para compreendermos como certas instituições, ou modos de pensar e agir, são legitimados e fortalecidos. Nos interessa, particularmente, neste capítulo, compreender como as relações entre imagens e discursos sobre as pessoas e as coisas são mobilizadas durante as exposições para legitimar certos modelos de agropecuária, com ênfase na pecuária bovina.

Para isso, a partir de um estudo feito durante uma exposição agropecuária realizada no Rio Grande do Sul (Brasil), apresentaremos alguns elementos reflexivos que podem nos ajudar a entender a relação entre a formação das instituições, com base na abordagem institucionalista de Veblen, já apresentada no capítulo inicial deste livro, e as imagens e discursos que são produzidos no entorno de pessoas e coisas envolvidas com a agropecuária, trazidas à tona durante a exposição. Privilegiamos a apresentação de dados coletados in loco, sempre buscando também a exterioridade dos eventos em busca de compreender os efeitos possíveis e as estratégias que estão em jogo e que produzem múltiplos e intensos fluxos de discursos e de imagens que vão muito além das cercas dos parques.

O texto está dividido em 4 partes, além da introdução. Na primeira parte, apresentamos os elementos da abordagem de Veblen que nos ajudam a compreender como o senso de finalidade e eficiência é gradualmente constituído

e produz métricas que parametrizam comportamentos considerados como adequados. A metodologia ocupa a segunda arte do texto. A terceira parte é dedicada aos resultados e discussões, iniciando com a apresentação da Exposição Internacional de animais, máquinas, implementos e produtos agropecuários (Expointer) e demonstrando o modo como as imagens e os discursos circulantes produzem e legitimam as instituições no contexto do evento. Por fim, na quarta parte, são elaboradas as considerações de encerramento do trabalho, indicando avanços possíveis nos estudos similares.

A Abordagem vebleniana das instituições e o senso de finalidade e eficiência

Nosso autor de referência, Thorstein Veblen, sempre esteve ocupado em demonstrar como as pessoas tendem a se comportar diante das outras, buscando a aprovação coletiva e evitando julgamentos negativos. Isso estaria no cerne para se entender a própria evolução social. Como parte das dinâmicas de julgamento exterior, o comportamento teleológico é apresentado como parte do processo evolucionário que favoreceu a seleção dos seres humanos, já que esse senso de finalidade os levou a agirem com propósitos. Para Veblen (2007 [1898]):

O homem é possuidor de um senso discriminatório de finalidade, razão pela qual produzem nele desgosto as situações de futilidade. É possível que a forma como este impulso por ação provida de propósito se expresse em cada indivíduo seja bastante diferente. Entretanto, a existência deste impulso em cada representante da espécie humana não é algo idiossincrático, mas sim um aspecto genérico da natureza humana (VEBLEN, 2007, p. 190).

Porém, essa discriminação de finalidade/propósitos ocorre necessariamente no confronto com os outros da mesma espécie, e é assim que a forma de ver a si mesmo se dá em comparação com os demais. A eficiência comparada e legitimada socialmente assume papel preponderante. Veblen explica:

Sob as regras de conduta impostas pelo instinto para o artesanato (*instinct of workmanship*), eficiência e serventia recebem aprovação da comunidade, enquanto ineficiência ou futilidade são rejeitadas. Ao contemplar sua própria conduta e a de seus semelhantes, o homem faz juízo e sanciona ou reprova suas atitudes e as dos outros. O grau de eficiência com que ele leva sua vida comparado ao padrão de eficiência socialmente aceito pela comunidade, de certa forma determina sua satisfação consigo mesmo e com sua situação. Uma discrepância acentuada e persistente neste sentido é responsável por extremo desconforto espiritual. O julgamento pode ser

feito, desta forma, sobre a intenção do agente ou sobre a serventia de sua ação. No que se refere à serventia ou eficiência, o indivíduo não somente considera cuidadosamente os efeitos de sua própria conduta; ele está também sujeito à aprovação ou rejeição por parte dos demais membros do grupo. Não apenas a percepção imediata da realização de um objetivo é gratificante e estimulante, mas o reconhecimento de eficiência das suas ações por um semelhante é não menos gratificante ou estimulante. Sensibilidade à aprovação ou rejeição é questão de necessidade seletiva sob as circunstâncias da vida em comunidade (VEBLEN, 2007, p. 197 – o grifo é nosso³¹).

Nesta abordagem, sob a influência de uma predisposição ao trabalho bem feito e rejeição à futilidade as pessoas conduzem suas vidas sempre em busca de aprovação pelos demais. Os modos de vida considerados improdutivos recebem desaprovação social e possíveis sanções, provocando desconforto naquele rejeitado, levando-o à reflexão das próprias ações e dos resultados consequentes, sendo que a gratificação de um trabalho só se completa quando passa pela aprovação coletiva. Mesmo sendo um esquema bem interessante, apesar de reducionista da ação-satisfação, é problemático seguir essas explicações que colocam em evidência as disposições instintivas como estando na raiz das ações. Segundo Veblen, dessas propensões inatas “brotam não só o propósito e eficiência da vida, mas também seus prazeres substanciais e sofrimentos” (VEBLEN, 1989³² *apud* SILVA, 2010, p. 291). Em outro texto foi elaborada uma discussão mais aprofundada sobre os instintos em Veblen, tentando demonstrar que a categoria, quando utilizada por esse autor, já estava completamente povoada por discursos políticos, não sendo possível considerar como algo do indivíduo (CLAUDINO, 2016). Dessa forma, não nos interessa aqui tratar dos instintos, mas da parte externa da motivação, ou seja, os efeitos de subjetividades e objetividades que se produzem em si e nos outros e como se define o que é eficiente ou não. Na sequência da argumentação, Veblen desenvolve:

Sob a influência deste gosto pelo trabalho bem feito, os homens são comparados uns com os outros e suas ações com o ideal estabelecido de eficiência, e são avaliados pelo senso comum de seus semelhantes de acordo com o esquema convencional de mérito e demérito. A atribuição de eficiência a uma ação necessariamente depende da existência de evidência desta eficiência. O sucesso visível de um homem é, assim, comparado

31 Por padrão, todos os destaques e grifos constantes em citações diretas reproduzem o original. Assim, apenas quando forem inseridos serão informados com a expressão: grifo inserido ou não consta no original.

32 VEBLEN, T. *The instinct of workmanship and the state of industrial arts* [1914]. New Brunswick: Transaction Publishers.1989.

com o de outro homem, e o reconhecimento e a estima são oferecidos a um indivíduo, e não a outro, com base na comparação discriminatória destes indivíduos transformada em hábito mais do que na consideração imparcial e direta da proficiência de cada linha de ação no que se refere à realização do objetivo. [...] O que passa a ser comparado de forma discriminatória entre os agentes é a força que o agente é capaz de despender, e não a serventia da aplicação desta força. Em pouco tempo, à medida que a estima dada à serventia em si de uma ação se confunde com a estima do indivíduo, de suas habilidades comparadas às de outros, o objeto da ação deixa de ser a eficácia pura com que o objetivo é atingido, mas sim a manifestação de força ou capacidade. [...] Uma vez que a imputação de eficiência e mérito discriminatório é dada com base na evidência de sucesso visível, a aparência negativa deve ser evitada sob pena de ser o indivíduo objeto de reprovação (VEBLEN, 2007, p. 198).

Conforme citação, inicialmente a luta é travada pela definição das evidências ou métricas indicativas da eficiência, constantemente postas em comparação. Gradativamente se forma e consolida o hábito de comparar as pessoas pelos resultados visíveis imediatos em conjunto, muito mais do que aos processos ou “linhas de ação” separadamente. Instituíam-se a comparação com base nas habilidades gerais dos indivíduos de alcançar aquilo que é determinado como mais importante socialmente; a ideia de sucesso passa a existir na medida em que o seu oposto se produz, permitindo a discriminação comparativa. Veblen destacou que o aprofundamento desses hábitos comparativos pelo estabelecimento e normalização de parâmetros regulares de comparação levou à personalização da eficiência nos indivíduos, independente da serventia daquela ação ou empenho de força.

O estudioso esteve atento aos deslocamentos que ocorrem indo desde a parametrização da eficiência, tendo em vista fins e propósitos de abastecimento coletivo, para a sua personalização, até as situações, em determinadas sociedades, em que passava a predominar a demonstração emulativa de força como meta individual. Isso proporcionava importante dinâmica na luta social, por meio de uma movimentação incessante dos objetos e símbolos, das métricas avaliativas, das condições e disponibilidades do ambiente, daquilo que se considerava útil e decente, das reflexões dos indivíduos, etc., influenciando diretamente as relações econômicas. Visto desse ângulo, o engajamento em lutas individuais pela estima pessoal decorre não necessariamente de alguma opressão violenta, antes, reside no desejo de buscar a aprovação pelo grupo por meio do cultivo e da prática daquilo que é valorizado socialmente. Nessa dinâmica estão os princípios da centelha dos dispositivos que promovem o comportamento emulativo que capturam os homens para a luta comparativa que poderiam não travar, mas que terminam por imiscuir-se.

Para o nosso trabalho, esse referencial ajuda a compreender como ocorrem as mobilizações imagéticas e discursivas, no contexto das exposições agropecuárias, a fim de indicar o que é mais eficiente. Os discursos sobre maquinários, as biografias de celebridades ou mesmo uma correlação com papéis artísticos, juntamente com os conhecimentos científicos, são elementos que contribuem para a legitimação e parametrização dos principais caminhos que as pessoas de sucesso ou os segmentos produtivos podem tomar para alcançarem a eficiência e prestígio no ramo da agropecuária.

Metodologia

O trabalho de campo foi realizado em agosto de 2013, durante a Expoin-ter, em Esteio (região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil). Nesse evento, além de visitar os espaços de exposição, fazendo registros fotográficos e recolhendo folhetos, acompanhei um seminário O valor do Agronegócio no Brasil, oferecido na Casa RBS, e promovido pelo Grupo Zero Hora e Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (Federasul), que tratou dos entraves e possíveis encaminhamentos do agronegócio brasileiro³³. Ali, foi possível verificar com mais clareza a utilização dos conhecimentos científicos e das celebridades para a configuração dos discursos sobre o agronegócio e a pecuária, não apenas em termos de marketing, mas para a defesa de projetos específicos.

Duas evidências dessa articulação, que marcaram o trabalho de campo, foram a recepção do famoso ator e produtor rural Tarcísio Meira³⁴ que, ao chegar às instalações da Casa RBS, silenciosamente provocou um pequeno alvoroço, sem que isso causasse a interrupção da palestra. A outra evidência foram os outdoors digitais instalados no parque, nas proximidades do local de palestras, que exibiam o famoso futebolista Pelé e o ator Murilo Benício, e frases de efeito sobre a agropecuária brasileira. Depois, perseguimos o fluxo das veiculações midiáticas dessas celebridades e encontramos várias palestras, entrevistas, capas de revistas, etc., que apresentam esses personagens como ligados ao cenário de sucesso dos empreendimentos agropecuários, constituindo-as como porta-vozes de opiniões importantes como as decisões relacionadas ao Código Florestal (logo, desmatamento), à reforma agrária, entre outras, sempre mesclando carisma, trajetórias de vida e posicionamentos políticos dessas celebridades. De posse dessas informações, foi possível construir as análises e discussões apresentadas abaixo.

33 Programação do dia 24 de agosto de 2013 disponível em: <http://www.expointer2013.rs.gov.br/lista/468/2013-08-24>. Acesso em: 02 fev. 2016.

34 Conferir a chamada no link <http://economia.uol.com.br/agronegocio/album/2013/08/29/veja-as-novidades-da-expointer2013.htm#fotoNav=3>. Acesso em: 02 fev. 2016.

Expointer 2013 (Esteio - Rio Grande do Sul): seguindo o fluxo das imagens e discursos das celebridades

Considerada uma das maiores feiras agropecuárias da América Latina, a 36^o Expointer, foi realizada na cidade de Esteio, região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, entre os dias 24 de agosto e 01 de setembro de 2013. Teve por tema central: “É hora de festejar o nosso crescimento”. Nessa edição, mais de 384 mil pessoas visitaram a feira, movimentando um montante total maior que três bilhões de reais durante os nove dias de Exposição, conforme registrado no site oficial do evento³⁵.

O parque de Exposições é organizado de forma que no centro ficam as arenas onde as mercadorias de elite permanecem expostas à visitação (animais, implementos agrícolas e muitas outras), facilitando o acesso. Além disso, há salões para os leilões, arenas de rodeios, palcos e outros espaços destinados às atrações culturais e educativas.

Para uns, é o lugar de entretenimento e negócios, para outros, constitui-se o momento de clímax após uma longa preparação para as apresentações musicais, desfiles de animais, leilões, torneios leiteiros ou de montarias. Como a grande maioria das exposições agropecuárias, é uma feira, mas também uma festa. Embora os espaços da cena espetacular nesses eventos são circunscritos, o evento não é destinado ao cotidiano, pois a prioridade é para aquilo que é grandioso e emocionante, aquilo que se distingue dos demais, a elite da elite, especialmente no que concerne aos animais e aos implementos agrícolas³⁶. Mas não tão grandioso que não possa ser comprado e nem tão espetacular que não possa ser utilizado. Como bem destacado por Leal (2014), a pecuária de elite brasileira se constrói recuperando a tradição e, ao mesmo tempo, produzindo outros discursos sobre as práticas modernas de seleção e manejo, o que pode ser bem visualizado nas exposições maiores. Trata-se de uma ideia recorrente no Brasil considerar a modernidade como característica da elite, e incluir a tradição na modernidade é elemento de valorização.

Na Expointer, a ala dos animais de exposição (touro, vacas, novilhos, etc. de elite) foi composta de baias padronizadas, separadas, dispostas especialmente por espécie animal ou finalidades (bovinos de leite e de corte, ovinos, etc.), sendo que o galpão principal reúne bovinos de corte/leite e ovinos. A ideia fundamental da distribuição espacial e também da disposição dos *stands* e baias, foi permitir, de forma operacional, que os visitantes possam olhar, sentir o cheiro, tocar e às vezes observar em funcionamento as máquinas e os animais

35 Foi uma semana de muitas chuvas, e isso deve ter desanimado muitos visitantes (Conferir em: <http://www.expointer2013.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 17 fev. 2016.

36 Uma excelente etnografia da pecuária de corte de elite brasileira pode ser encontrada nos textos de Natacha Leal, especialmente em sua tese de doutorado (LEAL, 2014). Além disso, também a dissertação de mestrado da autora foi uma etnografia dos peões de rodeios que atuam nas exposições agropecuárias (LEAL, 2008).

expostos, enquanto executam algum movimento, como as ordenhadeiras mecânicas e muitos outros equipamentos, além de degustar muitos alimentos de vegetais e animais ali expostos, permitindo diferentes níveis de interação.

Em outra localização, no parque, ficam as empresas de comunicação, que utilizam o espaço não apenas como base de transmissão de informações, mas também para promover eventos menores e facilitar a articulação de grupos sociais. Em geral, as empresas ficam instaladas nas laterais do parque, permitindo ao mesmo tempo a privacidade necessária para o trabalho, pela distância e silêncio, mas próximas o bastante para tornar fácil o acesso a todos os espaços do parque. Os profissionais das diversas etapas de produção das informações se dividem em grupos, cobrindo os acontecimentos ao mesmo tempo, havendo, no entanto, uma espécie de centro de processamento que reúne e retransmite as informações para os públicos. Na Expointer, entre as empresas de comunicação presentes, destaca-se a rede de comunicações RBS – afiliada da Rede Globo no Sul do Brasil –, que utiliza o espaço também para organizar palestras, premiações, encontros com celebridades, que por vezes são exibidas na televisão por meio do “Canal Rural” e nos diversos outros meios de comunicação, impressa e pela internet, de forma muito rápida.

No dia da abertura da 36ª Expointer (24/08), uma das atividades promovidas nesse espaço, em parceria com a Federasul – organismo de representação empresarial que se tornou na década de 1940 um órgão consultivo e técnico do governo do estado do Rio Grande do Sul³⁷ –, foi o seminário *O valor do agronegócio no Brasil*³⁸. Nesse seminário, diversos palestrantes puderam expor o que eles consideram como avanços do agronegócio brasileiro e os principais gargalos a serem superados, destacando pesquisas sobre a opinião pública acerca do agronegócio e a importância da mídia para a informação dos consumidores. Todos ressaltaram o papel dos meios de comunicação na construção da percepção mais geral, tanto por parte dos consumidores urbanos como dos políticos (chamados no seminário de “o pessoal de Brasília”), sobre o que acontece no meio rural e na agricultura de uma maneira mais geral.

Um dos destaques foi o jornalista, publicitário e professor José Luiz Tejon, que apresentou o estudo *A imagem do agronegócio na percepção da população brasileira*, onde frisou que atualmente as empresas de comunicação são obrigadas a mostrar dados do meio rural, pois está havendo um processo de mudanças na percepção sobre o mesmo e concernentes às prioridades sociais. O meio rural, segundo o pesquisador, é hoje sinônimo de tecnologias e não de atraso, e alertou: o setor do agronegócio e também das comunicações deve ficar atento às manipulações que possam surgir no que diz respeito a essa imagem de campo *versus* tecnologias. Essa palestra proferida na Expointer é parte

37 Fonte: <http://www.federasul.com.br/institucional/institucional.asp>. Acesso em: 28 jan. 2014.

38 Programação disponível em: <http://www.expointer.rs.gov.br/lista/468/2013-08-24>. Acesso em: 18 fev. 2016.

de um estudo que foi apresentado por Tejon em outras ocasiões, tendo sido possível “seguir o fluxo” pela internet em busca de discursos que não foram expressos por ocasião da exposição, mas que fazem parte do mesmo conjunto de enunciados. Gravada meses antes, e exibida no programa *Agrishow*, em palestra com o mesmo tema, Tejon destacou que a imagem do agronegócio frente ao cidadão urbano está boa, em geral, e que as estratégias de divulgação devem partir do pressuposto de que o agronegócio é bem visto pela população urbana. Em relação às estratégias de publicidade, Tejon ponderou: “o que eu acho é que o setor precisa falar suas coisas positivas. Por exemplo, meio ambiente está na cabeça das pessoas, isso é importante, água está sendo importante; o cidadão urbano não gosta dessa conversa de pegar índio; agora o que precisa é que o setor fale as suas virtudes”³⁹.

Enquanto ocorria esse seminário, certo burburinho fez chamar a atenção para algo que se passava do lado de fora da casa. Era o ator da Rede Globo de comunicações e produtor rural Tarcísio Meira. Após a recepção, esse foi encaminhado para uma sala no interior da casa. O objetivo era gravar entrevistas, tornando-se ele uma atração à parte da *Expointer*⁴⁰. Perseguindo um fluxo de discursos dessa celebridade sobre as questões da agropecuária, foi interessante constatar como ele esteve há muito sendo interpelado a opinar sobre temas polêmicos, inclusive sobre o Código Florestal e sobre pecuária na Amazônia. Particularmente durante o ano de 2013, o ator foi apresentado sucessivamente como alguém com legitimidade para falar dessas questões. Sua própria trajetória de vida passou a ser alvo para uma intensa produção midiática mostrando que o ator era também “fazendeiro”⁴¹. Um exemplo, e que iremos explorar, a fim de compreender como funciona essa produção de imagens e discursos, que têm por efeitos certa legitimidade, é a entrevista gravada para o programa *Globo Rural*, disponível no canal do Youtube (Imagem 01).

39 Essa palestra gravada no programa *Agrishow* é bem parecida com aquela ministrada durante a *Expointer*, porém mais longa e aprofundada, intitulada: “A imagem do Agronegócio na Percepção da População Brasileira” realizado no Auditório do Canal Rural na *Agrishow* 2013. (Youtube: *Agrishow* 2013 29/04/13 - Confira a palestra com José Luiz Tejon. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=w7dB0HpFaZw>>. acesso em: 18 fev. 2016).

40 Ele aparece na manchete eletrônica do jornal de Economia do UOL – Agronegócio: “*Expointer* leva pônei rosa, Tarcísio Meira e touros premiados a Esteio”, com a seguinte descrição: “O ator global Tarcísio Meira visitou a *Expointer* na tarde do sábado (24), com uma cuia de chimarrão nas mãos. Meira é garoto-propaganda da New Holland, empresa fabricante de máquinas agrícolas, que tem estande na feira que acontece no Rio Grande do Sul” (Disponível em: <http://economia.uol.com.br/agronegocio/album/2013/08/29/veja-as-novidades-da-expointer2013.htm>. Acesso em: 19 fev 2016).

41 Vale lembrar que a trajetória de destaque na televisão desse ator tem momento marcante no final dos anos 1960 com a novela “Sangue e areia”, onde protagoniza o papel de um toureiro. Trata-se de adaptação do romance homônimo de Vicente Blasco Ibáñez e protagonizada por Tarcísio Meira e Glória Menezes. Autoria: Janete Clair Direção: Daniel Filho e Régis Cardoso. Períododeexibição:18/12/1967–25/06/1968. Horário: 20h. Nº de capítulos: 135. (Informações resumidas sobre a trama, curiosidades da gravação, etc. estão disponíveis em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/sangue-e-areia.htm>. Acesso em: 18 fev. 2016).

Imagem 01 – Entrevistando Tarcísio Meira no programa Globo Rural – imagens de abertura, 2013



Fonte: Globo Rural, canal do Youtube (2013).

Nessa entrevista, ele conta que no final dos anos 1960, durante uma gravação de um filme na cidade de Itu (São Paulo), um amigo ofereceu um sítio para ele ficar⁴². Ele gostou do lugar, e pediu para outra pessoa procurar um sítio para comprar. Terminou por alugar uma área rural e, junto com um amigo, fizeram “confinamento” de bovinos que não deu muito certo. Mas essa experiência fez com que ele tomasse uma decisão: *“Chegou uma hora e eu quis ser fazendeiro. Então eu procurei um conhecido meu lá de São Paulo, que eu fui numa feira e encontrei em Belém e ele falou: eu tenho uma fazenda pra você como você quer! Ai ele tinha um avião, nós fomos lá. Eu gostei,*

42 “Entrevista: Tarcísio Meira. Rural Rural, o canal de vídeos da revista Globo Rural. Publicado em 19 de maio de 2013. O ator fala com Globo Rural sobre seu trabalho no campo e nos palcos. Categoria: Notícias e política” (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_o1jRjt8awo. Acesso em: 19 fev. 2016).

e fiquei, e virei fazendeiro... é". O entrevistador (Bruno Blecher) pergunta: "No Pará?" – ele acena com a cabeça que sim – e o é, pausando, parece responder a interpelação. O entrevistador ainda indaga: "De gado? Gado nelore?" Tarcísio responde: "É! Eu faço meio sangue. E tenho uma fazenda aqui em São Paulo, que é onde eu recrio esses animais, os bezerras que vêm do Norte [...]. Essa é a minha trajetória. [...] Eu tô há 40 anos mexendo nisso". Em seguida ele vai explicando a importância de ter uma vida e uma relação com o meio rural como forma de escapar ao desgaste da vida de ator e da vida urbana. Depois ele conta sobre o seu próximo personagem que será na telenovela Saramandaia, onde ele ficará literalmente enraizado, de tanto esperar e de permanecer no mesmo lugar.

O entrevistador pergunta: "Você acompanha, por exemplo, essas discussões, sobre o Código Florestal? Essas questões todas?" O ator responde: - "Meio de longe!" (e recosta-se à cadeira, fazendo gestos de visível desconforto). O entrevistador prossegue, refazendo a pergunta e contextualizando (buscando palavras, tentando afirmar, ao mesmo tempo em que questiona): "Porque hoje o homem do campo... o chamado ruralista, tem uma imagem... até os próprios... até as próprias atrizes falam... nãh... são pessoas que devastam a natureza e tal... E você que é produtor, você sabe que não é bem assim. Como é que você vê isso aí!". Tarcísio responde:

Eu vejo como um processo. As coisas estão caminhando. Estão andando [...]. Quando eu comprei minha fazenda no Pará eu queria ser fazendeiro, mas eu não tinha como, eu não tinha dinheiro para ser fazendeiro. Então tinha lá no Pará. Então eu vendi um pequeno lote que eu tinha, uma parte do meu sítio, e comprei uma fazenda grande lá, muito barato! E... naquele tempo, a única coisa que se falava de ecologia era [...]. E para você ter ideia, naquele tempo, o que eles preconizavam era transformar a Amazônia em um lago. Não tem cabimento um negócio desses [...]. E, hoje em dia, fazer um laguinho na Amazônia, como aliás, fazer um laguinho em qualquer lugar, é um problema muito sério, né? É uma transgressão da natureza. [...] Mas eu, eu preservei a minha mata, no que eu pude preservar, dentro da legislação direitinho. Era 50%.

Após isso, o entrevistador questiona se o mesmo vai fazer integração lavoura-pecuária-floresta. Tarcísio responde: "no Pará, não sei se estou falando uma tolice [...], mas eu tenho a impressão que o Pará é muito bom para a pecuária, é ótimo para a pecuária! Mas, agricultura, agricultura talvez não seja para o Pará, porque os pingos d'água lá são deste tamanho (sinalizando que são grandes). Então, erodir é muito fácil". Depois ele explica que é preciso ter muita técnica para alcançar bons resultados com a agricultura no Pará, pois pode-se facilmente perder a fazenda para a erosão do solo.

Por fim, o entrevistador pergunta se ele e a esposa vão muito à fazenda no Pará, Tarcísio responde que ele sim, a cada 2 meses vai passar uns dias, mas a esposa não, pois lá (no Pará) “*ela fica muito isolada*”. A entrevista termina mostrando o cenário de uma sala, com muitas pessoas no apoio e alegremente o ator e produtor rural colocando o chapéu na cabeça, um dos símbolos da pecuária nacional (Imagem 02).

**Imagem 02 – Entrevistando Tarcísio Meira no programa
Globo Rural – imagens do encerramento, 2013**



Fonte: Globo Rural, canal do Youtube (2013).

Essa entrevista mostra uma forma de constituir os discursos das celebridades como legítimos. Tarcísio, antes de ser questionado sobre a delicada questão do Código Florestal, primeiramente apresentou sua trajetória como fazendeiro, destacando principalmente a sua experiência em uma fazenda no estado do Pará, marcadamente um dos mais “complicados” Estados quando se tratou da constituição do novo Código Florestal. Não foi por acaso que, mais do que o carisma, mas o conhecimento técnico e empírico do ator foram colocados em evidência para que o mesmo pudesse, ao final de uma entrevista que parecia ser apenas a celebração de uma carreira de sucesso, permitir pautar o tema político referente ao meio rural mais importante daquele momento.

Vale destacar que o entrevistador reitera a ideia de que os críticos dos “ruralistas” são principalmente “as atrizes”, ou seja, mulheres, que pouco entendem do que se passa no meio rural, diferentemente de Tarcísio, que “é

produtor, [e] sabe que não é assim”. De maneira muito perspicaz, o debate é isolado pelo desconhecimento de causa, deslegitimando aqueles que se manifestam desfavoráveis. Assim, a trajetória de sucesso – com a reiteração do mito do fazendeiro – encontra nessa ocasião um momento chave: o sulista com pouco dinheiro, que vende uma parte das terras e compra uma grande terra no Norte, trabalha duro e torna-se um grande fazendeiro. Porém, agora, esse mesmo produtor está tendo restrições de produzir devido às regulamentações ambientais pressionarem contra o avanço da pecuária bovina no Pará, que é “ótimo para a pecuária”.

Essas estratégias de constituir discursos legítimos, não necessariamente científicos, mas pela trajetória das celebridades pode ser vista em outras situações durante a Expointer 2013, que exploraremos agora. Do lado de fora da Casa RBS, no parque de exposições, havia um caminhão com um letreiro digital gigante que exibia imagens do ex-jogador de futebol Pelé (Edson Arantes do Nascimento) de um lado, e do outro, o ator e produtor rural Murilo Benício, conforme se pode ver nas fotos abaixo. A cada instante, frases apresentando resultados produtivos do agronegócio e em combate à criminalização ambiental dos produtores surgiam no letreiro nos idiomas português e inglês. Algumas frases eram: “O Brasil é campeão mundial em produção e preservação” (Imagem 03).

Imagem 03 – Letreiro digital sobre a agropecuária brasileira na Expointer. Pelé e Murilo Benício, produtores rurais



Fonte: Trabalho de campo, Expointer (2013).

Em sequência, outra mensagem era: “No Brasil, a agropecuária ocupa apenas 27,7% do território. Nenhum país preserva tanto” (Imagem 04). É preciso entender então como duas celebridades, constituídas em outros espaços de reconhecimento (cenários de novelas ou jogos de futebol), legitimam-se para produzir efeitos sobre tão específicas questões.

Imagem 04 – Letreiro digital sobre a agropecuária brasileira na Expointer. Pelé e Murilo Benício, produtores rurais



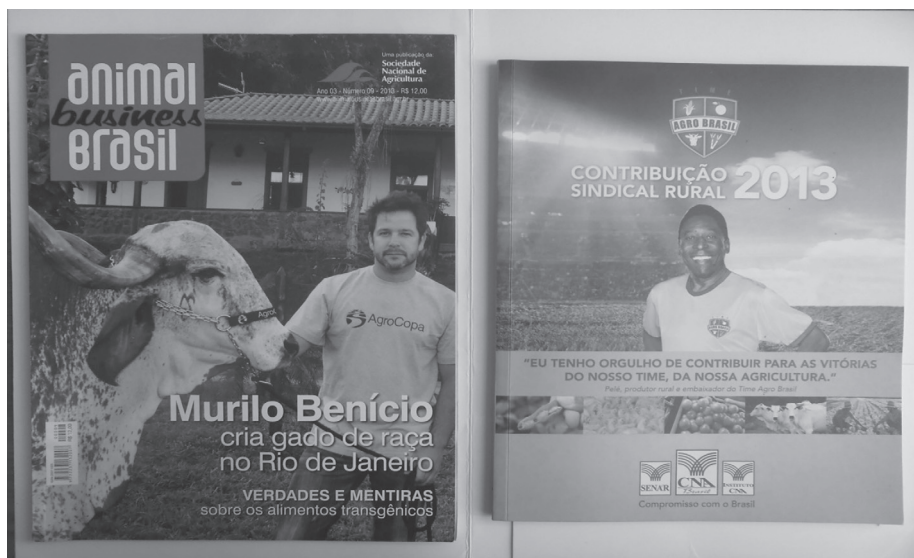
Fonte: Trabalho de campo, Expointer (2013).

Também para esse caso, foi importante perseguir o fluxo dos discursos que se produzia em torno dessas celebridades naquele momento, não em busca de uma constituição biográfica, mas tentando entender a produção de legitimidade tática para falar. Como visto anteriormente, para o caso de Tarcísio, se permanecermos imaginando apenas que o carisma seria suficiente para a escolha dele enquanto “garoto propaganda” e, ao mesmo tempo, alguém com conhecimento de causa do meio rural, não compreenderemos a constituição da legitimidade de quem fala.

No caso de Murilo Benício e Pelé, exibidos no *outdoor* digital, utilizamos as revistas rurais impressas e alguns textos da internet publicadas em 2013, que estiveram a produzir os contextos e trajetórias dessas celebridades para além dos palcos e dos campos de futebol ou de alguma vida privada, antes, especificamente como produtores rurais de sucesso. Durante a Expointer 2013, duas revistas que faziam essa interessante constituição de legitimidades com

o meio rural eram distribuídas aos visitantes. Uma das revistas é a *Animal business Brasil* (Ano 3, n. 9, 2013), publicada pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), que trazia na capa a manchete: *Murilo Benício cria gado de raça no Rio de Janeiro*. A outra é o informativo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), *Contribuição Sindical 2013*, que trazia na capa a imagem de Pelé e os seguintes dizeres: *'Eu tenho orgulho de contribuir para as vitórias do nosso time, da nossa agricultura'*. *Pelé, produtor rural e embaixador do Time Agro Brasil* (Imagem 05).

Imagem 05 – Montagem com as capas das Revista *Animal Business Brasil*, com Murilo Benício (2013) e a capa da Revista *contribuição Sindical*, com Pelé, ambas do ano 2013



Fonte: Revista *Animal Business Brasil* e *Impresso CNA – Contribuição Sindical Rural* (2013).

Em primeiro lugar é importante destacar que o uso dessas celebridades carismáticas tinha por objetivos produzir uma nova imagem da agropecuária brasileira. Como explicado pela senadora Kátia Abreu, nessa edição da publicação *Contribuição Sindical 2013*:

Este ano, passamos a contar com um grande aliado neste desafio de mostrar ao mundo a qualidade, a produtividade e a eficiência de uma das maiores e mais sustentáveis agropecuárias do mundo. Entrou em campo para defender as cores do Time Agro Brasil Edson Arantes do Nascimento – o Rei Pelé. Fechamos o ano com essa campanha na rua, reforçando nossa força e teses, que começam a se consolidar e a lastrear as políticas públicas brasileiras (CNA, 2013a, p. 5).

Esse reforço com garotos propaganda vindos de outras esferas da publicidade cumpria, a um só tempo, o objetivo de apresentar a agropecuária brasileira aos compradores mundiais e consumidores nacionais, e também legitimar a constituição de políticas públicas que pudessem reforçar a pressão contra o endurecimento do Código Florestal e às políticas agrícolas específicas, como as do Plano Agrícola e Pecuário, conforme destacou a senadora. Isso explica, em período de preparação para a Copa do Mundo, a celebração e o *marketing* com um dos futebolistas mais famosos do mundo, sendo também um dos brasileiros mais conhecidos e carismáticos no exterior. Conforme consta na peça publicitária, “Considerado o melhor jogador de futebol de todos os tempos e eleito o “Atleta do Século XX”, Pelé, que também é produtor rural, tem presença confirmada no evento (CNA, 2012).

Ao tratar sobre a campanha estrelada por Pelé⁴³ lançada em 10 de julho de 2012, a assessoria de comunicação da CNA informa que o “objetivo é consolidar a imagem do agronegócio sustentável brasileiro no País e no exterior. A campanha será realizada até 2014 [...], para divulgar as práticas sustentáveis adotadas pelos produtores rurais brasileiros, além de outras iniciativas que assegurem a boa qualidade do produto nacional” (CNA, 2012).

Continuando a peça publicitária, essa construção da imagem do agronegócio brasileiro passa pela demonstração de dados agregados de uso do solo, produção e preservação:

O Time Agro Brasil mostrará que o País tem uma das maiores, melhores e mais sustentáveis agropecuárias do mundo, utilizando apenas 27,7% do território nacional para produzir grãos, carnes, matéria-prima para biocombustíveis e plantar florestas. Além disso, o País mantém intactos 61% dos seus biomas, a partir de práticas e tecnologias que, além de conservar a qualidade da água, solo e biodiversidade, também proporcionam aumento de produtividade sem precisar desmatar novas áreas (CNA, 2012).

Tal apresentação de informações agregadas alcança elevados níveis de convencimento. Porém, para ampliar ainda mais o alcance, ainda em 2013, a campanha recebeu um “reforço de peso”, “o produtor rural e ator Murilo Benício [que] entrou em campo com o Rei Pelé para mostrar ao Brasil e ao mundo a nossa agropecuária sustentável, que ocupa apenas 27,7% do território nacional e preserva 61% dos biomas do País”. Conforme disse Pelé, em uma reunião da Campanha: “Parece que é o pontapé inicial, mas não é, porque o Brasil já é referência na agricultura. Mas vamos fazer do Brasil o primeiro do mundo na agricultura porque Deus só me bota em equipes vencedoras”.

43 O vídeo de lançamento da campanha pode ser conferido na internet. (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=bZXygS-D3MU. Acesso em: 25 fev. 2016.

Na plateia estavam o vice-presidente Michel Temer⁴⁴, ministros, senadores, deputados, presidentes de federações de agricultura e pecuária, dirigentes do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e produtores rurais de vários estados. Assim, segundo a assessoria da CNA, “com Pelé e Murilo Benício, produtores rurais, no Time Agro Brasil o mundo vai saber que o Brasil, famoso por revelar grandes jogadores de futebol, também tem craques na agricultura e na pecuária” (CNA, 2013).

É bem instigante o fato de que os dois garotos propaganda tenham uma relação com o futebol. Naquela mesma época, Murilo Benício fez muito sucesso em uma das novelas brasileiras mais assistidas no mundo, *Avenida Brasil*, como um famoso jogador de futebol, representando o personagem Tufão⁴⁵, que é citado na revista *Animal Business Brasil* (2013) para referir-se ao ator e produtor rural⁴⁶. Isso foi levado em conta para a escolha dos garotos propagandas para estrear essa campanha que tinha por objetivo “consolidar a imagem do agronegócio sustentável brasileiro no país e no exterior”. Nada mais oportuno que esses dois personagens que lembram a simpatia, a vontade de vencer e a cordialidade do brasileiro, bem como a destreza nos “campos”, possibilitando que, durante toda a campanha, os agentes implicados valerem-se sempre dos trocadilhos com a palavra “campo”, referindo-se, ora ao futebol, ora aos campos de cultivo para a agropecuária.

Essas características peculiares que constatamos ao perseguirmos o fluxo de imagens e de discursos sobressalentes na Expoiner 2013 revelam que não se tratam apenas de relações econômicas e mercadológicas e mesmo recreativas, indicam alguns modos pelos quais as imagens e os discursos sobre a agropecuária, e particularmente a pecuária bovina, são constituídas nas exposições, nunca estando isoladas ou circunscritas apenas a esses locais. Em um momento pretérito, era principalmente a idoneidade dos produtores e dos cientistas que serviam para a defesa de interesses mais específicos do setor, porém, de algum tempo para cá, a trajetória e carisma das celebridades

44 Na época, era vice-presidente, depois de um processo de impeachment considerado por muitos legistas e pela maior parte da sociedade e comunidade acadêmica como “golpe civil parlamentar”, a presidenta à época, Dilma Rousseff, foi afastada em abril de 2016.

45 Escrita por João Emanuel Carneiro, a telenovela exibida de março a outubro de 2012 (179 capítulos), no horário das 21h, pela emissora de televisão Globo. Segundo consta no site a emissora: “Dados consolidados pela Diretoria de Negócios da Globo comprovam o sucesso da trama em mercados internacionais: até janeiro de 2016, 132 países compraram os direitos de exibição da novela. Avenida Brasil, segundo a mesma fonte, está no topo do ranking de programas mais vendidos ao exterior pela Globo” (conferir informações em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/avenida-brasil/curiosidades.htm>. Acesso em: 25 fev. 2016).

46 A revista informa que Murilo Benício iniciou essa criação de gado Gir leiteiro em 2009, por meio da empresa Agropecuária Copacabana, com fazendas em Minas Gerais. Essa atividade será uma alternativa para quando se aposentar, segundo relato do mesmo.

vieram a ser incorporadas nessa constituição dos dispositivos que legitimam certas formas de conduzir a pecuária bovina, mais do que para apenas vender algum produto. E mais, esse modo de conduzir genericamente as formas de falar da pecuária é indicativa da incessante construção e desconstrução das imagens da própria atividade. Quer dizer, produzir gado em grande escala no Pará (ou na Amazônia), mais do que nunca, foi defendido também utilizando o carisma de celebridades que reiteram dados estatísticos de produção, produtividade e uso dos espaços, “limpando a imagem negativa” relacionada à degradação ambiental e os conflitos com outras populações.

Do ponto de vista da abordagem institucionalista vebleniana, é interessante constatar que tanto a definição de finalidade e eficiência como a busca de aprovação social são, em diversos momentos, reforçados no contexto das exposições agropecuárias. O “senso discriminatório de finalidade” (VEBLEN, 2007, p. 190), no contexto de tais eventos, é atribuído pelas afirmações científicas, ao lado de trajetórias de celebridades com experiências práticas no meio rural, que reafirmam o que é ser eficiente. Os padrões de qualidade e também de prestígio são constantemente reproduzidos em função tanto dos conhecimentos técnicos validados quanto pela publicidade alcançada através das próprias narrativas de vida das celebridades. Veblen tinha razão ao afirmar que a trajetória para a formação das instituições passava pela legitimação dos hábitos que eram apontados como formas de se alcançar a aprovação social.

Considerações finais

A partir de um referencial baseado na abordagem de Thorstein Veblen, sobretudo sobre a formação das instituições, incorporando ao referencial a noção de imagens e discursos, a pesquisa teve por objetivo analisar como as imagens e os discursos produzidos no contexto de uma exposição agropecuária no Rio Grande do Sul favoreciam a modos específicos de legitimar certos modos institucionalizados de conduzir a agropecuária brasileira. De maneira estratégica, utilizando os recursos da pesquisa científica e também a exposição de celebridades carismáticas que pudessem debater sobre temas de solução complexa, as biografias e o carisma dos artistas foram incorporados e trabalhados para dar legitimidade da fala sobre a pecuária bovina. Optou-se por perseguir os fluxos das imagens e dos discursos de um pesquisador que fez palestra durante a Expointer, e duas celebridades, um jogador de futebol e dois atores, que foram apresentados como produtores rurais, de modo a compreender sua legitimação como porta-vozes do agronegócio brasileiro.

Foi interessante constatar que aqueles artistas utilizados nas peças publicitárias do evento, tiveram a vida, enquanto produtores rurais, colocadas em evidência bem antes do evento em si ocorrer. Embora, à primeira vista, possa parecer trivial o uso de celebridades para divulgar produtos, conforme demonstrado acima, há muito mais envolvido. A interpelação para responderem temas mais complexos, bem como os letrados digitais expondo dados controversos sobre a produção agropecuária no país, indicam a estratégia: usar o capital social que os artistas possuem, de modo a simplificar temas como Código Florestal Brasileiro, Reforma Agrária, populações tradicionais, preservação ambiental, impactos do agronegócio, entre outros. O canal já aberto com espectadores do Brasil e do exterior era parte da estratégia imagética e discursiva a fim de promover a simplificação da narrativa.

O referencial vebleniano da Economia Institucional Original aos poucos vem sendo mais utilizando, mostrando-se muito potente para revelar relações de dominação que são construídas a partir de hábitos e formação de instituições baseadas principalmente nos modelos impostos pelas classes dominantes. Embora não tenha sido objeto de análises nesse artigo, vale destacar que o uso das imagens de celebridades, construindo-se uma trajetória em uma causa específica tem sido muito utilizado nas últimas décadas, como por exemplo, Bill e Melina Gates, com seus projetos sociais, o músico inglês Sting em seu apoio aos Yanomamis⁴⁷, a atriz brasileira Bela Gil e sua militância em prol da alimentação, e outros ainda jovens como a Greta Thunberg ou Malala. Assim, conhecer como tais formas narrativas operam, pode também favorecer a construção de estratégias similares para gerar maior divulgação de conteúdo sobre agroecologia, a importância dos conhecimentos tradicionais, a relevância da biodiversidade, bem como do fortalecimento das agriculturas familiares e canais curtos de comercialização para a redução das desigualdades socioeconômicas, entre outros temas que nos são caros.

47 Interessante movimento imagético e discursivo foi promovido em live musical que reuniu diversas celebridades em prol de populações indígenas no contexto da combate ao Covid-19 (Disponível em: <https://www.folhape.com.br/cultura/artistas-nacionais-e-internacionais-se-reunem-em-live-em-prol-da-caoa/144212/> Acesso em: 21 jul. 2020).

REFERÊNCIAS

CLAUDINO, L. S. D. **Instintos: categoria discursiva em movimento?** *Revista Clareira - Revista de Filosofia da região Amazônica*. v. 3, n. 1, p. 160-175, 2016. Disponível em: <http://www.revistaclareira.com.br/index.php/clareira/article/view/82/63>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA. **Pelé lança Time Agro Brasil**. S.I. Notícia julho 2012. Portal Campo Vivo. Disponível em: <https://campovivo.com.br/sem-categoria/Pe-le-lanca-Time-Agro-Brasil/>. Acesso em 21 jul. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA. **Time Agro Brasil ganha reforço**. Informativo. 2013. [S.I]. Disponível em: <http://www.senarpb.com.br/noticia/time-agro-brasil-ganha-reforco/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

LEAL, N. S. “**É de agronegócio!**”: circuitos, relações e trocas entre peões de manejo, peões de rodeio e tratadores de gado em feiras de pecuária. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-07042009-162728/publico/NATACHA_SIMEI_LEAL.pdf. Acesso em: 05 jun. 2020.

LEAL, N. S. **Nome aos bois: zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-12052015-102330/publico/2014_NatachaSimeileal_VCorr.pdf. Acesso em: 09 abr. 2020.

SILVA, V. L. da. Fundamentos do institucionalismo na teoria social de Thorstein Veblen. *Política & sociedade*, v. 9, n. 17, p. 289–323, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/15681>. Acesso em: 15 maio 2020.

VEBLEN, T. O instinto para o artesanato e a aversão ao trabalho em geral. *OIKOS (Rio de Janeiro)*, v. 6, n. 2, p. 188-202, 2007. Disponível em: <http://www.revistaioikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/15/11>. Acesso em: 17 maio 2020.

**Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização**

OVINOCULTURA NO RIO GRANDE DO SUL E URUGUAI: uma análise institucional e evolucionária da trajetória econômica

*João Garibaldi Almeida Viana
Paulo Dabdab Waquil*

Introdução

A ovinocultura se destaca por ser uma atividade econômica de grande tradição no Rio Grande do Sul, estado mais meridional do Brasil, e no seu país fronteiriço, o Uruguai. A espécie ovina apresenta um potencial de produção de carne, lã, pele, leite e outros subprodutos, os quais podem suprir adequadamente tanto as necessidades do mercado interno destas regiões quanto à demanda advinda do mercado internacional (OLIVEIRA; ALVES, 2003). Durante o século XX, o setor ovino gaúcho e uruguaio foi afetado por períodos de progressos e crises, os quais modificaram as estratégias e a dinâmica do agronegócio da ovinocultura.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960 a ovinocultura era a maior riqueza existente nos campos da fronteira; o parâmetro do grau de riqueza de um produtor era dado pelo número de ovelhas que compunham seu rebanho. A lã sustentava todas as necessidades das estâncias, e a nobre fibra passou a ser chamada de “ouro branco”, transformando-se no quarto produto mais importante de exportação do Rio Grande do Sul. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela maior intervenção governamental na agricultura através de diversos instrumentos que vinham com a finalidade de aumentar a produtividade da terra e a oferta de alimentos. O fomento ao setor agropecuário estimulou o crescimento da agricultura de grãos no Rio Grande do Sul e Uruguai, visto que os subsídios para essas atividades eram mais fáceis e rentáveis. Assim, as áreas destinadas à ovinocultura começaram a dar espaço para as lavouras, destacando o crescimento da área plantada dos cultivos de arroz e soja em todo o Rio Grande do Sul (BOFILL, 1996; NOCCHI, 2001).

O início dos desequilíbrios nos mercados da ovinocultura e das transformações produtivas que afetaram a atividade após 1990 no Rio Grande do Sul e Uruguai teve origem em comportamentos econômicos de agentes do setor lanheiro da Austrália. A estratégia australiana de auferir elevados lucros com o aumento dos preços da lã no mercado internacional estimulou o deslocamento da demanda por lã para outras fibras têxteis. Assim, instaurou-se a crise internacional da lã durante a década de 1990, determinando o principal evento negativo da atividade. O desequilíbrio foi caracterizado pela queda drástica dos

preços pagos aos produtores (VIANA; SOUZA, 2007) devido aos altos estoques australianos de lã e a entrada intensiva de tecidos sintéticos no mercado têxtil mundial, aliados ao contexto do fim da União Soviética e a instabilidade econômica dos principais compradores do mercado asiático (NOCCHI, 2001).

Estas mudanças estruturais e conjunturais desestruturaram o setor ovino no Rio Grande do Sul e Uruguai. Muitos produtores desistiram da atividade e o rebanho ovino declinou de forma significativa. Grande parcela das áreas antes destinadas à ovinocultura foi tomada pela bovinocultura de corte e pela agricultura de grãos (DIEA/MGAP, 2008), e a produção ovina restante tornou-se uma atividade agropecuária secundária, direcionada para subsistência. Ao final da década de 1990, a renda gerada pela ovinocultura dentro do cômputo geral de uma empresa rural passou a ser pouco expressiva (VILELA, 1998, p. 182).

Paralelamente à crise do setor laneiro, a carne ovina despontava como uma alternativa mercadológica de produção. A carne, que era considerada um subproduto, consumida apenas nos estabelecimentos rurais ou comercializada de forma desorganizada, passou a assumir uma posição de destaque na atividade (NETO, 2004). Contudo, este fato deveu-se à crescente demanda mundial por carne ovina, que trouxe um alento à cadeia produtiva: a produção de cordeiros para abate. Iniciou-se um processo de adaptação dos sistemas produtivos para reorganizar o setor em torno da produção de carne. Todo este processo resultou em mudanças drásticas na economia agrícola das duas regiões, modificando o perfil e o objetivo do setor produtivo ovino.

A transformação do mercado ovino no Rio Grande do Sul e Uruguai, seus desequilíbrios e suas mudanças econômicas, institucionais e produtivas nas últimas décadas expõem uma rica realidade empírica para uma análise econômica heterodoxa. Assim, o arcabouço teórico da Economia Institucional Evolucionária surge como uma alternativa aos modelos analíticos dominantes da área da economia e comercialização agrícola.

A emergência da alternativa institucional para a compreensão das mudanças na ovinocultura reside nas características históricas do setor e na identificação de lacunas teóricas na Economia Neoclássica para o estudo da dinâmica agrícola. Verifica-se que uma compreensão econômica neoclássica das sinalizações dos mercados nem sempre irão direcionar os indivíduos para decisões mais vantajosas, pois as decisões estão muito além da alocação ótima dos recursos, da maximização dos lucros, da racionalidade ilimitada e do hedonismo dos indivíduos. As decisões são muito mais complexas, e são influenciadas pelos hábitos de pensamento (VEBLEN, 1899), pela racionalidade limitada (SIMON, 1955), pelas ações coletivas (COMMONS, 1934), pelos costumes e modos não-econômicos de pensar (SCHUMPETER, 1911), pelas regras formais e informais da sociedade (NORTH, 1990) e pelo processo de *path dependence* (NELSON; WINTER, 2005).

A partir de sua concepção teórica com origem no Antigo Institucionalismo, a Economia Institucional Evolucionária deve levar em conta: fatores culturais, fatos e conjunturas, a interdisciplinaridade, um modelo não-maximizador, técnicas estatísticas como ferramentas analíticas e a utilização da história e material empírico relativo às instituições socioeconômicas (HODGSON, 1998), e a partir de sua concepção teórica neo-schumpeteriana, deve levar em conta: uma análise dinâmica e modelos evolutivos que envolvem processos de aprendizagem, descoberta e algum mecanismo de seleção (DOSI; NELSON, 1994).

Assim, este capítulo busca confirmar o argumento da Economia Institucional Evolucionária de que a mudança tem um papel central na configuração dos mercados e que as firmas não são inerentemente maximizadoras, mas influenciadas por instituições, as quais determinam seu movimento na trajetória econômica. Portanto, conduzindo a reflexão teórica para o caso empírico, a hipótese a ser construída baseia-se em uma evolução da produção ovina das duas regiões marcada por períodos de mudanças e desequilíbrios, os quais afetaram a configuração atual do setor ovino, onde a adaptação e a retenção das firmas produtoras podem ter sido influenciadas pelo estabelecimento de instituições, como hábitos de pensamento individuais, ações coletivas e regras informais da sociedade, fatores essenciais para um possível crescimento futuro da produção ovina, associando-se à dinâmica de variáveis econômicas e produtivas, características da atividade agropecuária, em um processo cumulativo.

Dessa forma, o objetivo do presente capítulo é analisar a trajetória de mudança econômica e institucional da produção ovina do Rio Grande do Sul e Uruguai e avaliar o impacto da crise internacional da lã na configuração do setor. O texto está organizado em cinco tópicos. Após a introdução, apresenta-se os procedimentos metodológicos do estudo. Em seguida, é realizada uma análise da trajetória histórica da ovinocultura no Rio Grande do Sul e Uruguai. Posteriormente, busca-se discutir os elementos institucionais determinantes na manutenção da produção ovina após a crise internacional dos preços da lã. Por fim, apontam-se as considerações finais do capítulo.

Metodologia

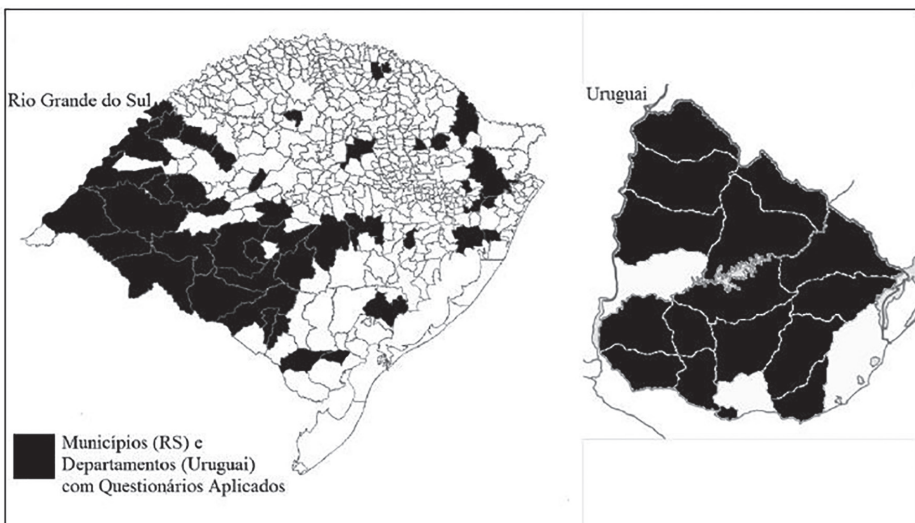
A pesquisa caracterizou-se pela utilização do método comparativo, por meio de técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas. Os conceitos centrais a serem analisados no estudo da evolução da produção ovina do Rio Grande do Sul e Uruguai, baseados na Economia Institucional Evolucionária, são: o processo de formação histórica da atividade, as mudanças estruturais, conjunturais (desequilíbrios) do setor, as rotinas das propriedades (técnicas e regras de decisão) e os hábitos, costumes e motivações dos produtores ovinos. Para tal, delineou-se uma metodologia segmentada em duas etapas inter-relacionadas.

A primeira etapa buscou compreender a atual situação estrutural da ovinocultura no Rio Grande do Sul e no Uruguai, a partir da reconstrução histórica da atividade, desde a introdução da espécie, no século XVII, até os principais desafios para o fortalecimento do setor no século XXI. A pesquisa bibliográfica e documental auxiliou na compilação de informações relevantes sobre a evolução histórico-estrutural do setor ovino, contextualizando a atividade com o processo de desenvolvimento econômico e social de ambas as regiões analisadas.

Após avaliar o processo histórico, a evolução da produção e a mudança estrutural, delineou-se a segunda etapa da pesquisa, a fim de identificar as características da produção ovina, o perfil e as motivações dos produtores que se adaptaram às transformações ocorridas no setor e daqueles que ingressaram após a crise internacional da lã na atividade. Para tal, utilizou-se de uma pesquisa de campo, com emprego de técnicas de observação direta e questionário semiestruturado.

Os questionários foram aplicados em uma amostra de ovinocultores a fim de obter a representação da população de propriedades ovinas do Rio Grande do Sul e Uruguai. Tanto o questionário como o planejamento amostral da pesquisa podem ser encontrados de forma detalhada em Viana (2012). Foram amostrados um total de 200 ovinocultores, totalizando 120 questionários respondidos no Rio Grande do Sul e 80 questionários respondidos no Uruguai. A abrangência municipal/departamental da aplicação dos questionários da pesquisa pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1 – Municípios no Rio Grande do Sul e Departamentos no Uruguai com questionários da pesquisa aplicados



O questionário pretendeu caracterizar:

- a) o perfil produtivo e institucional dos produtores (hábitos, experiência, decisões, motivações, etc.) em termos de: área da propriedade, número de animais e raça ovina, produtos ovinos comercializados, nível tecnológico empregado na ovinocultura, canais de adoção de tecnologias e tempo em que desenvolve a atividade ovina, se a atividade é herança familiar, as motivações para criar ovinos, o envolvimento com organizações de apoio, projeções da criação ovina para gerações futuras, existência de interação com produtores e perfil socioeconômico do ovinocultor.
- b) visão de passado e futuro na identificação do grau de importância⁴⁸ de fatores econômicos e institucionais para: i) o enfrentamento da crise dos preços da lã durante a década de 1990 e permanência do produtor na atividade ovina e; ii) o fortalecimento do setor ovino e retenção futura dos produtores na ovinocultura.

Após a pesquisa de campo, os dados foram organizados e tabulados para análise comparativa. Para caracterizar a produção e o perfil econômico-institucional dos ovinocultores que se mantiveram e ingressaram na atividade após a crise da lã no Rio Grande do Sul e Uruguai utilizou-se de diferentes técnicas estatísticas como: i) Estatística Descritiva (medidas de localização, medidas de variabilidade, distribuições de frequências e ferramentas gráficas); ii) Estatística Inferencial – testes de hipótese: teste *t-student*, análise de variância (ANOVA) e teste de Tukey.

Trajetória Histórica e Econômica da Ovinocultura do Rio Grande do Sul e Uruguai

A chegada dos ovinos na América do Sul está vinculada à colonização espanhola na região do Prata. Durante os anos de 1541 a 1617, o centro da colonização do Rio da Prata foi Assunção do Paraguai, cidade pelo qual foram introduzidas as primeiras espécies ovinas e bovinas, animais que, nos anos subsequentes, povoariam o sul do continente latino (JACOB, 1981). Para Vieira & Santos (1967), indícios levam a acreditar que as primeiras ovelhas aqui chegadas pertenciam à raça espanhola “Churra”, constituída por animais pouco evoluídos. Já na Argentina alguns pesquisadores asseveram que os ovinos introduzidos na América deviam ser de origem oriental (Berberiscos).

48 O grau de importância de diferentes fatores para o enfrentamento da crise da lã e para o fortalecimento/ retenção futura na atividade foi atribuído pelos produtores a partir de uma escala do tipo *likert*, segmentada em: nada importante (1), pouco importante (2), indiferente (3), importante (4) e muito importante (5).

A primeira referência da introdução destes animais de origem espanhola e asiática no Brasil data de 1556, por meio das missões jesuíticas. Mais tarde, os holandeses introduziram ovinos batavos e no século XVIII os açorianos trouxeram para o Rio Grande do Sul ovelhas europeias. Face às condições adversas do clima, os ovinos não tiveram capacidade de adaptação nos Estados do Norte e somente no Rio Grande do Sul a espécie se desenvolveu e disseminou-se (VIEIRA; SANTOS, 1967).

Apesar da proximidade do Rio Grande do Sul com as colônias do Prata, só por volta de 1620 seus campos começaram a ser povoados com o gado trazido pelos jesuítas – os fundadores da pecuária sul-rio-grandense. Os campos gaúchos eram semelhantes ao pampa argentino e uruguaio e a evolução do criatório na região acompanhou a agilidade da pecuária nas províncias espanholas, graças ao clima, às finas pastagens e as boas aguadas (QUEVEDO, 1986). No entanto, foi o estabelecimento das primeiras estâncias que contribuiu para o crescimento da domesticação de ovinos nos campos sulinos. Para Figueiredo (1985), datam de 1732 as primeiras concessões de sesmarias, constituindo as primeiras invernações, local onde se agregava o gado selvagem rebanhado nos campos devolutos.

Nas estâncias do Rio Grande do Sul e Uruguai surgiram os estabelecimentos coureiros, origem da chamada “civilização do couro”, e posteriormente a “era do charque”. A bovinocultura com a produção de charque tornou-se a principal fonte de crescimento das regiões do Prata e do sul do Brasil no início do século XIX. No entanto, a ovinocultura despontava como uma importante atividade secundária para as estâncias. Auguste de Saint-Hilaire (1887) em sua expedição ao Rio Grande do Sul nos anos de 1820 e 1821 evidenciou a presença da ovinocultura como atividade importante para a economia agrária da época, sendo os ovinos criados para subsistência e exploração econômica (venda de peles, lã e carne) em toda região do pampa. Em sua obra, Saint-Hilaire (1887) cita detalhes do manejo dos rebanhos ovinos, como a época de parição em junho, a época de tosquia em outubro, as formas de castração dos animais machos aos seis meses e o alto índice de mortalidade dos cordeiros após a parição devido a predadores. Porém, os ovinos ainda eram “*criados à lei da natureza [...] sendo a única preocupação tomada a de mantê-los em pasto abrigado, vizinho da habitação*” (SAINT-HILAIRE, 1887, p. 49).

No mesmo período, no Uruguai, a ovinocultura vinha se desenvolvendo por meio do melhoramento dos rebanhos. Em meados do século XIX, a raça crioula começou a ser cruzada com plantéis de ovinos da raça Merino, valorizando a lã fina e fortalecendo a atividade ovina até o final do século (BERTINO; TAJAM, 2000). Além do melhoramento, foram implantadas novas técnicas produtivas na ovinocultura a partir de investimentos estrangeiros, no entanto, foi o cercamento dos campos no final do século XIX e a constituição

da Associação Rural (1871) que deram um novo impulso à ovinocultura como atividade econômica no Uruguai (STOLOVICH, 1989; JACOB, 1981).

A estrutura econômica uruguaia se modificou nesse período, com os ovinos sendo incorporados ao sistema de produção pecuário das estâncias entre as décadas de 1850 e 1870 (BARRÁN, 1995). O cercamento dos campos, com a origem da Estância, permitiu delimitar propriedades e refinar os rebanhos, assim, os ovinos foram explorados com mais intensidade conjuntamente com bovinos de corte, trazendo um complemento de renda e maior segurança frente às oscilações de preços dos bovinos (JACOB, 1981).

Neste contexto, pode-se afirmar que o final do século XIX foi um marco para a consolidação da ovinocultura no Uruguai, e, posteriormente, determinante para sua influência na atividade desenvolvida no Rio Grande do Sul. O alto rendimento do gado ovino e as diversas possibilidades que a espécie destinava aos médios e pequenos proprietários rurais, coincidentes com as demandas crescentes da indústria têxtil europeia e norte-americana, permitiram o desenvolvimento da produção ovina desde 1860 e transformaram a lã em um dos principais produtos de exportação (STOLOVICH, 1989).

Ao entrar no século XX, para Stolovich (1989), o Uruguai apresentava dois complexos em expansão, os quais integram o país ao cenário econômico mundial: a) Complexo de lãs e couros: com presença estrangeira na fase intermediária de produção (barracas de lãs e couros). A matéria-prima era captada e enviada às indústrias da Europa e Estados Unidos; b) Complexo das carnes: com presença estrangeira na indústria frigorífica e no transporte oceânico, destinando carne bovina e ovina a açougues de Londres

Em contrapartida, a ovinocultura no Rio Grande do Sul até 1900, de acordo com Bofill (1996), era incipiente, desorganizada, inexpressiva e desprotegida, fundamentalmente pela falta de medicamentos adequados que permitissem tratar os animais das verminoses, sarna e outras doenças. Os ovinos valiam apenas para o fornecimento de carne para o consumo das próprias estâncias e como fonte para produção de pelegos para uso doméstico e de trabalho. Apesar da desorganização da atividade ovina no Rio Grande do Sul e a inexistência de medidas sanitárias profiláticas e curativas para os plantéis, o rebanho ovino gaúcho em 1905 era formado, conforme dados de Vieira & Santos (1967), por 2,3 milhões de cabeças, e em 1912 já alcançava 3,7 milhões de animais.

A bovinocultura de corte e a ovinocultura, por meio da produção de carnes resfriadas e congeladas, se transformaram, no Uruguai, nos primeiros setores de exportação durante as primeiras décadas do século XX. No passo destas transformações, os ovinocultores do Uruguai iniciaram um processo de “desmerinização” dos rebanhos, cruzando os ventres ovinos com reprodutores de raças inglesas especializadas na produção de carne (BERTINO et al., 2001). Assim, os rebanhos laneiros abriram espaço para a entrada de raças

como Lincoln e Romney Marsh (VIEIRA; SANTOS, 1967), resultando em um rebanho ovino uruguaio em 1908 de 21,5 milhões de cabeças (BERTINO; TAJAM, 2000). O Rio Grande do Sul, por sua vez, seguiu o exemplo do país vizinho e passou a introduzir em seus rebanhos ovinos destas raças de carne, e outras como as chamadas “Cara Negra”, em forma de cruzamentos alternados com o Merino (VIEIRA; SANTOS, 1967).

O crescimento da bovinocultura e ovinocultura no Uruguai e Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX, foi estimulado pelo funcionamento das indústrias frigoríficas. No entanto, foi a Primeira Guerra Mundial e seus efeitos sobre a elevação dos preços das matérias-primas, como das carnes e lã, que impulsionaram a produção ovina nas duas regiões (BERTINO *et al.*, 2001). A valorização da lã a partir de 1914 foi o fator determinante para que a criação de ovinos despertasse maior interesse por parte dos criadores do Rio Grande do Sul.

Neste contexto, houve entrada do mercado ovino gaúcho nos países em conflito, com a procura e conseqüente subida de preços da carne e lã. Para o aperfeiçoamento da produção, ovinocultores do Rio Grande do Sul fortaleceram relações com criatórios do Uruguai, trazendo ideias sobre congregação em associações de classe e construção de galpões coletivos para depósito de lãs e couros para o beneficiamento em períodos de alta dos preços na Europa (BOFILL, 1996).

A corrida pela produção de lã neste período fica evidente na afirmação de Bofill (1996) de que comerciantes uruguaio e argentinos entravam pelas fronteiras do Rio Grande do Sul para adquirir lã a fim de obterem lucros com a revenda para o mercado Europeu. A partir deste comportamento mercadológico, produtores gaúchos passaram a se organizar, construindo grandes depósitos, ou galpões, que eram chamados de “barracas”, onde eram depositados os estoques de lã para comercialização. Assim, foram estas ações as responsáveis pelo início do estabelecimento de uma cadeia produtiva em torno da ovinocultura no Rio Grande do Sul a partir dos anos de 1920 (BOFILL, 1996).

No entanto, no final da década de 1920 as economias do mundo sofreram com a grande depressão americana. Na visão de Quevedo (1986), o “*crack*” da bolsa em 1929 e suas conseqüências foram negativas para economia brasileira, em especial para a pecuária do Rio Grande do Sul. No Uruguai os impactos não foram diferentes, a crise instaurada nos mercados internacionais gerou efeitos dramáticos na economia, fundamentalmente no setor agropecuário.

Para Bertino *et al.* (2001), as mudanças inerentes à depressão econômica levantaram o questionamento sobre o modelo de desenvolvimento do Uruguai baseado nas exportações pecuárias, ainda mais em um horizonte limitado para o crescimento do comércio internacional. Porém, frente ao cenário contencioso pós 1929, o Rio Grande do Sul e o Uruguai compreenderam a necessidade de investimentos e apoio interno à ovinocultura. A grande depressão estimulou ações em prol da economia nacional e o fortalecimento dos seus principais

setores, como no caso do Uruguai, a partir de 1935, conforme relato de Bertino & Tajam (2000), com a criação do “Ministerio de Ganadería y Agricultura” e da “Comisión Nacional de Estudios del Problema Forrajero”.

No que tange o aspecto produtivo da ovinocultura, o cruzamento de ovinos merinos com raças especializadas em carne durante os anos 1900 a 1930 deu origem a uma grande heterogeneidade da safra laneira uruguaia. A valorização da lã frente à carne ovina a partir de 1930 e o comportamento protecionista das políticas internas após a crise de 1929 resultaram na criação da “Comisión Honoraria de Mejoramiento Ovino”, no ano de 1935, com recursos estatais provenientes de taxas de exportação de lã. A comissão objetivava melhorar a qualidade da fibra e aumentar o rendimento por animal por meio do fomento da criação de raças puras, prioritariamente a raça Corriedale (BERTINO; TAJAM, 2000; BERTINO *et al.*, 2001).

Assim, no Uruguai, a atuação da “Comisión Honorífica de Mejoramiento Ovino” foi determinante para o sucesso da inclusão de uma raça duplo propósito (carne e lã) a fim de melhorar a qualidade da lã, beneficiando-se das altas de preços da fibra na década de 1930 e 1940, sem perder a capacidade de produzir carne ovina para subsistência e eventual comercialização (BERTINO; TAJAM, 2000). A ovinocultura para a produção de lã se afirmou até a década de 1960 como o setor mais dinâmico da economia uruguaia para exportação frente à estagnação da produção de carne bovina e ovina (BERTINO *et al.*, 2001).

A ovinocultura do Rio Grande do Sul também foi influenciada pela valorização da lã na década de 1930 e pelas políticas públicas voltadas à economia interna. Segundo Vieira & Santos (1967), a partir de 1938, a produção ovina gaúcha passou a merecer especial atenção dos poderes públicos, especialmente da Secretaria da Agricultura, recentemente criada. De forma similar ao caso uruguaio, o governo gaúcho criou o Serviço de Ovinotecnia (com denominação inicial de Serviço de Peles e Lãs), elaborando um plano de ação para todos os setores da ovinocultura a fim de eliminar os fatores que impediam o aumento e a melhoria da produção ovina (VIEIRA; SANTOS, 1967). Já em 1939 foi realizada a 1ª Exposição Estadual de Lãs em Uruguaiana, marcando, conforme Nocchi (2001), o início de uma nova era para a ovinocultura do Rio Grande do Sul.

O melhor período vivido pela ovinocultura do Rio Grande do Sul no século XX, segundo Bofill (1996), foi a década de 1940. Em 1942 iniciou-se a campanha de erradicação da sarna ovina, mediante lei que tornava obrigatório o seu combate em todos os estabelecimentos rurais, por meio do SESO (Serviço de Erradicação da Sarna Ovina). A parasitose atingia mais de 30% dos seis milhões de ovinos do rebanho gaúcho. No mesmo ano, funda-se, por iniciativa do Serviço de Ovinotecnia, a Associação Rio-Grandense de Criadores de Ovinos (ARCO) que congregava a elite dos criadores (VIEIRA; SANTOS, 1967).

Surgiram no ano de 1945 as primeiras cooperativas de produtores de lã, tendo por sede os municípios de Uruguaiana, Pelotas e Alegrete. Esse fato passou a desempenhar um papel decisivo no estímulo à produção laneira, disciplinando a comercialização da lã em bases justas e equitativas de preço, de acordo com a classe e a qualidade do produto entregue pelo cooperado, e oferecendo o produto já devidamente classificado diretamente à indústria ou ao mercado externo (VIEIRA; SANTOS, 1967).

Os avanços tecnológicos produtivos para ovinocultura se disseminaram no Rio Grande do Sul ao longo da década de 1940, como o Serviço de Inseminação Artificial de Ovinos, sob a tutela do Ministério da Agricultura do Brasil, fornecendo aos produtores a infraestrutura completa para serviços de inseminação artificial e reprodutores com genética superior (BOFILL, 1996). Ainda nesse período surgiram os sarnicidas e os vermífugos, produtos eficientes desenvolvidos pela indústria química após o término da Segunda Guerra Mundial, que controlaram, segundo Bofill (1996), os dois maiores flagelos da ovinocultura da época: a sarna e a verminose. Tanto no Uruguai como no Rio Grande do Sul, o progresso da ovinocultura na década de 1940 e 1950 esteve também associado à consolidação de uma raça pura nos rebanhos: a raça Corriedale.

A ovinocultura despontava em 1950 como uma força econômica emergente no campo, tornando-se importante atividade econômica das estâncias da fronteira e de toda região da campanha do Rio Grande do Sul, onde existiam as maiores concentrações de ovinos do Brasil (BOFILL, 1996), no entanto, a criação de ovinos se difundia por quase todos os municípios do Rio Grande do Sul, onde as cidades das regiões da Campanha, Serra do Sudeste e Litoral detinham 74% da população ovina, distribuída entre cerca de 28.000 criadores (VIEIRA; SANTOS, 1967).

Até meados da década de 1960 a produção de lã liderou o crescimento pecuário do Uruguai, tornando o país um importante exportador mundial da fibra. Nesta conjuntura, o Uruguai tornou-se o país líder da América do Sul na produção ovina e com grande capacidade de competição no mercado internacional. Além disso, a atividade ovina alcançou importância econômica, social e política no Uruguai, transformando a produção de lã na maior fonte geradora de divisas do país (BOFILL, 1996; NOCCHI, 2001). Por sua vez, no Rio Grande do Sul da década de 1960 a ovinocultura era a maior riqueza existente nos campos da fronteira, sustentando todas as despesas das propriedades rurais. A lã, nas palavras de Bofill (1996), passou a ser denominada de “Ouro Branco”, sendo o grau de riqueza de um produtor rural estimado pelo número de ovelhas que compunham seu rebanho.

Nota-se que o crescimento da ovinocultura na primeira metade do século XX esteve associado ao desenvolvimento de um ambiente institucional sólido capaz de suportar o progresso da criação no Rio Grande do Sul e Uruguai. Destacam-se o aparecimento de instituições como regras formais por meio de leis

sanitárias e políticas públicas de fomento à atividade ovina, o fortalecimento de instituições de ações coletivas que controlaram, liberaram e ampliaram a ação individual dos ovinocultores por meio do cooperativismo e organizações de classe, e pela destruição criativa na ovinocultura, através da criação e difusão de novas tecnologias agropecuárias destinadas a ganhos de produtividade. Destacam-se que esses elementos são centrais na Teoria Econômica Institucional.

Pelo fato da fronteira do Rio Grande do Sul não ter descoberto, até a década de 1960, qual era a agricultura adequada às suas terras e clima, o rebanho ovino multiplicou-se por toda a região, evoluiu sob orientação oficial, transformou-se na “razão de ser” da produção primária, formando estruturas de trabalho que deram suporte e segurança à criação e comércio da matéria-prima oriunda da ovinocultura (BOFILL, 1996). Ainda, o desenvolvimento da ovinocultura constituiu uma figura social típica da região, o gaúcho e a ovelha, institucionalizando hábitos de consumo e comportamento.

O ápice da atividade ovina no Rio Grande do Sul coincidiu com o início da consolidação de políticas agrícolas que objetivaram o processo de modernização da agricultura brasileira. No início da década de 1960, o setor agrícola era considerado um entrave ao crescimento brasileiro devido à baixa produtividade e diversidade da produção. A necessidade de alavancar uma indústria nacional por meio de excedentes de mão de obra rural e divisas oriundas da exportação de commodities, além de gerar segurança alimentar ao país e redução dos preços dos alimentos, incentivou o governo militar a construir um plano de modernização agrícola, baseado no modelo norte americano e apoiado por medidas estatais, como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), programas de expansão agrícola e a criação de instituições públicas de pesquisa e extensão rural.

Este processo de modernização deu origem aos complexos agroindustriais. Na década de 1970, no Rio Grande do Sul, os sistemas de apoio à modernização agrícola destinaram grandes valores de crédito subsidiado aos produtores, além de segurança de comercialização por meio de preços mínimos para estimular a agricultura de grãos em solo gaúcho. Assim, durante o final da década de 1970, na região da Campanha Gaúcha, a lavoura de arroz começou a crescer e se organizar, retirando importantes espaços anteriormente ocupados pela criação de ovinos (BOFILL, 1996).

Mesmo com a introdução da agricultura em zonas tradicionais de pecuária, a ovinocultura do Rio Grande do Sul alcançou na década de 1980 um rebanho ovino estimado em 13,5 milhões de cabeças e uma produção de lã em torno de 30.000 toneladas apoiada por uma estrutura de organizações de nível técnico e comercial (NOCCHI, 2001). As cooperativas de lã continuavam recebendo apoio financeiro, abrigando em suas estruturas associativas mais de 90% dos criadores de ovinos do Estado (BOFILL, 1996).

No Uruguai, o rebanho ovino cresceu ao longo de toda a década de 1980, processo de expansão que culminou, em 1991, com um rebanho máximo de 26 milhões de ovinos (CAPUTI; MURGUÍA, 2003). Esse crescimento foi acompanhado pela retomada de investimentos estrangeiros no setor, principalmente na indústria de lãs para exportação (STOLOVICH, 1989). Assim, neste contexto, a ovinocultura, desde a década de 1940 até o final dos anos de 1980, vinha em expansão, consolidando mercados e aperfeiçoando a produção de lã de qualidade, tanto no Rio Grande do Sul como no Uruguai.

Porém, o principal fator de desequilíbrio econômico da atividade teve origem, na segunda metade da década de 1980, em medidas políticas e organizacionais para a proteção do mercado da lã do maior produtor mundial: a Austrália. Os australianos, cientes da necessidade de proteger a atividade ovina, criaram um sistema de comercialização, sob a proteção da “Corporação Australiana da Lã” (CAL). A corporação acumulava fundos cobrados de produtores e transformou-se em uma agência reguladora com a finalidade de criar mecanismos de proteção no comércio da lã (BOFILL, 1996).

As vendas de lã na Austrália eram realizadas através de leilões, que contavam com a participação de representantes da CAL a fim de controlar as negociações. Quando os preços estavam baixos, a CAL comprava e garantia os preços mínimos pactuados. Quando os preços tendiam a subir de forma exagerada, a CAL vendia lã a valores menores, obrigando o mercado a equilibrar os preços. Dessa forma, o objetivo principal era manter a lã dentro de valores que fossem competitivos frente a outras fibras têxteis e, ao mesmo tempo, estimulantes para o produtor (NOCCHI, 2001).

Apesar do bom trabalho realizado pela agência, em meados da década de 1980 houve uma série de mudanças administrativas na Corporação Australiana da Lã. Para Bofill (1996), no entendimento dos novos dirigentes, o valor das lãs australianas deveria ser diferenciado a fim de maximizar os lucros dos produtores de ovinos da Austrália, levando ao crescimento da arrecadação da Corporação e ao aumento de divisas para o governo central. Contudo, esse comportamento especulador teve curta duração. A estratégia de maximização dos lucros por meio apenas da elevação dos preços da fibra, balizada pela Corporação Australiana da Lã, desafiou os compradores a mudarem seus hábitos. O tradicional público consumidor de tecidos e confecções de lã, em virtude dos altos custos desses manufaturados, mudou de hábito e deslocou-se em grande parte para o consumo de confecções de algodão, sintéticos e misturas de fibras de outra origem (BOFILL, 1996).

Nessas condições de mercado do final da década de 1980 e início da década de 1990 a lã perdeu compradores e usuários e, a partir desse momento, instalou-se a crise do setor no mundo inteiro. A Corporação de Lã na Austrália começou a bancar as vendas de lã da Austrália, estocando grandes quantidades de lã da melhor qualidade, na espera de uma reação de mercado que não

aconteceu (BOFILL, 1996). Assim, iniciou-se o principal evento conjuntural negativo do setor, que levaria mais tarde a uma mudança estrutural severa e a desorganização da atividade ovina: a crise internacional dos preços da lã.

Nessas circunstâncias, a ovinocultura mundial entrou em colapso. A Austrália foi obrigada a estudar um plano de emergência para vender um estoque de lã que chegou a somar mais de um milhão e meio de toneladas, optando, no fim, pela venda gradativa durante as safras seguintes e a redução sensível do rebanho ovino do país (BOFILL, 1996; NOCCHI, 2001). A consequência destas ações foi a queda acentuada dos preços da lã no mercado internacional, afetando a rentabilidade e a motivação econômica da produção em todos os países produtores. Conjuntamente a crise internacional dos preços da lã, a ovinocultura do Rio Grande do Sul inicia a década de 1990 com a redução (quase total) dos créditos governamentais disponibilizados para as cooperativas de lãs do Estado, sem condições de capitalização para suportar as estruturas de trabalho e os impactos da crise (BOFILL, 1996). Adicionalmente, o Brasil instituiu políticas a fim de liberalizar os mercados agrícolas, reduzindo substancialmente o protecionismo nos mercados agropecuários, fruto das instabilidades econômicas sofridas durante a década de 1980 e da crise de divisas do Estado.

A partir deste cenário, evidencia-se que tanto fatores econômicos como fatores institucionais foram determinantes para o declínio da atividade. Destaca-se a redução de gastos governamentais, a falta de incentivo por meio de políticas públicas específicas, a mudança de hábitos de consumo no mercado têxtil, a substituição da atividade ovina por outras mais rentáveis, o arrefecimento das ações coletivas via cooperativismo e associações de classe e o desestímulo e falta de motivação econômica e institucional de longo prazo.

Os impactos da crise internacional dos preços da lã na ovinocultura se estenderam pelos anos subsequentes, tornando os anos 1990, de acordo com Nocchi (2001), o pior momento da história da lã, denominado de “década nefasta”. O primeiro impacto pôde ser observado na queda abrupta dos preços da fibra no Rio Grande do Sul. Conforme Viana & Souza (2007), após o comportamento da CAL de maximização dos ganhos, o preço pago ao produtor gaúcho por quilograma de lã no ano de 1991 (ápice da crise) foi 80,3% menor do que o praticado no ano de 1989.

No Uruguai, os impactos não foram diferentes. O setor laneiro uruguaio, segundo Caputi & Murguía (2003), entrou em grave crise em meados da década de 1990, com redução de 50% no rebanho ovino nacional. Conjuntamente aos efeitos da crise da lã, iniciou-se no país uma série de reformas nas políticas públicas que liberalizaram os mercados agropecuários. O algodão e as fibras sintéticas dominaram a preferência das indústrias têxteis e dos consumidores. A redução da demanda pela lã pode ser observada, no final da década de 1990, nos dados de Nocchi (2001), onde do consumo total de

fibras do mundo, 28,4% eram de fibras sintéticas, 18,4% eram de algodão e, apenas 1,4% eram de lã ovina.

Ao final dos anos 1990 a ovinocultura estava desestruturada no Rio Grande do Sul e Uruguai; com a queda dos preços da lã, os sistemas produtivos voltados à produção de fibra se tornaram antieconômicos, fazendo muitos produtores substituir a atividade. Os rebanhos declinaram de forma significativa, e a ovinocultura voltou a ser direcionada para subsistência, relegada a um segundo plano na economia das regiões produtoras.

As mudanças no perfil agropecuário do Uruguai, pós crise internacional dos preços da lã, podem se resumir em: i) redução de 77,5% das áreas destinadas à criação de ovinos de 1990 a 2000; ii) Aumento da região arrozeira (148%); iii) Crescimento das áreas destinadas à bovinocultura de leite (59%); iv) Notável crescimento da região florestal (920%) sobre áreas de pecuária; v) Moderado aumento na região citrícola e redução nas superfícies hortícolas (DIEA/MGAP, 2008; BIANCHI & GARIBOTTO, 2008a).

Apesar das dificuldades enfrentadas nos anos 1990, a estabilidade monetária conquistada a partir do Plano Real, a abertura do comércio internacional e o aumento do poder aquisitivo da população brasileira trouxeram um alento para os ovinocultores gaúchos. A demanda por carne ovina elevou-se, transformando-se em um potencial produto substituto carne. A partir da emergência da carne ovina como possibilidade rentável de produção, as propriedades ovinocultoras do Rio Grande do Sul iniciaram uma transição em seus processos produtivos. As raças ovinas especializadas em carne entraram no mercado, estimulou-se o crescimento da taxa de natalidade das fêmeas e focalizou-se a produção na obtenção de cordeiros para abate.

No Uruguai, a possibilidade de investimentos na carne ovina também foi identificada. Durante a década de 2000, a terminação de cordeiros pesados para abate transformou-se em uma das atividades de maior dinamismo da ovinocultura uruguaia, com crescente investimento e rentabilidade (BIANCHI & GARIBOTTO, 2008b).

Deste modo, pode-se visualizar que a produção de carne ovina emergiu durante a década de 2000 como alternativa para a (re)organização da cadeia da ovinocultura no Rio Grande do Sul e Uruguai. No entanto, o país platino não se desvinculou da produção laneira. Um exemplo é o “Proyecto Merino Fino del Uruguay” iniciado em 1998. Em sua origem, o projeto objetivava uma possibilidade de incremento na competitividade do complexo agroindustrial laneiro uruguaio, frente aos desafios e oportunidades colocadas pelo mercado internacional de fibras têxteis (INIA/SUL/SCMA, 2000).

Aliado ao processo de reestruturação da cadeia produtiva com a valorização da carne ovina e de fibras superfina, a ovinocultura tornou-se uma importante atividade para pecuaristas familiares, sendo a produção ovina, conforme dados de Bianchi & Garibotto (2008a), a principal fonte de retorno

econômico para a classe de pequenos produtores do Uruguai. A ovinocultura ficou, ao final dos anos 2000, sujeita a pressões competitivas pelos seus recursos naturais por parte de setores agropecuários que demonstram rentabilidade atrativa, como agricultura e grãos, silvicultura e bovinocultura de leite, além da competição histórica por áreas com a bovinocultura de corte (CARDELLINO, 2008).

No Brasil, a carne ovina despontou como principal produto da atividade, alavancada pelo crescimento do rebanho ovino do nordeste brasileiro (SORIO & RASI, 2010). Os rebanhos começaram a ser explorados economicamente com a introdução de raças especializadas, melhoramento genético e técnicas de manejo que propiciaram a elevação da produtividade em Estados como da Bahia e Ceará. Jesus Júnior et al. (2010) destacam também um movimento em direção às regiões Centro-Oeste e Norte, comprovado pelo aumento consistente do rebanho ovino, principalmente nos estados de Mato Grosso, Acre, Rondônia e Pará, bem acima da média nacional (IBGE/SIDRA, 2014).

Ao refletir essas questões, constrói-se um cenário de transformação da produção ovina, valorizando a vocação regional, a tradição na atividade e o desenvolvimento rural de localidades dependentes da pecuária familiar, a fim de manter e recuperar uma atividade que apresentou um papel determinante na formação econômica e histórica do Sul do Brasil e do Uruguai.

Em resumo, o mercado ovino foi afetado de forma permanente após a crise da lã, tendo como origem desta mudança estrutural comportamentos econômicos maximizadores e uma racionalidade limitada das consequências de tais ações. Após este comportamento, o deslocamento da demanda de lã para outras fibras estabeleceu de vez a crise, tornado as sinalizações de mercado pouco determinantes para a retomada da atividade ovina, emergindo a possibilidade de motivações, não apenas maximizadoras/otimizadoras, impulsionarem a reestruturação da ovinocultura. A compreensão desta dinâmica produtiva ovina indica um comportamento econômico evolucionário no setor, corroborando a abordagem institucionalista de Hodgson (1992), de que a dinâmica econômica é um processo causal infinito de natureza cumulativa sem alcançar um equilíbrio geral.

Assim, a análise comparativa da trajetória do setor ovino no Rio Grande do Sul e Uruguai, com base na Economia Institucional Evolucionária, possibilitou a compreensão dos choques, desequilíbrios e evolução da produção, trazendo à tona elementos do passado determinantes para o entendimento da situação presente da ovinocultura e para projeções futuras da atividade, incorporando a noção de *path dependence*. Desta forma, cabe analisar, após a compreensão da natureza histórica, a situação da atividade nas duas regiões, por meio da caracterização da produção ovina, numa perspectiva micro analítica, delineando a configuração do setor e o perfil econômico e institucional dos ovinocultores.

Características Institucionais e Motivações de Ovinocultores do Rio Grande do Sul e Uruguai

Os produtores de ovinos apresentam diferenças em relação ao seu perfil econômico e institucional. A diversidade de perfil é considerada uma variação inerente à natureza das condições socioeconômicas da produção agropecuária. No caso da ovinocultura do Rio Grande do Sul e Uruguai, cabe analisar as diferenças presentes entre os produtores estabelecidos antes e depois da crise internacional dos preços da lã, a fim de visualizar as variações a partir de um processo de mudança na atividade. Neste caso, não se compara períodos, mas o perfil de dois grupos de produtores estabelecidos em períodos distintos (antes e depois da crise dos preços da lã).

A Tabela 1 apresenta os valores médios das variáveis de idade, área e tamanho do rebanho para as duas classes de produtores do Rio Grande do Sul e Uruguai, comparados por meio do teste de hipótese paramétrico *t-student* para duas amostras independentes.

Tabela 1 – Média das variáveis de idade dos produtores, área da propriedade e tamanho do rebanho de ovinocultores estabelecidos na atividade antes e depois da crise internacional da lã

Variável	Rio Grande do Sul			Uruguai		
	Estabelecidos Antes Crise	Estabelecidos Após Crise	Valor p*	Estabelecidos Antes Crise	Estabelecidos Após Crise	Valor p*
Idade (anos)	53,01	46,56	0,022	55,90	47,26	0,0003
Área (hectares)	1068,52	435,02	0,003	1569,81	531,77	0,0008
Rebanho (cabeças)	596,44	173,90	0,000	1652,26	646,19	0,078

Valor p de Fisher para teste *t-student* para duas amostras independentes.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados primários da pesquisa

Observa-se que os produtores pesquisados, de ambas as regiões, estabelecidos antes e depois da crise apresentam diferenças em relação aos valores médios das variáveis de idade, área da propriedade e rebanho. As diferenças significativas foram observadas tomando como base um nível de significância de até 10%. Em relação à variável idade, nota-se que os produtores estabelecidos após a crise internacional dos preços da lã são mais jovens do que os produtores que enfrentaram os desequilíbrios ($P < 0,05$).

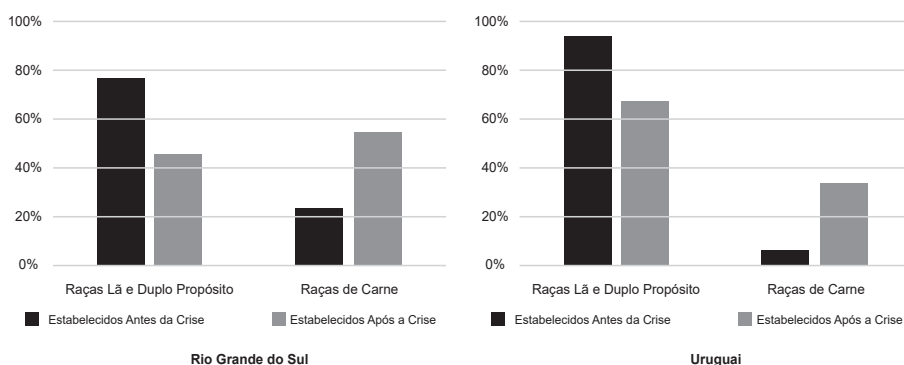
Da mesma forma que a variável idade, a área das propriedades rurais das duas classes de produtores se mostrou distintas nas duas regiões, significativa a um nível de 1% de significância. Evidencia-se que os produtores que

enfrentaram a crise da lã apresentam uma maior área em hectares do que os produtores estabelecidos recentemente. Pode-se inferir, tanto no Rio Grande do Sul como no Uruguai, que os produtores emergentes, que tomaram a decisão de criar ovinos após as mudanças inerentes à crise da lã, apresentam uma estrutura fundiária menor do que os produtores tradicionais, estabelecendo um novo perfil produtivo para a atividade nas duas regiões. Ou seja, os produtores estabelecidos antes da crise apresentam área média maior do que 1.000 hectares, enquanto os produtores estabelecidos após a crise desenvolvem a ovinocultura em uma área média de 400 a 550 hectares.

A área das propriedades rurais tem relação direta com o rebanho ovino criado. Constata-se, também, diferença significativa do rebanho ovino em produtores estabelecidos antes e depois da crise da lã. Os produtores de ovinos mais recentes apresentam um rebanho ovino menor do que os produtores tradicionais, fato relacionado à menor área e as diferenças de atividades agropecuárias desenvolvidas. A diferença entre as classes encontra-se no Rio Grande do Sul ($P < 0,01$) e no Uruguai ($P < 0,10$), no entanto, o número de cabeças criadas nas duas regiões é distinto.

A variação pode ser encontrada também no perfil de raças criadas pelos produtores. A Figura 2 apresenta os objetivos das raças ovinas criadas pelos produtores estabelecidos na atividade antes e depois da crise internacional da lã no Rio Grande do Sul e Uruguai.

Figura 2 – Tipo de raças ovinas criadas pelos produtores estabelecidos na atividade antes e depois da crise internacional da lã no Rio Grande do Sul e Uruguai



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados primários da pesquisa.

No Rio Grande do Sul observa-se uma mudança no perfil de raça ovina criada com o advento da crise da lã. Em produtores estabelecidos antes da crise, as raças desenvolvidas são, majoritariamente, laneiras e de duplo

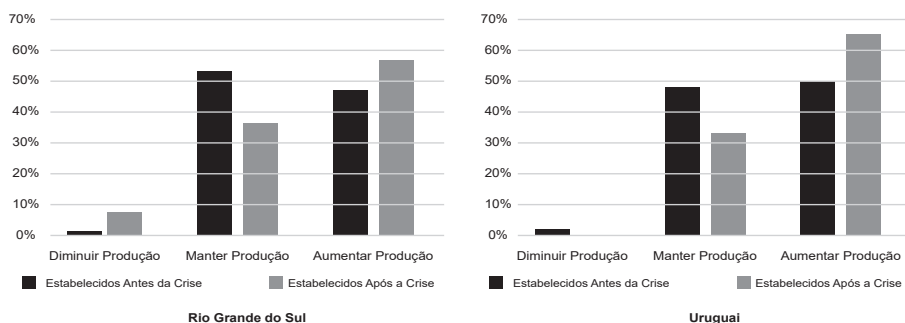
propósito, representando 76,4% da amostra pesquisada. Em contraste, em produtores estabelecidos após a crise da lã, nota-se uma mudança no perfil racial do rebanho, sendo as raças de carne as mais utilizadas na criação ovina, inseridas em 54,5% dos produtores estabelecidos nas últimas décadas. A mudança de raça está associada à mudança estrutural, com a desvalorização da lã e a emergência da carne ovina como importante produto da cadeia produtiva. Assim, verifica-se que na ovinocultura do Rio Grande do Sul, os produtores tradicionais mantiveram seu perfil racial, mesmo com os efeitos da crise da lã, enquanto que os produtores mais novos na atividade investiram em raças especializadas na produção de carne, apostando na reestruturação do setor via a valorização do mercado de cordeiros.

Já no Uruguai não se visualiza este comportamento de mudança racial, ou seja, tanto em produtores estabelecidos antes como após a crise da lã as raças laneiras e duplo propósito são utilizadas majoritariamente na produção ovina, em 93,5% e 66,7% dos produtores, respectivamente. Cabe salientar que mesmo mantendo-se as raças laneiras e duplo propósito como as mais utilizadas nos sistemas produtivos houve um crescimento na utilização de raças de carne por produtores estabelecidos após a crise, representando 33,3% da amostra.

Os resultados encontrados nas duas regiões para produtores estabelecidos antes da crise da lã demonstram que as mudanças ocorridas nos mercados da ovinocultura, gerando uma nova oportunidade econômica (a produção e comercialização de carne ovina) não foram capazes de induzir uma modificação radical no perfil racial dos rebanhos. Ao invés de uma troca de raça, os produtores tradicionais buscaram uma adaptação e melhoramento dos rebanhos frente às novas demandas dos mercados, demonstrando que as decisões não levam em consideração apenas a busca pela maximização dos ganhos, mas também motivações de ordem não-econômica vinculada, neste caso, a costumes e tradição da criação de determinadas raças.

Ao projetar a evolução atividade ovina, a Figura 3 apresenta a pretensão futura de ovinocultores do Rio Grande do Sul e Uruguai estabelecidos antes e depois da crise da lã. Os dados demonstram que quase a totalidade dos ovinocultores deseja manter ou aumentar a produção; além disso, evidencia-se que o maior percentual de produtores engajados no aumento da produção ovina são aqueles estabelecidos após a crise da lã nas duas regiões.

Figura 3 – Pretensão futura para a ovinocultura de produtores estabelecidos na atividade antes e depois da crise internacional da lã no Rio Grande do Sul e Uruguai



No Rio Grande do Sul, os produtores estabelecidos antes da crise pretendem, em sua maioria, manter a produção ovina (52,5%); contudo, há uma parcela importante de ovinocultores desta classe que deseja aumentar a produção (46,3%). Já os produtores estabelecidos após a crise da lã pretendem, em sua maioria, aumentar a produção ovina (56,4%), seguido mais distante dos produtores desta classe que pretendem manter a produção (35,9%). Sugere-se que o comportamento mais presente de manutenção da produção em ovinocultores que enfrentaram a crise internacional da lã pode ser explicado por um hábito de receio, costume de cautela e tradição conservadora, comportamentos moldados pelas mudanças inerentes à crise internacional dos preços da lã. Por sua vez, os ovinocultores estabelecidos após a crise não apresentam a cumulatividade destas instituições formadas a partir da vivência da mudança/desequilíbrio, demonstrando menor cautela e conservadorismo ao projetar o futuro. Assim, verifica-se a associação de aspectos institucionais com a pretensão futura econômica da ovinocultura.

A partir desta importância institucional, a Tabela 2 apresenta percentuais de afirmação em questões institucionais voltadas à dinâmica ovina de produtores estabelecidos na atividade antes e depois da crise da lã.

Tabela 2 – Percentual (%) de afirmação para as variáveis de renda não-agrícola, herança familiar, envolvimento com organizações, incentivo para próxima geração e participação em visitas técnicas/encontros de ovinocultores estabelecidos em diferentes períodos

Variáveis (%)	Rio Grande do Sul		Uruguai	
	Estabelecidos Antes Crise	Estabelecidos Após Crise	Estabelecidos Antes Crise	Estabelecidos Após Crise

continua...

continuação

Existência de renda não-agrícola	43,8	75,0	43,8	34,4
Ovinocultura como herança familiar	85,0	40,0	63,8	56,3
Criação de ovinos próxima geração	85,9	79,5	79,2	82,8
Envolvimento com organizações/apoio*	35,0	45,0	40,4	28,1
Visitas, encontros/aperfeiçoamento	73,8	80,0	63,8	62,5
Médio/Alto nível tecnológico**	73,8	72,5	75,0	59,4

*Produtor citado com médio e alto envolvimento com organizações de apoio a ovinocultura

**Produtores citado com médio e alto nível tecnológico aplicado à produção ovina

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados primários da pesquisa

A existência de renda não-agrícola em ovinocultores é evidenciada nas duas classes de produtores e em ambas as regiões pesquisadas. Porém, salienta-se que 75% dos produtores estabelecidos após a crise da lã no Rio Grande do Sul apresentam alguma fonte de renda não-agrícola, elevado percentual em comparação aos produtores estabelecidos antes da crise da lã e aos resultados percentuais encontrados no Uruguai.

A ovinocultura é uma atividade agropecuária com forte ligação com a sucessão familiar, afirmação balizada nos percentuais afirmativos para essa fonte de origem em produtores estabelecidos antes e depois da crise nas duas regiões. Contudo, cabe destacar que os ovinocultores estabelecidos após a crise no Rio Grande do Sul apresentam um percentual de herança familiar menor (40%) do que o observado nos produtores tradicionais. Este fato deve-se à entrada recente destes produtores na criação ovina motivada por aspectos ligados à constituição do mercado da carne ovina e a comportamentos econômicos desvinculados a questões de origem familiar.

Contudo, a ligação da criação ovina com as gerações futuras é observada nas duas classes e regiões de produtores. Em torno de 80% dos ovinocultores pesquisados acreditam na hereditariedade futura da ovinocultura, sem diferenças percentuais consideráveis entre produtores estabelecidos antes e depois dos desequilíbrios da atividade. Isto demonstra que os produtores mais novos na atividade também acreditam na criação para próximas gerações, independente da característica não-teleológica e da incerteza inerente ao ambiente econômico da ovinocultura.

Na perspectiva do envolvimento organizacional, constata-se que menos da metade dos ovinocultores apresentam médio ou elevado envolvimento

com organizações de apoio da cadeia produtiva ovina. Aliado a relação com organizações de apoio, os ovinocultores utilizam de visitas técnicas, encontros e eventos a fim de aperfeiçoar a produção ovina, modificar rotinas e manter-se na atividade. No Rio Grande do Sul e no Uruguai grande parcela dos ovinocultores, sem distinção por experiência na atividade, utiliza destes meios para aperfeiçoamento, trocando informações e acessando novas tecnologias produtivas.

O nível tecnológico aplicado à produção ovina é um bom indicador da situação atual da atividade. Nas duas regiões constata-se que a maioria dos ovinocultores pesquisados, estabelecidos antes e depois da crise da lã, apresentam sistemas produtivos considerados de médio ou elevado nível tecnológico. Isto demonstra que apesar das mudanças e desequilíbrios nos mercados da ovinocultura, os produtores investem em tecnologias a fim de consolidar a ovinocultura frente aos novos desafios.

Neste contexto, visualiza-se que as mudanças ocorridas no setor provocaram a entrada de produtores com um novo perfil etário, fundiário, produtivo (em termos de raças e tamanho de rebanho) e de pretensão futura. No entanto, nota-se uma similaridade no perfil institucional dos ovinocultores estabelecidos nos diferentes períodos e em ambas as regiões, demonstrando um caráter de enraizamento destas características, geridas e influenciadas pelo padrão histórico de mudanças da atividade ovina, as quais contribuem para determinar a configuração atual do setor no Rio Grande do Sul e Uruguai.

A partir desta percepção comparativa, cabe avaliar as principais motivações dos ovinocultores para desenvolver a produção ovina, a fim de verificar o tipo e a ordem do estímulo à atividade econômica, bem como identificar o grau de importância de fatores econômicos e institucionais no enfrentamento da crise dos preços da lã durante a década de 1990 e permanência do produtor na atividade ovina (visão de passado) e no fortalecimento do setor ovino e retenção futura dos produtores na ovinocultura (visão de futuro).

Tipos de motivação e importância de fatores econômico-institucionais no enfrentamento da crise da lã e na retenção futura dos produtores na ovinocultura

Os mercados da ovinocultura apresentaram crescente valorização na década de 2010. Os preços pagos ao produtor de carne ovina alcançaram valores recordes, apresentando uma “supervalorização” frente aos preços das carnes bovina, suína e de frango (SOUZA, 2011). Naturalmente, sob uma perspectiva neoclássica, a motivação de uma firma ou indivíduo, produtor e ofertante de um bem valorizado no mercado, estaria relacionada, fundamentalmente, com as vantagens econômicas oriundas deste cenário, ou seja,

com a maximização dos lucros a partir de sua racionalidade substantiva. No entanto, mesmo frente a esta “supervalorização”, a motivação dos ovinocultores pesquisados no Rio Grande do Sul e Uruguai não se fundamenta apenas na maximização dos ganhos da atividade, mas também, em mesmo grau, em características institucionais das firmas e dos indivíduos inseridos na ovinocultura. Os tipos de motivação e o seu grau de importância no desenvolvimento da ovinocultura do Rio Grande do Sul e Uruguai podem ser visualizados na Tabela 3.

Tabela 3 – Tipos de motivação e seu grau de importância* no desenvolvimento da ovinocultura nas propriedades pesquisadas do Rio Grande do Sul e Uruguai

Motivação**	Rio Grande do Sul	Motivação**	Uruguai
Satisfação	2,88 ^a	Lucro	3,15 ^a
Lucro	2,85 ^a	Satisfação Pessoal	2,80 ^{ab}
Subsistência	2,64 ^{ab}	Subsistência	2,44 ^{ab}
Tradição Familiar	2,19 ^b	Tradição Familiar	2,09 ^c

*Escala de importância varia de 1 a 4, onde 4 representa a mais importante motivação e 1 a de menor importância.

**Médias das atribuições com letras diferentes indicam diferença significativa entre motivações ($P < 0,01$) – dentro das regiões – a partir do Teste de Tukey.

Constata-se que, no Rio Grande do Sul, a satisfação pessoal foi apontada, a partir da análise dos valores absolutos de importância, como a principal motivação dos produtores para a criação ovina. Porém, cabe destacar que não se evidenciou diferença significativa dos graus de importância entre as motivações de satisfação pessoal e lucro na atividade. Estes resultados confirmam que aspectos institucionais de um ambiente produtivo apresentam a mesma importância do que aspectos econômicos na motivação e direcionamento da atividade ovina. Outra motivação importante é a produção de ovinos com o objetivo de subsistência/consumo próprio das propriedades rurais, valor que não apresenta diferença significativa em relação às outras médias de motivações no caso do Rio Grande do Sul.

No Uruguai a motivação baseada no lucro foi identificada como de maior importância em valores absolutos médios. No entanto, ressalta-se que motivação pelo lucro representa um desejo, uma busca, não necessariamente um ato de maximização. Destaca-se ainda a presença de motivações com origem na tradição familiar, outro aspecto institucional importante no estímulo à atividade econômica.

Os resultados quantitativos de motivações apresentados e discutidos confirmam as conclusões apontadas por Aguilera (2011), que, a partir de um método qualitativo de pesquisa por meio de entrevistas com ovinocultores do Rio Grande do Sul, destacou que a ovinocultura é uma atividade econômica fortemente

influenciada por características como costumes, tradições e valores pessoais dos indivíduos nela inseridos. Em relatos apresentados por Aguilera (2011), a motivação baseada exclusivamente no lucro é descartada, demonstrando que a motivação para o desenvolvimento da ovinocultura perpassa questões apenas de ordem econômica, sendo para uma parcela de produtores “um modo de vida”, “uma paixão nascida da família”, além de “ser uma atividade rentável é apaixonante, tem o lado tradicional herdado” (AGUILERA, 2011, p. 53-59).

Adicionalmente, a paridade de importância dos aspectos institucionais e econômicos na motivação dos ovinocultores e a relação de hábitos de pensamento individuais, por meio de satisfação pessoal, costumes e tradições, com o direcionamento da atividade ovina, ganham ainda mais destaque frente a um período de “supervalorização” econômica da ovinocultura.

O ambiente de valorização dos produtos da ovinocultura contrasta com o período de grave crise ocorrido na década de 1990. Neste sentido, acaba analisar quais fatores econômicos e institucionais foram determinantes para a manutenção dos produtores e adaptação dos sistemas produtivos às novas características de mercado fruto da mudança estrutural. Assim, a Tabela 4 apresenta as médias dos graus de importância atribuídos pelos produtores de ovinos do Rio Grande do Sul e Uruguai a diferentes fatores econômicos e institucionais no enfrentamento da crise dos preços da lã na década de 1990.

Tabela 4 – Grau de importância* atribuído pelos ovinocultores a diferentes fatores para o enfrentamento da crise da lã e manutenção na atividade ovina nos anos subsequentes

Fator de Enfrentamento**	Rio Grande do Sul	Fator de Enfrentamento**	Uruguai
Tradição/Satisfação Pessoal	4,09 ^a	Tradição/Satisfação Pessoal	3,92 ^a
Possibilidade de Consumo	3,88 ^{ab}	Busca pelo Lucro	3,90 ^a
Características da Propriedade	3,85 ^{ab}	Aumento da Demanda	3,88 ^a
Busca pelo Lucro	3,77 ^{ab}	Características da Propriedade	3,79 ^a
Aumento da Demanda	3,57 ^{ab}	Possibilidade de Consumo	3,62 ^a
Geração/Difusão Tecnologia	3,45 ^b	Geração/Difusão Tecnologia	3,36 ^a
Apoio de Organizações	2,40 ^c	Apoio de Organizações	2,54 ^b

*Escala do tipo *likert* de 5 pontos (1 a 5), sendo que 1 refere-se a “nada importante”, e 5 refere-se a “muito importante”

**Médias com letras diferentes indicam diferença significativa entre os fatores ($P < 0,01$) – dentro das regiões – a partir do Teste de *Tukey*.

O fator que apresentou maior grau absoluto de importância para o enfrentamento da crise da lã e manutenção na atividade ovina nos anos subsequentes

no Rio Grande do Sul e Uruguai foi a tradição existente da firma na ovinocultura e a satisfação pessoal que o produtor obtém com o desenvolvimento da atividade. O resultado encontrado demonstra que fatores institucionais foram determinantes na manutenção de ovinocultores após a crise, apontando um papel decisivo para as regras informais da sociedade (costumes, tradições, etc.) e modos não-econômicos de pensar na retenção de produtores após períodos de desequilíbrios e mudanças.

Na ovinocultura do Rio Grande do Sul destacam-se também a possibilidade de consumo da carne ovina no estabelecimento rural e as características da propriedade típicas para produção ovina (vegetação, relevo, solo, etc.) como importantes fatores para o enfrentamento da crise. No Uruguai, destacam-se a importância de fatores econômicos, como a busca pelo lucro e o aumento da demanda por produtos derivados da ovinocultura, no enfrentamento dos ovinocultores frente aos efeitos da crise da década de 1990.

Após uma visão de passado, cabe analisar a importância de diferentes fatores econômicos e institucionais (Tabela 5) no fortalecimento do setor para as próximas décadas, e conseqüente retenção futura dos produtores na atividade ovina (visão de futuro).

Tabela 5 – Grau de importância* atribuído pelos ovinocultores a diferentes fatores para o fortalecimento do setor e retenção futura na atividade ovina

Fator de Fortalecimento**	Rio Grande do Sul	Fator de Fortalecimento**	Uruguai
Estimular a demanda	4,47 ^a	Incentivar jovens/paixão	4,34 ^a
Investimento processamento	4,31 ^{ab}	Estimular a demanda	4,24 ^a
Entidades mais atuantes	4,31 ^{ab}	Entidades mais atuantes	4,23 ^a
Aumentar a produção	4,23 ^{ab}	Aumentar a produção	4,20 ^{ab}
Incentivar jovens/paixão	4,11 ^{ab}	Geração/Difusão Tecnologia	4,08 ^{ab}
Geração/Difusão Tecnologia	4,09 ^{ab}	Investimento processamento	3,97 ^{ab}
Estimular associativismo	4,03 ^b	Estimular associativismo	3,71 ^b

*Escala do tipo *likert* de 5 pontos (1 a 5), sendo que 1 refere-se a “nada importante”, e 5 refere-se a “muito importante”

**Médias com letras diferentes indicam diferença significativa entre os fatores ($P < 0,01$) – dentro das regiões – a partir do Teste de *Tukey*.

Para os produtores do Rio Grande do Sul, os principais fatores (com maiores médias absolutas) para o fortalecimento futuro da atividade ovina são estimular a demanda pelos produtos ovinos, investimentos em processamento e industrialização da carne ovina e entidades ligadas ao setor serem

mais representativas e atuantes. Nota-se que os principais fatores estão ligados a aspectos econômicos, onde a única diferença estatística na atribuição de importância ($P < 0,01$) foi encontrada entre as médias de “estimular a demanda” e “estimular associativismos”.

No caso uruguaio, os produtores inseriram entre os principais fatores para retenção futura na atividade ovina o fator de “incentivar jovens produtores e a paixão pela ovinocultura”. Evidencia-se que, para a amostra uruguaia, fortalecer valores pessoais voltados à satisfação, costumes e estimular novas gerações, características de ordem institucional, também são determinantes em uma visão de futuro da atividade.

Sob um aspecto geral, observa-se um comportamento similar no Rio Grande do Sul e Uruguai quanto à trajetória de mudança, a configuração atual do setor e as motivações dos ovinocultores. De acordo com Neto (2004), a ovinocultura só avançará em termos produtivos e mercadológicos se os produtores estiverem aptos e cientes da necessidade de mudar. Assim, ao aproximar os dados empíricos da Economia Institucional, mudar refere-se a instituir novos hábitos e rotinas de produção, atentos aos deslocamentos das demandas e oportunidades, adaptando-se aos desequilíbrios inerentes ao movimento econômico não-teleológico. Estas características evolucionárias do ambiente econômico foram constatadas na evolução da ovinocultura do Rio Grande do Sul e Uruguai, através da descrição histórica, identificação da mudança estrutural e da configuração presente do setor. Assim, confirma-se a tese de que as motivações dos indivíduos e os fatores determinantes na dinâmica dos mercados da ovinocultura nem sempre são influenciados apenas por sinalizações econômicas e produtivas, mas também por motivações e fatores de ordem não-econômica, de caráter institucional, baseadas em hábitos de pensamento individuais (VEBLEN, 1898), regras informais – tradição, costumes, etc. (NELSON, 1995), além de comportamentos e ações coletivas (COMMONS, 1934). Portanto, esta análise confirma a aderência da abordagem teórica da Economia Institucional Evolucionária às características da evolução do caso empírico, mais especificamente a utilização de pressupostos de origem no Antigo Institucionalismo na compreensão das mudanças e motivações inerentes a atividade ovina.

Considerações finais

A evolução da produção ovina no Rio Grande do Sul e Uruguai foi determinada pela dinâmica de fatores econômicos e institucionais. O desenvolvimento da ovinocultura como atividade econômica, na primeira metade do século XX, esteve associado ao fortalecimento de um ambiente institucional baseado em regras formais, norteadoras dos processos produtivos e comerciais,

em políticas públicas de incentivo, em ações coletivas de cooperativismo, em hábitos e motivações individuais e na criação e difusão de novas tecnologias produtivas, as quais romperam com o conservadorismo e com técnicas rudimentares de produção. Esta mudança institucional projetou a ovinocultura como uma das principais atividades agropecuárias do Rio Grande do Sul e Uruguai no período entre as décadas de 1940 e 1980, impulsionada também por fatores de ordem econômica como crédito, investimentos em tecnologia, apoio às exportações e valorização das commodities no mercado externo.

A pesquisa de campo indicou que o fator que apresentou maior grau absoluto de importância para o enfrentamento do período de crise e desequilíbrios e para manutenção da atividade ovina nos anos subsequentes, tanto no Rio Grande do Sul como no Uruguai, foi a tradição existente da firma na ovinocultura e a satisfação pessoal que o produtor obtém com o desenvolvimento da atividade.

De forma similar, os resultados relativos às motivações dos produtores para desenvolver a ovinocultura não se fundamentam apenas na maximização dos ganhos da atividade, mas também, em mesmo grau, em características institucionais das firmas e dos indivíduos inseridos na atividade ovina. Mesmo frente a um período de valorização no mercado ovino na década de 2010, a satisfação pessoal foi apontada, a partir da análise dos valores absolutos de importância, como a principal motivação dos produtores do Rio Grande do Sul para a criação ovina. Já no Uruguai, a motivação baseada no lucro foi identificada como de maior importância em valores absolutos médios, porém não apresentando diferença significativa em comparação a motivação baseada na satisfação pessoal, confirmando a hipótese de paridade de importância com características institucionais.

A partir destes resultados, emerge a ideia de que a mudança estrutural ocorrida na ovinocultura do Rio Grande do Sul e Uruguai foi suportada também por fatores institucionais, como motivações vinculadas à hereditariedade, satisfação pessoal e tradição na produção, conceituadas como regras informais da sociedade e hábitos coletivos. Assim, sob uma perspectiva evolucionária, as instituições da ovinocultura de ambas as regiões apresentam dimensão conectiva – o contexto passado do setor moldou a situação presente, que por sua vez, irá formar as instituições do futuro, em um processo “hereditário”, análogo aos genes da biologia e aos processos de *path dependence* e causalção cumulativa. Assim, confirma-se o argumento de que as motivações dos indivíduos e os fatores determinantes na dinâmica dos mercados da ovinocultura nem sempre são influenciados apenas por sinalizações econômicas e produtivas, mas também por ações e fatores de ordem não-econômica, de caráter institucional.

Assim, identifica-se que estudar a trajetória e as mudanças da ovinocultura do Rio Grande do Sul e Uruguai significa romper com a natureza

humana passiva do *mainstream* econômico; os indivíduos que presenciaram a mudança estrutural no setor, ou ingressaram após o período de desequilíbrios do mercado ovino, tornaram-se agentes ativos na vida econômica da atividade, modificando o ambiente no qual estavam inseridos, com comportamentos determinados pelas características produtivas e econômicas inerentes à dinâmica agrícola, mas também por ações influenciadas pela hereditariedade, experiência, tradições e motivações pessoais. Deste modo, ressalta-se a importância das instituições na dinâmica dos mercados agrícolas, tratando o indivíduo como um agente não exclusivamente maximizador e ativo no processo econômico, onde a compreensão dos mercados só é possível em uma perspectiva de *path dependence*.

Portanto, para o institucionalismo evolucionário (ou para o exposto pelo caso da trajetória da ovinocultura no Rio Grande do Sul e Uruguai), as economias (ou mercados ovinos) estão em constante evolução por meio de saltos cumulativos (evolução da produção ovina), transformações estruturais (crise internacional da lã) e processos de herança e seleção (adaptação e retenção na atividade ovina), gerando novos cenários (novas motivações, possibilidades e mercados), sem caráter finalístico, onde o ambiente (características econômicas e institucionais da atividade ovina) disciplina o pensamento, ação e padrões de conduta dos indivíduos (ovinocultores de ontem, hoje e amanhã).

REFERÊNCIAS

AGUILERA, C. M. M. **Criação de ovinos em Bagé-RS**: estudo de caso sobre as dificuldades para a manutenção da atividade. 2011. 80 f. Monografia (Graduação em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BARRÁN, J. P. **El nacimiento del Uruguay moderno en la segunda mitad del siglo XIX**. Red Académica Uruguaya (RAU), Universidad de la República, 1995.

BERTINO, M. *et al.* **El cambio estructural a través de los sectores**: la economía uruguaya 1900-1955 (II). Montevideo: Instituto de Economía, UDELAR, Serie Documentos de Trabajo, 2001.

BERTINO, M.; TAJAM, H. **La ganadería en el Uruguay, 1911- 1943**. Montevideo: Instituto de Economía, UDELAR, 2000.

BIANCHI, G.; GARIBOTTO, G. Invernada de corderos: Algunas preguntas con respuestas. **El País Agropecuario**. Ano 14, n. 158. p. 34-38, 2008b.

BIANCHI, G.; GARIBOTTO, G. ¿Lana o Carne? La oveja “embretada”. **El País Agropecuario**. Ano 13, n. 155. p. 30-35, 2008a.

BOFILL, F. J. **A reestruturação da ovinocultura gaúcha**. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 1996.

CAPUTI, P.; MURGUÍA, J. M. Análisis del crecimiento ganadero a través de un modelo de equilibrio. **Agrociencia**, v. 7, n. 2, p. 79-90, 2003.

CARDELLINO, R. El doble propósito en ovinos con lana fina: Una posibilidad cierta para Uruguay. **El País Agropecuario**. Ano 14. n. 157, p. 32-34, 2008.

COMMONS, J. R. **Institutional economics**. Madison: University of Wisconsin Press, 1934.

DIEA/MGAP. Regiones Agropecuarias 1990 y 2000. **Uruguay Agroalimentari en Cifras**, p. 7, 2008.

DOSI, G.; NELSON, R. R. An introduction to evolutionary theories in economics. **Journal of Evolutionary Economics**, Heidelberg, v. 4, p. 153-172, 1994

HODGSON, G. M. The approach of institutional economics. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 36, p. 166-192, 1998.

HODGSON, G. M. Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 16, n. 3, p. 285-301, 1992.

IBGE/SIDRA. **Banco de dados agregados – SIDRA**. Temas: Pecuária, 2014.

INIA/SUL/SCMA. **Proyecto Merino Fino del Uruguay**. Tacuarembó: Biblioteca INIA, 2000.

JACOB, R. **Breve historia de la industria en Uruguay**. Montevideo: Fundación de cultura universitaria – FCU, 1981.

JESUS JUNIOR, C. de. et al. Ovinocaprinocultura de corte: a convivência dos extremos. **BNDES Setorial**, n. 31, p. 281-320, 2010.

NELSON, R. R. Recent evolutionary theorizing about economic change. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 33, n. 1, p. 48-90, 1995.

NELSON, R.; WINTER, S. G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas: UNICAMP, 2005.

NETO, O. A. P. Gerenciamento e capacitação da cadeia da ovinocultura. In: NETO, O. A. P. (org.). **Práticas em ovinocultura: ferramentas para o sucesso**. Porto Alegre: SENAR/RS, 2004.

NOCCHI, E. D. **Os efeitos da crise da lã no mercado internacional e os impactos sócio-econômicos no município de Santana do Livramento – RS– Brasil**. 2001. 71f. Dissertação (Mestrado em Integração e Cooperação Internacional) - Universidad Nacional de Rosario, Rosario, Argentina, 2001.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, N. M. de.; ALVES, S. R. S. Introdução aos Sistemas de Criação de Ovinos. In: EMBRAPA. **Sistemas de criação de ovinos nos ambientes ecológicos do sul do Rio Grande do Sul**. Bagé: EMBRAPA, Sistemas de Produção 2. Bagé: EMBRAPA, 2003.

QUEVEDO, R. **As estâncias e as charqueadas**. Porto Alegre: Globo, 1986.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1999. Original em 1887.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Original em 1911).

SIMON, H. A. A behavioral model of rational choice. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 49, p. 99-118, 1955.

SORIO, A.; RASI, L. Ovinocultura e abate clandestino: um problema fiscal ou uma solução de mercado? **Revista de Política Agrícola**, Ano XIX, n. 1, p. 71 – 83, 2010.

SOUZA, D. A. O ciclo de valorização da carne ovina no mercado doméstico brasileiro. *Cadeias Produtivas – Conjuntura de Mercado*, FarmPoint, 2011.

STOLOVICH, L. **Poder económico y empresas extranjeras en el Uruguay actual**. Centro Uruguay Independiente. Montevideo, 1989.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Original em 1899).

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 22, p. 403-414, 1998. (Original em 1898).

VIANA, J. G. A. **Evolução da produção ovina no Rio Grande do Sul e Uruguai**: análise comparada do impacto da crise da lã na configuração do setor. 2012. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 2012.

VIANA, J. G. A.; SOUZA, R. S. Comportamento dos preços dos produtos da ovinocultura do Rio Grande do Sul no período de 1973 a 2005. **Ciência e Agrotecnologia**, v. 31, n. 1, p. 191-199, 2007.

VIEIRA, G. V. N.; SANTOS, V. T. dos. **Criação de ovinos**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.

VILELA, M. H. **Análise crítica da agricultura**. Porto Alegre: EDIPU-CRS, 1998.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste livro surgiu a partir do interesse em reunir em uma única obra os resultados de diversos estudos, realizados ao longo dos últimos anos, sobre temas ligados ao mundo rural, mais diretamente ao setores agrícola e agroindustrial, que têm em comum a análise das dinâmicas mais recentes sob o olhar das instituições, regras e hábitos, fundamentados nas contribuições originais de Thorstein Veblen e dos outros autores da perspectiva institucionalista. A maioria dos capítulos é fruto de teses de doutorado, elaboradas em universidades da Região Sul do Brasil, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade de Santa Catarina (UFSC), sendo que os autores hoje atuam como docentes e pesquisadores nestas universidades ou ainda na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Instituto Federal Farroupilha (IFFar).

A escolha do capítulo inicial, de cunho teórico, elaborado pelo prof. Octávio Conceição, forma o pano de fundo para todos os capítulos subsequentes. Como o autor do capítulo indica logo no início, o termo instituição é muito amplo e abre espaço para diferentes interpretações e abordagens. O prof. Conceição faz uma importante apresentação da abordagem institucionalista, com o resgate das contribuições originais de Thorstein Veblen, o entendimento das instituições como interações entre os indivíduos e as estruturas sociais, a centralidade dos conceitos de hábitos e comportamentos, o olhar sobre as incertezas e as trajetórias. Avança também na retomada mais recente com a releitura, reinterpretando e contribuindo de outros autores, com destaque para as contribuições de Hodgson, e a proposição de novas agendas de pesquisa. No fechamento do seu capítulo, o prof. Conceição destaca os desenvolvimentos teóricos em vários eixos, considerando que as mudanças institucionais devem decorrer de uma articulação entre os níveis micro e macro, estabelecendo os nexos entre os indivíduos e as estruturas sociais, e conformando-as analiticamente.

O capítulo seguinte busca fazer a ligação entre o capítulo de abertura, mais teórico, e os capítulos subsequentes, com diversas aplicações desses elementos teóricos em estudos rurais. Assim, procura reforçar os elementos teóricos e metodológicos do institucionalismo, destacar a relevância destas contribuições que ajudam a suprir limitações ou insuficiências de outras abordagens teóricas, fechando com os elementos analíticos do institucionalismo para aplicação em estudos de economia rural.

Tendo essa compreensão, os demais capítulos buscam analisar as complexidades presentes nas relações e nas interações entre os indivíduos e as estruturas sociais no mundo rural, das regras e hábitos, das trajetórias e mudanças institucionais, abordando os mais distintos objetos de estudo. Tais objetos de estudo incluem a política de inovação brasileira, redes agroalimentares alternativas, agroindústrias familiares e as atividades de processamento de alimentos, o acesso a programas de investimento na agricultura familiar, as trajetórias das famílias na fusicultura, imagens e discursos sobre a produção agropecuária, e, por fim, a reconfiguração da produção ovina em resposta à crise no preço da lã.

Além desta diversidade de objetos de estudo, os capítulos mais aplicados apresentam marcantes distinções metodológicas, abrindo um leque de possibilidades para a aplicação dos conceitos e fundamentos do institucionalismo nos estudos rurais. Alguns utilizam métodos e análises qualitativas, como análises documentais, observação participativa, análises de discursos e entrevistas com questões abertas. Outros capítulos utilizam métodos e análises quantitativas, a partir da coleta e organização de dados, tabulações, estimações e testes de hipóteses.

Mesmo com tal diversidade, tanto dos objetos de estudo como das abordagens metodológicas, o diálogo entre os capítulos que compõem o livro se dá através dos elementos teóricos e conceituais. Em todos os capítulos aparecem evidentes os conceitos de instituições, regras e hábitos, comportamentos e condutas, trajetórias e mudanças institucionais. Contudo, mesmo se os capítulos convergem através da mesma base teórica, ainda assim eles apresentam outros pontos de distinção e complementação, particularmente na aproximação com outros autores e teorias.

Ao longo deste livro, a abordagem institucionalista é complementada por contribuições de Schumpeter e da perspectiva neo-schumpeteriana na análise das inovações; dos autores da Sociologia Econômica na análise de redes, da ação coletiva e das políticas públicas; da Nova Economia Institucional e da Teoria da Tomada de Decisões na análise das escolhas e estratégias; e ainda da Teoria das Justificações na análise das interpretações e motivações das trajetórias. Com isso, o livro reforça o amplo leque de possibilidades analíticas, de modo que os conteúdos dos capítulos contribuem de forma bem abrangente para o estudo das diversas dinâmicas, transformações, mudanças institucionais percebidas no meio rural, nos setores agrícola e agroindustrial, mais especificamente na Região Sul do Brasil.

O livro não visa esgotar o tema, mas ao menos marcar um espaço, reforçar as contribuições e a releitura da análise vebleniana das instituições, regras e hábitos, apontar diferentes possibilidades metodológicas e analíticas, as interfaces com outras perspectivas teóricas, e ainda ilustrar com aplicações diversas, podendo servir como referência para futuros projetos e estudos.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agrícola 15, 43, 44, 92, 100, 127, 128, 130, 132, 140, 150, 153, 170, 172, 195, 202, 211, 220, 222, 227, 230, 231, 232, 240

Agricultor 117, 130, 132, 138, 139, 141, 145, 156, 165, 169, 173, 174

Agricultores 17, 83, 88, 94, 95, 98, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177

Agricultores Familiares 17, 106, 107, 108, 122, 128, 130, 131, 133, 134, 142, 143, 153, 154, 155, 157, 159, 163, 164, 167, 174

Agricultura 16, 17, 18, 43, 56, 57, 59, 60, 84, 88, 91, 101, 104, 105, 106, 108, 109, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 125, 127, 128, 130, 131, 133, 136, 139, 142, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 165, 166, 169, 170, 172, 178, 187, 190, 194, 195, 196, 199, 201, 202, 209, 210, 211, 215, 231, 232, 239, 240

Agricultura Familiar 17, 84, 88, 101, 104, 105, 106, 108, 109, 119, 125, 127, 128, 130, 131, 133, 136, 139, 142, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 154, 155, 165, 166, 169, 170, 178, 232, 239, 240

Agroalimentares 9, 16, 43, 57, 58, 83, 89, 90, 93, 94, 98, 101, 232, 240

Agroindustriais 15, 44, 55, 56, 58, 59, 83, 101, 104, 105, 118, 211, 239, 240

Agronegócio 10, 95, 148, 151, 152, 181, 185, 187, 188, 192, 195, 196, 198, 199, 201

Agropecuária 10, 18, 83, 95, 110, 136, 139, 181, 185, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 203, 216, 220, 228, 232

Alimentos 9, 16, 17, 59, 83, 84, 88, 90, 91, 95, 98, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 151, 169, 178, 187, 201, 211, 232, 240

Ambiente 11, 12, 15, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 36, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 66, 69, 74, 83, 84, 86, 92, 106, 110, 113, 114, 129, 130, 133, 154, 155, 156, 161, 162, 163, 174, 175, 184, 188, 211, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 239, 241

C

Cadeia 74, 85, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 164, 167, 172, 176, 179, 202, 208, 214, 215, 218, 220, 229

Campo 11, 12, 13, 15, 17, 18, 20, 21, 26, 28, 35, 36, 37, 45, 48, 52, 87, 92, 93, 94, 96, 98, 108, 127, 134, 136, 141, 142, 145, 146, 147, 157, 185, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 199, 204, 205, 210, 226

Campos 83, 87, 93, 96, 124, 193, 196, 201, 206, 207, 210

Carne 163, 201, 202, 206, 207, 208, 209, 214, 215, 218, 220, 221, 224, 225, 228, 230
Comercialização 44, 68, 88, 91, 94, 97, 105, 106, 108, 113, 116, 118, 119, 121, 125, 132, 154, 155, 157, 166, 176, 198, 202, 208, 209, 210, 211, 212, 218, 240
Componentes 9, 17, 88, 91, 109, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 166
Componentes Institucionais 9, 17, 127, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 138, 140, 142, 143, 145, 146, 147
Consumidores 58, 68, 90, 93, 94, 113, 118, 119, 120, 121, 124, 155, 187, 195, 214
Crescimento 15, 30, 32, 36, 37, 53, 65, 69, 71, 73, 76, 82, 100, 113, 136, 170, 186, 201, 203, 206, 208, 210, 211, 212, 214, 215, 218
Criação 12, 65, 69, 74, 93, 105, 116, 118, 131, 155, 166, 170, 176, 177, 196, 205, 208, 209, 210, 211, 214, 218, 220, 222, 226, 228, 229, 230, 241

D

Demandas 66, 69, 70, 71, 74, 75, 77, 91, 95, 170, 207, 218, 225
Desenvolvimento 4, 7, 12, 13, 15, 18, 24, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 36, 37, 43, 47, 48, 49, 50, 53, 57, 59, 65, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 93, 94, 95, 97, 99, 100, 101, 104, 106, 107, 108, 109, 112, 118, 121, 124, 125, 127, 130, 134, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 164, 165, 168, 171, 174, 175, 177, 178, 204, 207, 208, 211, 215, 222, 223, 224, 226, 228, 230, 239, 240, 241
Desenvolvimento Rural 4, 13, 18, 37, 59, 84, 90, 93, 106, 108, 124, 125, 127, 130, 134, 148, 150, 151, 152, 153, 178, 215, 228, 239, 240, 241

E

Economia 4, 9, 11, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 81, 82, 94, 100, 102, 106, 125, 128, 129, 130, 133, 143, 150, 153, 159, 179, 185, 188, 198, 202, 203, 206, 208, 209, 214, 215, 225, 227, 232, 239, 240, 241
Economia Institucional 4, 11, 13, 15, 17, 19, 20, 21, 28, 30, 35, 36, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 60, 100, 106, 129, 130, 133, 143, 150, 159, 198, 202, 203, 215, 225, 232, 239, 240
Economia Rural 4, 9, 15, 16, 43, 44, 45, 51, 55, 56, 57, 58, 59, 153, 232, 239
Econômicas 19, 21, 25, 28, 35, 36, 43, 46, 47, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 65, 66, 67, 75, 84, 85, 87, 91, 93, 124, 178, 184, 196, 202, 203, 213, 221, 225, 227, 239, 240
Empresariado 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79
Empresariado Industrial 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79
Estruturas 15, 16, 17, 18, 25, 34, 35, 36, 37, 41, 44, 51, 57, 58, 63, 65, 66, 67, 84, 87, 88, 90, 93, 98, 99, 114, 116, 118, 179, 211, 212, 213, 231, 232
Evolução 12, 22, 23, 25, 27, 28, 31, 32, 36, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 57, 59, 66, 83, 86, 100, 107, 118, 129, 143, 145, 151, 158, 159, 161, 182, 203, 204, 206, 215, 218, 225, 227, 230

Evolucionária 10, 13, 17, 18, 21, 24, 28, 31, 33, 36, 41, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 62, 66, 67, 68, 75, 84, 150, 159, 160, 201, 202, 203, 215, 225, 226, 227, 229

Evolucionário 9, 15, 16, 23, 25, 26, 31, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 70, 158, 159, 182, 215

Expinter 18, 182, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 196, 197

F

Familiar 17, 84, 88, 101, 104, 105, 106, 108, 109, 111, 119, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 136, 138, 139, 142, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 154, 155, 165, 166, 168, 169, 170, 173, 178, 205, 215, 220, 222, 223, 232, 239, 240

Food 17, 83, 84, 88, 90, 91, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 240

I

Industrial 19, 20, 29, 41, 54, 61, 62, 63, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 81, 104, 171, 183, 241

Inovação 9, 16, 19, 22, 32, 44, 54, 59, 61, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 86, 100, 132, 232

Institucional 4, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 59, 60, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 78, 79, 81, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 106, 107, 109, 115, 116, 119, 121, 123, 129, 130, 133, 134, 143, 147, 150, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 167, 170, 172, 174, 176, 187, 198, 201, 202, 203, 205, 211, 213, 215, 216, 219, 221, 223, 225, 226, 227, 232, 239, 240

Institucionalismo 9, 11, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 84, 129, 158, 159, 178, 199, 203, 225, 231, 232, 241

Institucionalismo Evolucionário 9, 16, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58

Institucionalista 9, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 28, 32, 34, 38, 46, 47, 57, 60, 66, 68, 75, 83, 84, 88, 96, 98, 102, 130, 181, 197, 215, 231, 232

Institucional 21, 27, 38, 39, 40, 41, 44, 60, 61, 62, 63, 82, 100, 102, 106, 124, 125, 149, 150, 178, 228, 229

Investimentos 9, 17, 73, 76, 86, 105, 106, 118, 127, 128, 131, 132, 141, 142, 144, 147, 157, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 176, 177, 206, 209, 212, 214, 225, 226

M

Mercados 25, 27, 34, 43, 44, 55, 56, 57, 58, 59, 83, 86, 87, 91, 92, 94, 95, 97, 100, 101, 104, 106, 113, 121, 124, 136, 137, 138, 139, 146, 164, 165, 167, 175, 177, 196, 201, 202, 203, 208, 212, 213, 214, 218, 221, 225, 226, 227, 239, 240

Mudanças Institucionais 9, 16, 17, 24, 31, 37, 59, 99, 100, 106, 107, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 128, 148, 153, 157, 159, 160, 162, 163, 166, 175, 178, 231, 232

N

Natureza 12, 19, 21, 31, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 58, 66, 68, 70, 85, 87, 88, 91, 92, 107, 159, 160, 161, 182, 190, 206, 215, 216, 227

O

Organizações 43, 55, 57, 58, 77, 92, 93, 94, 97, 98, 101, 104, 108, 118, 119, 121, 128, 129, 132, 142, 147, 151, 156, 205, 211, 220, 221, 222, 224

Ovinocultores 204, 205, 207, 208, 211, 214, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 228

Ovinocultura 10, 18, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230

Ovinos 186, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 216, 217, 222, 223, 225, 227, 228, 229, 230

P

Pecuária 18, 111, 112, 115, 118, 181, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 194, 196, 197, 199, 206, 208, 211, 214, 215, 229, 239

Políticas Públicas 56, 59, 68, 74, 75, 79, 80, 93, 105, 106, 109, 124, 125, 127, 128, 130, 133, 148, 155, 164, 165, 170, 174, 175, 176, 178, 195, 209, 211, 213, 214, 226, 232, 239, 240

Processamento 17, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 147, 148, 154, 178, 187, 225, 232

Processos 11, 12, 22, 36, 43, 44, 45, 49, 51, 55, 59, 73, 81, 85, 86, 88, 89, 92, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 113, 114, 116, 117, 119, 123, 128, 132, 151, 158, 161, 162, 175, 176, 184, 203, 214, 226, 227

Produção 16, 17, 18, 55, 59, 68, 74, 78, 80, 83, 84, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 100, 101, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 116, 122, 124, 127, 131, 132, 136, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 187, 188, 192, 193, 195, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 230, 232

Produção Ovina 18, 151, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 224, 225, 227, 230, 232

Produtiva 18, 43, 66, 74, 76, 79, 83, 93, 110, 113, 131, 144, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 176, 202, 208, 215, 218, 220

Produtivas 65, 69, 83, 93, 95, 97, 98, 99, 106, 110, 116, 118, 122, 127, 163, 164, 165, 171, 177, 201, 202, 203, 206, 221, 225, 226, 227, 230

Produtor 55, 56, 95, 157, 185, 188, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 201, 205, 210, 212, 213, 221, 222, 224, 226

Produtores 18, 56, 57, 58, 59, 83, 84, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 124, 127, 128, 140, 144, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 163, 164, 165, 166, 170, 173, 174, 175, 176, 177, 192,

193, 195, 196, 197, 198, 202, 203, 204, 205, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226

Produtores Estabelecidos 216, 217, 218, 219, 220

Pronaf Investimento 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Propriedade 27, 58, 72, 113, 128, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 146, 147, 151, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 176, 177, 205, 216, 224

R

Rebanho 136, 139, 140, 146, 201, 202, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 221

Rurais 3, 4, 13, 15, 17, 18, 43, 44, 51, 55, 56, 57, 59, 83, 94, 96, 101, 104, 108, 120, 121, 124, 127, 128, 143, 148, 164, 168, 172, 193, 195, 196, 197, 198, 202, 207, 209, 210, 217, 222, 231, 232, 240

S

Sociedade 11, 12, 19, 23, 28, 31, 45, 47, 48, 49, 66, 67, 70, 72, 75, 76, 79, 92, 93, 97, 98, 100, 102, 125, 129, 158, 159, 160, 161, 179, 194, 196, 199, 202, 203, 224, 226, 239, 240

T

Tabaco 17, 118, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179

Técnicas 35, 69, 84, 91, 92, 95, 97, 107, 108, 109, 110, 114, 116, 135, 203, 204, 205, 206, 215, 220, 221, 226

Tecnologia 26, 31, 36, 49, 52, 54, 57, 59, 65, 66, 69, 74, 79, 82, 86, 87, 100, 127, 129, 136, 139, 144, 145, 146, 147, 224, 226, 241

Tecnologias 49, 52, 57, 59, 65, 70, 86, 92, 97, 100, 132, 142, 170, 176, 187, 188, 195, 205, 211, 221, 226

Tecnológica 16, 47, 51, 57, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 81, 239

Tecnológico 7, 32, 65, 66, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 83, 86, 140, 181, 205, 221, 222

**Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização**

SOBRE OS AUTORES

Chaiane Leal Agne

Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta em Desenvolvimento Rural da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Cachoeira do Sul. Atua nos seguintes temas de pesquisa: desenvolvimento rural e agricultura familiar, mercados, políticas públicas, agroindústrias, redes e inovações. E-mail: chaiane-agne@uergs.edu.br

Jean François Tourrand

Doutor em Animal Science e Rural Dynamics. Pesquisador no *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement* (Cirad). Atua nos seguintes temas de pesquisa: interações entre pecuária, ambiente e sociedade. E-mail: tourrand@aol.com

João Garibaldi Almeida Viana

Doutor em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Associado da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Santana do Livramento. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração, PPGA – UNIPAMPA. Atua nos seguintes temas de pesquisa: economia institucional, economia rural, gestão e análise de cadeias agroindustriais. E-mail: joaoviana@unipampa.edu.br

Jonattan Rodriguez Castelli

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor efetivo do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS). Tem interesse de pesquisa nas áreas de: instituições, mudança tecnológica, economia brasileira e história econômica. E-mail: castellijonattan@gmail.com

Livio Sergio Dias Claudino

Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedades na Amazônia (PDTSA/Unifesspa) e Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI/UFPA). Atua nos seguintes

temas de pesquisa: dinâmicas territoriais, agroecologia, mercados e políticas públicas para a agricultura. E-mail: livio.claudino@gmail.com

Marco Antônio Verardi Fialho

Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA-UFRRJ); Professor Associado do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atua nos seguintes temas de pesquisa: populações rurais tradicionais, desenvolvimento rural, políticas públicas para agricultura familiar e pobreza rural. E-mail: marcoavf@hotmail.com

Octavio Augusto Camargo Conceição

Doutor em Economia para Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS. Pesquisador do CNPQ. E-mail: octavio@ufrgs.br

Patricia Eveline dos Santos Roncato

Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Santana do Livramento. Atua nos seguintes temas de pesquisa: economia institucional, economia comportamental e financeira, elaboração e análise de projetos, políticas públicas, desenvolvimento rural e agricultura familiar. E-mail: patriciasantos@unipampa.edu.br

Paulo Dabdab Waquil

Doutor em Economia Agrícola pela University of Wisconsin, EUA. Professor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI), da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua nos seguintes temas de pesquisa: desenvolvimento rural, política agrícola, mercados agrícolas, comercialização agrícola e cadeias agroindustriais. E-mail: waquil@ufrgs.br

Pedro Xavier da Silva

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador em Associação Slow Food do Brasil. Atua nos seguintes temas de pesquisa: redes agroalimentares alternativas; circuitos curtos de abastecimento de alimentos; short food supply chain. E-mail: p.xavier@slowfoodbrasil.com

Philippe Lescoat

Doutor em Sciences Animales. Docente e Pesquisador no AgroParisTech. Atua nos seguintes temas de pesquisa: sistemas de criação animal, meio ambiente e desenvolvimento rural. E-mail: philippe.lescoat@agroparistech.fr

Rafaela Vendruscolo

Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente no Instituto Federal Farroupilha (IFFar). Atua nos seguintes temas de pesquisa: desenvolvimento Rural; institucionalismo; desenvolvimento territorial; inovações sociais. E-mail: rafaela.vendruscolo@iffarroupilha.edu.br

Silvio Antônio Ferraz Cario

Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia – UFSC. Atua nos seguintes temas de pesquisa: economia institucional; organização industrial; economia da inovação. E-mail: fecario@yahoo.com.br

SOBRE O LIVRO

Tiragem: Obra não comercializada

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,3 X 19,3 cm

Tipologia: Times New Roman 11,5/12/16/18

Arial 7,5/8/9

Papel: Pólen 80 g (miolo)

Royal Supremo 250 g (capa)

**Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização**

INSTITUIÇÕES, REGRAS E HÁBITOS

proposições teóricas
e aplicadas para estudos
rurais

A Economia Institucional é uma abordagem econômica heterodoxa com importante ascensão no meio acadêmico a partir dos anos de 1980, em especial após os prêmios Nobel em Economia concedidos a Ronald Coase, Douglass North e Oliver Williamson. Esse crescimento está alicerçado na sistematização de um modelo de análise representado na Nova Economia Institucional (NEI). Seus pressupostos vêm sendo amplamente aplicados em fenômenos agroindustriais no Brasil desde a década de 1990. Contudo, a Economia Institucional é uma corrente de pensamento econômico mais ampla, crítica e rica, composta não apenas pela NEI, mas por abordagens como o Institucionalismo Original, a partir de forte influência de autores como Thorstein Veblen e John Commons, e sua recente reconstrução em um pensamento institucionalista contemporâneo e evolucionário. Assim, a elaboração desse livro tem como objetivo central desenvolver um referencial analítico, reforçando a importância das instituições, regras e hábitos, a partir de pressupostos do Institucionalismo Original e Evolucionário, para aplicação em estudos rurais, bem como apresentar experiências de pesquisas empíricas nesta linha teórica, contemplando os resultados obtidos por pesquisadores de distintas instituições do Brasil.

JOÃO GARIBALDI ALMEIDA VIANA

Doutor em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Associado da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Santana do Livramento. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA/UNIPAMPA

PAULO DABDAB WAQUIL

Doutor em Economia Agrícola pela University of Wisconsin, EUA. Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e Agronegócios da UFRGS.

